

CADERNO DE LETRAS



A PESQUISA EM ANÁLISE DE DISCURSO NA REGIÃO SUL

Luciana Iost Vinhas
Cristina Zanella Rodrigues
Janaína Cardoso Brum
(orgs.)

A PESQUISA EM ANÁLISE DE
DISCURSO NA REGIÃO SUL

Dados de Catalogação na Fonte Internacional:

CADERNO DE LETRAS / Centro de Letras e Comunicação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018. n. 32, Set-Dez (p. 001-214)
ISSN 0102-9576

A Pesquisa em Análise de Discurso na Região Sul. Org. por Luciana Iost Vinhas, Cristina Zanella Rodrigues e Janaina Cardoso Brum.

1. Letras – Periódicos. 2. Linguística. 3. Análise do discurso. I. Vinhas, Luciana Iost; Rodrigues, Cristina Zanella; Brum, Janaina Cardoso.

A PESQUISA EM ANÁLISE DE DISCURSO NA REGIÃO SUL

Luciana Iost Vinhas, Cristina Zanella Rodrigues e
Janaina Cardoso Brum
(Orgs.)

Caderno de Letras

Revista do Centro de Letras e Comunicação - Universidade Federal de Pelotas
Rua Gomes Carneiro, número 1 • Centro • CEP 96001-970 • Pelotas/RS

Comissão Editorial

Claudia Lorena Fonseca, UFPel
Gabriel Felipe Pautz Munsberg, UFRGS
Helano Jader Ribeiro, UFPel
Jéssica Porciuncula Iung da Silva, UFPel
Tiago Radatz Kickhöfel, UFRGS

Conselho Editorial:

Ana Pizarro, USACH, Chile
Aulus Martins, UFPel, Brasil
Claudio Celso Alano da Cruz, UFSC, Brasil
Claudio Gustavo Maíz, CONICET, Argentina
Cleide Inês Wittke, UFPel, Brasil
Cristiane Fuzer, UFSM, Brasil
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel, Brasil
Davi Pessoa Carneiro Barbosa, UERJ, Brasil
Eleonora Frenkel Barretto, FURG, Brasil
Elizabeth Martinez Buenabad, BUAP, México
Giovana Ferreira Gonçalves, UFPel, Brasil
Isabella Mozzillo, UFPel, Brasil
Joao Claudio Arendt, UCS, Brasil
Júlia Vasconcelos Studart, UNIRIO, Brasil
Juliana Steil, UFPel, Brasil
Keli Cristina Pacheco, UEPG, Brasil
Lizandro Carlos Calegari, UFSM, Brasil
Luis Augusto Fischer, UFRGS, Brasil
Luis Carlos Toro Tamayo, UdeA, Colombia
Marcela Croce, UBA, Argentina
Maria Antonieta Jordão de Oliveira Borba, UERJ, Brasil
Maria Salete Borba, UNICENTRO, Brasil
Ramiro Esteban Zó, UNCuyo/CILHA/CONICET, Argentina
Rosani Ketzner Umbach, UFSM, Brasil
Rosely Perez Xavier, UFSC, Brasil
Sandra Nitrini, USP, Brasil
Sebastian Kürschner, FAU, Alemanha
Tito Lívio Cruz Romão, UFC, Brasil
Vinícius Nicastro Honesko, UFP, Brasil
Walter Carlos Costa, UFSC, Brasil

Revisão/preparação dos originais: Claudia Lorena Fonseca

Editores/diagramação: Gabriel Felipe Pautz Munsberg

Imagem da capa: Tiago Radatz Kickhofel, a partir da releitura do projeto gráfico de Lenir de Miranda para a primeira edição da Revista Caderno de Letras em 1982.

SUMÁRIO

Apresentação

Luciana Iost Vinhas, Cristina Zanella Rodrigues, Janaina Cardoso Brum.....07

A “Cura Gay” em revista: o imaginário sobre homossexual nos discursos de *Veja* e *Junior*

Amanda de Andrade Campo; Fabiano Ormaneze.....11

Da sintaxe ao discurso: o jurídico, o político e a ética nos efeitos de sentido da/sobre a saúde pública no Brasil

Augusto Radde.....39

***As meninas*: Uma análise dos efeitos de sentido produzidos a partir do funcionamento discursivo do depoimento de um preso político no discurso fílmico e literário**

Cristina Zanella Rodrigues.....61

O funcionamento da ideologia no projeto de lei Escola Sem Partido: uma leitura de práticas discursivas de intolerância

Janaina Cardoso Brum; Jenifer Dias.....75

O discurso e o humor em *Mafalda*: uma questão de filiação à Formação Discursiva anticapitalista

Luciane Botelho Martins.....97

O não-lugar da anoréxica numa sociedade em rede e do espetáculo

Mariele Zawierucka Bressan.....115

Particularidades na tradução de ciência: Uma leitura discursiva

Michele Teixeira Passini.....133

Uma leitura política do futebol

Naiara Souza da Silva.....151

O funcionamento da ideologia no discurso separatista: Uma análise de um texto vinculado ao Movimento O Sul É O Meu País

Stella Aparecida Leite Lima; Luciana Iost Vinhas.....171

Os sentidos dos “nós” e do “eles” nos discursos de migrantes brasileiros no exterior

Thaís Valim Ramos.....199

APRESENTAÇÃO

Luciana Iost Vinhas
Cristina Zanella Rodrigues
Janaina Cardoso Brum
(Organizadoras)

O número especial da Revista Caderno de Letras traz como tema “A pesquisa em Análise de Discurso na região sul”, contribuindo para a área dos estudos do discurso com textos apresentados no I Simpósio sobre Análise de Discurso, evento ocorrido nos dias 1º e 2 de junho de 2017, na Universidade Federal de Pelotas. Os artigos tratam de temas necessários para a reflexão coletiva na contemporaneidade, sendo analisados pelo olhar discursivo, a partir do qual se compreende que os processos de significação dependem da exterioridade. Dessa forma, para que o sentido seja estabelecido, a interferência da ideologia é determinante, juntamente com os processos sociais e históricos que determinam a forma como o sujeito se relaciona com a linguagem.

O texto “A “Cura Gay” em revista: o imaginário sobre homossexual nos discursos de *Veja* e *Junior*”, de autoria de Amanda de Andrade Campo e Fabiano Ormanzeze, apresenta uma análise discursiva de material midiático que tratou sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.234 de 2011, que propunha a possibilidade de reversão da homossexualidade, tratando-a como doença. Tomando como *corpus* reportagens e entrevistas de duas revistas, *Veja* e *Junior*, os autores analisam o funcionamento dos operadores argumentativos marcados na ironia, nos verbos e nos adjetivos para demonstrar como se movimentam os sentidos na relação entre homossexualidade e igreja.

Augusto Radde, no texto intitulado “Da sintaxe ao discurso: o jurídico, o político e a ética nos efeitos de sentido da/sobre a saúde pública no Brasil”, apresenta uma análise dos possíveis efeitos de sentido da palavra *saúde* no texto constitucional brasileiro, no *Manifesto em favor do SUS* e numa fala do ministro da saúde no ano de 2016. A partir da Análise de Discurso, o autor discorre acerca de como, no pronome *todos*, a questão da referencialidade e da metáfora funcionam na materialidade linguística a partir da saturação de sentidos, produzindo um discurso opaco acerca do direito à saúde pública.

Cristina Zanella Rodrigues, no artigo “*As meninas: uma análise dos efeitos de sentido produzidos a partir do funcionamento discursivo do depoimento de um preso político no discurso fílmico e literário*”, analisa o funcionamento do silêncio na obra “*As meninas*”, de Lygia Fagundes Telles, e no filme homônimo, dirigido por Emiliano Ribeiro. Para tanto, a autora toma como materialidade de análise as “cenas” do livro e do filme em que aparece um depoimento real de um preso político no contexto da Ditadura Militar brasileira.

Em “*O funcionamento da ideologia no Projeto de Lei Escola sem Partido: uma leitura de práticas discursivas de intolerância*”, Janaina Cardoso Brum e Jenifer Dias apresentam uma análise do Projeto de Lei Escola sem Partido relacionando-o à paródia musical d’*A Banda*, de Chico Buarque, divulgada na página virtual do Movimento Escola sem Partido. A partir da noção de discurso de ódio como uma prática político-discursiva de intolerância, as autoras trazem o conceito de ideologia trabalhado teoricamente na *Análise do Discurso* com o efeito de evidência do termo presente nos textos analisados.

“*O discurso e o humor em Mafalda: uma questão de filiação à Formação Discursiva anticapitalista*”, de autoria de Luciane Botelho Martins, traz uma reflexão sobre o funcionamento discursivo do ponto de interrogação em três tiras de *Mafalda*, estabelecendo uma relação entre essa marca textual e a Formação Discursiva Anticapitalista. A análise parte do pressuposto fundamental da *Análise de Discurso* de que o intradiscurso traz à tona elementos do interdiscurso, e essa relação pode fazer emergir a contradição apreendida e exibida, pois essa contradição surge através do humor.

O texto “*O não-lugar da anoréxica numa sociedade em rede e do espetáculo*”, de Mariele Zawierucka Bressan, traz uma reflexão teórica sobre a instituição do não-lugar, enquanto um lugar de entremeio responsável pelo estabelecimento da resistência nos processos discursivos. A autora promove sua reflexão a partir da concepção de corpo pela perspectiva discursiva, como materialidade significativa através da qual se tem acesso ao discurso, sendo que produz efeitos de sentido. A pesquisa envolve o estudo do corpo das anoréxicas em uma sociedade em rede e do espetáculo a partir da análise de textos em blogs do gênero pró-ana, atentando para o processo de subjetivação das anoréxicas em uma forma de organização social em rede e do espetáculo.

Michele Teixeira Passini, no texto intitulado “*Particularidades na tradução de ciência: uma leitura discursiva*”, empreende uma discussão

acerca do funcionamento do processo tradutório nas ciências naturais e nas ciências sociais, relacionando-o ao domínio do inglês como língua da divulgação científica. A autora propõe haver uma dissimetria entre a posição-sujeito das ciências naturais e das ciências sociais, que se fundamenta, entre outros elementos, na diferença dos objetos tomados por essas ciências. Enquanto, no primeiro caso, os objetos são empíricos e analisados sob procedimentos experimentais, as ciências sociais constroem discursivamente seu objeto, o que implica o ponto de vista do pesquisador.

O trabalho de Naiara Souza da Silva, intitulado “Uma leitura política do futebol”, traz como objetivo principal analisar a forma como o sujeito se subjetiva enquanto torcedor de um time de futebol de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, atentando para o enlace estabelecido entre corpo, língua e tatuagem na constituição dessa subjetivação. Entendendo que o futebol funciona como um mecanismo através do qual se instalam as relações sociais que perpassam a sociedade brasileira, a autora o concebe como, possivelmente, um aparelho ideológico de Estado, nos termos althusserianos. A autora aponta os caminhos que serão percorridos no decorrer de sua proposta de pesquisa para se pensar o corpo e a língua como materialidades significantes.

Stella Aparecida Leite Lima e Luciana Iost Vinhas, no artigo “O funcionamento da ideologia no discurso separatista: Uma análise de um texto vinculado ao Movimento O Sul é o Meu País”, trazem uma reflexão acerca das particularidades do funcionamento do *nós* e das designações presentes num texto-resposta escrito por um ativista do movimento. A partir do trabalho com as noções de excesso e estranhamento (ERNST, 2009), as autoras analisam os efeitos de sentidos do retorno do ideário fascista presente na formação discursiva separatista.

O texto “Os sentidos dos ‘nós’ e dos ‘eles’ nos discursos de migrantes brasileiros no exterior”, de Thaís Valim Ramos, discute o uso dos pronomes pessoais “nós” e “eles” no discurso de brasileiros que vivem em outros países. Para a autora, a hostilidade em relação ao outro estrangeiro difere em países desenvolvidos e em países não desenvolvidos. Segundo sua análise, o outro estrangeiro é visto como ameaça à qual se dirige a hostilidade dos locais em países desenvolvidos, enquanto em países não desenvolvidos, como é o caso da Nigéria, os estrangeiros são construídos em relação à sua branquitude e à detenção de poder financeiro, sendo, então, os locais vistos com certa hostilidade.

Os textos apresentados nesta edição contemplam, portanto, temáticas variadas, a partir das quais conseguimos estabelecer um olhar crítico, questionador, sobre as evidências que se colocam na formação social. A pesquisa em Análise de Discurso permite o engajamento científico e político em um processo de desnaturalização dos sentidos colocados em circulação socialmente, conforme podemos observar a partir dos textos publicados.

A “CURA GAY” EM REVISTA: O ESTEREÓTIPO SOBRE HOMOSSEXUAL NOS DISCURSOS DE *VEJA E JUNIOR*¹

Amanda de Andrade Campo²
Fabiano Ormaneze³

RESUMO: Este trabalho investiga a constituição, a formulação e a circulação de discursos sobre homossexualidade nas revistas *Veja* e *Junior*, mais precisamente publicações acerca do projeto de lei 234/11, que ficou conhecido como “Cura Gay”. A partir do corpo teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso, a pesquisa procura compreender o processo discursivo que dá origem à imagem de homossexual posta em circulação em reportagens que abordavam a proposição de lei que, se aprovada, possibilitaria que psicólogos se envolvessem em tratamentos de “reversão” da homossexualidade. Para compor o corpus, foram selecionadas três edições de *Veja* e três de *Junior*, publicadas no primeiro semestre de 2013, o que permitiu a comparação entre uma mídia hegemônica e uma militante/segmentada. A partir da compreensão da memória das revistas e dos dizeres sobre homossexualidade na história, a análise foca-se nos efeitos de sentido que *Veja* constrói a partir da ironia e dos estereótipos que ligam a homossexualidade à promiscuidade. Em *Junior*, mesmo sendo voltada ao público homossexual, a revista se coloca como um discurso competente, de referência nas discussões sobre gênero e direitos aos gays, embora, muitas vezes, reforce e recupere a memória discursiva que materializa o estereótipo da promiscuidade, exemplificando, assim, como a produção dos discursos extrapola as meras

¹ Este artigo é parte da monografia “A Cura Gay em revista: formulação e circulação de discursos em *Veja* e *Junior*”, apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso na Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas em 2013.

² Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Capes. Jornalista pela PUC-Campinas.

³ Professor-convidado na Escola de Extensão da Unicamp e no Centro Universitário Metrocamp (Unimetrocamp-Campinas/SP). Doutorando em Linguística na Unicamp, onde também fez mestrado. Jornalista pela PUC-Campinas.

causalidade e intencionalidade, envolvendo elementos que fogem à determinação.

Palavras-chave: Homossexualidade; revistas; discurso.

ABSTRACT: This work investigates the constitution, formulation and circulation of discourses on homosexuality in the magazines *Veja* and *Junior*, more precisely in the publications about the bill 234/11, which became known as "Gay Cure". From the theoretical and methodological body of the French School of Discourse Analysis, it seeks to understand the discursive process that gives rise to the image of homosexual put into circulation in articles that approached the proposition of law that, if approved, would allow psychologists to be involved in treatments of "reversal" of homosexuality. To compose the corpus, three editions of *Veja* and three of *Junior*, published in the first semester of 2013, were selected, which allowed the comparison between a hegemonic and militant / segmented media. From the understanding of the magazine memory and of the sayings on homosexuality, analysis shows that *Veja* constructs his discourse from the irony and stereotypes that link homosexuality to promiscuity. In *Junior*, even though it is aimed at the homosexual public, the magazine stands as a competent discourse, a reference in the discussions on gender and gay rights, although it often reinforces and recovers the discursive memory that materializes the stereotype of promiscuity, thus, as the production of discourses extrapolates mere causality and intentionality, involving elements that escape the determination.

Keywords: homosexuality; magazines; discourses.

INTRODUÇÃO

“Cura Gay” é o apelido do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) n° 234, proposto e documentado em 2011, pelo deputado João Campos (PSDB-GO). Em 18 de junho de 2013, o projeto foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), sob a presidência do pastor evangélico Marco Feliciano (PSC-SP). Em julho do mesmo ano, foi arquivado pela Câmara dos Deputados. No dia 15 de setembro de 2017, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, concedeu liminar que autoriza e respalda legalmente profissionais da Psicologia a praticarem tratamentos de reversão da homossexualidade. Embora não seja o mesmo documento do deputado João Campos, os

efeitos de circulação e de sentido são semelhantes. A repercussão midiática trouxe, novamente, a “cura gay” como forma de menção à liminar.

O projeto do deputado goiano previa a retirada de dois artigos que, em 1999, tinham sido abarcados na legislação do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O primeiro artigo determinava que os psicólogos não colaborariam com eventos e/ou “tratamentos” de reversão da homossexualidade. O segundo determinava que os profissionais da Psicologia não se pronunciariam em público ou em qualquer veículo se o discurso indicasse a homossexualidade como uma desordem psíquica. É no bojo dessa compreensão que está situado este trabalho que, a partir do corpo teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso, objetiva compreender a constituição, a formulação e a circulação de discursos em duas revistas com propostas editoriais distintas. Para contemplar esse objetivo, de compreender a constituição de discursos em meio a opacidade, a pesquisa está ancorada nos conceitos propostos por Michel Pêcheux (1975) e debatidos por Eni Orlandi ao longo dos últimos 30 anos.

METODOLOGIA

Para compor o corpus deste trabalho, foram selecionadas reportagens, gênero que, do ponto de vista da Comunicação Social/Jornalismo, segundo Marques de Melo (2006), permite uma visão ampla de um fato que já eclodiu. Para isso, foram analisadas duas publicações: *Veja* (revista semanal de maior circulação nacional, segundo a Associação Nacional de Revistas - ANR, publicada pela Editora Abril desde 1968) e *Junior* (revista segmentada, voltada ao público gay masculino, que circulou mensalmente entre 2007 e 2015), que abordaram a temática em questão. Foram selecionadas três edições de cada revista, publicadas entre março de 2013, quando Marco Feliciano foi eleito para a presidência da CDHM, e julho do mesmo ano, quando o projeto de lei esteve em evidência. As edições foram escolhidas de modo que se encaixassem nos critérios de seleção: uma entrevista pingue-pongue e duas reportagens em cada revista com chamadas de capa. A escolha desses materiais, por esses critérios, deve-se ao fato de tentar contemplar textos cujo foco seria, do ponto de vista do jornalismo, os definidos por Marques de Melo (2006). Esse recorte visou ainda contemplar o máximo possível de material das duas publicações sobre o assunto no período em questão.

Ao compreender que a Análise de Discurso de Escola Francesa procura entender “como” o texto significa (ORLANDI, 2012) e não “o quê” esse texto quer dizer, optamos por analisar o objeto sob o prisma de tal teoria, uma vez que a escola de M. Pêcheux considera a linguagem como opaca, turva, ou seja, não transparente. Dessa forma, compreendemos a linguagem como agente de mediação (que é o discurso) entre o homem e a realidade natural e social, como bem recupera Orlandi (2012). Uma vez que os sujeitos que elaboraram as reportagens não são senhores de suas vontades (FOUCAULT, 1999), ou seja, não possuem controle total sobre os efeitos de sentidos de seus enunciados, quais são as ideologias que os interpelam? Quais são os discursos outros que estão presentes nos seus enunciados?

A Análise de Discurso Francesa leva em consideração a constituição histórica, com uma memória do que já foi dito, retomada nas novas enunciações, sem domínio do sujeito. O conceito de discurso, assim, é o de palavra em movimento (ORLANDI, 2012). Esse movimento produz o simbólico e, assim, faz parte também da constituição da humanidade e de sua história. Por isso, a Análise de Discurso está intimamente ligada às condições de produção e aos fatos históricos que cercam os temas propostos. Essa definição se completa com o fato de que o discurso, para Pêcheux, é o efeito de sentido entre locutores (ORLANDI, 2016), ou seja, as palavras (e os silêncios) têm seus sentidos construídos a partir da relação dos envolvidos na enunciação.

“IMPrensa COLORIDA”: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES (AOS) GAYS

Apesar de a Psicanálise de Freud dizer o contrário, o discurso médico dominante nos anos 1950 e 1960 colocava a homossexualidade como uma doença⁴, indicando tratamentos e punições. Nesse mesmo período, como resistência, mesmo no Brasil, já surgiam veículos de comunicação voltados ao público gay. Essas primeiras publicações tiveram um caráter de colunismo social se comparados aos produtos atuais. Como explica Lima (2011), foram veículos que não priorizavam as discussões sobre homossexualidade nem a disseminação de informação acerca da sexualidade:

⁴ Um exemplo é o livro *Homossexualismo Masculino*, de Jorge Jaime, da década de 1950, que nomeava gays de “doentes sexuais” e de “doentes infelizes” (GREGORI, 1998). Freud, no entanto, em 1903, já afirmava que a homossexualidade não deveria ser tratada como doença (VIEIRA, 2009).

Antes, em 1961, surge o que talvez possa ser chamado o primeiro jornal homossexual no Brasil: o *Snob*, criação de Agildo Guimarães. Mimeografado e distribuído entre amigos, era mais um colunismo social do que do que um veículo de discussão de ideias. Entre os anos 60 e o início dos anos 70, circularam no Rio de Janeiro mais 15 títulos: *Snob*, de Gilka Dantas, *Le Femme*, *Subúrbio à noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O VIc*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazine*, *20 de Abril*, *O Centro* e *O Galo*. Em Niterói surgem *Os Felinos*, *Opinião*, *O mito* e *Le Sofistique*. (LIMA, 2011, p. 02)

Foi na Bahia que houve a primeira aparição de um jornalismo voltado para os debates sobre a homossexualidade. Nos anos 1960 e 1970, originaram-se lá pelo menos sete periódicos ao público gay, de acordo com Lima (2011). Isso culminaria também com a criação do primeiro grupo de apoio a homossexuais formalizado no Brasil, o Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980.

Porém, foi o jornal *O Lampião* o principal veículo desse período para tal público. Criado por João Silvério Trevisan (jornalista) e Peter Fry (antropólogo), iniciou a circulação numa época em que a ditadura perdia forças de repressão e trazia em sua primeira edição também um forte apoio aos movimentos feministas da época. No trabalho de Gregori (1998), é citada uma das manchetes da edição número 1: “A igreja e os Homo”. Logo no início de suas publicações, o discurso de capa do periódico registra o grande desafio para a comunidade homossexual. As heranças de repressão do moralismo religioso eram tensionadas desde o princípio da imprensa homossexual no Brasil.

Depois de três anos de circulação, *O Lampião* teve sua última edição publicada em 1981. Os grandes motivos de sua falência foram, segundo Gregori (1998), a falta de anunciantes que sustentassem as despesas do jornal e o boicote das distribuidoras. Ainda, para Kucinski (1991), o fim do jornal foi se render ao apelo pornográfico. Para Lima (2011), foi nesse período que a imprensa homossexual se distanciava do

viés crítico-informativo e se aproximava das características pornográficas. Nesse mesmo ano, circulavam as primeiras publicações mensais de *O Jornal Gay* que, de acordo com Gregori (1998), trazia os nus masculinos sem a genitália à mostra. O periódico de Antônio Kirihara seguia a linha do homoerotismo. Ainda nesse ano, as primeiras publicações destinadas às lésbicas apareceram com o tabloide *Chanacomchana*.

Na década de 1980, com o avanço da Aids no Brasil e no mundo, as publicações voltadas ao público gay praticamente dedicavam-se integralmente ao combate à doença e à prevenção. Nesse período, portanto, surgiram diversas publicações de caráter instrutivo:

Surgem assim, os boletins dos grupos ligados diretamente à Aids, como o *Boletim ABIA*, Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids, o *Boletim Pela Vidda*, do Grupo Pela Vidda, entre outros, chegando ao *Voz Positiva*, editado pela Organização Não-Governamental “Gestos”, voltado exclusivamente para os infectados pelo vírus. Outra publicação, *Saber Viver*, surgida em 1989, também se destina às pessoas que vivem com o vírus HIV. Fora esses, surgem também jornais e revistas de cunho mais cultural e de lazer como *Ent&*, de 1994, distribuída apenas por assinaturas, *O Grito de Alerta*, e o *Nós por exemplo* (1992). (LIMA, 2011, p. 06)

Em 1992, surgia a revista *Nós por exemplo* criada pelo Núcleo de Orientação em Saúde Social (Noss). Voltada ao público gay masculino e feminino, a revista mesclava conteúdo de nudez e discussões relevantes para os homossexuais. Em sua quarta edição, o veículo trouxe na capa o nu masculino estampado pelas nádegas de um homem que estão parcialmente cobertas com sua roupa íntima e, logo abaixo, três chamadas de reportagens retratando a inserção de assuntos ligados às polêmicas homossexuais da época: "Triângulo Rosa", "Assumir-se? Por quê?", e "Aids". *Nós por exemplo* encerrou os trabalhos com pouco mais de um ano de existência e foi responsável pelos primeiros textos traduzidos de outros

veículos internacionais que também traziam publicações ligadas às lutas sociais gays.

Com o propósito de reestabelecer no cenário da imprensa homossexual brasileira o caráter informativo e deixar o pornográfico para as produções estritamente eróticas, Nelson Feitosa dá origem à revista *Sui Generis* em janeiro de 1995, com circulação de 30 mil exemplares. O periódico se espelhou no formato de duas revistas estadunidenses, *Sui Generis e Attitude* e *Out*. A revista, que perdurou até 2000, não trazia cenas pornográficas, tampouco nu frontal. Na década de 1990, no entanto, o segmento de revistas gays contaria com o aparecimento da *G Magazine*, em 1997, cujo foco passou a ser o nu masculino frontal e com ereção. Segundo Monteiro (2000), a SG Press (editora da *Sui Generis*), publicou ainda outra revista similar à *G Magazine*, com o mesmo grau apelativo, chamada *Homens* (1997), que ficou pouco tempo em circulação.

Essas publicações ganharam mais espaço em 1997, com a *Bananaloca*, da editora Fractal Edições, que, junto com a *G Magazine*, publicava com ousadia ensaios eróticos masculinos de famosos nacionais e internacionais. A *G Magazine* foi a revista para o público gay com maior circulação na história do Brasil, só deixando de circular em junho de 2013.

O impasse entre publicações informativas e publicações eróticas persistiu mesmo depois que *G Magazine* passou por mudanças em sua linha editorial, se aproximando à *Sui Generis*. Porém, a sutileza ficou mais fácil de ser encontrada na linguagem do que nos ensaios fotográficos. Foi nesse contexto e com essas características que surgiram outros veículos que abordavam temas como saúde, família, bem-estar, lutas, direitos e, sem fugir do convencional, homens total ou parcialmente nus. “Paralelamente, surgiram três novas publicações voltadas para o público gay: as revistas *Junior* (2007), *DOM – De Outro Modo* (2007) e *Aimé – Primus inter pares* (2008). A proposta dessas revistas era apresentar ao interlocutor homossexual uma nova linha editorial para as publicações de gênero” (SANTOS e VELOSO, 2009, p. 07). *DOM* e *Aimé* não passaram dos cinco anos em circulação.

O discurso produzido nessa nova etapa da imprensa sexual brasileira, segundo Santos e Veloso (2009), centra-se em produzir o sentido da naturalidade da homossexualidade, como forma de combater o discurso que caminha pela ideia da anormalidade sexual. Com sua primeira publicação em 2007, a revista *Junior* (pertencente à editora Mix Brasil) se diferenciava da *G Magazine*, principalmente, por não apresentar

ensaios fotográficos de homens completamente nus, mas ensaios que se aproximam daqueles feitos em revistas de moda. Com as suas publicações voltadas para os interesses do homem gay moderno, as páginas visavam, de acordo com os editores, a dar espaço para assuntos como beleza, moda, lutas, direitos, cultura e lazer.

A revista *Junior*, segundo sua autodefinição, foi lançada com o objetivo de propor uma nova abordagem tanto da imprensa homossexual nacional, quanto dos próprios indivíduos homossexuais, público ao qual era destinada (SANTOS E VELOSO, 2009). A revista, portanto, passou a fazer parte de um novo momento do jornalismo gay nacional. Assim, pode-se dizer que a imprensa homossexual passou por três etapas antes de chegar ao cenário atual: a primeira com o periódico *Snob* e o caráter de colunismo social, seguido por *O Lampião*, que trouxe uma primeira reflexão sobre sexualidade e imprensa homossexual, e, por fim, a terceira fase, representada pela revista *G Magazine* e o homoerotismo publicado em suas páginas. Essa nova etapa em que *Junior* estava inserida, assim como os outros veículos, ligava-se ao momento histórico também da militância da comunidade. Sobre isso, Santos e Veloso (2009) afirmam que:

Através de um jornalismo mais culto, o público gay experimenta outra visibilidade perante a sociedade. Busca-se a extinção de estereótipos que afirmam o homossexual como o sujeito fútil e fanático por pornografia, que dá lugar à imagem do gay moderno que entende sobre artes, cultura e finanças. As publicações desse gênero na contemporaneidade trabalham esses conceitos através de uma linha editorial que estimula a vaidade do leitor. Através de matérias e reportagens abordando questões estéticas e assuntos de interesse geral, essas revistas e sites provocam o despertar de uma identidade fundamentada na preocupação com a própria imagem, aproveitando-se do surgimento dos fenômenos de comportamento modernos que implicam na apreensão de um novo mundo orientado por

padrões estéticos. Nessa linha de pensamento cabe ressaltar o quando o mercado editorial reconheceu a importância social e econômica que os gays conquistaram através de vários anos de buscas e batalhas em busca de mais visibilidade na sociedade assim como representações e respeito para a sua comunidade. (p. 10)

Esse breve histórico é importante para este trabalho à medida que oferece elementos para a compreensão não só das condições de produção do discurso de *Junior* e *Veja* analisados a seguir, como também das evidências de como a memória sobre publicações para gays e assuntos voltados a esse público foram se constituindo historicamente.

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

De modo a possibilitar uma comparação, considerando os mesmos gêneros discursivos, a pesquisa compôs o corpus com uma entrevista pingue-pongue (como é conhecida no jornalismo a estrutura de perguntas e respostas) de cada veículo e duas reportagens que mereceram chamadas de capa nas edições. Estar na capa dos periódicos é um indicativo de que os editores as consideram entre as mais importantes na edição e entre as que mais interessam aos interlocutores.

Apresentamos, portanto, uma síntese do material selecionado para a análise, de acordo com o recorte. Para efeitos de menção, as matérias foram numeradas como V1, V2 e V3, no caso das publicações de *Veja*, e J1, J2 e J3, no caso das publicações e *Junior*:

- a) **V1:** em formato de entrevista (pingue-pongue), na edição 2313, de 20 de março de 2013. Contém três páginas. O entrevistado é o deputado Marco Feliciano (PSC), que aprovou na CDHM o projeto “Cura Gay”.
- b) **V2:** reportagem cujo conteúdo é baseado na revelação da homossexualidade da cantora Daniela Mercury ao longo de dez páginas e na repercussão do acontecimento principalmente entre os grupos gays. Compõem a edição 2316, de 10 de abril de 2013. A reportagem tem como título “A revelação pública de Daniela”. É também a matéria principal na capa.

- c) **V3:** reportagem de capa da edição de 3 de julho de 2013 da *Veja São Paulo*, um suplemento de *Veja* distribuído em cidades com distância de até cem quilômetros da capital paulista. Com o título “Nos bastidores da Cura Gay”, busca retratar a postura dos pastores das maiores igrejas evangélicas da cidade de São Paulo.
- d) **J1:** reportagem da edição 51, do mês de maio de 2013. Foram três páginas dedicadas à reportagem. O título da matéria é “Rumo ao céu”. Apresenta ao leitor possibilidades de igrejas inclusivas, denominações evangélicas que acolhem homossexuais. Relata o caso do Padre Beto, excomungado pela Igreja Católica após se apresentar favorável aos direitos civis gays.
- e) **J2:** Na edição 52, de junho, entrevista (pingue-pongue) de quatro páginas com a cantora Daniela Mercury, que assumira a homossexualidade. O título é “Nossa Diva”.
- f) **J3:** tem duas páginas, aborda as manifestações pelos direitos civis da comunidade LGBT. A edição 53 é do mês de julho de 2013. O título é “O país das manifestações”.

A análise dessas reportagens leva em considerações três momentos, descritos a seguir: os pré-construídos, os operadores argumentativos e os verbos introdutórios de opinião, que apresentam a menção ao discurso de pessoas ouvidas pelas revistas.

Dos pré-construídos aos estereótipos

Pereira (2005) diz que “as palavras dos discursos que passam a cercar o indivíduo vêm carregadas de significações, descrevendo e interpretando o mundo que ele tem para viver” (p. 76). Algumas dessas palavras e, por consequência, os sentidos produzidos, por serem reforçados, repetidos exaustivamente ao longo da história e por estarem associados aos grupos dominantes, constituem-se como estereótipos, ou seja, uma memória “que funciona como uma marca, em um enunciado individual, de discursos e juízos prévios, cuja origem foi apagada” (AMOSSY; PIERROT, 2005, p. 113). O estereótipo seria, assim, a cristalização de um pré-construído, ou seja, uma imagem que fala antes, de outro lugar, na história e pela história, irrompendo no discurso (PÊCHEUX, [1975] 1989).

O estereótipo do que seja um homossexual, que, como veremos, passa a constituir o imaginário nas revistas, está intimamente ligado ao

histórico da sexualidade, bem como ao desenvolvimento da mídia homossexual. Na primeira reportagem de *Junior* aqui analisada, “Rumo ao Céu” (J1), a revista traz para o leitor algumas alternativas de igrejas evangélicas ao redor do Brasil, as chamadas Igrejas Inclusivas. Em um momento em que a bancada evangélica presidia a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e, dentre outras propostas, apresentava o projeto “Cura Gay”, *Junior* publicou uma reportagem que funciona como a invocação de uma alternativa aos homossexuais que querem participar de uma igreja evangélica, mas não se veem representados por Marco Feliciano.

A reportagem sobre a igreja inclusiva serve como uma forma de desqualificar o discurso compreendido como homofóbico por *Júnior*. As questões religiosas fazem parte da luta homossexual, como ficou evidenciado no breve histórico da mídia dirigida a esse público no Brasil. A importância que a religião adquiriu historicamente na sociedade e as constantes repressões ao desejo homossexual desde a Idade Média fizeram com que o assunto figurasse em reportagens de revistas militantes em diferentes momentos.

Na reportagem J1, um box azul contém informações sobre como as Igrejas Inclusivas determinam os valores do sexo para os homossexuais. Nela aparece o seguinte trecho:

Os casais devem receber as bênçãos tradicionais religiosas antes de fazerem sexo. Sexo sem compromisso não é apropriado. **Nem sexo anônimo, grupal.** A pornografia também é condenada. O fiel deve orar para encontrar um amor e se dedicar a ele. Saunas e *Sex Clubs* não são ambientes apropriados para os fiéis (JUNIOR, 2013a, p.55, grifos nossos).

Essa reportagem traz o discurso da promiscuidade intimamente e historicamente ligado à homossexualidade. Considerando que o box está no alto da página ímpar (campo nobre e predominante de visão em revistas), o elemento gráfico é um texto que foi destacado, o que mostra a presença forte desse estereótipo: o sexual e erótico. Quando o jornalista escreve “**Nem sexo anônimo, grupal**”, carrega a ideia de que essa prática é corriqueira entre os gays, e que a relação homossexual é carregada dessas

imagens cristalizadas. Essa ligação direta com o sexual também se constitui como memória da própria mídia para a comunidade homossexual, uma vez que, como abordado anteriormente, em boa parte dos veículos a presença do erótico e do pornográfico foram características editoriais.

Em *Veja*, nota-se a presença do discurso similarmente construído, porém mais distante da pornografia e mais próxima à imagem de uma “**vida desregrada**”. Em V3, o jornalista relata a história de um personagem que, quando adolescente, começou a se vestir de mulher e logo se tornou transformista. No texto, o jornalista escreve: “**Ele começou a se vestir de mulher aos 16 anos, mas conta que sentia atração por meninos desde os 12. Cocaína e Maconha entraram rápido na sua rotina.**” (VEJA, 2013c, p. 41).

A escolha da oração final do trecho transcrito é capaz de produzir a imagem do que seria o natural na rotina de um transformista. A expressão “**entraram rápido em sua rotina**” produz a interpretação de que drogas e homossexualidade também estão intimamente ligadas, reforçando o estereótipo da vida problemática, à margem.

A guerra secular travada entre religião e homossexualidade, por outro lado, é tratada pelo discurso de *Junior* como anestesiada, porém ainda existente. Em outro box da mesma reportagem, a revista publica um texto de meia página sobre Padre Beto, defensor da tolerância religiosa acerca dos direitos civis de homossexualidade. No trecho:

Impressionante a decisão da Igreja Católica de excomungar o Padre Beto, de Bauru, por ele ter defendido direitos civis de homossexuais. O padre postou vídeos na internet em que defendia uma maior abertura para discutir as novas questões da sexualidade. O bispo pediu para ele tirar os vídeos e se retratar publicamente. Ele não quis. Preferiu se demitir. O padre fez sua última missa e escreveu a carta de demissão. Poderia terminar aí essa história. Mas não: a Igreja deu um passo além da intolerância e tomou a atitude descabida de excomungá-lo (JUNIOR, 2013a, p. 56).

Na primeira reportagem analisada de *Junior*, portanto, transparece não só o estereótipo do homossexual ligado à promiscuidade e ao erotismo, mas também os estereótipos heroicos daqueles que compram as lutas gays perante aquela que é indicada como seu grande opressor: a Igreja.

Além disso, há o trecho **“Ainda que não reconhecidas pelos setores evangélicos tradicionais, as igrejas inclusivas estão ganhando cada vez mais projeção. O próximo passo, segundo pastores ouvidos nessa reportagem, é criar espaços nos veículos de comunicação”** (JUNIOR, 2013a, p. 56), que reforça a ideia de espaço alternativo, à margem, assumido pelas Igrejas Inclusivas no contexto atual da homossexualidade no Brasil. Ou seja, a revista dá a esses templos o espaço de sofrimento, de exclusão, o mesmo lugar que ocuparia o homossexual na sociedade.

Na segunda reportagem de *Junior* (“Nossa Diva”), do mês de junho, o estereótipo do heroico/simbólico foi transferido para a Daniela Mercury. Enquanto, na edição anterior, o Padre Beto assumiu o papel quando apoiou os direitos civis dos homossexuais e destacou os dogmas religiosos da Igreja, Daniela Mercury trouxe novamente à capa de um veículo homossexual outro grande desafio da experiência gay: o assumir-se para a sociedade.

Portanto, nota-se a presença de diferentes estereótipos de heróis no discurso da militância: aqueles que se opuseram aos padrões morais da religião/Igreja, representados pelas Igrejas Inclusivas e pelo Padre Beto, que enfrentaram as posições de suas opções religiosas, e aqueles que assumiram a homossexualidade e deram tanto força quanto visibilidade a essa minoria homossexual, incorporado pela cantora Daniela Mercury. Ou seja, o fato de alguém importante assumir nesse momento sua relação homossexual cabe, aqui, como uma vitória para a comunidade.

Estereótipos negativos em relação aos homossexuais também estão presentes em *Veja*. A vida cotidiana dos gays ligados à sensualidade, ao erotismo e ao desregramento é um constituinte da imagem do homossexual. O que foge às determinações sociais heterossexistas é considerado como distúrbio, mesmo que implicitamente nos discursos das revistas *Veja* e *Junior*.

A “Cura Gay”, muitas vezes, não está nas reportagens exatamente colocada com essas palavras, mas a ideia de distúrbio de comportamento remete ao indivíduo que é passivo de cura, com alguma enfermidade sexual ou psicológica, como é visto no trecho de V3: **“O trabalho de libertação, como dizem nas igrejas evangélicas, acabou criando um novo**

gênero: os ex-gays. Eles são quase como propagandas ambulantes do processo, apontados como provas vivas de que, com ajuda de Deus, é possível transformar sua orientação sexual” (VEJA, 2013c, p. 41).

Os militantes que se manifestaram durante o primeiro semestre de 2013 também ganharam características marcantes de um estereótipo negativo na revista *Veja*. Enquanto *Junior* coloca-se como parte da militância, encorajando e incentivando os movimentos gays, *Veja* desqualifica o discurso de Daniela Mercury, a “**diva**” dos homossexuais, da mesma forma que estereotipa negativamente os manifestantes.

A desqualificação do discurso de Daniela Mercury é produzida pela reportagem V2, quando a revista narra o novo relacionamento divulgado pela cantora para a sociedade. A revista da Editora Abril publica, como primeira frase, uma fala de Daniela que diz “**Seja o que Deus quiser, Malu**”, explicando o momento em que as mulheres assumiram via rede social o relacionamento para o mundo. Em seguida, logo no próximo parágrafo, *Veja* coloca: “**Mas, pelo menos até que Ele a convoque para um acerto de contas, Daniela tem pouco com que se preocupar com as repercussões religiosas de seu anúncio. O casamento gay tem hoje mais implicações de ordem prática de que de consciência**”. (VEJA, 2013b, p. 70)

Usando o operador argumentativo da ironia⁵, *Veja* faz referência aos termos usados pela igreja para designar penitência. Na passagem, a ironia também pode ser colocada com um desqualificador do discurso, dessa vez, da própria religião, através de termos como “**acerto de contas**” com o divino, que faz alusão a um juízo final, deixando, assim, a interpretação de que o ato homossexual é, de fato, inaceitável aos olhos do Deus católico. A desqualificação vem pelo final da sentença: “**(...) O casamento gay tem hoje mais implicações de ordem prática de que de consciência**”.

Ao longo da reportagem, *Veja* relata a opinião da cantora que diz: “**Numa época em que temos um Feliciano desrespeitando os direitos humanos, grito meu amor aos sete ventos. Quem sabe haja alguma lucidez no congresso brasileiro**”. (VEJA, 2013b, p.70). No mesmo parágrafo, o veículo desqualifica-a: “**Ao misturar seu relacionamento com política, Daniela prestou um desserviço ao mesmo tempo ao romantismo e à sua seriedade de propósitos**” (VEJA, 2013b, p. 70).

⁵Ironia é a distância intencional daquilo que o enunciador realmente deseja dizer. Entende-se a ironia no discurso não só como um recurso estilístico literário, mas como um recurso gerador de sentidos satíricos do tema em questão.

Para dar credibilidade à sua afirmação, *Veja* coloca o discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, como o discurso competente, autorizado a analisar, a dar sua opinião, pelo lugar ocupado socialmente por sua fala. O presidente diz que é democrático haver divergências na política, formando-se, assim, a democracia. O que enfatiza essa ideia de concordância da revista em relação ao discurso do presidente do STF é, principalmente, a forma como *Veja* faz referência a ele: “O presidente do STF, Joaquim Barbosa, ajudou a pôr a questão em sua real perspectiva” (VEJA, 2013b, p. 70). O verbo “ajudar” e a nomeação “real perspectiva” acrescentaram força de argumentação ao discurso da revista e do presidente.

O discurso da militância e dos manifestantes das causas homossexuais também foi desqualificado pela revista, bem como os propósitos e os meios de atingir os objetivos das lutas. *Veja* afirma serem importantes as mudanças sociais, mas, em contrapartida, o modo como construiu seu discurso produz o sentido de que a militância age de forma equivocada:

É **natural** e **positivo** que as instituições tratem as mudanças **comportamentais radicais** com cautela **devida**. É **natural** e **positivo** também que as pessoas passam ter tempo para se acostumar com esses novos ordenamentos sociais e avanços comportamentais. É assim que as mudanças se legitimam, superando a intolerância, que se dilui com o tempo em formas cada vez mais brandas de rejeição até se tornarem invisíveis (VEJA, 2013b, p.70, grifos nossos).

No trecho, também fica evidente a forte presença de adjetivos, utilizados por *Veja* como estratégia de argumentação, como a utilização das palavras “**natural**”, “**positivo**”, “**brandas**” e “**invisíveis**”. Ainda: *Veja* utiliza o exemplo da Suprema Corte dos Estados Unidos que, em palavras da revista, “**optou pela cautela**”. O veículo conta que o órgão pediu mais tempo para que qualquer decisão sobre casamento gay fosse tomada pelos juízes de um “**provável**” reconhecimento legal. A presença dessas palavras produz o sentido de aceitação do discurso correto dos Estados Unidos e a

memória de que o Brasil deve acompanhar as decisões dos países desenvolvidos.

Ao final da reportagem, outro estereótipo negativo é retomado por *Veja*. A revista cria a imagem de militantes perturbadores, julgando as manifestações como agressivas e intolerantes: **“Além da intolerância e agressividade dos militantes, há descontentamento de bom número de pessoas com a redução das questões éticas de alta complexidade – caso também do aborto e da eutanásia – a uma simples luta por direito”** (VEJA, 2013b, p 74).

É importante ressaltar que *Veja* não utiliza citações ou dados estatísticos que, no discurso jornalístico, dariam credibilidade a essa informação. Isso produz o sentido de que a revista dá a si mesma a competência para tais afirmações, sem atribuir a outrem. Por fim, coloca de forma sutil seu posicionamento sobre o casamento gay, o que o veículo considera um terreno desconhecido: **“O reconhecimento do direito dos homossexuais é, portanto, apenas um aspecto de uma questão social de consequências ainda não totalmente conhecidas”** (VEJA, 2013b, p. 75). Esse trecho aparece como uma marca do conservadorismo, ou seja, da tentativa de manter as instituições (casamento, família etc.) conforme o discurso dominante e estabilizado, sem reconhecer a possibilidade de mudanças.

A forma como *Junior* formula seu discurso, ao publicar matérias sobre esses mesmos manifestantes que *Veja* considera violentos, é distinta. Na reportagem J3, *Junior* introduz: **“Rodrigo Ribeiro é um dos milhares de jovens que saíram às ruas do Brasil no mês de junho para protestar contra uma lista de coisas que consideram erradas no país”** (JUNIOR, 2013c, p. 36, grifo nosso). A revista militante utiliza **“protestar”**, palavra que produz o sentido democrático das manifestações e, assim, enaltece o caráter de participação social da militância.

Veja, num discurso irônico e sarcástico, também estabeleceu estereótipo de homossexual na matéria V1, entrevista com o deputado Marco Feliciano (PSC). No início, a revista recorre à seguinte sentença: **“O deputado federal Marco Feliciano é metrossexual. Calma. A palavra define homens muito preocupados com a aparência, e ele preenche os requisitos básicos: alisa os cabelos, desenha as sobrancelhas, gosta de perfume, usa anel”** (VEJA, 2013a, p. 17, grifos nossos). Na citação, encontramos não só a caracterização de um homem vaidoso. Há também o discurso não dito do estereótipo do homem afeminado, necessariamente de conduta homossexual. Quando a revista usa **“Calma”**,

que aparece como palavra única de uma sentença, ela antecipa-se a explicitar que, além da semelhança formal com a palavra “**metrossexual**”, há também uma proximidade de conduta das pessoas que se encaixam nas duas classificações, transparecendo, assim, o estereótipo do afeminado. Isso fica ainda mais claro quando se retoma a origem da expressão “**metrossexual**”. A palavra foi cunhada para se referir a homens vaidosos e heterossexuais para que se distanciasse deles qualquer ligação à homossexualidade, já que, em geral, a vaidade masculina sempre foi sinônimo de dúvidas em relação à masculinidade.

A partir desses pré-construídos, a revista, ao construir o texto dessa forma, com ironia e trocadilhos, retoma um dizer muito frequente nas redes sociais durante o período: militantes e críticos, em geral, fizeram muitas montagens de Feliciano em posições ou com frases de forte ligação com a homossexualidade ou com o estereótipo homossexual. Muitas vezes, Feliciano foi retratado como sendo gay.

Operadores argumentativos

Veja utiliza “expressões equivalentes e adjetivos” (SILVA, 1997, p. 83) como operadores argumentativos ou marcas argumentativas. Numa tentativa de ressaltar o trabalho feito pelo jornalista e pela revista enquanto instituição, e ironizar a postura do pastor Marco Feliciano, esses operadores também aparecem no começo da entrevista com Feliciano (V1): **“Paulista de Orlandia, onde mora com a mulher, pastora e três filhas, ele fala com grande franqueza sobre os assuntos em questão e certos atos exóticos praticados em Brasília”**. (VEJA, 2013a, p. 17) No trecho, *Veja* utiliza “**grande franqueza**” e “**atos exóticos**” como marcas argumentativas.

Outras marcas argumentativas encontradas na entrevista são: os recursos estilísticos da metáfora⁶, do trocadilho⁷ e da ironia, que, segundo Silva (1997), “dão conta de estabelecer entre o locutor e o alocutário uma interação própria do conhecimento de mundo que compartilham” (SILVA, 1997, p. 86). Silva explica ainda que o leitor consegue perceber o sentido do discurso irônico e metafórico, principalmente, por

⁶Metáfora é um recurso estilístico, uma figura de linguagem em que o que é dito adquire um sentido não muito comum, durante a relação de semelhança entre os termos utilizados. Ou seja, um termo substitui o outro.

⁷Um recurso retórico comumente utilizado em discursos humorísticos, o trocadilho é o fruto da semelhança de som (fonética) ou de sentido entre duas palavras.

contextualizar internamente o fato e as circunstâncias em que o discurso foi elaborado.

Na passagem **“Pastor pela Assembleia de Deus, ele foi indicado pelo Partido Social Cristão para presidir a Comissão de Direitos da Câmara e abriu as portas do inferno”** (VEJA, 2013a, p. 17), *Veja* utiliza a metáfora e o trocadilho para unir imagens apreendidas pelo leitor e enraizadas no discurso do senso-comum. Dois sentidos são possíveis pela polissemia da palavra **“inferno”**, utilizada para montar o discurso: o primeiro é a relação entre as minorias (homossexuais, negras etc) e a Igreja, historicamente conturbada (uma marca da historicidade), o outro é a junção das informações sobre a opção religiosa do pastor e a conduta que mantém como parlamentar.

Veja finaliza a entrevista com uma pergunta que retoma o estereótipo do homossexual afeminado, ironizando os costumes de Marco Feliciano com a aparência. Depois de ter perguntado ao deputado: **“O que o senhor acha da teoria segundo a qual impulsos homossexuais podem desencadear comportamentos agressivos em relação a gays?”** (VEJA, 2013a, p. 20), *Veja* encerra a entrevista questionando as práticas de Feliciano, retomando a ideia inicial do primeiro parágrafo dessa matéria, e utilizando o recurso da ironia: **“Além de fazer progressiva, o senhor tira as sobrancelhas?”** (VEJA, 2013a, p. 21). Em sua resposta, Feliciano se apoia nos argumentos biológicos e diz que tem essas práticas devido ao **“excesso de hormônios”**, remete ao estereótipo do **“machão”**, do viril. *Veja*, então, termina a reportagem da mesma forma como começou: recuperando o discurso de Feliciano como uma pessoa com tendências à homossexualidade, relacionando-a com feminilidade e cuidados estéticos.

Assim como *Veja*, *Junior* faz uso de adjetivos e metáforas, utilizados como marca argumentativa. Essas estratégias servem para validar e exaltar o que está sendo dito pela revista. Em J2, a revista introduz a entrevista com Daniela Mercury com um parágrafo baseado nesses recursos:

O calor do repique baiano esquentava uma tarde fria de outono em São Paulo. De dentro de uma sala de ensaios do CLAM – Centro Livre de Aprendizagem Musical, no bairro de Moema, uma voz conhecida canta “Por amor ao Ilê” acompanhada pela formação atual do histórico Zimbo Trio. É a voz marcante de Daniela Mercury, rainha do

axé, rainha da energia boa e **agora rainha da luta contra a homofobia** (JUNIOR, 2013b, p. 22, grifos nossos).

Nota-se, no trecho destacado, uma espécie de resumo da construção de imagem que *Junior* faz da cantora, por meio de enunciados anteriores, como é o caso de: **“uma beleza que fica ainda maior quando se está perto dela”** (JUNIOR, 2013c, p.23). Nessa sentença, o veículo militante usa o articulador **“ainda”** para somar argumentos e qualidades já pré-construídos no início da matéria, além de exaltar a imagem da cantora.

Ao longo da entrevista, *Junior* constrói um caminho a ser percorrido por Daniela rumo aos sentidos que a revista pretende produzir como espaço de militância. A primeira pergunta para a cantora diz respeito à maior manifestação gay anual: a Parada do Orgulho Gay: **“Como foi o convite para participar da Parada em São Paulo? Eu sei que vocês antes já tentavam essa participação, mas nunca tinha dado certo a agenda”** (JUNIOR, 2013c, p. 24). Nessa pergunta, o jornalista já introduz o sentido de que a cantora é, há tempos, uma simpatizante das causas gays, mesmo antes de se assumir publicamente. Isso ainda permite interpretar que seria uma **“honra”** para a cantora participar do evento, o que funciona para criar uma identificação ainda maior do leitor para com Daniela, reforçando, assim, sua imagem de ícone para a comunidade. Novamente, o jornalista se coloca como discurso competente para afirmar essa vontade da cantora, sem citar fontes, como se o sentido fosse evidente: **“eu sei”**.

A “Cura Gay” na entrevista aparece só na quinta pergunta, ligada também aos avanços positivos dos direitos civis dos homossexuais. Primeiro, a revista deixa evidente a cantora como ícone, como heroína, como simpatizante das causas gays, como parte das lutas homossexuais e como um reforço para elas. Depois, o veículo coloca em questão as causas pelas quais ela e toda a classe gay lutam, por meio da pergunta: **“E o que você acha desse momento atual do Brasil, onde temos avanços tão importantes quanto o casamento ao mesmo tempo em que temos Marco Feliciano e projeto de cura gay?”** (JUNIOR, 2013c, p. 25). É possível perceber os contrastes que a revista cria, mesmo sem dizê-lo. Com a pergunta e o modo como foi elaborada, *Junior* coloca no mínimo três momentos históricos das lutas homossexuais: o primeiro e mais claro é o casamento gay como direito civil, dando o primeiro tom positivo à

pergunta; o segundo é o contraponto representado por Feliciano e, por fim, o terceiro sentido de que a “Cura Gay” é um impasse já superado, tanto pelas atuais posições da Medicina, quanto pelos direitos civis. Portanto, ao mesmo tempo em que *Junior* cria a imagem dos ícones favoráveis às lutas gays, ela também transfere o papel do vilão para um dos personagens do cenário atual das manifestações e conflitos sobre homossexualidade: Marco Feliciano.

Verbos Introdutórios de opinião

Em *Veja*, a reportagem destinada à explicação do que leva os religiosos evangélicos a pregarem contra a homossexualidade e a favor de uma conversão dos homossexuais em heterossexuais foi construída com base nas falas negativas dos líderes dessas igrejas, apoiadas em verbos que introduziram as opiniões e produziram diferentes sentidos para a fala da fonte de informação.

A classificação dos verbos introdutórios de sentido e de opinião usada neste trabalho é aquela desenvolvida por Marcuschi (2007). Segundo o autor, os verbos introdutórios de opinião são utilizados como argumentativos do próprio autor do texto jornalístico, exercendo a função de organizar o discurso:

Os verbos introdutores de opinião têm uma função organizadora daquele texto pré-existente que pode ser oral ou escrito. Não se trata de uma atividade argumentativa, nem de uma ação direta do discurso relatado, e, sim de uma função construtora dos argumentos do autor (MARCUSCHI, 2007, p.163).

Marcuschi (2007) elenca sete categorias de verbos introdutórios. Essas classes gerais de funções organizadoras são:

- 1) Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas (declarar, afirmar, comunicar, anunciar, informar, confirmar, assegurar).
- 2) Verbos indicadores de força do argumento (frisar, ressaltar, sublinhar, acentuar, enfatizar, destacar, garantir).
- 3) Verbos indicadores de emocionalidade circunstancial (desabafar, gritar, vociferar, esbravejar, apelar, ironizar).

- 4) Verbos indicadores de provisoriedade de argumento (achar, julgar, acreditar, imaginar).
- 5) Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso (iniciar, prosseguir, introduzir, concluir, inferir, acrescentar, continuar, finalizar e explicar).
- 6) Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos (comentar, reiterar, reafirmar, negar, discordar, temer, admitir, apartear, revidar, retrucar, responder, indagar, defender, reconhecer, reconsiderar, reagir).
- 7) Verbos interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido (aconselhar, criticar, advertir, enaltecer, elogiar, prometer, condenar, censurar, desaprovar, incentivar, sugerir, exortar, admoestar).

Além dessas classes, o verbo “dizer” tem, de acordo com o autor, a finalidade de curinga, com sentido mais próximo ao ideal de objetividade buscado pelo jornalismo. Além disso, “dizer” pode assumir todas as funções já ditas, dependendo da fala a que se refere. A fim de criar um critério de análise mais rigoroso, foram selecionadas, para este artigo, apenas duas reportagens do corpus que abordam o tema “religião evangélica x homossexualidade” (V3 e J1). Foram construídas duas tabelas a partir da classificação de Marcuschi:

Tabela 1 – Verbos introdutórios em V3

Classificação	Verbos introdutórios de opinião e sentido	Total
1	Contar (2), Afirmar, Descrever, Observar	05
2	Garantir	01
3	Confessar	01
5	Lembrar	01
6	Considerar, Revelar	02
7	Aconselhar, Amenizar, Sugerir (2), Penitenciar	05
Curinga	Dizer (3)	03

Para Marcuschi (2007), a função dos verbos introdutórios de opinião é de, sobretudo, organizar o texto e seus argumentos dentro das estruturas linguísticas. Na reportagem V3, o curinga “dizer” é o mais utilizado, principalmente diante de falas de especialistas (três ocorrências), o que ajuda a mostrar certa busca por um discurso de objetividade. Os trechos em que a revista opta pelo verbo curinga são falas de fontes

especializadas. Além disso, ele é usado para introduzir a fala de um ex-transformista que diz ter passado a ter comportamento heterossexual depois de frequentar igreja evangélica. O outro caso é o único exemplo usado para abordar o que seria uma igreja inclusiva. A pouca intervenção causada pelo uso de “dizer” sugere ainda o reforço da credibilidade de quem fala: valem pelos depoimentos e pelos lugares de onde enunciam.

Em contrapartida, a revista também utiliza, boa parte das vezes, aqueles que direcionam o sentido a partir daquilo que foi percebido pelo repórter. O leitor, com o uso desses verbos, é orientado à percepção de “um” sentido. Um exemplo: no trecho **“Eu debochava da religião, não tinha respeito por Deus”** (VEJA, 2013c, p. 41), *Veja* utiliza o verbo **“penitenciar”** para afirmar o discurso de que se distanciar da Igreja e do Deus católico é errado e sofrível. Essa passagem foi retirada do momento em que *Veja* narra a experiência do ex-transformista e intitulado **“ex-gay”**.

Ao analisar os verbos que introduzem as falas dos pastores, nota-se que há uma maior utilização dos verbos interpretativos do caráter ilocutivo (MARCUSCHI, 2007). É o caso dos verbos como “aconselhar”, “sugerir” e “amenizar”: **“Irmão, é preciso arrumar uma mulher o quanto antes para casar e ter filhos – costuma aconselhar”** (VEJA, 2013c, p. 38).

O mesmo assunto trabalhado em *Junior* assume, como esperado, outro formato e produz sentidos outros. A revista militante se apoia no crescimento das igrejas inclusivas e, mesmo sem citar fontes e fazendo do seu próprio discurso o discurso competente, afirma que o **“(...) o movimento ganha cada vez mais projeção (...)”** (JUNIOR, 2013a, p.55). A seguir a classificação dos verbos em J1:

Tabela 2 – Verbos introdutórios em J1

Classificação	Verbos introdutórios de opinião e sentido	Total
1	Dizer* (4), Declarar	05
4	Acreditar	01
7	Indicar	01

A pouca incidência de verbos introdutórios se dá por conta do caráter de discurso competente que o texto de *Junior* carrega, o que faz com que a revista tenha poucos entrevistados e, portanto, poucas falas para referendar por meio de verbos introdutórios. O discurso competente é aquele que, de acordo com Chauí (1986, p. 19), “pode ser proferido e aceito como verdadeiro ou autorizado (...), porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”. A revista, em relação aos seus

interlocutores, coloca-se como autorizada a, mesmo transgredindo regras próprias do jornalismo, como a citação de falas e a justificativa de dados, produzir informações sobre a comunidade.

O grande número do verbo curinga “dizer”, diferente de *Veja*, não se justifica pela função da fala da fonte ouvida, ou por sua importância, mas pelo sentido produzido pelas outras palavras do discurso de *Junior*:

A acusação que pesa sobre o Padre Beto é pesada: ele é acusado de cometer heresia e de ferir os dogmas da fé religiosa ao divulgar na internet suas opiniões sobre o tratamento dado pela Igreja Católica aos temas sexuais. “O referido padre **feriu** a Igreja com suas declarações consideradas **graves** contra os **dogmas** da Fé Católica, contra a moral e pela deliberada **recusa de obediência** ao seu pastor (obediência essa que prometera no dia de sua ordenação sacerdotal), incorrendo, portanto, no gravíssimo delito de **heresia** e cisma cuja pena prescrita no cânone 1364, parágrafo primeiro do Código de Direito Canônico é a excomunhão anexa a estes delitos”, **diz** a nota (JUNIOR, 2013a, p. 56, grifo nosso).

No caso do trecho acima, *Junior* não utilizou o verbo introdutório de opinião para desqualificar o discurso da nota. O que a revista fez foi manter palavras exclusivas do discurso da igreja e da nota publicada, como “**feriu**”, “**graves**”, “**dogmas**”, “**recusa da obediência**”. Como um discurso de oposição, *Junior* utilizou o termo “**é acusado**” para desqualificar o que expõe em seguida. Percebe-se que, no texto da igreja, o padre já é considerado culpado, os verbos indicam ações que foram consumadas e, portanto, são condenadas. A revista, por outro lado, desqualifica essa posição com as palavras “**acusado**” e “**acusação**”. Essas palavras retomam o sentido de “**injustiça**”.

Os verbos, sempre em tempos do indicativo e na voz ativa na nota da Igreja reproduzida, dão categoricamente o caráter de certeza da afirmação, enquanto *Junior* coloca em dúvida todo esse discurso construído pela Igreja, ao utilizar construções na voz passiva. Por fim,

nota-se a utilização do verbo curinga “dizer”, que ameniza sentidos sobre aquilo que foi dito, porque o sentido que a revista pretendia já tinha sido construído com o uso de “acusar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estereótipos foram frequentemente retomados e ressaltados durante a constituição e a formulação do discurso das duas revistas sobre a “Cura Gay”. Uma dessas regularidades e evidências está na cristalização de um imaginário de homossexual masculino necessariamente afeminado, que permeou a entrevista do deputado e pastor Marco Feliciano em *Veja*. A revista ainda estabeleceu a relação vaidade x homossexualidade no próprio entrevistado, tanto pelos adjetivos que usou, quanto pela ironia das perguntas, além da relação que construiu entre “metrossexualidade” e “homossexualidade”. Ou seja: o gay é representado como aquele que é vaidoso e se cuida do ponto de vista estético, uma forma frequente de enxergar a homossexualidade pela sociedade.

Quando o pastor Feliciano aparecia nas reportagens de *Junior*, era colocado como o vilão, como aconteceu no momento em que a revista relacionou a “cura gay” com o deputado, na entrevista com Daniela Mercury. De fato, isso acontece mais pela ligação de Feliciano com a igreja evangélica do que com a política, uma vez que os direitos civis dos gays avançam no âmbito político e a religião apresenta-se como uma espécie de freio.

Os heróis da militância, representados por *Junior*, aparecem também em diferentes estereótipos: 1) com a cantora Daniela Mercury, que assumiu publicamente a homossexualidade e, com palavras da revista, tornou-se “diva”, rainha e ícone das lutas pelos direitos gays, 2) com as igrejas inclusivas que assumiram o papel do herói que sofre por ser rejeitado tanto pela sociedade quanto pelas outras igrejas evangélicas e 3) com o Padre Beto, que enfrentou a própria opção religiosa e sofreu a excomunhão por ser a favor dos direitos civis homossexuais.

Com todas essas imagens, *Junior* deu o tom encorajador e positivo para suas reportagens, mesmo quando o assunto é dos mais delicados para a vida de um gay. Mesmo que a “Cura Gay” seja um retrocesso para as lutas homossexuais, bem como para seus direitos e para a Medicina, a militância dá um tratamento ao assunto da forma mais positiva que encontra, através dos estereótipos heroicos que produz.

As igrejas inclusivas, em *Veja*, não foram representadas da mesma forma, embora também foram citadas nas reportagens. Enquanto *Junior*

prevê o crescimento e aceitação dessas denominações religiosas, *Veja* coloca essa opção como sendo minoria, e perde o caráter encorajador que a revista gay cria.

Apesar do aspecto militante, mesmo *Junior* não consegue desvincular a promiscuidade da imagem do homossexual masculino. Isso acontece não só pelos ensaios eróticos que dominavam as publicações, mas também pelo discurso sobre a vida sexual desregrada do gay, presente na revista. Nesse sentido, a revista não se distancia de *Veja*, que também faz circular esse mesmo estereótipo.

Com todos os acontecimentos sobre a homossexualidade, sobretudo na CDHM, os manifestantes gays e simpatizantes que protestaram pelos direitos homossexuais e em prol da exclusão do projeto “Cura Gay” também ganharam diferentes imagens nas duas revistas: o que circulou em *Junior* fazia referência ao protesto democrático, ao direito de protestar, o que convidava o seu leitor também a participar das manifestações e encorajava a lutar por tudo aquilo que acreditava ser necessário mudar no país (como foi dito em J2). Enquanto isso, *Veja* os colocou na posição de baderneiros violentos, claramente menosprezando as causas homossexuais.

Impossível seria não notar os traços históricos recuperados pelas duas revistas. Ambas colocaram a igreja como o maior desafio das lutas homossexuais, embora a “Cura Gay” seja um projeto mais relacionado à Psicologia e à Medicina do que à religião. *Veja* deixa sua posição clara em relação aos avanços dessas lutas, ou seja, a necessidade de tratar os assuntos com a “**máxima cautela**”. Essas considerações mostram que o caráter de assujeitamento do dizer aos fatos históricos e a imagem de um interlocutor. A revista, de fato, ressalta as lutas gays, mas permanece com o seu discurso sexista/heteronormativo, inclusive, com base nesses mesmos acontecimentos.

Junior manteve as características da mídia homossexual do período: boa parte das suas páginas dedicada aos ensaios eróticos masculinos, o vocabulário popularmente conhecido pelos gays (como o uso das palavras “**diva**” e “**rainha**”, gírias homossexuais), a abordagem de temas conflituosos e o sentido positivo das reportagens. A “Cura Gay” é colocada nas páginas de forma sutil, como um obstáculo superado. Porém, mesmo com a militância, sobredeterminado pela história como sempre será o discurso, *Junior* materializa deslizos próprios da opacidade do dizer: tem seu discurso imerso, algumas vezes, nas águas do moralismo, como mostra o estereótipo do erotismo e da promiscuidade.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne. *Estereótipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 15-25.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GREGORI, Antônio Eduardo. *A imprensa homossexual no Brasil: 20 anos de história*. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) – Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- LIMA, Marcus Antônio Assis. *Breve Histórico da Imprensa Homossexual no Brasil*, Revista Cronos, Pedro Leopoldo, 2011, pp. 21-30.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 146-168.
- MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo opinativo*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2006.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 1989.
- PEREIRA, Tais Assunção. Os estereótipos nos meios de comunicação. In: SILVA, Rafael Souza. *Discursos simbólicos da mídia*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 73-88.
- SANTOS, Joseylson; VELOSO, Maria do Socorro. Corpo e Sentimento – 46 anos de imprensa gay no Brasil. XXXII Congresso Brasileiro de Comunicação. *Anais...* Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: ><http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-joseylson-veloso-maria-corpo-e-sentimento.pdf>< Acesso em: 12 out. 2017.
- SILVA, Tereza Santos. A subjetividade aparente dos operadores argumentativos na construção do texto jornalístico. *Working Papers*, Florianópolis, vol. 2, n. 1, jul./dez. 1997. Disponível em:

><https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/download/661/1628>< .Acesso em: 12 out. 2017.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. *Mal-Estar e Subjetividade*. v. 9, n. 2, Fortaleza, jun-2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006. Acesso em: 04 nov. 2017.

Periódicos: revista *Veja*

“EU acredito no diálogo”. *Veja*, São Paulo, ano 46, mar. 2013. Páginas Amarelas.

A REVELAÇÃO pública de Daniela. *Veja*, São Paulo, ano 46, abr. 2013.

NOS BASTIDORES da Cura Gay. *Veja São Paulo*, São Paulo, ano ____, mar. 2013. Suplemento.

Periódicos: revista *Junior*

FÉ INCLUSIVA: as igrejas que acolhem os gays só crescem. *Junior*, São Paulo, ano ____, mai. 2013.

DANIELA Mercury: entrevista com a Diva. *Junior*, São Paulo, ano ____, jun. 2013.

O PAÍS das manifestações. *Junior*, São Paulo, ano ____, jul. 2013. Eu Leitor.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 09/11/2018

DA SINTAXE AO DISCURSO: O JURÍDICO, O POLÍTICO E A ÉTICA NOS EFEITOS DE SENTIDO DA/SOBRE A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Augusto Radde⁸

RESUMO: Neste texto, cuja base teórica é a Análise de Discurso francesa, realizo uma leitura acerca do *político* e do *jurídico*, entrelaçados pela *ética*, na constituição das significações do discurso jurídico – considerado como *da* saúde pública – a fim de contrastá-lo ao discurso *sobre* a saúde pública e perceber as contradições que emergem dessa confluência de saberes. Saliento o olhar especial que será dado ao artigo 196 da Constituição Federal de 1988, o qual abre a seção destinada à saúde, do qual recorto o início a fim de que seja realizada uma leitura: *A saúde é um direito de todos e dever do Estado*. A organização sintática desse enunciado aponta ao fato de que se estabelece um jogo entre falta e excesso, instaurado principalmente pelo uso do pronome *todos*. A partir de então, maneiras de lidar com o discurso jurídico vão delineando sentidos através de discursos *sobre* a saúde pública – produzindo efeitos de regularidade, os quais apontam diferentes modos de subjetivação a respeito do *direito* e do *dever* garantidos na lei da saúde pública, produzindo efeitos de sentido.

Palavras-chave: Sintaxe; Discurso; Saúde Pública; Ética; Efeitos de Sentido.

ABSTRACT: In this text, whose theoretical basis is the French Discourse Analysis, I present a interpretation about the *political* and the *juridical*, intertwined by the *ethics*, in the constitution of the juridical discourse – considered *from* public health – in order to contrast it with the discourse *about* public health and perceive the contradictions that emerge from this confluence of knowledge. I emphasize the special attention that will be given to the article number 196 of the 1988 Federal Constitution, which opens the section addressed to health, from which I cut the beginning to propose a interpretation: *Health is a right of all and a duty of the State*. The

⁸ Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES, atua como pesquisador na área de Estudos da Linguagem e é membro do grupo de pesquisa Oficinas de Análise de Discurso: Conceitos em movimento (UFRGS).

syntactic organization of this enunciate points to the fact that there is a movement between absence and excess, instated mostly by the use of the pronoun *all*. From this point on, ways of dealing with the juridical discourse are delineating meanings through discourses *about* public health – producing effects of regularities, which points to different ways of subjectivation about *right* and *duty* granted by the law of public health, producing effects of meaning.

Keywords: Syntax; Discourse; Public Health; Ethics; Effects of meaning.

Introdução

Neste trabalho, observo os efeitos de sentido que se regularizam na contemporaneidade a respeito da saúde pública no Brasil. Para tanto, considero, com Pêcheux (1988 [1975], p.263), que “o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório”. Destaco, ainda, a importância de se considerar que o discurso, em sua relação intrínseca com a língua, funciona como um processo e “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam esses efeitos de sentido. Esta materialidade específica da língua remete à ideia de “funcionamento” (no sentido saussuriano), por oposição à ideia de “função” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 171, grifo e aspas do autor).

Muito se diz atualmente sobre a saúde pública no Brasil. Discursos caracterizados como *da* saúde pública, bem como *sobre*, *pela* e *contra* a saúde pública, os quais produzem efeitos de sentidos que remetem ao jogo entre o *dentro* e o *fora* desse lugar. Realizo aqui, a partir dessa relação, uma leitura acerca do *político* e do *jurídico*, entrelaçados pela *ética* (INDURSKY, 2002), na constituição das significações do discurso jurídico – considerado como *da* saúde pública – a fim de contrastá-lo ao discurso *sobre* a saúde pública e perceber as contradições que emergem dessa confluência de saberes. Aponto desde já o olhar especial que será dado ao artigo 196 da Constituição Federal de 1988, o qual abre a seção destinada à saúde na parte que lhe cabe em tal documento, do qual recorro o início para abrir a próxima seção deste texto: *A saúde é um direito de todos e dever do Estado*.

A saúde é um direito de todos e dever do Estado: língua, sintaxe e efeito de sentidos

À saúde atribuem-se designações que a mantém fiel ao discurso médico e jurídico desde muito tempo. Falar em saúde sempre reclama algo que a ela se opõe diretamente, ou seja, enquanto construção discursiva, ela remete à qualidade de se estar bem fisicamente, com um corpo forte, saudável, normal, ao contrário da doença, a qual, inversamente, designa um corpo fisicamente frágil, doente, anormal. Essa designação de *saúde*, quando determinada pelo adjetivo *pública*, aponta mais uma estabilização de sentidos e, diante dela, somos levados a pensar em equidade no atendimento, na possibilidade de igualdade no acesso aos serviços de saúde, independente da condição social dos sujeitos. Tanto é verdade que o discurso jurídico organiza-se em torno dessa premissa e legisla dizendo que a saúde é um direito de *todos*.

Entretanto, é nessa regularidade, marcada linguisticamente por esse pronome, que podemos pensar a opacidade, já que o *todos*, no enunciado, produz um *efeito* de regularidade dos sentidos que joga entre o excesso e a falta. Ou seja: Essa marca linguística afeta-me a investigar porque funciona como um ponto de acesso ao discurso. O excesso produzido na materialidade linguística pelo uso desse pronome indefinido reflete uma economia do sistema linguístico na tentativa de saturar o sentido, contudo aponta para uma falta que é da ordem da história. Essa designação na língua leva à pergunta sobre um aspecto que é do social. Ao ocupar a posição sintática de complemento nominal de *direito* no enunciado “Saúde é *direito de todos* e dever do Estado”, esse pronome compõe uma construção que reclama a seguinte pergunta: Quem são os indivíduos afetados no social por esse direito à saúde, quem são *todos*?

Essa maneira de lidar com a língua configura o modo de considerá-la como um lugar de equívoco, de heterogeneidade, bem como de considerar que “(...) ela constitui igualmente substância, matéria possível para as fantasias [*fantasmes*], conjunto inconsistente de lugares para o desejo – a língua é, desse modo, aquilo que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos inimagináveis para que a verdade, no compasso das palavras, fale” (MILNER, 2012, p.22, destaque do autor). Essa verdade, convém salientar, não é aquela do senso comum, em oposição à mentira, mas aquilo que vem do inconsciente e insiste em penetrar por entre os espaços preenchidos pelas palavras, balançando a estrutura da língua e colocando em prova a sua transparência.

Esse compasso das palavras no jogo apresentado pelo enunciado em análise reclama, para que se perceba os efeitos de sentido, a história. Por se tratar de uma questão amparada pelo discurso jurídico, a partir da legislação que assegurou o período de redemocratização do Brasil⁹, a saúde pública aparece como um recurso que oscila entre o direito e o dever, apontando o movimento inerente ao que é de ordem legal. Diferentemente da parte do discurso constitucional dedicada ao que não pode ser feito, responsável por conduzir as práticas sociais com base no *dever* do cidadão, o que se diz da saúde pública no texto referenciado é formulado fundamentalmente para amparar o *direito* do cidadão; entretanto, no funcionamento discursivo de ambos, há um entrelaçamento entre o *jurídico* e o *político* participando da produção dos efeitos de sentido. Voltarei a essa questão adiante, mas antes dou um salto de volta ao passado para tratar da língua e, particularmente, da sintaxe.

A questão da determinação em linguística aparece como aquilo que relaciona a posição dos elementos na organização sintática da frase, fazendo ressoar o que predominou no pensamento dos gramáticos a esse respeito. Arnauld e Lancelot (2001) apresentam uma leitura da Gramática de Port-Royal, a qual, ao seguir essa direção, entende a relação entre os substantivos e os adjetivos como uma oposição entre substâncias / coisas e modos das coisas / acidentes, respectivamente, de tal forma que os segundos dependeriam dos primeiros para existirem no discurso¹⁰. “Já que a substância é aquilo que subsiste por si mesmo, chamaram-se substantivos todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de outro nome, ainda que signifiquem acidentes”. E de forma totalmente inversa, “(...) foram chamados adjetivos mesmo aqueles que significam substâncias, quando por sua maneira de significar, devem estar juntos a outros nomes no discurso” (ARNAULD & LANCELOT, 2001, p.32-33). Como podemos perceber, a distinção se dá a partir do que prevê a distribuição dos elementos por características de dependência em relação a outros elementos do discurso.

⁹ Refiro-me ao texto da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

¹⁰ Essa concepção de discurso adotada pelas gramáticas, das clássicas às modernas, difere-se da que adotamos na Análise de Discurso, pois refere-se ao campo da fala, estando totalmente dependente da organização interna da língua e a mercê de um sujeito que o manipula. A nosso ver, discurso relaciona-se à língua de outra forma, visto que essa relação coloca em cena os processos os quais, em funcionamento, materializam-se na base linguística, afetados pelo exterior, que é responsável por abrigar a historicidade dos sentidos e a ideologia.

No caso do objeto em análise, num âmbito geral, o adjetivo *pública* funciona como um determinante linguístico do substantivo saúde, estabelecendo no discurso, pelo jogo das palavras na organização sintática, uma característica da saúde, a qual é assim determinada para caracterizar um tipo específico: a saúde oportunizada e garantida por lei a todos os cidadãos brasileiros. E essa determinação aparece no enunciado em tela através da formulação *direito de todos*, produzindo efeitos de sentido que vão na mesma direção, através de uma relação de paráfrase – noção que será retomada adiante a fim de que seja esclarecida a concepção discursiva em que me apoio para pensá-la na produção dos sentidos.

Essas relações, amparadas pela lógica que prevê uma relação entre as coisas do discurso e as coisas do pensamento, estabelecem uma maneira de lidar com a língua e, apesar de apontarem a uma exterioridade, limitam-se a restringir as significações ao sistema, interrompendo o percurso em direção a uma semântica a qual, efetivamente, coloque em tensão as coisas relativas ao que está dentro e as que dizem respeito ao que está fora da língua. Na mesma direção seguiram os estudos linguísticos, de cujos um dos expoentes é Chomsky e a sua gramática gerativa (GGT). Segundo o linguista, a dicotomia *competência / desempenho* marca as especificidades da língua, caracterizando sua existência sistemática.

A *competência* aponta o fato de que há uma estruturação sintática de conhecimento inato dos falantes, capaz de gerar sentenças adequadas às regras estipuladas para essas sentenças, o que as torna *gramaticais*, em oposição às sentenças geradas sem as propriedades adequadas a essas regras, portanto, *agramaticais*. Já o *desempenho* aponta o fato de que o falante possui a capacidade intuitiva de julgar adequadas ou inadequadas as sentenças de sua língua, de acordo com o as propriedades globais de um enunciado, o que lhe permite a possibilidade de aceitar ou rejeitar determinadas sentenças geradas na língua, conferindo ao desempenho a característica de *aceitabilidade*.

Em “Aspects” (1965), traduzida para o espanhol como “Aspectos de la teoría de la sintaxis”, com base na dicotomia apresentada, Chomsky estabelece uma relação entre sintaxe e semântica no que se refere às fronteiras que as separam, a partir do que denominou de *graus de gramaticalidade*. Segundo o autor:

As orações que quebram regras de seleção
podem ser, frequentemente, interpretadas

metaforicamente (em particular, como personificações – cf. BLOOMFIELD, 1963 –) ou alusivamente de um a maneira ou de outra, se a elas é fornecido um contexto apropriado de maior ou menor complexidade. Quer dizer, essas orações são, ao que parece, interpretadas mediante uma analogia direta com orações bem formadas que observam as regras de seleção em questão¹¹ (CHOMSKY, 1971 [1965], p.141).

Essa passagem segue o raciocínio do autor sobre as particularidades, os tipos de quebras de regra responsáveis por uma aberração que vem a produzir orações com maior ou menor grau de gramaticalidade. Para diferenciar de outras violações das regras estruturais de uma língua, é apresentada a célebre sentença *colorless green ideas sleep furiously* (incolores ideias verdes dormem furiosamente). Para o autor, há aí um caso de violação das regras de seleção pelos traços sintáticos, a qual diz que algumas unidades lexicais não podem ser encaixadas na frase se não sustentarem a relação entre forma e sentido já estabelecida pela categoria dominante do ponto de vista da seleção. O substantivo, no caso.

Sobre essa sentença, o linguista postula que, apesar de não possibilitar uma leitura coerente, já que construída sem a possibilidade de um sentido claro, ela não deve ser considerada agramatical, tendo em vista que respeita a estruturação gramatical da língua. A colocação de adjetivos excludentes e de um verbo que não condiz com uma ação executada pelo sujeito designado por tal substantivo (*ideas*), torna a frase a-semântica sem que, contudo, perca seu traço de gramaticalidade, o que deixa clara a soberania dada à sintaxe em relação à semântica na teoria chomskyana. A aberração consistiria, desse modo, no que diz respeito ao sentido global do enunciado, portanto, à *aceitabilidade*, mantendo-se a sentença num alto grau de *gramaticalidade*.

¹¹ A tradução é minha. Transcrevo aqui o trecho original da versão em espanhol: *Las oraciones que quebrantan reglas seleccionales pueden ser interpretadas, a menudo, metaforicamente (en particular, como personificaciones – cf. BLOOMFIELD, 1963 –) o alusivamente de una manera o de otra, si se las provee de un contexto apropiado de más o menos complejidad. Es decir, estas oraciones son, a lo que parece, interpretadas mediante una analogia directa com oraciones bien-formadas que observan las reglas seleccionales em cuestión.*

Podemos ver nesse posicionamento a ideia de que haveria um sentido preexistente determinando e julgando o possível, com base em regras rígidas e excludentes, mesmo que reconheça a existência do agramatical na estrutura. Desse modo, não há na teoria chomskyana, contraditoriamente, um espaço para que pensemos e trabalhemos a subversão, o impossível que coexiste na sintaxe da língua, visto que se constitui “(...) em um modelo teórico que pensa a *linguagem* como ‘órgão mental’ e não-contraditória da *língua* e da *sintaxe*. A GGT apaga assim sua própria descoberta ao encobri-lo no espaço da normalidade biológica” (FERREIRA, 2000, p.88, grifos da autora). Logo, apesar de reconhecer o absurdo da língua – conforme a noção de agramatical –, o falante deve julgar aquilo que se revela da ordem do impossível e, portanto, não pertencente à língua.

Pensar na possibilidade de subversão permite, também, pensar que na estabilidade de um enunciado “perfeito”, de acordo com as regras da língua, é possível haver pontos de acesso ao discursivo, ou seja, na aparente normalidade lógica da organização sintática, há pistas para que cheguemos aos sentidos na história, a partir da relação entre o que é interno e externo ao sistema. É o caso do enunciado o qual serve de título a esta seção e será analisado a seguir, a partir de uma leitura discursiva da sintaxe em sua relação com os efeitos de sentido. O que vimos até agora não nos permite caminhar em direção aos efeitos, apenas reconhecer o diferente para excluí-lo do que na estrutura da língua é imaginariamente estabilizado.

Sintaxe, Discurso e Efeitos de sentido

Do ponto de vista da análise do discurso, a sintaxe constitui-se em uma ferramenta primordial para que pensemos nos efeitos de sentido. Ela faz uma mediação entre a forma e o conteúdo, pois possibilita que percebamos a relação entre a ordem¹² da língua e a dos processos de enunciação, os quais determinam a fronteira entre o dito e o rejeitado / não dito no discurso através de enunciados concretos, conforme Pêcheux

¹² Segundo Orlandi (1996), há uma diferença entre a organização e ordem da língua: enquanto a primeira diz respeito apenas aos aspectos internos ao sistema linguístico, a segunda faz referência à articulação entre a ordem da *língua*, enquanto *sistema significante* e a ordem da *história*, enquanto *materialidade simbólica*, considerando a afetação mútua entre elas. Para a autora, essa articulação deve ser observada pelo analista através de um lugar específico, denominado de ordem do *discurso*.

e Fuchs (2010[1975]). Desse modo, ela organiza as relações entre as unidades da língua, as quais também são responsáveis pelos efeitos de sentidos percebidos em uma análise, diferentemente da concepção no modelo chomskyano. Há uma substituição, portanto, desse modelo que prevê a sintaxe “(...) como instância única de articulação entre forma e sentido, por outros, nos quais a articulação é apreendida em diferentes planos (morfológico, lexical, sintático, semântico-discursivo)” (FERREIRA, 2002, p.98-99).

Dessa forma, é dividindo espaço com outras instâncias de significação que a sintaxe contribui para a concepção discursiva de língua, já que todas as categorias do sistema linguístico podem, na materialidade de um enunciado, servir de pistas para que se chegue aos efeitos de sentido na história. É nesse sentido que Pêcheux e Fuchs (2014[1975], p. 176) nos esclarecem sobre as articulações entre os *mecanismos sintáticos* e os *processos de enunciação*:

Antes de mais nada, o léxico não pode ser considerado como um ‘estoque de unidades lexicais’, simples lista de morfemas sem conexão com a sintaxe, mas, pelo contrário, como um conjunto estruturado de elementos articulados sobre a sintaxe. Em segundo lugar, a sintaxe não constitui mais o domínio neutro de regras puramente formais, mas o modo de organização (próprio a uma determinada língua) dos traços das referências enunciativas. (destaque dos autores)

Em outro texto, o qual Pêcheux escreve com Gadet (2004 [1981]), a questão da sintaxe é retomada para apontar em que a leitura de Chomsky deixou escapar o que viu de fundamental, qual seja a relação entre o possível e o impossível da língua. De acordo com os autores, a cegueira do linguista sobre a discursividade não lhe permitiu avançar na direção de um mundo semanticamente desestabilizado, onde o sentido não preexistiria comandando de fora as decisões dos falantes sobre o que deveria ou não pertencer à língua. A citação que segue esclarece bastante essa virada de concepção a qual prevê a intervenção de sequências exteriores e independentes, existentes no interdiscurso – lugar de

Da sintaxe ao discurso: o jurídico, o político e a ética nos efeitos de sentido da/sobre a saúde pública no Brasil | 47
saturação dos sentidos (PÊCHEUX, 1988) –, produzindo efeitos na constituição dos sentidos de uma sequência dada:

Essa conversão teórica, levando em conta a existência histórica das ‘materialidades discursivas’, desloca ao mesmo tempo a questão do sujeito e a dos dados, já que, além da análise sintática da sequência, ela tende a substituir a interpretação semântica (sobrecarregada de pressupostos lógico-jurídicos, em que a semântica repete as categorias do direto, macaqueando-as), por uma prática de interrogação dos textos referidos à sua posição em um campo histórico (GADET & PÊCHEUX, 2004[1982], p. 158, aspas dos autores).

Henry (1990), em um texto que trata das construções relativas em sua relação com a *determinação* na concepção discursiva, problematiza o exposto pela gramática de Pot-Royal, a partir dos autores supracitados, a fim de mostrar que a questão da determinação linguística torna-se ineficiente para tratar dos efeitos de sentidos os quais derivam não só da língua mas das relações com a ideologia, também responsável pelo que é dito e não dito na concretude do discurso. Para tanto, o autor retoma Milner e Chomsky¹³, no que eles avançaram em relação à gramática clássica, ao trazer aspectos como referência e contexto, bem como na limitação teórica de ambos, para chegar à conclusão de que a autonomia da língua é, de fato, relativa.

A referência não pode estar subordinada à articulação entre sintaxe da língua e o pensamento do mundo exterior, permitindo escolhas ligadas à semântica de um mundo normal, mas sim relacionada aos processos de determinação sócio-históricos, concepção com a qual a noção de substituição, a partir das relações de paráfrase, é mais condizente. A autonomia referencial característica de algumas unidades lexicais em comparação a outras unidades, seja em relação à designação de

¹³ As obras dos autores, mencionadas por Paul Henry, são *Arguments Linguistiques* (1973) e *Aspects* (1965), respectivamente. Esta última também consultada e citada por mim neste trabalho.

seres correspondentes no mundo das coisas – como no caso dos substantivos em Chomsky –, ou em relação à referência contextual a qual permite que alguns nomes de qualidade sejam independentes dos atos de enunciação e outros não – como no caso dos adjetivos em Milner –, perde seu valor explicativo.

Segundo o autor, isso se dá devido à intervenção do contexto em que as unidades aparecem, o que faz da referencialidade uma noção problemática, “(...) já que ao mesmo tempo ela coloca problemas teóricos sérios e se é conduzido a considerar o caráter referencial ou não referencial de uma unidade não como uma característica intrínseca desta unidade, mas como um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente a sintaxe e fatores semânticos” (HENRY, 1990, p. 51). Eu diria, ainda, que se colocam fatores da ordem do discurso, em sua relação com a ideologia e com a historicidade dos sentidos.

Ao avançar seu raciocínio, ele problematiza a questão da *substituição* de unidades, independentemente dos graus de sinonímia, para concluir que é pela possibilidade de substituir um termo por outro que a questão da referencialidade deve ser posta, ou seja: os efeitos de sentido não surgem da independência das unidades, mas das relações estabelecidas entre elas. “Em outros termos, seria a substitubilidade da unidade que constituiria o objeto do discurso em objeto exterior ao discurso, precisamente porque ele é susceptível de aí figurar por formas diferentes daquela que o representa sem que o sentido do discurso seja modificado.” (*Idem*, p.52) Passo agora a problematizar a questão da determinação sob o viés discursivo, para em seguida retomar as questões do político e do jurídico na observação dos efeitos de sentido...

Sobre a Determinação Discursiva: uma análise

Em que pese o exposto acima, ainda com Henry (1990), compartilho da ideia de que seja impossível “(...) designar qualquer coisa senão através de unidades que podem ser substituídas por outras expressões numa paráfrase”(p.52), entendendo-a, sob a ótica discursiva, como responsável pelo fato de o sentido constituir-se como um efeito, bem como pelo fato de que fatores sócio-históricos, abrigados na exterioridade do discurso, não cessam de se materializar na estrutura sintática da língua. Vejamos como Pêcheux e Fuchs nos esclarecem esse entrelaçamento:

Queremos dizer que, para nós, a produção de sentido é estritamente indissociável da

Da sintaxe ao discurso: o jurídico, o político e a ética nos efeitos de sentido da/sobre a saúde pública no Brasil | 49
relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica dessas sequências constitui o que se poderia chamar de “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (FUCHS & PÊCHEUX, 2014[1975], p166-67).

Por esse caminho, para que o discurso seja produzido, a articulação entre formações ideológicas e discursivas é apagada para o sujeito, de maneira que a relação de sentido entre o seu dizer, o dizer de outra posição sujeito no interior da mesma formação discursiva e/ou o dizer de uma posição sujeito determinada por outra formação discursiva, cuja discursividade lhe serviu de matéria, é por ele esquecida. Esse movimento de retorno entre sequências discursivas, materializado nas relações de paráfrase, dá origem ao sentido e o constitui enquanto efeito, isto é: atesta o fato de que nada está pronto e a correspondência entre a linguagem e o pensamento está longe de ser perfeita, sem falhas ou controlada pelo sujeito.

Olhemos para o funcionamento da sequência mencionada acima:

Sd1 - *A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Como disse no início deste texto, o trecho em destaque nessa sequência constitui o objeto por ora em análise. Para tanto, o trago de onde foi retirado: do artigo completo que abre a seção dedicada à legislação específica sobre saúde da Constituição Federal.

Observando a organização sintática dessa parte em destaque na sequência, percebemos duas determinações linguísticas saturando substantivos na primeira oração: uma responsável por determinar o termo *saúde*, em forma de predicado nominal que, através de um predicativo, funciona como seu qualificador, sob o esquema N é ___ (direito de todos). E outra responsável por determinar, no interior desse predicativo, o termo *direito*, na forma de um complemento nominal, sob o esquema N de ___ (de todos). Como podemos ver, estou reduzindo ainda mais a

sequência, com foco na parte que diz respeito à saúde como direito, por considerá-la como suficiente para este momento da análise.

Como já mencionado acima, a colocação do pronome *todos* na posição de determinante produz um efeito de saturação de sentido – efeito comum ao uso de determinantes discursivos – representando na língua algo que está desse modo indeterminado no interdiscurso, mas que pode ser recuperado na história, ou seja: *todos*, na transparência de seu sentido de totalidade, de universalidade – termo que inclusive aparece na sequência sob a forma do adjetivo *universal* – torna-se opaco se observarmos que ele pode retomar, sob outro efeito de sentido, as minorias, as classes dominadas na luta de classes. Esse termo, ao saturar o sentido de *direito*, o faz para saturar também o sentido de *saúde*, através de uma relação de paráfrase a qual, no interior da Formação Discursiva (FD) da saúde, permite à posição sujeito plenamente identificada com essa matriz de sentido a reformulação – no nível da determinação discursiva – através da substituição do adjetivo *pública* por tantos outros termos. Tal funcionamento existe a fim de manter o sentido sob o efeito de regularidade e, assim, dissimular sua determinação histórica, a qual abriga as contradições no que diz respeito ao acesso aos bens sociais.

Linguisticamente falando, *todos* não retoma referencialmente nenhum substantivo no contexto do enunciado, mas funciona pela substitubilidade, a qual faz referência àquilo que está fora, não dito neste enunciado. É preciso recorrer às políticas públicas de saúde direcionadas a grupos específicos e bem determinados historicamente no seio das práticas sociais, os quais possuem representatividade frente às desigualdades de direitos que afetam as relações de classe, na formação social capitalista. E, desse modo, percebemos a *determinação discursiva* como um efeito decorrente de “(...) sucessivas determinações que vão desde o nível linguístico, passam pelo fio do discurso, projetam-se no processo discursivo e afetam as propriedades do discurso” (INDURSKY, 2013[1997], p.312).

O que fica de relevante, por ora, é a percepção de que *determinação* e *indeterminação* funcionam mutuamente como maneiras de se perceber o funcionamento do discursivo na sistematicidade da língua. Nesse sentido, “um processo que aparentemente só constrói a especificidade do dizível acaba por instaurar, pelo recalçamento do que poderia ser dito, uma zona de indeterminação no interior do próprio processo discursivo. Ou seja, *a indeterminação é fruto do processo de determinação*” (*Idem*, p. 316, grifo meu). E essa relação entre o dito e o não dito, portanto, constitui os sentidos na

ótica discursiva. Agora retomo a teoria para, na sequência, voltar à análise...

Sobre o Jurídico e o Político: outra análise

Indursky (2002) apresenta uma relação importante para que visualizemos as tramas discursivas que se materializam na língua. É com base em seu estudo que trago o entrelaçamento entre o *jurídico*, o *político* e a *ética* para pensar os discursos *da/sobre* a saúde pública. De acordo com a autora, o *político* não se confunde com o discurso político, tampouco o *jurídico* com o discurso jurídico, da mesma forma que ambos podem funcionar articulados em diversos discursos a que estamos expostos.

O político estaria funcionando como representação das forças sociais nos discursos, funcionando em campos discursivos diversos, não restrito, portanto, ao discurso político, apesar de não permear qualquer discurso. O político, nesse sentido, é um trabalho de construção discursiva do social. De modo semelhante, o jurídico constitui um trabalho que está no social, penetrando em práticas e discursos que remetem ao imaginário social sobre o que é legal ou ilegal, a partir do que preconizam os discursos jurídicos, os quais, responsáveis por ditar as regras e as normas a serem seguidas pelos cidadãos – e pelo Estado –, funcionam no entremeio do direito e do dever. Através dessa perspectiva, recorto um trecho do texto de Indursky o qual considero fundamental ao propósito da análise do meu objeto:

[...] não se trata de afastar/negar o discurso jurídico, mas de captar os diferentes gestos de interpretação que a partir dele se produzem. Estes gestos de interpretação do texto legal, instaurados por sujeitos não-especialistas, tecem processos discursivos que vêm afetados pelo interdiscurso e que também podem ser recortados por diferentes formações discursivas (INDURSKY, 2002, p. 118).

Desse modo, o político pode estar presente no discurso jurídico da mesma forma que o jurídico, já que ambos colocam em cena os saberes emanentes do social. Essa questão permite uma interpretação sobre os efeitos de sentido que emergem da materialidade discursiva do discurso

jurídico, bem como a constatação de que dizer sobre o que é legal ou segue, na prática, a legislação está ao alcance de todo e qualquer cidadão, mesmo os não especialistas no direito.

Com base no exposto, retorno à análise. Permaneço ainda com o mesmo recorte da sequência trazida, a fim de problematizá-la um pouco mais: A determinação discursiva já trabalhada na seção anterior aponta para um jogo de forças de diferentes posições sujeito, e até mesmo de diferentes formações discursivas, que convivem no enunciado. Através do pronome *todos*¹⁴, o qual determina, pela relação de paráfrases, a saúde pública como direito da população e dever do Estado, ressoam efeitos de sentidos que designam a questão da saúde pública por referência à igualdade e à desigualdade social simultaneamente – efeitos oriundos de diversas posições sujeito, de forma que as diferenças sócio-históricas são apagadas na dissimulação produzida pelo texto legal. Ou seja: *da transparência do enunciado – o qual atinge um nível de totalidade / generalização – produzida pelo jogo das palavras no léxico e na sintaxe da língua, emergem as minorias sociais, como o pobre, a mulher, o negro, o homossexual etc, verdadeiro alvo das políticas públicas.*

Nesse sentido, no enunciado em análise podemos ver ressoarem a memória discursiva¹⁵, a qual aponta para uma dispersão de sentidos

14 Convém a referência ao texto de Pêcheux, de 1982, intitulado *Delimitações, Inversões, deslocamentos*, no qual o autor discorre sobre os efeitos de sentidos produzidos por discursos que se materializaram na língua e tenderam a apagar as barreiras que separam os imaginários sociais constituídos na passagem das grandes revoluções que marcam a história mundial. A seguinte passagem, a qual diz respeito à transição do Feudalismo ao Capitalismo (revolução francesa), ressoa diretamente no que entendo sobre o funcionamento do *todos* no discurso da saúde pública e, portanto, influencia a minha interpretação: *A particularidade da revolução burguesa foi a de tender absorver as diferenças rompendo as barreiras: ela universalizou as relações jurídicas no momento em que se universalizava a circulação do dinheiro, das mercadorias... e dos trabalhadores livres.*

¹⁵ Na análise de discurso consideramos a memória, para além do psicológico, como o mecanismo que permite aos saberes retornarem do interdiscurso na materialidade discursiva, de modo que possam ser repetidos, (re)significados ou contestados no ato de enunciação do sujeito do discurso. Em seguida, esses saberes retornam à região do interdiscurso para lá ficarem até que novamente sejam reclamados, para comporem discursivamente nova enunciação, a qual é entendida na AD como um ato que coloca o dito em relação ao não dito, a partir da determinação ideológica que interpela o sujeito no discurso através da

advindos de diferentes posições sujeito, ali mesmo onde a contenção visa estabilizar e regular o saber sobre saúde pública, designada como um direito de todos e, portanto, universal. Dito de outro modo: no discurso jurídico – considerado aqui como o discurso *da* saúde pública – as posições sujeitos se confrontam, abrindo espaço a diferentes designações nos mais diversos discursos *sobre* saúde pública, às mais diversas percepções sobre ela, o que permite ver a contradição inerente ao discurso, entrelaçado entre *político* e o *jurídico*. E, ainda, os discursos *sobre* desdobram-se nos mais diversos setores da sociedade, todos amparados pelo jurídico e pelo político, a partir de imaginários constituídos ideologicamente *contra / a favor / pela / na* saúde pública.

Conforme mencionado no início desta seção, convém trazer a *ética* no que ela contribui para os efeitos de sentido produzidos. Do modo como é entendida aqui, ainda com Indursky (2002), a ética é responsável por organizar a sociedade a partir da moral, a qual conduz as regulações do comportamento dos cidadãos, o que interfere na maneira como o político e o jurídico articulam-se no funcionamento das práticas e dos discursos no campo social. A moral é responsável por organizar e manter a ordem social. Intimamente ligada ao direito, assim como ele a moral sofre modificações ao longo do tempo, permitindo diferentes maneiras de lidar com as questões sociais, ou seja, são produzidas diferentes subjetivações históricas, a respeito, por exemplo, das leis.

Isso leva a autora à conclusão de que há várias éticas, sobre o que ela delinea dois tipos: a *ética conservadora* e a *ética social*. Sobre a primeira, podemos entendê-la como aquela cuja tendência é privilegiar os interesses individuais em detrimento dos interesses das demais classes sociais, compreendendo a lei de modo mais fixo. Eu diria que tendendo sempre à reprodução. Já sobre a segunda, podemos entendê-la como aquela que abre espaço para o novo, para a transformação, isto é, pensá-la “(...) para referir o questionamento feito à moral que sustenta a imutabilidade da lei e dos direitos adquiridos. Em suma, quando passa-se a falar de direitos sociais em detrimento dos direitos individuais” (INDURSKY, 2002, p.119). Tal leitura exige que avancemos na análise, em direção a novos efeitos de sentido.

No que diz respeito ao discurso jurídico da saúde pública no Brasil, a legislação visa garantir a saúde através da criação do programa

formação discursiva a que ele se vincula. Através da noção de memória discursiva, conseguimos ver a relação intrínseca entre a língua e a história.

Sistema Único de Saúde (SUS), criado para sanar os problemas de acesso a esse “bem”, sob o discurso da *promoção, prevenção e recuperação* da saúde de todos. Por esse viés, os políticos legislaram pelos cidadãos comuns a partir de uma ética social, mas de um lugar específico – o do especialista responsável pela organização social – lugar o qual coincide com o de um perito em direitos e deveres sociais; vemos aí também um entrelaçamento entre os *discursos político e jurídico*, como legitimadores dos saberes na condução das práticas sociais. Acredito que por isso se tenha como resultado tanto conflito de interesses no campo social, de onde emergem, por um lado, discursos que vão ao encontro desse propósito, *a favor* do SUS, mas, por outro, discursos que divergem com base em uma ética conservadora, *contra* o SUS, os quais tendem a apagar, agora por outro caminho – oposto – a desigualdade, tornando invisíveis as minorias e a luta histórica por um exercício de cidadania equânime.

As sequências abaixo foram recortadas de discursos *sobre a saúde pública* os quais circularam durante o ano de 2016, disponibilizadas ao domínio público na internet. A primeira (Sd2) é composta de trechos do *Manifesto em favor do SUS*, redigido por profissionais da área da saúde em julho de 2016 e publicado no mesmo mês no site oficial do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes). A segunda (Sd3) de enunciados referentes a falas públicas do então *ministro da saúde*, Ricardo Barros, realizadas durante o ano de 2016, reunidas pelas mídias jornalísticas do país, conforme serão apontadas em nota. Vejamos:

Sd2¹⁶ – *A liberdade, segurança, igualdade e solidariedade são valores que vieram para ficar; o direito à saúde é um deles e se concretizou por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (...) O direito à saúde não permite o seu descumprimento e medidas fiscais e econômicas que reduzam a capacidade do Estado de garanti-lo, causando mortes, sofrimento e doenças são formas indiretas de sua asfixia (...) Ora, nenhum ajuste poderá ferir o direito a políticas sociais e econômicas de garantia do direito à saúde (art. 196) e na Constituição não pode haver antinomia jurídica.*

Sd3 – *Exames com resultados normais são desperdícios¹⁷ (...) É preciso rever o tamanho do SUS (...) Nós não vamos conseguir sustentar o nível de*

¹⁶ <http://cebes.org.br/>

¹⁷ <http://brasileiros.com.br/2017/04/cinco-declaracoes-muito-preocupantes-ministro-da-saude/>

*direitos que a constituição determina*¹⁸ (...) O SUS é tudo para todos, *ou tudo que está disponível no SUS para todos?* (...) Por isso que eu falei: para de *sonho*, gente. A realidade é diferente do *sonho*. É fácil falar.¹⁹

As duas sequências referem-se a discursos que foram produzidos durante os trâmites da proposta de ementa constitucional que estabelece um teto de gastos públicos em recursos considerados primários e garantidos pela Constituição Federal, dentre eles, dentre eles os destinados à saúde pública. Tal proposta é conhecida pelos nomes de PEC 241 e PEC 55, os quais lhe foram atribuídos enquanto tramitava em votação na câmara dos deputados e no senado, respectivamente, antes de ser aprovada e incorporada à carta magna do Brasil. Desse modo, ambos pronunciamentos, reunidos nas sequências, resultam de reflexões a esse respeito, num âmbito geral, e à saúde pública, particularmente, o que nos permite perceber a relação como o artigo 196, já trabalhado aqui. Passo agora à leitura de cada um desses recortes, a fim de expô-los à opacidade, considerando de que modo o político e o jurídico articulam-se a partir de uma das éticas já mencionadas e produzindo efeitos de sentido *sobre* a saúde pública.

Em Sd2, é possível perceber, nos trechos em destaque, um jogo na sintaxe que remete claramente ao artigo da constituição responsável pela garantia do *direito à saúde*. Percebemos através desse excesso marcado na língua uma posição sujeito que se subjetiva a partir de uma relação de paráfrase a qual remete à matriz de sentidos determinante da formulação *saúde é direito de todos e dever do Estado*, produzindo um efeito de regularidade, caracterizado pela tentativa de manutenção do direito ao acesso universal à saúde garantido juridicamente. Estamos diante de um discurso militante, produzido por profissionais da área, por isso, de *dentro* da saúde pública, funcionando, desse modo, *a favor* da saúde pública, concretizada a partir da criação do SUS.

Entendo que esse efeito de regularidade segue na mesma direção do artigo 196, apresentando um posicionamento a respeito do texto legal fortemente sustentado por uma *ética social*, visto que baseia-se nos direitos sociais, em detrimento de interesses restritos a classes economicamente privilegiadas (as elites). O direito de *todos* é considerado sobretudo, pois é retomado a todo momento e está acima de qualquer reajuste de contas

¹⁸ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2016/08/relembre-frases-polemicas-do-ministro-da-saude-7253457.html>

¹⁹ <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37932736>

realizados nos âmbitos da economia do país, como podemos perceber no último trecho da sequência. Estamos diante de um efeito de evidência sobre o que está sendo protegido, bem como contra quem se protege, ou seja, o direito incondicional, e constitucional, à saúde é protegido de qualquer intervenção política que o impeça de ser exercido.

Conforme a concepção de determinação aqui apresentada, os efeitos são produzidos a partir de escolhas lexicais, de substituições parafrásticas as quais, articuladas à sintaxe, permitem ver o ponto em que a língua encontra a história: “a sintaxe ao mesmo tempo indiferente e responsável” (Gadet e Pêcheux, 2004[1982], p.160). Escolhas como *liberdade, segurança, igualdade e solidariedade* apontam a uma direção de uma rede de sentidos sustentada por uma ética social e fazem emergir, pelo não dito, as diferenças e desigualdades históricas que ressoam no imaginário dos brasileiros na contemporaneidade. Diante disso, torna-se impossível ignorar “(...) que a língua é afetada pela luta de classes, na determinação dos termos, fórmulas, construções, sintagmas, estruturas de enunciados” (*Idem*, p. 159)

O que vemos em Sd3 é um funcionamento que leva o sentido em direção contrária, remetendo a uma posição sujeito determinada por uma matriz de sentido oposta, a qual organiza os saberes em uma formação discursiva antagônica. Apesar de o recorte em questão representar a fala do ministro da saúde, há um efeito de regularidade que o caracteriza como algo dito *de fora* do setor, o qual produz um discurso *sobre* a saúde pública cujos efeitos de sentido sustentam um posicionamento *contra* a saúde pública, questionando a garantia de que se tenha acesso universal a ela, conforme garante a constituição. Pondo em causa, desse modo, o que é preconizado sob a formulação do enunciado *saúde é direito de todos e dever do Estado*. Fica a pergunta: a partir de que concepção de ética o discurso jurídico é questionado?

As ações de *prevenção, proteção e recuperação*, preconizadas no que diz respeito ao acesso universal à saúde, são postas em xeque logo no início da sequência, quando os exames “com resultados normais” (podemos ler preventivos) são determinados pela designação *desperdícios*. A negação do dever do Estado em relação à saúde emerge diante das demandas do setor e sob a impossibilidade de sustentação econômica para que a ela se tenha acesso universal. Dessa forma, o SUS sofre uma descaracterização, o que produz um efeito de regularidade sobre a sua ineficácia. Ele é questionado, assim como a lei máxima que o determina,

de modo que o artigo 196 seja interpretado, por tabela, como um *sonho*, distante da realidade.

Diante dessa leitura, podemos inferir que esse questionamento é amparado por uma *ética conservadora*, pois, apesar de questionar a lei, não o faz no para manter a universalidade do direito à saúde, produzindo, assim, um efeito de sentido condizente com o modo de subjetivação característico de um lugar social específico: aquele que abriga um sujeito o qual coloca os interesses individuais acima dos sociais, a partir da justificativa de que, mesmo se *todos* não forem contemplados, o esforço em tirar o país da crise se faz necessário, ou seja, mesmo que grande parte da população sofra vendo seus direitos à saúde diminuídos, contraindo doenças e percebendo-se desamparada no que diz respeito à proteção e à recuperação, o corte nos gastos públicos se faz urgente.

O ponto alto de acesso ao discurso, a esse efeito de sentido *contra* a saúde pública, é materializado na língua quando o *todos* é questionado através de um jogo com o *tudo*, termo escolhido para substituir, por uma paráfrase discursiva, o *dever* do Estado em garantir o acesso universal à saúde. Nesse sentido, não é negado o *direito de todos*, mas ele sofre uma restrição, a qual é sustentada / justificada pela possibilidade de o Estado não dar conta das demandas sociais e a população ter que se contentar com o que é possível ser feito por *todos*.

Vale ressaltar que essa reformulação do enunciado constitucional em análise aponta para uma resignificação não condizente com os sentidos abrigados pela formação discursiva antagônica. Essa paráfrase é produzida com base em saberes recuperados na dispersão do interdiscurso (lugar de saturação dos sentidos), os quais são formulados considerando o que pode e convém ser dito a partir dessa posição sujeito, sob determinação da formação discursiva que lhe dá abrigo. Podemos perceber, no efeito de regularidade produzido por essa sequência, que há um desequilíbrio entre a saúde como *direito* de todos e como *dever* do Estado, produzindo, ainda, um efeito de oposição ao SUS, cujas falhas são evidenciadas.

Para encerrar

Procurei empreender neste texto um gesto de interpretação sobre o que é produzido em termos de efeito de sentido na formulação de discursos contemporâneos referentes à saúde pública no Brasil. Posso dizer que, no funcionamento sintático da língua, podemos chegar à história, de modo que os efeitos de sentido sejam apreendidos e ponham

a ver a contradição inerente ao discurso. Uma palavra por outra, na constituição de sentidos, reclama na análise que consideremos o primado da metáfora sobre o sentido (PÊCHEUX, 1988). Nesse sentido, o jogo de substituições parafrásticas posto em prática através da determinação discursiva permite que se visualize a relação entre o que é dito pela língua e o que, ao não ser dito, pode ser recuperado da história, nos sentidos dispersos e indeterminados no social.

Pude constatar, ainda, que o jurídico e político, entrelaçados pela ética, constituem os efeitos de sentidos nos discursos *da/na/pela* e *sobre/a favor/contra a saúde pública*. Sentidos recortados de diferentes lugares, materializados pelo modo de subjetivação dos sujeitos e marcados na ordem da língua. As três sequências analisadas apontam para diferentes concepções a respeito da saúde pública no Brasil, mostrando de que forma a sua opacidade leva a sentidos que percorrem diferentes direções. Sob essa ótica, a ética que sustenta esses discursos aponta para o modo como esse tema vem sendo tratado atualmente, bem como por quais vias os sujeitos relacionam-se com o discurso jurídico. Desse modo, a tensão entre as classes emerge do social e materializa-se, dentre outras formas, na sintaxe da língua, funcionando no entremeio do *direito* e do *dever*, supostamente garantidos juridicamente.

REFERÊNCIAS

- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal ou gramática geral e razoada*. 2. ed. São Paulo, SP. Martins Fontes, 2001.
- CHOMSKY, N. (1965) *Aspectos de la teoria de la sintaxis*. Madri. Aguilar, 1971.
- FERREIRA, M.C.L. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre, RS. Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014. p. 159-249.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. (1981) *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas, Pontes, 2004.

- HENRY, P. Construções Relativas e articulações discursivas. In: GERALDI, J.W.; ORLANDI, E.P. (orgs.) Caderno de Estudos Linguísticos 19 - O discurso e suas análises. Campinas, 1990, p.43-64.
- INDURSKY, F. (1997) *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.
- INDURSKY, F. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. *Revista da Anpoll*, v.1, n.12, 2002, p. 111-131.
- MILNER. J.C. *O amor da língua*. Canpinas, SP. Editora da Unicamo, 2012.
- PÊCHEUX, Michel (1975). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 09/11/2018

AS MENINAS: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DE SENTIDO PRODUZIDOS A PARTIR DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO DEPOIMENTO DE UM PRESO POLÍTICO NO DISCURSO FÍLMICO E LITERÁRIO

Cristina Zanella Rodrigues²⁰

RESUMO: Este trabalho²¹, sustentado teoricamente na Análise do Discurso de viés pècheuxiano, tem por objetivo analisar os efeitos de sentido produzidos pelo depoimento “verídico” de um preso político durante a ditadura militar brasileira, que Lygia Fagundes Telles insere na obra literária *As Meninas* e que também é reproduzido no filme de mesmo nome. Apresento uma análise da cena narrativo-fílmica e da cena narrativo-literária, considerando essas cenas como condições de produção de discurso e a constituição dos possíveis efeitos de sentido que, do entrecruzamento entre elas, pode emergir. No intuito de alcançar tais objetivos, se toma o recorte do filme e o recorte do livro como materialidades discursivas que se constituem afetados pela história e pela ideologia.

Palavras-chave: discurso; cinema; literatura; gênero; ditadura brasileira.

ABSTRACT: This work, theoretically sustained in the Analysis of Discourse proposed by Pêcheux, aims to analyze the effects of meaning produced by the 'true' statement of a political prisoner during the Brazilian military dictatorship, which Lygia Fagundes Telles put in her work and is also reproduced in the film. I will try to present an analysis of the narrative-film scene and narrative-literary scene, considering these

²⁰ Doutora em Letras. Professora de Língua Inglesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Membro dos grupos de pesquisa Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP-Unipampa) e Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD-UFPEL).

²¹ A proposta deste trabalho surgiu na disciplina *Discursos Entrecruzados: Literatura, Gênero e Cinema* ministrada pela Profa. Dra. Eliane Campello no Programa de Pós-Graduação em Letras da UCPel. Procurando aliar os discursos literário e fílmico, a proposta era relacionar as obras, tendo como pano de fundo a questão de gênero, uma vez que todos os filmes analisados tiveram seus roteiros adaptados de livros escritos por mulheres.

scenes as discourse production conditions and the establishment of the possible effects of meaning that the intersection between them can emerge. In order to achieve these objectives, cuttings of the film and the book are considered as discursive materialities that are affected by history and ideology.

Keywords: discourse; cinema; literature; gender; Brazilian dictatorship.

A proposta do presente texto é apresentar uma reflexão de como, tomando a relação entre literatura e cinema, é possível vislumbrar a produção de efeitos de sentido, tendo como pano de fundo teórico a Análise do Discurso pêcheuxiana. O recorte foi consolidado através da mobilização dos dispositivos teóricos e analíticos, refinando-se o objetivo do trabalho em analisar a produção de sentidos advindos do funcionamento do discurso direto, materializado na forma de depoimento de um torturado pelas forças opressoras da ditadura militar brasileira, encontrado nas obras literária e fílmica *As Meninas*.

A primeira obra é o romance escrito por Lygia Fagundes Telles publicado em 1973 no Brasil. E a segunda obra é o filme dirigido por Emiliano Ribeiro, produzido em 1995 e lançado em 1996. Considerando o entroncado caminho escolhido, propõe-se realizar a análise com base nos preceitos teóricos que vêm sendo formulados pela Análise do Discurso (AD), trazendo alguns estudos atuais que levam em consideração a relação entre a AD e o cinema e a AD e a literatura.

Consoante Orlandi

Estamos, pois, no momento de uma *virada* na análise de discurso. Inauguração de um novo campo de questões. Uma nova conjuntura histórica, novas formas de existência histórica das discursividades leva a análise de discurso a novas indagações (ORLANDI, 2012, p. 44).

Essa virada teórica diz respeito, dentre outros aspectos, aos diferentes objetos de análise discursiva que têm surgido nos últimos tempos e que extravasam o limite textual, num tatear sobre a imagem e o literário como discurso.

Indursky aponta que

Hoje, são inúmeros os trabalhos que consideram o não-verbal como objeto de análise. Entre eles podemos apontar: vídeos, documentários, filmes, entre outras possíveis materialidades não-verbais que produzem sentido e que, por conseguinte, estão sujeitas à interpretação, sendo, portanto, objetos tão legítimos de uma análise de discurso quanto uma materialidade verbal (INDURSKY, 2011, p. 200).

É tomando o discurso, então, como materialidade da ideologia e a língua como materialidade do discurso, que é possível pensar o discurso fílmico e o discurso literário. É a partir na noção de materialidade que se compreende ser possível desenvolver análise de discursos que incluam, além da língua, outras formas de materialização da ideologia.

Orlandi, retomando Pêcheux, observa que

é preciso levar a sério a noção de *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica. E não é a língua, nem a literatura, nem as ‘mentalidades’ de uma época, pois a materialidade discursiva, diz Pêcheux, remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos) em uma conjuntura histórica dada (ORLANDI, 2012, p. 44).

Procurarei, então, apresentar uma análise da cena narrativo-fílmica e da cena narrativo-literária da leitura do depoimento de um preso político durante a ditadura militar brasileira, atentando para os aspectos linguísticos, mas também levando em consideração alguns elementos de imagem no intento de ver como se dá a constituição dos possíveis efeitos de sentido que são produzidos. O recorte do filme e o recorte do livro serão considerados como sequências discursivas a serem analisadas.

As meninas: o romance

As meninas é um romance escrito por Lygia Fagundes Telles publicado em 1973²². Ambientado na cidade de São Paulo, num pensionato religioso, narra um período da vida de três jovens com histórias bastante distintas. Tratam-se de Lorena, Lia e Ana Clara, as personagens principais, cujas vozes ressoam nos 12 capítulos. O período de desenvolvimento da história é o período de duração da greve da universidade que, no contexto do livro, ocorre em 1971, em plena ditadura militar brasileira.

As condições de produção do romance com forte crítica ao sistema político vigente são dos anos opressores da ditadura. A narrativa trata da história de três adolescentes que permanecem num internato enquanto as outras meninas aproveitam a greve da universidade para voltar para casa e ficar com a família. Assim, na chamada “pensão”, ficam as três protagonistas acompanhadas das freiras que ali também habitam. Lorena representa a alta burguesia, a sonhadora de bom coração. Lia é a revolucionária marxista militante do movimento de resistência à ditadura. E Ana Clara, por vezes chamada de Ana Turva, teve uma infância marcada pelo abuso sexual e trabalha como modelo.

De acordo com Torquato, essas meninas “aparentemente protegidas pelo pensionato religioso no qual residem, atravessam juntas os conflitos da juventude urbana em plena ditadura militar” (2007, p.12). Entretanto, acrescenta a autora,

não se trata de um romance que aborda gratuitamente a ditadura, mas de um romance no qual a ditadura, enquanto drama sentido cotidianamente, faz-se refletir através do universo de três meninas tão diferentes nas origens, nos sonhos, na personalidade e na ideologia (TORQUATO, 2007, p. 12).

Apesar de conter uma crítica à ditadura, seja através das ações de Lia, seja através do depoimento do preso político descrito no capítulo seis, o romance passou pela censura institucional da arte.

²² O livro foi vencedor dos seguintes prêmios: Prêmio Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras (1974); Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (1973) e Prêmio ‘Ficção’, da Associação Paulista de Críticos de Arte (1974).

Em entrevista para Sonia Racy, do jornal Estadão²³, Lygia relata como o livro burlou a censura:

Sim, a censura! Publiquei *As Meninas* em plena ditadura militar, no ano de 1973. Oportuno lembrar que a personagem Lia, apelidada de Lião pelas outras meninas, foi a socialista que reproduziu fielmente um panfleto que recebi enquanto escrevia o livro. Nele, um preso político descrevia as torturas que sofreu nos porões do DOI-CODI, em São Paulo.

E como *As Meninas* escapou da censura?

Porque o censor da época não chegou até a página 148²⁴ do livro, na qual reproduzi aquele panfleto. Ele achou tudo chato e não prosseguiu.

O que se disse faz pensar como o discurso da ditadura, minado de memórias sobre a censura e a dor, funcionando através da historicidade inscrita no interdiscurso, e pelas diferentes condições de produção em que emerge cada vez que se atualiza, em cada época, vai produzir sentidos.

A obra literária vem a constituir-se numa materialização de escape à prática da censura como um contradiscurso no seio de um sistema ditatorial e que funciona pela contradição da reprodução/transformação das relações de poder em disputa na dinâmica ideológica da luta classes na formação/estruturação das instituições. O romance, portanto, como manifestação discursiva, irrompe por essa burla ao sistema opressor-ditatorial. O que coloca em evidência a capacidade de ignorância do próprio sistema ditatorial. Trata-se de uma percepção do literário como discurso, pois embreado numa rede histórica, variando conforme as ideologias e formações sociais, e concebido como aquilo que resiste à lei.

²³ Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,direto-da-fonte,485160>. Acesso em 16 de maio de 2018.

²⁴ A edição lida para este trabalho é a 15ª, portanto a página em que aparece o depoimento é a 135.

Torquato considera que *As Meninas* pode ser caracterizado como romance polifônico e dialógico. A autora propõe que a polifonia se mostra na combinação de

três vozes plenivalentes e imiscíveis mas em constante interação, uma vez que as consciências das protagonistas travam relações dialógicas a todo instante, interpondo-se e contrapondo-se tanto nos diálogos quanto nos monólogos interiores. (...) além das três narradoras, há um narrador “ausente” da matéria narrada que intercala as diferentes falas. Podemos dizer, portanto, que há uma voz externa e três vozes internas (TORQUATO, 2007, p. 13).

Nesse entremeio de narradores, outros discursos se fazem presentes, e constituem lugares de atravessamento, oriundos da religião e da ditadura, como veremos a partir da análise das cenas em que é feita a leitura do depoimento do torturado.

No livro, antes de chegar à cena, é preciso relatar o que lhe precede. Trata-se do capítulo seis, a metade da obra, o exato meio termo. A narradora é Lia. Ela chega à pensão depois de ter ido visitar um companheiro de luta num esconderijo. Lá, tratam-se pelos codinomes: Lia é Rosa, o outro é Pedro, de quem não se vem a saber o verdadeiro nome²⁵. Lia está de carona no carro com Bugre. O diálogo entre os dois sugere que este sujeito-personagem tem um posto significativo no movimento para deter informações privilegiadas, pois é ele que lhe dá a notícia de que Miguel, o namorado de Lia, está na lista dos presos políticos a serem asilados na Argélia. Lia chega para o encontro com Madre Alix embebida com a possibilidade de se reencontrar com seu namorado Miguel, ainda que em outro país. É quando ela relata sobre o depoimento do preso torturado.

²⁵ Aqui também aparecem nomes importantes, defensores do marxismo e da luta armada, como Rosa de Luxemburgo e Che Guevara. “*Rosa de Luxemburgo era bonita?*”, pergunta Pedro na despedida. (TELLES, 1984, p. 119).

As meninas: o filme

O filme *As meninas*²⁶ surge no cenário cinematográfico em 1996, em outras condições de produção culturais e políticas brasileiras. A Constituição Federal, que marca o início legal da frágil democracia no país, tem oito anos. A prática seletiva do olhar do censor não era mais uma sombra a fazer efeito no trabalho do artista. Os empecilhos eram de outra ordem para a produção cinematográfica brasileira. O importante é que cerca de 10 anos depois, a memória da ditadura retorna na obra fílmica.

Veloso apresenta a expressão "discurso narrativo fílmico" para caracterizar o discurso que é constitutivamente

sustentado por uma combinação de imagens que, estáticas ou em movimento, servem de ambientação a personagens-sujeitos discursivos em situações simuladoras de condições de produção discursiva reais (VELOSO, 2010, p.20).

Levando isso em consideração, é preciso remeter às condições de produção das obras como acontecimentos na história e às cenas narrativo-discursivas onde interagem os sujeitos-personagens. Destaco, para a análise, três possibilidades de constituição do momento de produção do discurso enquanto resistência, ainda que solapado pelas engrenagens da ideologia: [1] o lançamento e a premiação de um romance escrito que critica o sistema político-ditatorial vigente à época, constituindo-se também como discurso literário que critica a ordem da censura e a burla; [2] os sujeitos-personagens na cena narrativa-literária, que faz referência a um fato histórico "real", que se desenrolava no "tempo presente da ditadura" e; [3] os sujeitos-personagens na cena narrativa-fílmica, em certo momento estético e ideológico do cinema brasileiro, já inserido numa conjuntura política democrática. A análise que segue busca observar

²⁶ O filme também é vencedor de vários prêmios: Prêmio Catalina de Oro, Festival Internacional de Cine de Cartagena (1996) nas categorias Melhor Roteiro e Melhor Atriz para Adriana Esteves pela sua interpretação como Lorena; Prêmio da Crítica, International Critics Award - Fédération Internationale de la Presse Cinématographique; Prêmio no XVII Festival Internancional del Nuevo Cine Latino Americano, Havana/Cuba, na categoria melhor atriz para Cláudia Liz pela interpretação de Ana Clara.

como esses três diferentes momentos de produção do discurso estão entrelaçados na produção de sentidos.

As meninas: análise em bordado de duas linhas discursivas

Voltemos à cena narrativa-literária e ao início do diálogo entre Lia e Madre Alix. Lemos:

- *Que tempo – resmungou se sacudindo no vestibulo do casarão.*

- *Lia? É você, Lia? – perguntou Madre Alix abrindo a porta do seu gabinete. Entre um instante, filha. Sente-se. Aqui ao meu lado. Quer tomar um café? Foi feito há pouco, vê se está bom de açúcar.*

Lia deixou a sacola e o livro no chão. Sorriu desamparada. Queria ficar só, pensando e repensando.

- *Insônia, Madre Alix? (TELLES, 1984, p. 129)*

Por esse recorte, podemos perceber que o espaço onde ocorre a cena é dentro da pensão, mais precisamente no gabinete da Madre Superiora, e à noite. A presença do café, *bom de açúcar*, parece aromatizar o *casarão*. O tratamento por *filha* demonstra a intimidade que há entre as duas, ainda que a cada lhe pertençam seus segredos. No diálogo que segue, Lia se pronuncia em primeira pessoa. *Fico olhando o relógio em formato de oito, dependurado na parede caiada de branco. O som também é antigo* (idem, p. 129). A Madre quer falar em vestidos, e ela pensa na Argélia. Parece uma estratégia maternal, para tocar assuntos mais profundos. A Madre se preocupa com a vida que levam as meninas. Expõe sua preocupação com as atitudes de Ana Clara na sua relação com as drogas e os namorados. Ela parece entender o tormento e querer ajudar. Lia pensa no seu presente. Vê Ana Clara como *produto desta nossa sociedade* (idem, p. 132). A Madre, então, revela o assunto que lhe impulsionou o convite ao café. Diz ela:

- *Tinha tanta coisa que lhe dizer, filha. E já nem sei por onde começar. Essa sua política, por exemplo. Me pergunto se você está em segurança.*

- *Segurança? Mas quem é que está em segurança? Aparentemente a senhora pode parecer muito segura aí na sua redoma mas é bastante inteligente pra perceber do que essa redoma está lhe protegendo. (...)*

Ela sorriu. Um sorriso triste que me arrependi de provocar.

- *Mas não estou na redoma, Lia. (...)* (TELLES, 1984, p. 133)

A maneira como essa passagem do livro é transposta para o discurso filmico revela diferenças, como era de se esperar, pois se tratam de linguagens diferentes, a literatura e o cinema, embora, tenham intrincadas relações. Diferente do livro, no filme, Lia chega à pensão depois de ter ido visitar seu namorado Miguel. Ele lhe entrega uma folha de caderno com o depoimento escrito das torturas de outro preso. Neste momento do filme, Lia ainda não sabe se Miguel vai entrar para a lista dos anistiados na Argélia. Ela não volta no carro de Bugre. Ao chegar no casarão, vai ao quarto de Lorena onde toma um banho de banheira, e não ao gabinete. No livro, a cena se desenrola durante a noite, ao aroma de café. No filme, é durante o dia e fora da casa.

No filme, o início da cena do diálogo entre Lia e Madre Alix se dá ainda quando Lia mergulha na banheira. A cena fecha em seu rosto imergindo na banheira azul. Entra uma trilha sonora suave. Irrompe sua própria fala, como narradora onipresente, iniciada no *close*²⁷ final desta cena e terminada no início da cena, em plano aberto²⁸, em que ela e Madre Alix estão sentadas próximo a um muro de pedras. No instante do mergulho, ouvimos Lia dizer: *As pessoas acham que minha crença na justiça é uma questão religiosa*. O término do enunciado se dá com a câmera focando as duas personagens-fílmicas sentadas num banco próximo ao muro. *A Lorena fica falando que eu sou crente [28'28" - 28'31"]*²⁹. Ao que pergunta a Madre: *Você acredita em quê? Eu acredito na gente, sabe? [28'33 - 28'35"]*, responde Lia. Semelhante ao livro, elas falam da família de Lia,

²⁷ Plano muito próximo que mostra, por exemplo, somente a cabeça de um ator, dominando praticamente toda a tela (ANCINE, 2008).

²⁸ Plano que inclui todo o cenário (ANCINE, 2008).

²⁹ Indica a duração das sequências fílmicas, levando em conta o contador do programa de vídeo.

mas no filme não tratam de Ana Clara. No mesmo tom maternal de tratamento por *minha filha*, a Madre revela o motivo da conversa.

[Madre] *Essa sua luta política. Eu tenho medo pela sua segurança.*

[Lia] *Segurança, Madre! Quem é que tá em segurança? Aparentemente, a senhora se sente muito segura nessa sua redoma, mas é bastante bem informada pra saber do que essa redoma tá te protegendo. Esse país tá um caos e a senhora vem falar em segurança.*

[Madre] *Eu ... eu não estou em redoma, minha filha. [29'20" - 29'47"]*

Madre Alix irrompe com um discurso religioso e a defesa de que, para o Ser Supremo, não há violência. No livro, a Madre diz: *Temos um Condutor Supremo e do Seu esquema transcendente a violência foi riscada* (TELLES, 1984, p. 134). No filme: *Eu sinto dentro de mim um condutor supremo e no seu universo não há violência [29'54" -30'03"]*.

Lia se contrapõe e irrompe propondo a leitura do depoimento do preso torturado, como materialização da violência opressora e injusta. Assim, no livro ela diz: *Quero que ouça o trecho de um depoimento de um botânico perante a Justiça, ele ousou distribuir panfletos numa fábrica. Foi preso e levado à caserna policial, ouça aqui o que ele diz, não vou ler tudo: (...)* (TELLES, 1984, p. 135).

No filme, Lia faz a entrada para a leitura do depoimento usando outros termos. Diz ela: *Agora já que a senhora falou em violência, vou lhe mostrar uma [30'37" - 30'38"]*. Sentada ao lado da Madre, ela retira a folha de caderno do bolso esquerdo da camisa de algodão azul, desdobra e começa a ler em voz alta, enquanto suas mãos tremem incondicionalmente. Lia, no filme, não começa pelo início e nem lê todas as partes que constam no livro³⁰. Como forma de recorte, procurou-se destacar apenas os trechos que são coincidentes nas duas obras.

No livro, o depoimento é lido em voz alta por Lia. O leitor, naquele instante, pode dar o tom de voz³¹ que quiser ao escritor do

³⁰ O depoimento do livro é um trecho de um texto mais longo publicado num panfleto verdadeiro distribuído durante o período de ditadura militar no Brasil.

³¹ Nesse sentido, literalmente a produção de sons, e não o construto teórico proposto pela Enunciação.

depoimento, no filme, se “escutam” as vozes das atrizes-sujeitos-personagem Lia/Drica Moraes e Madre Alix/Camilla Amado. A voz tremida, permeada pelo soluço do choro, quando Lia fala, e baixa e cadenciada, quando a Madre fala.

Primeiro me perguntaram se eu pertencia a um grupo político. Neguei. Enrolaram então alguns fios em redor dos meus dedos, iniciando-se a tortura elétrica: (...) Obrigaram-me então a aplicar choques em mim mesmo e em meus amigos. Para que eu não gritasse enfiaram um sapato dentro da minha boca. Outras vezes panos fétidos. Após algumas horas, a cerimônia atingiu seu ápice. [30'49" - 31'25"]

A tremura de suas mãos é tão intensa que resulta na impossibilidade de continuar. Ela cai em prantos, tomada pela catarse. Madre Alix toma a folha de caderno de suas mãos e segue a leitura em voz alta.

Penduraram-me no pau-de-arara: amarraram minhas mãos diante dos joelhos, atrás dos quais enfiaram uma vara, cujas pontas eram colocadas em mesas. Fiquei pairando no ar. [31'31" - 31'55"]

Durante a leitura feita pela Madre, a voz de uma soprano irrompe como trilha sonora através de uma melodia suave. Confunde-se com o choro de Lia e a voz da Madre. O que se “ouve” é o silêncio do som da voz do preso. O silêncio, entendido aqui na acepção de Orlandi (1993), como significante na estrutura da língua, potencialidade de sentido. A voz do preso surge, no filme, “na” voz das atrizes/personagens; através da leitura, a voz do preso ressoa no imaginário do leitor do romance. O som da denúncia do depoimento não existe senão através do silêncio como fundante do discurso. É na “não-voz” do torturado que o silêncio funciona, trabalhando, na própria contradição, a crítica ao processo de silenciamento imposto por um regime político que inflige a tortura do ao pensar diferente da ordem do sistema.

A opção do diretor em não colocar “um som da voz original” do autor do depoimento, como um recurso de locução em *off* é indicativo da presença deste silêncio. A locução em *off* é uma estratégia cinematográfica: é o texto que acompanha a ação do filme, pronunciado por um locutor que não aparece na cena, quando da leitura de uma carta, por exemplo. Geralmente, vemos o personagem ou a carta em primeiro plano e em locução em *off* a voz do autor da carta. No presente caso, a leitura do depoimento foi feita pelas personagens-filmicas, não havendo o recurso de trazer uma voz “estranha” para representar o dito no depoimento. A voz das personagens apaga o silêncio da voz do preso.

Surpreendendo Lia, a Madre revela: *Eu conheço bem isso, minha filha. O rapaz se chama Bernardo. Tenho estado sempre muito com a mãe dele. Fomos juntas pedir a intervenção do Cardeal.* [31’59” – 33’12”]. Lia, quase de costas para a Madre, agora sem chorar, olha longe o horizonte. A Madre olha para ela. Lia se volta, as duas se olham nos olhos, a Madre acena afirmativamente com a cabeça, num movimento de confirmação de que também está na luta através de outros caminhos.

Voltemos ao livro. A sequência final do diálogo assim se dá:

Dobro a folha. Madre Alix me encara. Os olhos cinzentos têm uma expressão afável.

- *Conheço isso, filha. Esse moço chama-se Bernardo. Tenho estado muito com a mãe dele, fomos juntas falar com o Cardeal.*

(...)

Ela me acompanha até a porta.

- *Posso lhe dar uma epígrafe? É do Gênesis, aceita?*

- *pergunta e sorri: Sai da tua terra e da tua parentela e da casa de teu pai e vem para a terra que eu te mostrarei. É o que você está fazendo – acrescentou. Hesitou um pouco: – É o que eu fiz.* (TELLES, 1984, p. 136)

Encerra-se a cena filmica, encerra-se a cena literária. Porém, a ditadura parece perdurar. Nos três momentos de produção do discurso de resistência à ditadura, é possível ver o trabalho do silêncio fazendo funcionar a crítica e a denúncia. Ele está marcado no silêncio no censor, em não listar como proibido aquilo que, consoante o sistema, deveria ser: o lançamento de um romance onde se lê o depoimento de um preso dizer

que foi torturado. No livro, o silêncio ressoa através de Lia, mas pode o leitor ainda preferir ouvir a voz do depoente. O imaginário pode destacar outros sentidos para o silêncio neste caso. O silêncio no filme está presente nos tons de Drica/Lia e Madre/Camilla, também marcado no discurso direto, mas funcionando diferentemente, possibilitando a produção de outros sentidos.

REFERÊNCIAS

- ANCINE. *GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL*. [S.I.]: ANCINE, 2008. p. 1-68.
- AS MENINAS. Direção de Emiliano Ribeiro. Produção de Carlos Moletta. Produção Executiva de Emiliano Ribeiro, Lygia Fagundes Telles e Sam Ansell. Roteiro Adaptado: Onézio Paiva e David Neves. Música: Carlos Moletta. 1995. (90 min.), 35 mm, son., color.
- INDURSKY, Freda. *A luta pela terra: borrando limites entre o rural e o urbano*. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello (Org.). *Análise de Discurso no Brasil: Pensando o Impensado Sempre Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011. p. 197-220.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- TORQUATO, Carolina P. Aspectos da polifonia no romance *As Meninas*, de Lygia Fagundes Telles, e sua tradução para o italiano. In: *Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários*, Londrina, v. 11, n. 1-131, p. 12-19, 2007.
- VELOSO, Maria Thereza. *Entre a privação e o silenciamento: o sujeito do desejo na trama discursiva de Todo sobre mi madre*. 2010. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Letras, PPGL, UCPel, Pelotas, 2010.

Recebido em: 02/06/2018

Aceito em: 09/07/18

O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA NO PROJETO DE LEI ESCOLA SEM PARTIDO: UMA LEITURA DE PRÁTICAS DISCURSIVAS DE INTOLERÂNCIA

Janaina Cardoso Brum³²
Jenifer Dias³³

RESUMO: Em 2016, a proposta de Projeto de Lei intitulada Escola sem Partido foi apresentada em âmbito nacional no Brasil. Apesar de não aprovada em âmbito nacional, essa proposta circulou em estados e municípios, sendo referendada em alguns casos. O projeto visa coibir manifestações consideradas políticas e ideológicas por parte dos professores em sala de aula, a fim de não influenciar as escolhas políticas e morais dos estudantes. No presente trabalho, a partir do aparato teórico da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux, analisamos um trecho do projeto confrontado com um trecho de uma paródia musical que figura no site de campanha do Movimento Escola sem Partido. Nossa hipótese inicial é a de que a designação “ideologia” presente no projeto é determinada em outro espaço, o do material de divulgação do PL.

Palavras-chave: Escola sem partido; ideologia; práticas discursivas de intolerância.

RESUMEN: En 2016, la propuesta de Proyecto de Ley titulada Escola sem partido fue presentada a nivel nacional en Brasil. A pesar de no aprobada en el país, esa propuesta circuló en estados y municipios, siendo aprobada en algunos casos. El proyecto pretende cohibir manifestaciones consideradas políticas e ideológicas por parte de los profesores en el aula, a fin de no influir en las elecciones políticas y morales de los estudiantes. En el presente trabajo, a partir del aparato teórico del Análisis de

³² Professora do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas e membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD-UFPel). Doutora em Letras pela Universidade Católica de Pelotas.

³³ Graduanda em Letras – Português e Literaturas pela Universidade Federal de Pelotas e membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD-UFPel).

Discurso fundada por Michel Pêcheux, analizamos un trecho del proyecto enfrentado con un trecho de una parodia musical que figura en el sitio de campaña del Movimento Escola sem Partido. Nuestra hipótesis inicial es que la designación "ideología" presente en el proyecto se determina en otro espacio, el del material de divulgación del PL.

Palabras clave: Escola sem Partido; ideología; prácticas discursivas de intolerância.

Considerações Iniciais

Recentemente, no Brasil, especialmente após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, vimos enfrentando uma série de mudanças legislativas que repercutem diretamente em nosso sistema de proteção social. Entre diversas propostas que visam, em última análise, diminuir a participação do Estado na sociedade brasileira, está o Projeto de Lei Escola sem Partido (PL N.º 193). Esse projeto foi apresentado em maio de 2016 em âmbito nacional e, também, nos âmbitos estaduais e municipais. Nos contextos municipais, o projeto já foi aprovado em diversas cidades, demonstrando o fortalecimento da proposta.

Dentre os municípios que propuseram o projeto de lei está Pelotas. No município, o Escola Sem Partido foi proposto pelos vereadores Enéias Clarindo (PSDB) e Fabrício Tavares (PSD), apoiados pelo Movimento Brasil Livre, sendo protocolado sem debates em 15 agosto de 2017. No entanto, as bancadas do PSOL, PT e PDT promoveram uma audiência pública ordinária em 23 de agosto de 2017 (5191/2017), com a presença de mais de 400 pessoas, sendo aprovada unanimemente uma moção contra o projeto. Após a pressão popular, os vereadores proponentes solicitaram, em 31 de agosto, o arquivamento junto à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores de Pelotas.

O Projeto de Lei tem como escopo a proibição de alguns temas, como política, gênero e relações étnico-raciais, no sistema de ensino. Sob o argumento de que esses temas têm caráter "ideológico", o texto propõe que sejam proibidas aos professores atitudes que possam "influenciar" a formação política e ideológica dos estudantes, tais como: expressar sua opinião política, retratar em sala de aula uma matriz religiosa que não esteja de acordo com a convicção moral dos pais dos alunos, informar sobre atos de mobilização social ou até mesmo permitir que os alunos o façam.

Em Análise de Discurso, dizemos que não há discurso sem ideologia. Estamos, então, lidando com saberes sobre ideologia que respondem a determinações históricas diversas. Se, por um lado, temos o conceito de ideologia ancorado na teoria althusseriana e na Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux, por outro, temos o termo “ideologia” que figura no projeto marcado como uma evidência, como algo desde sempre dado, algo que não precisa ser conceituado, já que é da ordem do que todo mundo sabe. Partindo da opacidade que a designação³⁴ apresenta no Escola sem Partido, temos, no presente artigo, o objetivo de analisar como o projeto institui-se como uma zona de embate ideológico em torno da própria designação “ideologia”. Partindo dos pressupostos teóricos da Análise do discurso (AD), recorreremos, para a análise, a dois dos três elementos operacionais que Ernst-Pereira (2009) descreve: a falta, o excesso e o estranhamento. Vamos nos centrar, neste artigo, no estranhamento e especialmente na falta.

Dessa forma, procuramos destacar como filiações ideológicas que sustentam o Escola sem Partido materializam-se na língua, uma vez que a falta de determinadas palavras, bem como o estranhamento causado por alguns termos são, na verdade, índices de saberes de dadas formações discursivas às quais o sujeito filia-se. A impossível “neutralidade” ideológica em sala de aula – ou em qualquer outro espaço de discursividade – almejada pelo projeto é, assim, efeito de discurso e, como tal, trabalho da ideologia. Se, para Althusser (1985), todo indivíduo é interpelado ideologicamente e cada aparelho, seja jurídico ou escolar, articula-se aos outros para reproduzir as relações de produção na sociedade capitalista, para além da reflexão e análises do projeto propriamente dito, é preciso recorrer às suas condições de produção, pois trabalham diretamente na produção das evidências e, conseqüentemente, nos efeitos de sentido que o projeto faz ressoar.

Algumas observações sobre Ideologia

Louis Althusser (1985) concebe a Ideologia como um mecanismo a-histórico de produção dos sujeitos. Para tanto, elabora o conceito de *interpelação ideológica*, processo que funciona de modo a tornar sujeitos os

³⁴ Partimos da noção de “designação” tal como concebida por Guimarães (2005), ou seja, como significação própria das relações simbólicas afetadas pela história e, portanto, pela ideologia.

indivíduos, ou seja, ao interpelá-los, produ-los no interior do que chama de *assujeitamento ideológico*. Dessa forma, concebemos o sujeito a partir de sua sujeição ao mecanismo da Ideologia, de sorte que, ao conceber-se livre, aliena-se na rede de evidências que a Ideologia produz. A evidência primeira dessa rede é a da “liberdade”, por isso dizemos, a partir de Althusser e Pêcheux, que o sujeito assujeita-se livremente à Ideologia, esse mecanismo que se especifica por ser sem história e sem sujeito.

O funcionamento desse mecanismo dá-se a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado (Cf. Althusser, 1985), os quais, por sua vez, encarnam as ideologias particulares, especificamente a ideologia dominante, que, no sistema capitalista, é a ideologia do modo de produção capitalista. Sem que a dominância de uma classe sobre outra – no caso da formação social capitalista, da burguesa sobre o proletariado – seja visível ao sujeito, este se acredita livre, fonte, origem e controlador do seu dizer (PÊCHEUX, 1988). Eis a eficácia do funcionamento ideológico na formação social capitalista: sob a aparência de liberdade, o sujeito, investido de sua autonomia ilusória, é o próprio agente de sua alienação.

Essa tese fundamental de Althusser é retomada por Michel Pêcheux em suas obras principais. Contudo, como é característico de Pêcheux, não resta inalterada no decorrer das três fases da Análise de Discurso. Na terceira fase da AD, Pêcheux faz um apelo à Psicanálise e centra seus esforços na caracterização do “ritual” ideológico como falho. É a partir de Jacques Lacan que Pêcheux empreende essa autocrítica e, por isso, a questão do inconsciente torna-se central. Em seu célebre texto de retificação *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, Pêcheux (1988) faz intervir no Marxismo, especificamente no conceito de ideologia, a Psicanálise – relação esta já antevista por Althusser (1985) e pelo próprio Pêcheux –, através do conceito de *inconsciente*. O sujeito como causa de si do althusserianismo passa a ser pensado diretamente em sua relação com o desejo – o desejo inconsciente – e, por esse motivo, não pode mais figurar como mero autômato que se identifica a uma dada rede de saberes sem a questionar, sem resistir a ela de alguma forma.

A “repetição eterna” a que estava fadado, segundo alguns críticos, o sujeito althusseriano é, então, questionada por Pêcheux a ponto de confrontá-la com o conceito de resistência. Ainda que, em *Les vérités de la Palice*, já acrescentasse o termo “transformação” à reprodução das relações de produção, tal como concebida por Althusser, Pêcheux, em seu

movimento retificador, vai mais longe e leva às últimas consequências sua concepção de resistência no ritual ideológico:

(...) o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsação’ pela qual o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (PÊCHEUX, 1988, p. 300).

Em outras palavras, Pêcheux reconhece um erro: o de não ter percebido que produção e produto – assujeitamento e sujeito – não podem ser pensados como sucessivos, pois se dão em um batimento simultâneo e, por isso, estão submetidos à falha que a mera existência do inconsciente flagra. Como causa da determinação do sujeito, o inconsciente, o *non-sens* inconsciente, emerge no simbólico como falha que deixa *traços* na forma-sujeito, ou seja, o ritual ideológico da identificação do sujeito com a forma-sujeito é, em sua essência, *falho*. Se o sujeito é dividido entre a ordem da consciência e a do inconsciente, sendo determinado em última análise por esta última, marcada, por sua vez, pelo desejo, as “ideologias dominadas” não podem estar fadadas a uma eterna repetição da ideologia dominante. Nas palavras de Pêcheux (1988), “não há dominação sem resistência” (p. 304).

Em 1982, Pêcheux assume esse pensamento em sua radicalidade, reconhecendo a existência de um real estranho à univocidade lógica que, não obstante, a determina. Esse real com o qual o sujeito só se depara, sem o apreender, é o que, do inconsciente, dá pistas do desejo e, conseqüentemente, da falha e da falta radicais que se instauram no processo mesmo do assujeitamento e fazem com que todo o sujeito, assim como todo o discurso, seja não-coincidente consigo mesmo. A equivocidade de toda evidência, então, passa a ser pensada como o sintoma de que algo não vai bem na homogeneidade da ideologia

dominante, porquanto o sujeito é, sempre, sujeito do desejo. A evidência, dessa forma, é concebida por Pêcheux (1990) como furada e todo o discurso como suscetível de tornar-se outro, de deslizar, de deslocar-se e funcionar de forma a ameaçar os universos logicamente estáveis. Com isso, restaria o caro conceito de ilusão subjetiva intacto?

Žižek (1996), ao aproximar Marx de Lacan a partir do que este último defende em relação ao conceito de sintoma – o qual teria sido inventado por Marx, segundo um dos famosos aforismos lacanianos –, dá um passo adiante no entendimento da relação ideologia/inconsciente. Para tanto, relaciona os conceitos de sonho, em Freud, e de fetichismo da mercadoria, em Marx. Para o autor, a homologia existente entre os conceitos advindos de teorias heterogêneas entre si reside na *forma*. Žižek (1996) argumenta que, tanto no sonho, como no fetiche da mercadoria, há um terceiro elemento que atua não de forma a produzir sentidos a partir de algo oculto, mas de articulá-los. Nessa direção, pensa, o conteúdo manifesto do sonho – tanto quanto o pensamento latente – e a determinação do valor da mercadoria – em relação à quantidade de trabalho para sua produção – não são algo a ser “descoberto” ou “desvendado”, já que em si são indetermináveis, mas a explicar por que assumiram aquela forma, respectivamente, a forma do sonho e a forma de valor da mercadoria.

Nessa linha argumentativa, defende que a troca de mercadorias só se dá a partir de uma dupla abstração: aquela do caráter mutável da mercadoria no ato de troca e a da sua concretude. Dessa maneira, o que Žižek chama de *abstração real* – isto é, aquela operada em relação à empiria, à forma como uma mercadoria assume o mesmo valor da mercadoria pela qual é trocada, independentemente do seu valor de uso – permanece exterior ao pensamento, enquanto a primeira abstração, relativa ao caráter mutável da mercadoria – produz-se no interior do pensamento e, portanto, pode ser apreendida pelos sujeitos. O que resta desse raciocínio complexo é a permanência de algo fora do pensamento, produzido antes e independentemente, a abstração real, da qual o autor vai aproximar o conceito de *ordem simbólica*. Essa exterioridade é, por definição, estranha ao sujeito e, por isso, acarreta um desconhecimento essencial por parte dos sujeitos da troca. Nas palavras do autor:

(...) a efetividade social do processo de troca é um tipo de realidade que só é possível sob a condição de que os indivíduos que dela

participam não estejam cientes de sua lógica própria, ou seja, é um tipo de realidade *cujas* *própria consistência ontológica implica um certo não-conhecimento de seus participantes* – se viéssemos a saber demais, a desvendar o verdadeiro funcionamento da realidade social, essa realidade se dissolveria (ŽIŽEK, 1996, p. 306).

Dessa forma, o desconhecimento é a condição mesma do funcionamento da troca. Analogamente, o desconhecimento de um desejo inconsciente que articula, dando forma ao sonho, o pensamento latente e o conteúdo manifesto, é condição para que essa articulação se dê; se o sujeito apreende a forma como o desejo inconsciente enreda-se no sonho, sua unidade subjetiva se desfaz. Eis, para o autor, o conceito de sintoma: algo que, em sua formação, implica, para manter sua consistência, um desconhecimento por parte do sujeito. Quando o sujeito atinge o cerne de seu sintoma, este se desfaz imediatamente: “o sujeito só pode gozar em seu sintoma na medida em que sua lógica lhe escapa – a medida do sucesso da interpretação do sintoma é, precisamente, sua dissolução” (ŽIŽEK, 1996, p. 306).

É a partir dessa constatação que Žižek funda o conceito de *fantasia ideológica*, o qual consiste na concepção da realidade como constitutivamente ilusória; a realidade, nessa perspectiva, é desde sempre *falsa*. Em outras palavras, a unidade lógica da realidade, sua totalidade, o universal ideológico em que se assenta é ilusório e não apenas isso: essa ilusão é condição para que a realidade tenha consistência, para que dê ao sujeito sua forma – forma essa que é a forma da *autonomia*. Essa realidade ilusória, no entanto, não pode ser “desvendada”, pois a ilusão é condição de seu funcionamento, ou seja, tem *efeito estrutural*.

A fantasia ideológica, assim, é o elemento ilusório que estrutura a realidade social e determina o *fazer* dos sujeitos. Nesse sentido, não podemos dizer somente que o sujeito desconhece o caráter daquilo que o domina – se assim fosse, não seria difícil percebermos que somos dominados por uma série de regras e normas sociais, por exemplo, ou seja, que somos assujeitados a alguma ordem –, mas principalmente que desconhece o caráter *ideológico* de sua prática: “o que elas [as pessoas] não sabem é que sua própria realidade social, sua atividade, é guiada por uma

ilusão, por uma inversão fetichista. O que desconsideram, o que desconhecem, não é a realidade, mas a ilusão que estrutura sua realidade, sua atividade social” (ŽIŽEK, 1996, p. 316).

Experimentamos, portanto, a realidade imaginária como verdadeira, embora sua constituição continue-nos inacessível, em sua dimensão *real*. Como na Psicanálise, a fantasia ideológica protege o sujeito do real das relações sociais. Apesar das críticas que Žižek faz a Althusser, acaba por complementar o que este último desenvolveu sobre as ideologias. Žižek (1992) defende que Althusser relaciona sua tese da interpelação ideológica somente ao lado da identificação, em seus aspectos simbólico e imaginário, sem considerar sua dimensão fantasística, ou seja, aquilo que remete ao desejo inconsciente, inassimilável por definição. É a dimensão do real que falta a Althusser, o que Pêcheux (1988) apreende ao designar o aspecto de *nonsense* da falha no ritual ideológico; o impossível a significar passa a ser entendido, então, como o ponto em que o assujeitamento se estilhaça.

À semelhança da fórmula lacaniana clássica segundo a qual a relação sexual não existe, Žižek (1992) formula a não existência das relações de classe, isto é, da mesma forma como a complementaridade entre os sexos é impossível, as classes em luta não são simétricas, não correspondendo uma ao seu oposto direto. A clivagem entre as classes em luta não é integrada à ordem simbólica e daí surge seu antagonismo, sempre dissimulado nas relações sociais:

Agora está clara a maneira como podemos utilizar essa noção de fantasia no campo da ideologia propriamente dita: também aqui, ‘não existe relação de classe’, a sociedade é sempre atravessada por uma clivagem antagônica que não pode ser integrada na ordem simbólica. E o que está em jogo na fantasia ideológico-social é construir uma visão da sociedade que *exista*, de uma sociedade que não seja antagonicamente dividida, uma sociedade em que a relação entre suas diferentes partes seja orgânica e complementar (ŽIŽEK, 1992, p. 123).

Dessa forma, podemos dizer que o que é recalcado na realidade ilusória é justamente a relação assimétrica a que as classes em luta se submetem. As relações de dominação e servidão são, no capitalismo, recalçadas, assumindo a forma de livre relação entre sujeitos. Esse sintoma do edifício fantasístico da sociedade capitalista consiste em uma propriedade do sistema, sua condição mesma de existência e deriva no que Althusser chamou de assujeitamento, conceito ampliado por Žižek em seu apelo à Psicanálise. Assim, o assujeitamento em sua dimensão de fantasia ideológica é o real das sociedades capitalistas, o que sustenta a dupla ilusão de que Pêcheux (1988) nos fala: o sujeito se crê origem e controlador – fantasia primordial para que o indivíduo possa ser sujeito – do que diz, enquanto não é nem um nem outro. O sujeito pode reconhecer sua submissão a uma dada ideologia e, mesmo, revoltar-se contra ela. O que o sujeito não pode conhecer, sob a ameaça de desintegração de sua própria realidade, é o mecanismo ideológico que o assujeita *a priori*, antes mesmo de sua identificação com esta ou aquela rede de saberes.

A prática político-discursiva da intolerância

O projeto de pesquisa *Discurso de Ódio: mídias, redes e movimentos sociais*, em desenvolvimento na UFPel desde 2016, tem se ocupado em construir um aparato teórico que seja capaz de suportar análises do que se chama comumente “discurso de ódio”, em referência à forma como é chamada juridicamente a prática da violência discursiva. No entanto, a definição jurídica do discurso de ódio como aquele que é voltado contra minorias toma o sujeito como consciente e intencional. Em Análise de Discurso, sabemos, o sujeito é inconsciente e assujeitado à ideologia, o que torna inviável qualquer abordagem que parta de uma intencionalidade. Ainda, a definição de minorias como conjuntos identitários de gênero e raça, principalmente, parece-nos afetada pela ideologia dominante, já que toma como minorias parcelas consideráveis da população que, em uma dimensão quantitativa, não poderiam ser consideradas “minoritárias”, embora sejam efetivamente parcelas da população que não têm lugar discursivo central nos saberes engendrados na/pela ideologia dominante ou, mesmo, nas instituições.

Nesse sentido, partimos da definição de violência desenvolvida por Žižek (2008), autor que trabalha na dupla perspectiva do Materialismo e da Psicanálise. Para o autor, existem dois tipos de violência: a subjetiva e a

objetiva. A violência subjetiva, grosso modo, corresponde à violência física, aquela que percebemos imediatamente como uma forma de violência. Já a violência objetiva é dividida em dois subtipos: a violência sistêmica e a simbólica. Esta última diz respeito, em um primeiro momento, ao que identificamos, no senso comum, como discurso de ódio, ou seja, corresponde a atos verbalmente violentos. Além disso e principalmente, a violência simbólica funciona de forma a estabelecer o que Pêcheux (1990) chama de universos logicamente estáveis, nos quais, dizemos, alguns sujeitos tomam um lugar central e dominante e outros são produzidos como excedentes, isto é, como estranhos ao grupo social e, por isso, perigosos, já que ameaçam a homogeneidade ilusória de uma dada formação social. Por fim, a violência sistêmica é aquela produzida pelos próprios sistemas econômicos e políticos. No caso da formação social capitalista, essa violência especifica-se por significar a desigualdade social, a qual entendemos em relação à dissimetria entre as classes em luta, como “natural” e devida não ao funcionamento do sistema em si, mas às qualidades dos sujeitos que compõem a formação social. Nessa perspectiva, haveria sujeitos eficientes e, portanto, bem-sucedidos e detentores do capital, sujeitos médios que não deteriam o capital, mas conseguiriam “viver bem”, e sujeitos ineficientes, aqueles que “merecem”, de alguma forma, a miséria.

Os dois tipos de violência, assim como os subtipos da violência objetiva, não funcionam separadamente. Para Žižek (2008), a violência subjetiva é percebida sob um aparente grau zero de violência, enquanto ocorre, efetivamente, em decorrência da violência objetiva sistêmica e simbólica. Assim, a violência objetiva funciona como uma espécie de fundo ideológico sobre o qual se desenvolve a violência subjetiva, ou seja, as modalidades sistêmica, especialmente, e simbólica são, em última análise, a *causa* da violência física visível. Nesse sentido, seu funcionamento é, em maior ou menor grau, sutil, não sendo, na maior parte das vezes, percebido como violento, mas como “normal” e “natural”, já que faz parte dos “universos semanticamente normais”. Esse funcionamento mais ou menos invisível, que impõe sentidos aos sujeitos como se não houvesse outros sentidos possíveis, é justamente o que faz que, via esquecimento ideológico (Cf. PÊCHEUX, 1988), o sujeito não perceba a realidade como ilusória, bem como as relações de produção que a sustentam.

O discurso de ódio – que passaremos a designar como prática político-discursiva de intolerância – é, pois, definido, nos termos dos

estudos que vimos desenvolvendo, como violência simbólica decorrente da violência sistêmica, mais especificamente, do recalçamento da luta de classes, o qual ressurge, por sua vez, como sintoma social. Esse sintoma pode se manifestar em processos discursivos percebidos como violentos ou intolerantes ou, mais sutilmente, na desqualificação e na (tentativa de) invisibilização de certos discursos, como é o caso do discurso feminista, por exemplo. A intolerância político-discursiva pode, inclusive, tomar a forma da tolerância liberal que, conforme Žižek (2008), é tão somente o “outro lado da moeda” da intolerância, já que igualmente mantém o outro/Outro a distância.

Definida, então, a prática político-discursiva da intolerância, podemos dizer que seu funcionamento invisível é tão ou mais eficiente do que seu funcionamento visível, na medida em que torna “normal” a exclusão e/ou desqualificação de dadas camadas da população ou, mesmo, de certos setores organizados da sociedade, como é o caso dos movimentos sociais, por exemplo. Como parte dos universos logicamente estabilizados, a intolerância é sistemática, ou seja, decorrente da estrutura sócioeconômica. Por isso, pode assumir formas que não se expressam diretamente no que é dito. Nesse sentido, convocamos o conceito de silêncio, tal como desenvolvido por Orlandi (1995).

Para a autora, todo o dizer relaciona-se com o não-dito. Em outras palavras, quando escolhemos dadas palavras em detrimento de outras, apagamos outros sentidos possíveis. Com isso, podemos dizer que o silêncio é necessário a qualquer prática discursiva, na medida em que tudo não pode ser dito (cf. MILNER, 2012). Orlandi (1995) defende que o silêncio é o fator que permite a movência dos sentidos, sendo, por isso, responsável, em última análise, pela existência mesma da significação. A palavra, para a autora, é movimento em torno desse princípio constitutivo da significação que é o silêncio. A esse silêncio que organiza os sentidos, Orlandi (1995) chama de “silêncio fundante”, o qual se diferencia do não-dito. O não-dito diz respeito ao que a autora chama de silêncio local, que nos interessa particularmente no âmbito deste trabalho.

Partindo do pressuposto de que, sob as palavras, outras palavras significam, Orlandi (1995) desenvolve a noção de “silenciamento”, como uma das modalidades do silêncio local. Este opera na interdição ao dizer e pode tomar formas bastante típicas e coercitivas, como é o caso da censura. No entanto, o silenciamento pode tomar formas menos autoritárias, embora igualmente coercitivas. É, naquilo que vimos

desenvolvendo, o caso do discurso intolerante. O silenciamento da intolerância parece ser uma característica do próprio discurso intolerante que assume, na contemporaneidade, a forma da tolerância. Nesse sentido, como já dissemos, a intolerância manifesta-se mais eficazmente no não-dito, naquilo que é omitido. Nossa hipótese, no presente trabalho é a de que esse discurso intolerante que assume a forma da tolerância, sendo, portanto, silenciado, é preenchido alhures, em outros discursos, especialmente naqueles que circulam fora da institucionalidade. É o que desenvolveremos, a partir de análises, na sequência.

Análise dos processos discursivos da intolerância em torno do Projeto de Lei “Escola sem Partido”

Em AD, sabemos que não há procedimentos analíticos estabelecidos previamente. O analista trabalha no que Ernst-Pereira (2009) chamou de movimento pendular da teoria para o *corpus* e do *corpus* para a teoria. Por isso, construir a análise a partir da base teórica, sem recorrer à univocidade lógica, a qual implica aquele que interpreta como “senhor” absoluto, não é só tarefa difícil, mas um trabalho que envolve, como diz Pêcheux (1990), responsabilidade. Assim, frente à complexidade do *corpus* empírico, recorreremos, para a análise do PL Escola Sem Partido, primeiramente a Louis Althusser, uma vez que falar de escola sem pensá-la como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE) comprometeria nossa análise e provavelmente impossibilitaria a visão da escola como lugar de reprodução das relações de produção e da ideologia, esta que para a AD é materializada na linguagem.

As evidências que o processo linguístico e histórico de designação da ideologia assume no senso comum podem ser agrupadas, para fins de análise, da seguinte forma: 1. Ideologia como um conjunto de ideias praticadas por grupos sociais; 2. Ideologia como uma distorção da realidade social; e 3. Ideologia como um conjunto de ideais ligados a organizações políticas, normalmente relacionadas à esquerda. A Ideologia, para a AD, é complexa, pois, como proposto por Althusser (1985), não tendo história nem fim, é um mecanismo que produz indivíduos como sujeitos, sujeitos de práticas sociais. Assim, a Ideologia tem existência material nos sujeitos e no discurso. Em outras palavras, na trilha de Althusser (1985) e Pêcheux (1988), o funcionamento da Ideologia dá-se nos sujeitos e na produção de evidências no discurso.

Assim, o processo de interpelação ideológica é indissociável do conceito de sujeito, este que é marcado pelo inconsciente, que é

assujeitado e atravessado pela linguagem, pelo inconsciente e pela ideologia, Nas palavras de Leandro-Ferreira:

Ao ser constituído pela linguagem, o sujeito encontra nela sua morada e disso decorre uma marca do sujeito enquanto efeito de linguagem. Por outro lado, ao sofrer a determinação da ideologia, por via da interpelação, o sujeito se configura como assujeitado. E por ser também um sujeito do inconsciente, descontínuo por excelência e que se ordena por irrupções pontuais, esse sujeito se mostra como desejante (2017, p.5).

Ou seja, o sujeito é, sem o saber, submetido à ordem da ideologia e do inconsciente justamente por ser sujeito de linguagem e, como tal, sujeito desejante.

Como vimos dizendo, as ideologias consistem em um conjunto de práticas fundamentais à reprodução das relações de produção. O Estado, enquanto instância de poder e coerção, precisa assegurar de alguma forma que seu papel seja cumprido e articula-se através dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) para garantir o papel repressivo do Estado. Tratando-se do AIE Escolar, o qual pode ser considerado o AIE dominante devido à obrigatoriedade da audiência dos alunos, percebe-se um esforço maior do Estado para garantir as condições políticas da reprodução das relações de produção. É então que o Estado, através do Aparelho Ideológico Jurídico, concebe leis que determinam a forma como os educadores podem (e devem) disciplinar os educandos a fim de que ingressem no “mercado de trabalho”. Quando pensamos em disciplina, a partir do senso comum, relacionamo-la à obediência. A partir dessa observação, podemos dizer que o Projeto de lei Escola sem Partido, através de inúmeras proibições, visa garantir a reprodução das relações de produção dentro da escola.

O Estado articula-se para asseverar que os sujeitos obedeçam, que não tenham contato com saberes que possam vir a afetar a aparente estabilidade das relações de dominação, que reconheçam a necessidade da divisão do trabalho, bem como seu lugar nas relações de produção.

O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas num momento dado produzem esse resultado de que a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e portanto reproduzida como tal (ALTHUSSER, 1985, p 57).

Reconhecendo o papel da escola no interior da formação social capitalista como o de qualificar a força de trabalho, percebemos que é através dela que se torna possível a reprodução das forças produtivas. Logo, a escola desempenha um papel fundamental na formação social que corresponde à formação de força de trabalho subserviente. Nesse sentido, o PL Escola sem Partido recorre à moral.

Lagazzi (1988), retomando as ideias de Foucault, descreve a moral como “um conjunto de regras e valores propostas aos indivíduos por intermédio de aparelhos prescritivos” (1988, p.46). O PL em questão, recorrendo à moral, funciona como uma ferramenta para garantir que o AIE Escolar não proponha atividades consideradas imorais, como é o caso das discussões provenientes da Teoria Feminista. Para garantir o apoio da população, estimula a ideia de que os pais terão autonomia para decidir qual é a educação moral a que seus filhos terão acesso. Dessa forma, o Estado garante que os sujeitos que frequentarem a escola serão sujeitados à moralidade, essa que para Lagazzi se coloca “como mais uma forma de conter o desejo do sujeito. A comunidade necessita zelar pelos bons costumes, mantendo os indivíduos enquadrados nos padrões morais escolhidos como seguros” (1988, p. 46).

Sendo assim, a escola, como todos os aparelhos ideológicos, regida pela necessidade da reprodução das relações de produção, não pode expor os estudantes a saberes morais considerados subversivos. Dessa maneira, há uma ideia ilusória de autonomia do sujeito gerada pelo assujeitamento ideológico, o que implica a ilusão de que os estudantes - e seus pais - terão assegurada a exposição a saberes seguros à formação social capitalista, e não propriamente a saberes morais consoantes à convicção moral de seus pais, como prevê o texto do projeto.

Com a democratização do Estado Brasileiro após o Regime Militar, houve também um processo de democratização da aprendizagem, no qual as escolas passaram a debater diversos assuntos políticos e sociais. O sistema educacional brasileiro começou a dar relevância a saberes antes

interditados, a procedimentos pedagógicos inclusivos e críticos. A partir dos anos 2000, as vagas nas universidades aumentaram, ainda que não suficientemente, permitindo, através de políticas públicas, o acesso de populações antes marginalizadas. Essa ampliação do acesso às universidades gerou, também, uma maior diversidade do conhecimento nelas produzido. Com isso, a circulação de saberes que ameaçam o funcionamento da formação social capitalista tornou-se visível e passou a ser visto por alguns setores da sociedade como ameaça.

Se consideramos que o Estado não é neutro, porquanto é o lugar de reprodução das relações de produção capitalistas, projetos como o Escola sem Partido funcionam como uma reação à mudança dos saberes que circulam na escola. Como proposto por Lagazzi (1988, p.16), “o Estado é o Estado-capitalista-jurídico e a divergência de interesses, a contraposição de direitos e deveres distintos, traz a necessidade da coerção”. O projeto em questão funciona, assim, como um dos mecanismos de coerção jurídico-ideológica que visa determinar os saberes que podem e que devem circular nos meios escolares. Apesar de ainda não ter sido aprovado em âmbito federal³⁵, o projeto faz circular um discurso que visa silenciar determinados saberes, como é o caso das discussões sobre gênero, e impor outros, notadamente saberes voltados à moral, historicamente relacionada às religiões cristãs.

Segundo Lagazzi (1988), existem conflitos entre o discurso jurídico, que funda o sujeito de direito – forma-sujeito dominante em nossa formação social – e o discurso religioso, já que a constituição do sujeito de direito deu-se através de um certo enfraquecimento do poder religioso que emanava da Igreja Católica. Assim, o atravessamento por saberes religiosos no PL Escola sem Partido causa estranhamento, já que, ao menos formalmente, a Igreja e o Estado são separados na formação social capitalista. Ao utilizar-se de questões morais e religiosas, especialmente no que concerne a temas como gênero e sexualidade, para constituir-se enquanto lei, o PL faz funcionar a contradição no interior mesmo da formação discursiva jurídica, o que pode ser exemplificado

³⁵ O projeto já foi aprovado em diversos municípios tais como: Criciúma - SC, Campo Grande - MS, Guarujá - SP, Jundiá - SP, Lorena - SP, Santa Cruz do Monte Castelo - PR, São José do Rio Preto - SP, São Lourenço do Sul - RS, Picuí - PB.

pelo trecho seguinte: “Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de **doutrinação** política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as **convicções religiosas** ou **morais** dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (grifos nossos).

O estranhamento, para Ernst é:

Estratégia discursiva que expõe o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significativa, marcando uma desordem no enunciado (2009, p. 3).

Em outras palavras, o estranhamento é índice da contradição, constitutiva do funcionamento das formações discursivas (Cf. COURTINE, 2009), as quais são heterogêneas, podendo, por isso, ser permeadas por saberes que lhes são externos. A contradição entre os saberes jurídicos do estado laico capitalista e os saberes religiosos que circulam no discurso sobre o Escola sem Partido funcionam como índices de sua constituição ideológica. No entanto, o atravessamento por saberes de ordem moral e religiosa não é explícito no projeto, mas silenciado de forma a ecoar em outro espaço, o espaço da campanha em prol do projeto, engendrada por grupos tais como o Movimento Brasil Livre, grupo conservador de direita que atua no Brasil.

Apesar de o texto do projeto, bem como de sua introdução, ser marcado pela falta de elementos diretamente relacionados à religião, é possível perceber índices de seu atravessamento pelo discurso moral-religioso, ao mesmo tempo em que esses saberes são colocados em oposição ao que o projeto designa como “prática de doutrinação política e ideológica”, como podemos perceber na sequência a seguir:

SD1: Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e

urgente adotar medidas eficazes para **prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções** (grifo nosso).

Com base na SD1, é possível perceber que o sujeito filia-se a uma dada rede de saberes na qual a ideologia é percebida como algo exterior ao sujeito, algo que é meio de “doutrinação” e, por isso, imposto aos estudantes. A relação estabelecida entre ideologia e doutrinação de forma a opor a primeira à “educação moral” faz ecoar sentidos relacionados à liberdade dos pais na educação dos filhos, ao mesmo tempo em que coloca a escola ao lado da doutrinação, designação associada, no senso comum, a uma autoridade inquestionável, como é o caso da concepção de doutrina, tal como compreendida no discurso religioso. No entanto, a natureza dessa doutrinação política e ideológica não é explícita no projeto. Estamos diante de uma falta, a qual, segundo Ernst (2009), consiste 1. na omissão, no fio do discurso, de palavras, expressões, estruturas sintáticas etc. que podem ou não ser recuperadas pelo sujeito; e 2. Na ausência de elementos do interdiscurso que seriam esperados num dado discurso.

Na SD em análise, a designação substantiva “ideologia”, bem como a designação “política”, não aparece. No entanto, em seu lugar, surge “doutrinação política e ideológica”. O deslocamento dos substantivos “política” e “ideologia” para os adjetivos “política” e “ideológica” recobre a falta de adjetivação em relação à ideologia e à política, ao mesmo tempo em que preenche o lugar do substantivo, dando a ele a falsa impressão de completude. Essa falta de adjetivação da ideologia e da política, recoberta pela organização do sintagma nominal, tem por efeito produzir uma concepção homogênea de política e ideologia. A partir dessa construção, que silencia de que política, mas principalmente, no âmbito deste trabalho, de que ideologia fala, o PL legitima-se frente à formação social, criando a falsa impressão de que: 1. Toda ideologia é ruim; 2. A escola vem sendo “usada” para a formação de quadros políticos; 3. A educação moral deve prevalecer em detrimento da formação política e ideológica.

Essa lacuna, a qual Ernst (2009) entende encobrir pressupostos ideológicos ameaçadores, ao mesmo tempo em que faz crer que a ideologia é exterior ao sujeito, recobre a natureza necessariamente ideológica do discurso jurídico, o qual circula a partir do Aparelho Ideológico de Estado jurídico. Temos, então, a ideologia não mais apenas como exterior ao sujeito, mas como exterior também ao Estado e a seus aparelhos. Mas é o próprio texto que dá pistas de sua filiação também ideológica: a referência negativa a práticas de ensino nos últimos trinta anos, se retomarmos as condições de produção situacionais do projeto, remontam aos trinta anos do período democrático após a Ditadura Militar no país. Em outras palavras, o problema da educação brasileira surge com a abertura democrática.

O silêncio, entretanto, não apaga a memória sobre a educação na Ditadura Militar e os saberes que circulavam então, mas a faz circular como não dito local que é especificado em outro espaço, um espaço não institucional, que é o do site³⁶ de propaganda do projeto. Nesse site, em 2017, figurava, como material de campanha, a paródia da canção “A banda”, de Chico Buarque de Hollanda, intitulada “O bando”, de autoria de Filipe Trielli e Danilo Gentilli. Nessa paródia, ressoam inúmeras ideias relacionadas à luta da esquerda no Brasil, uma vez que as condições de produção da versão original remetem à década de 1970 e acionam uma memória: o período em que o Brasil resistia ao regime militar. Dessa forma, percebemos que, ao utilizar a base musical para compor “O Bando”, com letra manifestamente contrária aos ideais de esquerda, a paródia faz circularem efeitos de sentido que vêm preencher a falta analisada no texto do PL. Nessa perspectiva, torna-se evidente que tanto o material de apoio quanto o texto no PL propriamente dito funcionam como zona de embate ideológico, como podemos observar na sequência:

SD2: A marcha rubra se espalhou e a direita
não viu
O Paulo Freire virou santo e fudeu (*sic*) com
o Brasil
A Faculdade toda se enfeitou
Pra me lobotomizar, me transformar num
robô

³⁶ <http://www.escolasempartido.org/>

A referência à cor rubra, historicamente relacionada à esquerda e ao comunismo, opõe diretamente o que está em jogo no projeto de lei: esquerda X direita. O material de apoio do projeto recupera a memória a que está associado e à qual se filia: sendo também afetado pela ideologia, a lacuna do texto do projeto de lei, que silencia o adjetivo determinante de “política” e “ideologia”, é preenchida: ideologia e política esquerdistas devem ser combatidas pela direita, associada à manutenção das relações de produção na formação social capitalista.

Ainda, o trecho analisado diz “O Paulo Freire virou santo e fudeu (*sic*) com o Brasil”, autor associado às práticas escolares críticas, tomadas como comunistas pelos defensores do Escola sem Partido. Por fim, surge uma referência às universidades, possivelmente públicas, que são, hoje, tomadas como lugares de “doutrinação comunista”. O último verso da SD relaciona-se interdiscursivamente com a designação “doutrinação política e ideológica” presente no PL, já que, a partir dos saberes religiosos, entendemos a doutrina como um discurso autoritário advindo da figura divina e, por isso, inquestionável. Sob a égide da “marcha rubra”, Paulo Freire e as universidades, lugares de produção de conhecimento, tornam-se uma ameaça às escolas e à “educação moral” dos estudantes.

A ideologia, aqui, só existe nos movimentos de esquerda. O projeto de lei, proveniente do discurso jurídico, é, nessa perspectiva, dotado de “neutralidade”, assim como a direita. Esse ideal de neutralidade, alinhado à direita, é, então, imposto à escola, sob a ilusão de que somente a esquerda é afetada pela ideologia e, conseqüentemente, capaz de “doutrinar”, “lobotomizar” estudantes. A evidência a que se relaciona a designação “ideologia”, nesse sentido, recobre a própria constituição ideológica do projeto, assim como de seu material de campanha, desqualificando toda e qualquer prática considerada de esquerda. Vale lembrar que as políticas de gênero são, no âmbito do projeto, consideradas prejudiciais à “educação moral” e, portanto, prática de doutrinação política e ideológica. De esquerda.

Considerações finais

A prática político-discursiva da intolerância assume, na sociedade capitalista pós-industrial, afetada pela ilusão de autonomia, formas sutis, como é o caso do texto do Projeto de Lei Escola sem partido. No entanto, no caso em análise, a violência manifesta-se claramente em espaços não institucionais, promovendo a desqualificação de práticas consideradas

subversivas e, via de regra, alinhadas à esquerda. A ideologia, nesse ponto, só é atributo do outro, desse outro que ameaça a unidade da formação social.

A designação “ideologia”, tal como apresentada no PL, funciona como uma evidência: todo mundo sabe o que é ideologia e, mais, todo mundo sabe o quanto é perigosa e deve, por isso, permanecer exterior ao sujeito e às práticas pedagógicas. No entanto, essa evidência funciona como sintoma do funcionamento ideológico real: ao acreditar ser possível controlar a filiação ou não a uma ou outra ideologia, o sujeito desconhece sua própria constituição pela ideologia, o que faz com que ela funcione plenamente.

A ideologia, na concepção com que vimos trabalhando, funciona como elemento estruturador da realidade social; o que o sujeito percebe como real é, na verdade, construto ideológico que lhe dá a ilusão de autonomia e liberdade. Essa ilusão, própria da formação social capitalista, escapa ao sujeito, na medida em que é ela que lhe fornece a impressão de realidade e lhe dá consistência subjetiva. Assim, o sujeito desconhece o caráter ideológico de suas práticas sociais.

O discurso jurídico, determinado no e pelo Aparelho Ideológico de Estado jurídico, apesar de produzido por sujeitos, toma, então, a forma da neutralidade e, com isso, legitima-se frente à formação social como aquilo que deve ser, isto é, como algo exterior ao sujeito e destituído de funcionamento ideológico. O caso do projeto aqui analisado, esse discurso jurídico, atravessado pelo discurso moral-religioso, aponta a ideologia, assim como a política, como algo negativo e ameaçador, que, por isso, deve ser mantido à distância das escolas. Ora, se a ideologia dominante na formação social capitalista é, também, de natureza capitalista, ela não é percebida como tal, mas como uma espécie de grau zero ideológico. Logo, ideologia é tudo que se opõe ao dominante, pois percebido como algo que ameaça a univocidade lógica (Cf. PÊCHEUX, 1990), tão cara à consistência dos sujeitos sociais.

O material de campanha do Movimento Escola sem Partido trai, nesse sentido, a evidência ideológica construída no PL, pois, ao dizer “a marcha rubra se espalhou e a direita não viu”, recupera discursivamente, sem o saber, o antagonismo de classe de que fala Žižek (1996), este gerado pela não integração da dissimetria da luta de classes na ordem simbólica. Ao opor “marcha rubra” e “direita”, restitui, como num lapso, a oposição ausente no texto do PL: trata-se, aqui, de uma luta entre os dois opostos

do espectro das ideologias particulares, que correspondem às duas classes em posição antagônica.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 10a Ed. Trad. Walter J. Evangelista e Ma Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. [trad.] Cristina de Campos Velho Birck [et al.] São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- ERNST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>, consulta em: 30 de maio de 2015.
- FERREIRA, Maria Cristina L. A trama enfática do sujeito. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaCristinaL eandroFerreira.pdf>, consulta em: junho de 2017.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. 1ª Ed. São Paulo: Pontes, 1988.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed.. Campinas: UNICAMP, 1995.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Trad. Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas : Editora da Unicamp, 1988.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem*. O sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992.
- _____. Como Marx inventou o sintoma. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Um mapa da Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Violência*. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2008.

Recebido em: 26/11/2018

Aceito em: 02/12/2018

O DISCURSO E O HUMOR EM *MAFALDA*: UMA QUESTÃO DE FILIAÇÃO À FORMAÇÃO DISCURSIVA ANTICAPITALISTA

Luciane Botelho Martins³⁷

RESUMO: Buenos Aires, 1963. O cartunista Joaquín Salvador Lavado Tejón, mais conhecido como Quino, cria a personagem Mafalda como objeto de propaganda de uma empresa que vendia eletrodomésticos. As produções, rejeitadas pela empresa, passam a circular, um ano depois, no periódico *Primeira Plana*. Desde então, Mafalda tornou-se objeto de pesquisa em diferentes campos de saber, principalmente pelas questões de cunho social e político, por ela problematizadas. Pensando, pois, no caráter de atualidade temática da obra, propomos, à luz da Análise do Discurso de filiação francesa, um estudo sobre a posição-sujeito assumida por Mafalda. É importante frisar que o discurso de Mafalda faz emergir no intradiscurso elementos do interdiscurso, os quais estabelecem espaços de contradição que revelam o que Pêcheux designa por *contradição apreendida e exibida*. Esses lugares de significação/interpretação constituem-se, pois, lugares de excesso na medida em que o humor, sob a forma de absurdo e evidência emerge, temos assim, o humor construído na discrepância entre o estranho e o identificável, contrapondo-se à Ordem e interpelando o sujeito. A partir disso, buscamos compreender como se dá a relação da personagem Mafalda com a Formação Discursiva Anticapitalista, assim denominada devido ao seu caráter de enfrentamento à ideologia socialmente imposta. Para tal, refletimos sobre um arquivo formado por três tirinhas, as quais constituem um recorte da dissertação de mestrado defendida em 2015.

Palavras-chave: Mafalda; humor; formação discursiva; ideologia.

ABSTRACT: Buenos Aires, 1963, the cartoonist Joaquín Salvador Lavado Tejón, known as Quino, creates the character *Mafalda* as advertisement object to a company which used to sell household appliances. All material, produced and rejected by the company, was used

³⁷ Professora dos anos iniciais no Município de Rio Grande. Mestra em Letras pela Universidade Católica de Pelotas.

one year later in a newspaper called *Primeira Plana*. Since then, *Mafalda* became research object in different fields of study, mainly because of the social and political aspects addressed by her. Thinking about the relevant topic of the comic strips, we propose, in the light of French Discourse Analysis, a study about the subject position assumed by *Mafalda*. It is important to note that *Mafalda's* discourse brings out into the intra-discourse some elements of the inter-discourse. They establish contradictions gaps which reveals what Pêcheux calls *seized and displayed contradiction*. The places of signification/understanding are excess places as the humor, like strange and evident forms, emerges. We have, therefore, the humor built in the discrepancy between the strange and the identifiable, in contrast with the order, interpellating the subject. From this on, we try to understand how the relation between *Mafalda* character and the anti-capitalist discursive formation is. It is so named because of its characteristic of confront with a social ideology imposed. For this, we reflect about a corpus formed by three comic strips. They are part of the Master's thesis defended in 2015.

Keywords: Mafalda, humor, discursive formation, ideology.

Palavras iniciais

Criada em 15 de março de 1962 (período que antecedeu o golpe de estado na Argentina 1966-1973), Mafalda é o nome da filha primogênita de um casal tradicional de classe média que vive na Argentina. Com seis anos de idade, Mafalda é, aparentemente, uma figura infantil como as demais, no entanto, o que a difere é o discurso que usa para comentar, discutir, questionar e interpelar os adultos em questões ligadas à política e economia, especialmente aquelas que assolam a sociedade da época, em nível mundial. Desse modo, a personagem Mafalda representa o inconformismo com um homem que alimenta a injustiça social, o racismo, as guerras, a construção de armas nucleares e, sobretudo, certas convenções que não teriam razão de ser, segundo ela. Nesse sentido, Mafalda revela seu desejo por um futuro melhor para a humanidade – paz, democracia e respeito aos direitos humanos.

Note-se que, estando o processo de exclusão presente em todos os grupos sociais, temos materializado na obra *Toda Mafalda* um discurso que aponta à constante luta de classes através da oposição: ricos X pobres, opressores X oprimidos. É, pois, pensando na relação de classes como luta construída sob a forma de evidência, que propomos uma reflexão sobre as

posições-sujeito assumidas por uma personagem feminina infantil frente ao sistema capitalista, o qual é fundado na contradição dos sentidos de liberdade e igualdade entre todos.

Em vista disso, temos como objetivo neste trabalho mostrar um recorte da dissertação de mestrado defendida em 2015. Nesse recorte, nosso objetivo é mostrar, a partir de um processo analítico-reflexivo sob o prisma da análise de discurso de filiação francesa, o funcionamento discursivo da interrogação, entendendo-a como lugar da falta e do silêncio. Ao pensarmos na interrogação como lugar da falta, estamos tratando de um espaço em que o dizer, por uma questão ideológica, não pode/deve ser dito. Já no que concerne ao lugar do silêncio, estamos tratando-o como uma ausência presente, lugar de produção de sentido. Desse modo, ao considerarmos a falta e o silêncio, na materialidade significativa em *Mafalda*, estamos propondo um estudo da leitura pelo viés da pergunta, o qual apontou a identificação do sujeito com a formação anticapitalista - FDA.

Identificação de *Mafalda* com a Formação Discursiva Anticapitalista – FDA

Ao longo do nosso exercício de análise³⁸, optamos em denominar a Formação Discursiva de *Mafalda* como anticapitalista³⁹, por tratarmos da relação que o sujeito do discurso estabelece com a FD, nesse caso, uma relação contrária ao pensamento capitalista - FDA. Para tanto, faz-se necessário compreender o que estamos entendendo por formação discursiva, já que o termo também é utilizado por outras teorias, com sentidos diferentes.

A definição inicial do conceito partiu de Foucault (2013), mas foi Maldidier (2003) que, ao refletir sobre o que Foucault inicialmente apontou, elabora sua primeira crítica. Convém lembrar que, na ocasião, a

³⁸ Vale ressaltar que a denominação da Formação Discursiva Anticapitalista – FDA – não foi dada a priori pelo analista, mas se constituiu a partir de um gesto de leitura.

³⁹ O termo anticapitalista foi retirado do artigo *O que é (anti)capitalismo?*, escrito por Ellen Meiksins Wood, e traduzido pela Prof^a Lígia Osório Silva – IE/Unicamp. Nesse artigo, a autora define o termo em questão como movimento que luta por justiça social, paz, democracia e um ambiente sustentável. Ainda, segundo a autora, trata-se de um campo amplo, do qual outros movimentos derivam, entre eles o socialismo e o comunismo.

autora apresenta três conceitos importantes a serem pensados para uma teoria do discurso. A primeira sobre a própria definição de discurso como conjunto de enunciados pertencentes a uma formação discursiva; a segunda como prática discursiva de caráter extralinguístico; e a terceira, aquela que nos interessa no momento, sobre as formações discursivas como instância reguladora. Sobre essa última, ela destaca que pelo fato de no discurso nada ser fixo e estanque,

[...] guardaremos essencialmente a noção de discurso como uma prática, resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não discursivas. Esse complexo de relações para nós deve ser estabelecido no quadro do conjunto articulado dos conceitos do materialismo histórico (MALDIDIER, 2014, p. 86).

Assim, pensar uma teoria materialista do discurso é pensar, sobretudo, no funcionamento da ideologia como prática social que se materializa em nossos dizeres sob a forma de assujeitamento ideológico.

A autora também destaca que, ao considerar que as formações discursivas são componentes das formações imaginárias, Pêcheux, Haroche e Henry apontam uma versão reformulada de enunciação, na qual “o ‘sujeito falante’ toma posição com relação às representações das quais ele é suporte” (MALDIDIER, 2014, p. 99), representações essas que retornam no enunciado sob a forma de pré-construído.

Seguindo essa linha de pensamento, a inscrição inconsciente de um sujeito em uma formação discursiva ou outra, ou até em mais de uma, é o que Pêcheux chamou de “tomada de posição”, e é por essa razão que nossas palavras podem produzir sentidos diferentes em formações discursivas diferentes. Nos termos de Pêcheux, “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (2009, p. 149).

Note-se ainda que a dupla função da ideologia como força social se constitui na arbitrariedade da revelação-ocultação. É, pois, esse caráter arbitrário que garante a eficácia histórica da ideologia. Com base nisso é

que Haroche, Henry e Pêcheux (1971) afirmam que as formações ideológicas comportam uma ou mais formações discursivas, determinando o que pode/deve ser dito e o que não deve/não pode ser dito. Nesse sentido, o discurso não pode ser compreendido distante da teoria das ideologias, do mesmo modo que a teoria materialista das práticas discursivas não pode ser compreendida numa perspectiva rígida do materialismo histórico, pois isso descaracterizaria o caráter metafórico que lhe é próprio. Pêcheux, então, compreende a formação discursiva como um domínio discursivo a partir do qual há reduplicação da identificação. Nos termos do autor

[...] a tomada de posição resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito [...] O “desdobramento” do sujeito – como “tomada de consciência” de seus “objetos” – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade *no próprio interior do sujeito* (PÊCHEUX, 2009, p. 160).

Em outros termos, é possível dizer que pela tomada de posição o sujeito identifica-se com seus pares e com a forma-sujeito, processo o qual o autor chama de reduplicação da identificação. É importante observar que esse “ideal homogêneo” do sujeito e das formações discursivas são retomadas por Pêcheux ao longo de suas reflexões. Reflexões essas, que o levam à concepção de um sujeito dividido, clivado, cindido em relação a si mesmo.

Outro aspecto que justifica a aproximação entre discurso e ideologia é a contradição. Como princípio que constitui a heterogeneidade, a contradição não é apenas uma característica inerente ao interdiscurso, ela também está presente na formação discursiva e na forma-sujeito, uma vez que estamos diante de posições-sujeito diversas.

Ao afirmarmos, então, que o discurso de *Mafalda* faz emergir no intradiscurso elementos do interdiscurso, estabelecendo espaços de contradição através do humor, estamos tratando do que Pêcheux designa por contradição apreendida e exibida. Esses espaços, lugares de significação, lugares de interpretação, constituem-se, pois, lugares de

excesso na medida em que o humor, sob a forma de absurdo e evidência⁴⁰, funda-se na contradição. Pêcheux, ao tratar da contradição, afirma que:

[...] quer o sujeito, em toda sua ignorância, se submeta a ela, quer ao contrário, ele a apreenda por meio de sua agudeza de “espírito”: um grande número de brincadeiras, anedotas etc., são, de fato, regidas pela contradição inerente a essa discrepância; elas constituem como que sintomas dessa apreensão e tem como sustentáculo o círculo que liga a contradição sofrida (isto é, a “estupidez”) à contradição apreendida e exibida (isto é, a “ironia”), como o leitor poderá com base neste ou naquele exemplo que seja particularmente “eloquente” (2009, p. 142).

Por essa razão, podemos dizer que o humor, construído na discrepância entre o estranho e o identificável, contrapõe-se à Ordem⁴¹. É ela que interpela o sujeito e apaga a contradição que o constitui e constitui o sentido. O humor, geralmente, expõe a contradição inerente ao sujeito e ao sentido num processo de desnaturalização do que se tornou evidente historicamente. Segundo Pereira, “é inquestionável o fato de que o humor decorre de uma contradição, tese expressa desde os primórdios da estética” (1994, p. 53).

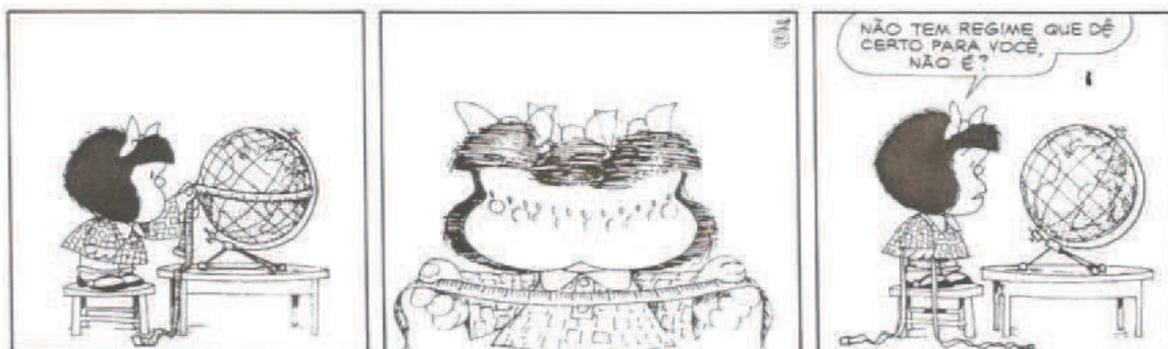
O humor, tomado como contradição, recebe o caráter de agente de mudanças sociais e políticas, pois, aliado à pergunta, torna explícita uma série de diferenças ideológicas, algumas delas sedimentadas no

⁴⁰ Ao tratar de absurdo e evidência, Pêcheux reitera que esse retorno do que é estranho no familiar é um efeito do pré-construído. Nas palavras do autor, “esse efeito de pré-construído consistiria numa discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (2009, p. 142).

⁴¹ Submeter o sujeito à ordem diz respeito ao processo de assujeitamento a que todo sujeito está submetido à ordem da língua, à ordem do Outro (inconsciente) e à ordem da ideologia, visto que o assujeitamento se dá pela língua.

discurso do Outro. Segundo Pereira, “a função do humor é [...] relatar os defeitos escondidos, mostrar o objeto de riso exterioridade e inconsistência” (1994, p. 54). Dessa forma, temos, no humor em questão, uma tentativa de burlar, de contrapor, de romper com uma determinada ideologia. Ao pensarmos, pois, sobre o humor em *Mafalda*, podemos notar que esse se dá quase que exclusivamente na esfera política. Passemos, então, à análise da primeira tirinha:

(01) Primeira tira analisada - SDR⁴² 1:



(QUINO, 2010.p. 194)

Nessa tirinha, temos um sujeito inquieto frente ao Mundo, metonimicamente representado pelo globo terrestre. A figura do globo, no centro da mesa, produz um sentido de centralidade, isto é, o mundo e seus problemas de ordem política, ambiental e social constituem-se como o centro das preocupações do sujeito que enuncia. Como podemos observar, no primeiro quadro, o sujeito encontra-se de pé sobre um banco. O gesto da personagem – subir no banco – revela as dificuldades para se alcançar certos objetivos, neste caso, o objetivo da protagonista é examinar o globo (o mundo). Diante do mundo, a protagonista se vê frente ao desafio de medir, quantificar ou ainda qualificar o objeto. Esse sentido é produzido pela ação da protagonista ao utilizar uma fita métrica para medir o globo terrestre. A fita métrica – instrumento utilizado para medir a distância entre pontos – produz um efeito de objetividade e credibilidade aos resultados que aponta. Outro aspecto, ainda do

⁴² Estamos entendendo por SDR, sequências discursivas de referência, ou seja, “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (Courtine, 2009, p.55). Em outros termos, as sequências discursivas estão funcionando nesta pesquisa como pontos de referência, os quais levam em conta elementos linguísticos e extralinguísticos, constituindo dessa forma nosso *corpus* discursivo de análise.

primeiro quadrinho e que merece nossa atenção, diz respeito à ausência do traçado da boca da personagem. Essa ausência nos faz refletir sobre o silêncio fundante, aquele que, segundo Orlandi (2007), encontra-se na base de todo dizer. Desse modo, o discurso produz sentidos.

Ao passarmos para o segundo quadrinho, temos um discurso produzido só a partir da imagem, assim como do anterior. Trata-se de uma figura sinérgica, isto é, uma figura que reproduz movimento. Nesse caso, o movimento aponta concomitante e equivocadamente para a constatação de que a distância entre os pontos se configura como problema de “grande” proporção e para o gesto de negação. Desse modo, a não aprovação da dimensão do problema constatado, associada ao gesto de negar a referida constatação, produz um efeito denominado por Indursky (1990) como denegação discursiva.

O termo denegação tem sua origem na psicanálise. De acordo com Indursky, a denegação discursiva acontece quando “o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer e sua necessidade de recalcar” (1990, p. 118). Assim, a denegação discursiva se dá quando uma negação “incide sobre um elemento de saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso” (1990, p. 120).

O mesmo processo de denegação discursiva pode ser observado no enunciado verbal⁴³ do terceiro quadro *Não tem regime*⁴⁴ *que dê certo para você, não é?* Isso porque, ao enunciar “Não tem” o sujeito recalca o enunciado afirmativo contrário “Tem”. Note-se ainda que, no enunciado apresentado em forma de pergunta, uma pista que contribui,

⁴³ O enunciado verbal tal qual está sendo tomado neste trabalho segue a leitura de Courtine (2009), que ao retomar o conceito de “formulação enunciativa” de Foucault (2013) produz uma resignificação do termo, ou seja, o autor propõe uma divisão em que o “elemento de saber de uma Formação Discursiva” passa a chamar-se Enunciado [E] e as formulações passam a ser reconhecidas como enunciado [e]. Em outros termos [E] representa o interdiscurso, enquanto [e] representa o intradiscurso. Assim, entendemos como enunciado verbal a materialidade do discurso na linearidade. Foi partir do conceito de enunciado verbal, que Quevedo (2012) propôs o conceito de enunciado visual, segundo ele “um elemento, uma constituinte da SD - aquilo que chamamos de “parte significativa””(p. 147), enunciado [e] pode também ser tomado a partir de uma imagem. Nasce assim, o conceito de enunciado visual.

⁴⁴ O termo regime apontado na tirinha, devido às condições de produção do discurso, refere-se ao regime militar na Argentina, o qual teve duração de oito anos (1966 a 1973).

significativamente, para a produção de sentido é o excesso do termo negativo “não”, associado ao gesto anterior da protagonista. Na perspectiva discursiva, o excesso é tratado por Ernst como um “acréscimo necessário” (2009, p. 04), que busca a “reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos”, com vistas a manter os mesmos pressupostos ideológicos.

O excesso da negação enfatiza duas posições-sujeito, uma ligada ao senso comum (o mundo não tem jeito) e outra ligada a uma FD anticapitalista, que proporia um regime que desse certo. Isso significa dizer que a reiteração do gesto negativo sobre a impossibilidade de mudança do mundo recalca o pressuposto afirmativo, que se constitui num saber pertencente ao que estamos chamando de FD anticapitalista.

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito ao funcionamento da interrogação. Pragmaticamente, esse funcionamento implica uma injunção à resposta; discursivamente, à interpretação. Nesse caso, o sujeito-enunciador convoca seu interlocutor, representado na figura do globo terrestre, a assumir uma posição-sujeito frente ao regime vigente.

É, pois, pela equivocidade do termo “regime”, pela reiteração da negação e pela interrogação que o sujeito enunciador assume uma posição contrária ao regime vigente e tudo o que ele representa para a sociedade.

(02) Segunda tirinha analisada (SDR02):



(QUINO, 2010.p. 208)

Na segunda sequência discursiva desta pesquisa temos, no primeiro quadro a imagem da protagonista que, enquanto dorme, sonha. Esse sonho mostra a inquietação – materializada no ponto de interrogação – do sujeito diante da cena de um personagem solitário, preocupado com o dinheiro que conta. Ainda compondo a imagem, figura uma réplica da Estátua da Liberdade, em dimensões reduzidas, se

comparada tanto com a imagem original quanto com a outra personagem, que se encontra na possível ilha de Manhattan. Essa personagem apresenta índices que apontam para a figura do Tio Sam⁴⁵, como a cartola⁴⁶ e o terno. Entretanto, faltam na cartola as listras e as estrelas que remetem à bandeira dos Estados Unidos, o que implica um efeito de sentido de desidentificação com a nacionalidade americana.

Podemos observar, então, que a primeira imagem produz um sentido sobre o capitalismo, o de sistema que individualiza os sujeitos, dando-lhes a falsa ideia de liberdade, já que, pelo sistema, os indivíduos tornam-se sujeitos assujeitados ao capital e à mais valia. Note-se que, nesse primeiro quadro, os sentidos são produzidos pela imagem que fazemos da imagem (objeto empírico), isso porque, conforme Quevedo, a imagem

[...] é a produção de uma leitura; um gesto de interpretação que, como tal, representa um ponto de recorte nos *continua* de sentidos, com cuja versão o sujeito se identifica. Versão essa que se lhe “naturaliza”, “evidencia”, apresenta como universal... (2012, p. 111, grifo do autor).

Ao passarmos para a segunda cena, podemos observar que o discurso funciona sob a forma de um pré-construído na pergunta *É americano?*. Através da pergunta, o saber de que os EUA é um modelo do sistema capitalista surge na linearidade, compondo o intradiscurso. Desse modo, se, do ponto de vista pragmático, temos uma injunção à resposta afirmativa do outro, do ponto de vista discursivo o sentido produzido é de que o domínio capitalista é uma marca do país americano e através dele se perpetua, principalmente pela relação que estabelece com os demais países.

No mesmo quadro, podemos notar ainda que, ao produzir uma dupla negação – *Não, eu não tenho nacionalidade* –, o sujeito recalca/faz omitir sua nacionalidade, apontando para a condição daqueles "cartolas" cujos negócios ultrapassam as fronteiras americanas, atingindo outros

⁴⁵ Essa figura é a personificação nacional dos Estados Unidos da América. Constitui-se num dos símbolos mais conhecidos do mundo. Surgiu durante a Guerra angloamericana em 1812.

⁴⁶ O termo "cartola", tanto em inglês quanto em português, implica *status* e poder.

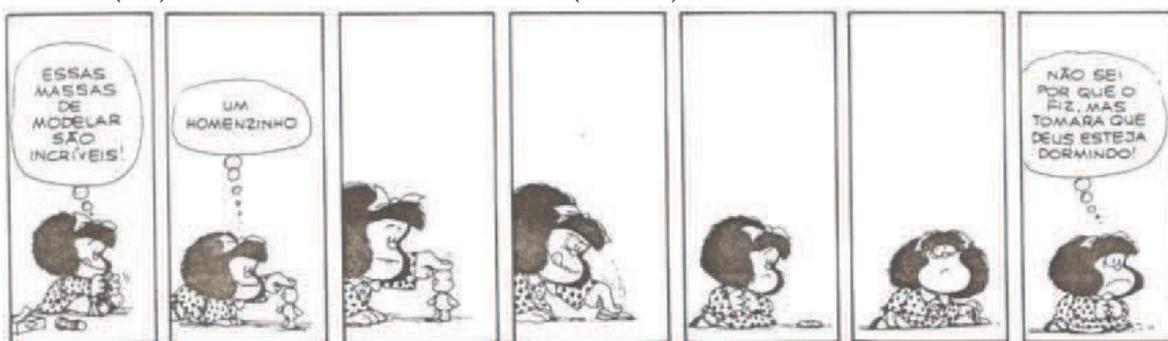
países e controlando o mundo. Na realidade, a personagem representa o capital, o mercado. Por isso, não tem nacionalidade.

Dando sequência a essa análise, passamos ao terceiro quadro, no qual o sujeito, ao enunciar *E... essa liberdade?*, reitera o sentido de que os EUA são um representante do capitalismo mundial. Note-se que as reticências, como lugar do excesso, isto é, como espaço significante, apontam para os sentidos em torno do termo liberdade, metonimicamente representada pela Estátua da Liberdade. Podemos perceber também que a utilização do pronome demonstrativo, antes do substantivo “liberdade”, produz um efeito reificador e depreciativo sobre o termo. Estamos, então, diante de três sentidos para o termo liberdade: liberdade como objeto de mercado; liberdade como sinônimo de ser livre; e liberdade como símbolo dos EUA. Desse modo, os sentidos são produzidos a partir do equívoco em torno do que é liberdade. Esse equívoco, em seu caráter contraditório, é que produz o efeito de humor na tira.

Vale destacar ainda que, através do funcionamento da pergunta, ao refutar o sujeito-Mafalda, o seu interlocutor produz um enunciado marcado pela repetição – *Estou vendendo filhinha, estou vendendo*. Essa repetição, esse excesso, funciona como uma forma de legitimar o saber da FD capitalista de que a tudo é possível atribuir um valor em dinheiro. Essa é a lógica capitalista. Do mesmo modo, esse sentido é mantido no último quadrinho, pois, vender a legítima liberdade significaria por fim às relações de dependência entre os países mais pobres e as grandes potências, nesta tirinha, representada pelos EUA.

Ao finalizar a análise dessa tirinha, é importante atentar para o silêncio constitutivo da imagem de Mafalda, pois é, também, através desse silêncio, que ela revela uma posição-sujeito contrária aos pressupostos do capitalismo e aos efeitos que essa ideologia produz.

(03) Terceira tirinha analisada (SDR3):





(QUINO, 2010, p. 263)

Nessa terceira sequência discursiva, temos uma tirinha formada por onze cenas. Na primeira, os sentidos apontam para a inocente brincadeira de criança – manuseio de massinha de modelar. No entanto, ao passarmos para a segunda cena, a personagem, ao construir a figura de um homem, denomina-o como homenzinho. Percebemos, assim, que o acréscimo do sufixo *-inho* ao termo *homem* atribui-lhe não apenas um sentido de pequenez em relação ao tamanho, mas também um sentido de pequenez em relação ao seu valor. Assim o termo *homenzinho* é construído como caráter depreciativo de humanidade.

Dando continuidade à análise, nós observamos uma sequência de duas cenas em que a personagem é colocada em um plano superior, em relação à figura moldada. Trata-se da relação de poder que se estabelece entre o opressor e o oprimido. Pela relação de poder que o contexto oportuniza, a personagem é impulsionada a esmagar o outro. Nosso gesto de leitura é de que, enquanto sujeitos constituídos pelas condições de produção, os sujeitos são levados a exercer o poder sobre o outro, muitas vezes de forma inconsciente, visto que, nas duas imagens seguintes, a personagem expressa pelo seu silêncio um certo arrependimento. Mas por que “certo” arrependimento?

Se observarmos o enunciado verbal *Não sei por que o fiz, mas tomara que Deus esteja dormindo!*, podemos perceber que o arrependimento não se dá de forma consciente pelo sujeito, mas pelo temor que tem em relação ao olhar do Outro/Deus. Assim, somos sujeitos assujeitados ao olhar do outro/Outro; nosso dizer e nosso fazer não são nossos, mas construídos a partir das formações imaginárias, isto é, daquilo que imaginamos ser o desejo do Outro (instância reguladora), como designa Lacan. Torna-se relevante observar que o enunciado demonstra o desejo do sujeito de escapar do olhar regulador do Outro – *que Deus esteja dormindo*. De acordo com Orlandi, o discurso religioso caracteriza-se como:

[...] aquele em que fala a voz de Deus, começaria por dizer que, no discurso religioso, há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens) [...] O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens (2011, p. 243).

Percebemos que a formação discursiva religiosa é constituinte do sujeito em *Mafalda* não apenas pelo que diz, mas por sua expressão na imagem (empírica), uma expressão desconcertante e de aparente arrependimento, que se justifica através do enunciado verbal *...eu fiz um homenzinho com massa de modelar e depois o esmaguei sem saber por quê*. Com base nessa materialidade linguística, nosso gesto de leitura nos permite dizer que o fato de o sujeito assumir não saber o porquê de sua atitude aponta para o funcionamento da interpelação ideológica, nesse caso, a capitalista, em que aos seres são atribuídos valores de mercado, o que lhes possibilita o exercício do poder uns sobre os outros, a fim de perpetuar a diferenças entre as classes: opressor X oprimido, uma ideologia contrária e ao mesmo tempo contraditória ao que prega o discurso religioso, o de que todos os sujeitos são iguais devendo obediência a Deus, somente.

Essa relação conflituosa entre as classes torna-se evidente, também, no nono quadrinho, quando a personagem Guile questiona se o homenzinho disse alguma coisa. A materialidade nos revela o que Pêcheux afirma que é por meio da língua que o sujeito é assujeitado ideologicamente. Nas palavras do autor:

[...] a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou

chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (1997, p. 165-166).

Assim, na nona cena da tirinha, ao termos a figura de um homem que cala, que aceita livremente sua condição de subjugado, temos um sujeito que assume sua posição de inferioridade na relação de classes, assume o lugar de oprimido. Um lugar que do ponto de vista do opressor é visto como o lugar do conformismo.

Tecendo o fechamento

As sequências discursivas que compõem esta pesquisa produzem um efeito de sentido de enfrentamento aos pressupostos que constituem o sistema capitalista. Na SDR1, por exemplo, podemos observar que, por meio da denegação e do excesso, o sujeito toma uma posição. Em outras palavras, temos, através da interrogação, uma posição-sujeito que se identifica com o saber de que não há um sistema que dê conta dos problemas sociais que assolam o mundo, decorrentes do sistema capitalista.

No que se refere à SDR2, observamos que ocorre uma posição de crítica ao sistema capitalista, dado o caráter contraditório do discurso do outro (interlocutor de Mafalda na tira) que, ao omitir sua nacionalidade, revela a perda da identidade americana, consequência da expansão do sistema capitalista, que extrapolou as fronteiras do próprio país. A contradição, expressa pela repetição e pela denegação, é construída a partir do conceito de comércio e liberdade. Aparentemente independentes, esses dois elementos, quando postos juntos, constroem o sentido de que o capitalismo põe em risco a liberdade do outro. Assim, a Estátua da Liberdade como metonímia de uma grande potência (EUA), coloca-se no lugar daquele que vende uma falsa liberdade para o outro (países subdesenvolvidos), à medida que o subjuga, mantendo, assim, uma relação de dependência entre o país que domina e os países dominados.

Quanto à SDR3, podemos afirmar que temos, visivelmente, através do jogo imagem/palavra, a luta de classes entre oprimidos e opressores, funcionando inconscientemente no sujeito, por meio da pergunta indireta. A análise nos possibilita perceber que, ao questionar-se, Mafalda revela sua interpelação, seu assujeitamento à ideologia capitalista e religiosa. Desse modo, a pergunta que a personagem faz a si mesma é índice de uma posição-sujeito que se encontra em conflito, devido ao seu duplo assujeitamento, de um lado, dado pelos pressupostos capitalistas e, de outro, pelo assujeitamento à ordem divina.

Desse modo, podemos afirmar que, a partir da materialidade significativa (tiras de Mafalda) há um funcionamento discursivo que aponta à identificação do sujeito com a FDA. Nos três casos analisados, há a reiteração de uma posição-sujeito de conflito e enfrentamento aos pressupostos do capitalismo, marcado principalmente pela contradição expressa sob a forma de humor e pelos questionamentos que propõe.

REFERÊNCIAS

- ERNST, Aracy. *A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo*. SEAD 2009. Disponível em: <
<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. > Acesso em: 10 jun.2015.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- HAROCHE, C. et al. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours, *Langages*. Paris, 24, 1971.
- INDURSKY, Freda. *Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação*. Cadernos de Estudos Linguísticos, nº 19, jul/dez. Campinas: IEL/Unicamp, 1990.
- _____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.
- MACHADO, Graciene de Ávila. 1968: ideologia e contestação através das tiras da Mafalda. 2009. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de

- História: Licenciatura, UFRGS, Porto alegre, RS. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/21324>. Acesso em: 13 jun. 2015.
- MAFALDA ONLINE. Disponível em: <http://www.mafalda.net/index.php/PT/> Acesso em: 15 jun.2015.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MALDIDIER, D et al. Discurso e Ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2014, p. 69-105.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.
- PÊCHEUX, Michel (1969). *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas*. [trad.] Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas. SP: Editora Unicamp, 2009.
- PEREIRA, ARACY E. *Na inconsistência do humor, o contraditório da vida: o discurso proverbial e o discurso das alterações*.1994. 181f. Tese (doutorado) - Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- QUEVEDO, Marchiori Q. de. *Do gesto de reparar a(à) gestão dos sentidos*. Um exercício de análise da imagem com base na Análise do Discurso. 2012. 253 f. Dissertação. (Mestrado em Letras Linguística Aplicada) Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2012.
- QUINO. *Toda Mafalda: da primeira à última tira*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *Mafalda Inédita*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. "O que é (anti) capitalismo." *Revista Crítica Marxista*, V.17 (2003). Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo99artigo2.pdf. Acesso em: 09 ago. 2015.

Recebido em: 08/10/2018
Aceito em: 13/11/2018

O NÃO-LUGAR DA ANORÉXICA NUMA SOCIEDADE EM REDE E DO ESPETÁCULO

Mariele Zawierucka Bressan⁴⁷

RESUMO: Neste trabalho, situamo-nos no terreno da Análise do Discurso (AD) de linha pecheutiana, a fim de melhor visualizarmos o corpo como materialidade significante e discursiva, como lugar de memória e, a partir de tais pressupostos, empreender um estudo sobre a anorexia nervosa, concebendo-a como um dos sintomas da sociedade do espetáculo e da sociedade em rede. Temos como arquivo o discurso de anoréxicas em blogs do gênero pró-ana, a partir do qual fazemos movimentar as noções de lugar social e de lugar discursivo, abordando, para tanto, a historicidade da anorexia nervosa e a produção de sentidos relativos ao sintoma no tempo e no espaço. De “Ana, a santa” à profanação dos espetáculos circenses, a anoréxica, na atualidade, ocupa distintos lugares sociais – o blog, o documentário, o consultório, a família – que, no espaço discursivo, tornam-se lugares discursivos, pelos quais ficamos sabendo que pode ser tanto a “porca louca” quanto a “borboleta”. Diante dessa tomada de posição paradoxal do sujeito, propomos a articulação do que chamamos de não-lugar, ou lugar de entremeio, como um lugar em que se materializa tanto o processo de contra-identificação quanto a resistência.

Palavras-chave: Corpo; Anorexia nervosa; Não-lugar; Resistência.

ABSTRACT: On this study, we have allocated ourselves on the terrain of Pêcheux’s Discourse Analysis (DA), in order to better visualize the body as significant and discursive materiality, as a memory place and, based on these assumptions, undertake a study on anorexia nervosa, conceiving it as one of the symptoms from the society of the spectacle and the networked society. We present, here, the speeches of anorexic women in Pro-Ana blogs as its archive. We make the notions of social and discursive places start to move, addressing, for this purpose, to historicity of the anorexia nervosa and the production of senses related to the symptom in

⁴⁷ Professora de Língua Portuguesa na URI – Campus de Erechim/RS. Orientadora pedagógica da SMECD de Getúlio Vargas. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

time and space. From “Ana, the saint” to the desecration of circus spectacles, the anorexic, nowadays, holds distinct social places – the blog, the documentary, the clinic, the family – which, in the discursive space, becomes discursive place named as either “crazy pig” or “butterfly”. Given this paradoxal position taken by the subject, we have proposed the articulation of what we call the non-place, or place of in-between, as a place in which it materializes both the process of counter-identification and the resistance.

Keywords: Body; Anorexia Nervosa; Non-place; Resistance.

Para iniciar a conversa

Ao se deparar com o título deste trabalho, nosso possível leitor pode se perguntar o que faz um analista do discurso estudando o corpo – o corpo doente das anoréxicas. Mais do que isso, o que tem a ver o corpo em processo de definhamento dessas moças com noções como as de lugar social, lugar discursivo e não-lugar?

Diante desses possíveis questionamentos, que só fazemos porque em nós habitam as formações imaginárias, nos colocamos na posição não daqueles que procuram respostas e, desse modo, daqueles que procuram dar respostas a esse provável leitor. Colocamo-nos na posição daqueles que, diante do óbvio, se lançam a mais perguntas.

Ora, estudar o corpo doente é coisa para a medicina, para a biologia, para os especialistas da área da saúde. A anorexia, então, como enfermidade mental, é coisa para a psiquiatria, para a psicologia. É coisa que, também, rompendo com o logicamente estabilizado pelos saberes acadêmicos, pode concernir à Análise do Discurso (AD).

A AD, ainda que recentemente, incluiu o corpo como objeto de análise. No entanto, o modo como esta disciplina de interpretação se propõe a estudar o corpo difere do modo como é estudado por outras áreas do conhecimento. Para a AD, o corpo não se resume a uma entidade de carne e osso. Ao contrário, o corpo é visto como uma materialidade significativa e discursiva pela qual se tem acesso ao discurso. Em outras palavras, o corpo produz efeitos de sentido, os quais são construídos no interior de formações sociais, culturais, ideológicas, discursivas, imaginárias, inconscientes.

É com base nisso que, nesse trabalho⁴⁸, estudamos o corpo das anoréxicas numa sociedade em rede e do espetáculo, buscando visualizar que lugares ocupa esse corpo, sobretudo o blog do gênero pró-ana. Observamos, também, a instituição do não-lugar, ou, como temos proposto, o lugar de entremeio, como uma das formas pelas quais o sujeito, ao tomar posição, se subjetiva.

O corpo, numa sociedade em rede e do espetáculo

Recentemente, na grande rede, a Internet, temos acesso a um espetáculo, materializado por anoréxicas, nos blogs conhecidos como pró-ana. Blogs em que leitoras e autoras compartilham (ou não) sua identificação ao que a medicina chamou de anorexia nervosa.

Nesses blogs, é comum lermos enunciados que materializam um posicionamento favorável à anorexia e à bulimia. É com materialidades tais como essa que trabalhamos. É sobre o corpo de jovens que “buscam a felicidade” por meio da anorexia e expressam isso na mídia, em especial no ciberespaço, em blogs disponíveis na Internet, que lançamos nosso olhar e imprimimos nossa escuta discursiva. Não se trata, porém, de uma busca qualquer, por parte de tais jovens. Trata-se de uma busca pela felicidade que perpassa o corpo, que se dá no e pelo corpo. O corpo passa a ser objeto – instrumento pelo qual a felicidade pode ser alcançada. E essa felicidade relaciona-se com um corpo emagrecido que, por um efeito metafórico, passa a ser um corpo anoréxico, um corpo cadavérico.

Falamos de um corpo que ocupa lugar no tempo e no espaço; que ocupa lugar numa determinada formação social. Por formação social entendemos a forma como a sociedade se estrutura, a partir de um determinado modo de produção. Nesse caso, falamos de um modo de produção capitalista, pelo qual se organiza a sociedade em rede e do espetáculo. Aliás, é no interior de uma formação social capitalista que podemos falar em formas de organização em rede e do espetáculo.

O corpo – o corpo das anoréxicas – ocupa lugar nessa formação social. A sociedade do espetáculo de que tratamos diz respeito ao modo como conceitua Debord (2003, p. 13). Para este autor, “toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”. O espetáculo é,

⁴⁸ Trata-se de um recorte de nossa tese de doutorado efetuada junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS.

ao mesmo tempo, parte da sociedade; a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Não se trata de um conjunto de imagens, mas da relação social entre pessoas, mediatizada por imagens. Ainda, segundo Debord (ibidem), “a especialização das imagens do mundo acaba numa imagem autonomizada, onde o mentiroso mente a si próprio. O espetáculo, em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo”.

A sociedade do espetáculo tem a ver com o que, atualmente, é chamado de sociedade em rede, tal como é articulada por Castells (1999). Isso porque, de uma sociedade em rede, a partir da integração de comunicação eletrônica, do fim da audiência de massa e do surgimento de redes interativas, emerge uma determinada forma de cultura, que o autor denominou de cultura da virtualidade real.

Por cultura da virtualidade real Castells (1999) compreende um sistema em que a própria realidade – a experiência simbólica / material das pessoas – é captada e imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta. Neste, as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência. Trata-se de uma cultura que resulta, portanto, de uma forma de organização da sociedade que o autor chama de rede, visto que integra vários modos de comunicação em uma rede interativa, a partir da comunicação mediada pela Internet.

De nossa parte, podemos pensar que, numa sociedade em rede, o que o autor chama de cultura da virtualidade real torna-se um primeiro grande paradoxo entre o real e o virtual. O virtual, aquilo que existe apenas em potência ou como faculdade, estabelece uma relação contraditória com o real, tomado aqui como a realidade. O espaço virtual torna visível aquilo que, na verdade, é invisível. O virtual, nessa forma de organização social, vai adquirindo forma material, inclusive determinando e sendo determinado pela própria realidade, de modo que essa relação paradoxal, em última instância, nos coloca diante de um certo real, do modo como o conceitua a Psicanálise – um ponto de impossível que não cessa de não se escrever.

Numa formação social caracterizada pela lógica tanto do espetáculo quanto em rede, existir passa a significar estar na imagem, se expor ao mundo como objeto do olhar. Numa cultura da realidade virtual, o faz-de-conta vai se tornando a própria realidade. O sujeito e seu corpo, capturados nessa lógica, não mais vivem, representam, encarnam personagens os quais melhor podem ocupar os lugares socialmente

determinados para cada espetáculo. Assim pode ser com a anoréxica: em casa, na escola, no trabalho, no consultório e, em especial, no blog, como veremos no próximo tópico.

O discurso das anoréxicas: uma questão de lugar(es)

A anorexia nervosa não é uma doença tão recente assim. Ela tem sua historicidade. Dos conventos na Idade Média, aos espetáculos circenses, nos séculos XVIII e XIX, as anoréxicas passaram, na atualidade, a ser objeto de estudo da medicina e, hoje, ocupam, além dos consultórios médicos, clínicas e hospitais (na condição de doentes), o espaço virtual – os blogs. As anoréxicas, observadas pela lente da AD, tornam-se sujeitos do discurso, ou seja, são sujeitos porque ocupam lugar numa dada formação social.

Vale lembrar que, em AD, o sujeito não é visto como uma entidade empírica, mas como posição projetada no discurso designando lugares determinados na estrutura de uma formação social. Para Pêcheux (1993 [1969], p. 82), o funcionamento discursivo se dá pelas formações imaginárias, as quais “[...] designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Assim, a anoréxica ocupa determinados lugares em dadas formações sociais e culturais, os quais são determinados pelas formações imaginárias que designam o que é uma anoréxica: de santa e possuída, no modo de produção feudal, à “porca louca” e “borboleta”, no modo de produção capitalista. Expressões como essas são usadas pelas próprias anoréxicas, nos blogs, para designar a si mesmas, como podemos ler nos recortes discursivos abaixo, apresentados em (01) e em (02)⁴⁹:

(01) Recorte Discursivo 1 (RD1)⁵⁰:

Tudo bem eu sei que sumi... mas foi por motivos justos.

Não mentira não foi por motivos justos, afinal eu fiquei todo esse tempo comendo feita uma **porca louca...** (Grifo nosso)

(02) Recorte Discursivo 2 (RD2)⁵¹:

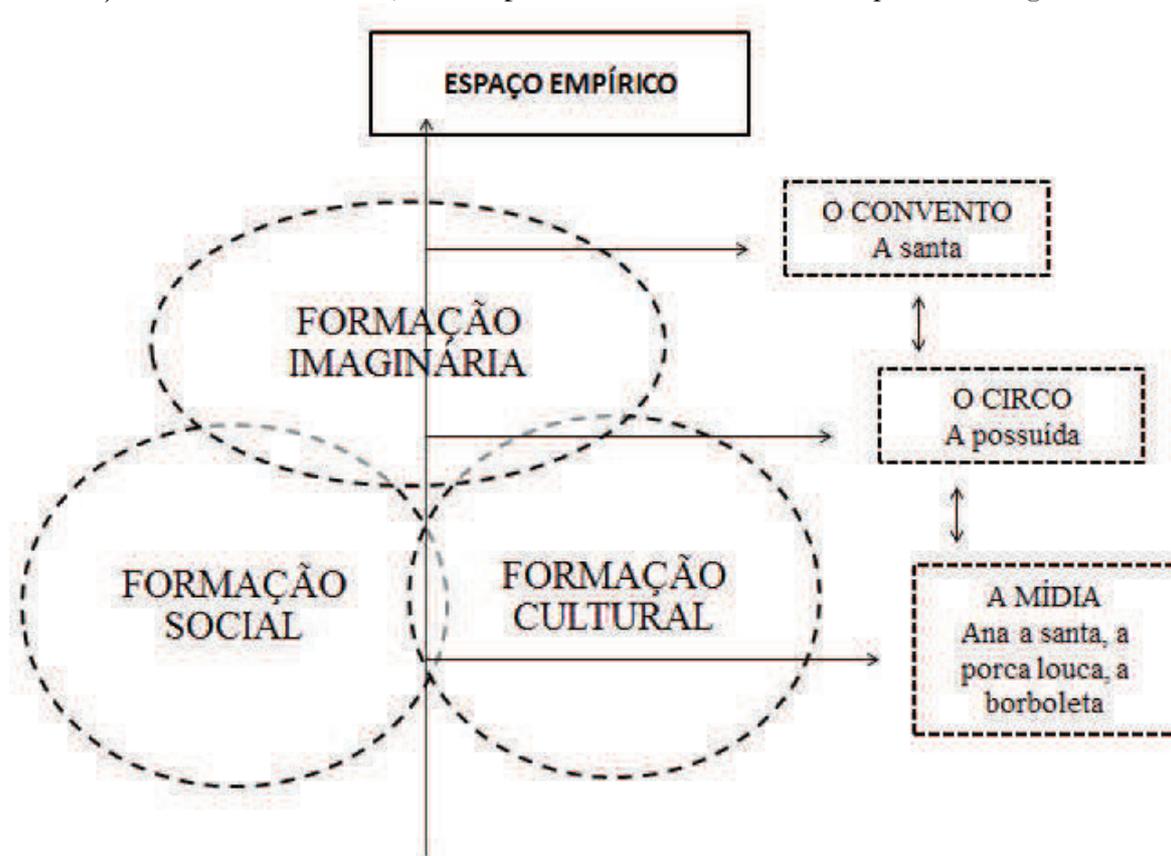
⁴⁹ Os referidos recortes foram retirados de blogs que, atualmente, não se encontram mais disponíveis na grande rede. Faremos, no entanto, a referência, embora os conteúdos tenham sido removidos.

⁵⁰ SUMIDA eu? magina. *Diário de uma garota anoréxica*, 2011. Disponível em: <<http://garota-anorexica.blogspot.com.br/>> Acesso em: 02 set. 2016.

Borboleta é o principal símbolo utilizado, muitas meninas chamam-se umas às outras de borboletas carinhosamente. O símbolo é uma alusão à sua beleza, leveza, e principalmente, às fases de desenvolvimento e crescimento desta. A borboleta vai de uma larva à um **lindo inseto perfeito**. (Grifos nossos)

Ao retomar sentidos cristalizados tanto nos conventos quanto nos circos, as anoréxicas dos blogs nos lançam a mais um paradoxo. Materializam, ao mesmo tempo, as dimensões do sagrado e do profano; tornam-se animais, tanto porcas loucas quanto borboletas, dando forma material à contradição, uma vez que, por tal conformação imaginária, produzem efeitos de sentido tanto da bestialização quanto da ascese.

Vale lembrar que, em se tratando de formações imaginárias, as imagens que os locutores atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos / institucionais construídos no interior de uma formação social e cultural, como podemos observar no esquema a seguir:



Esquema 1: Lugares sociais da anoréxica

⁵¹ DONZELA, Mandy. Dicionário. **Como ser uma borboleta**, 2016. Disponível em: <<http://comoserumaborboleta.blogspot.com/2016/09/adeus-ana-e-mia-verdade-que-nunca-te.html>> Acesso em: 02 set. 2016.

Desse modo, a anoréxica, seja no convento, no circo, ou hoje, nos blogs, não é por nós entendida como indivíduo de carne e osso. Trata-se de posições-sujeito assumidas numa dada formação social e cultural. A formação social, segundo Grigoletto (2008, p. 58), “[...] compreende o espaço empírico e abriga diferentes formações ideológicas, as quais interagem com as relações de poder [...], determinando o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade”.

Em outras palavras, o discurso da anoréxica está relacionado com o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e cultural. O lugar social compreende o espaço empírico: o convento, o circo, o blog e, mais do que isso, o consultório, a rua, a escola, a casa onde mora...

O lugar social, por sua vez, relaciona-se com o que, em AD, chamamos de lugar discursivo. No entanto, não há uma relação de equivalência, nem de linearidade entre lugar social e lugar discursivo. Nem sempre o lugar discursivo corresponde ao lugar social e vice-versa, por isso, não se pode falar em simples transposição de um para o outro. Não obstante, há o que se pode chamar de passagem do lugar social para o discursivo. Nessa teorização, a formação discursiva compreende um espaço discursivo, relativo a um lugar discursivo que, por sua vez, “[...] se relaciona tanto com a forma-sujeito quanto com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a partir dele” (ibidem, p. 58).

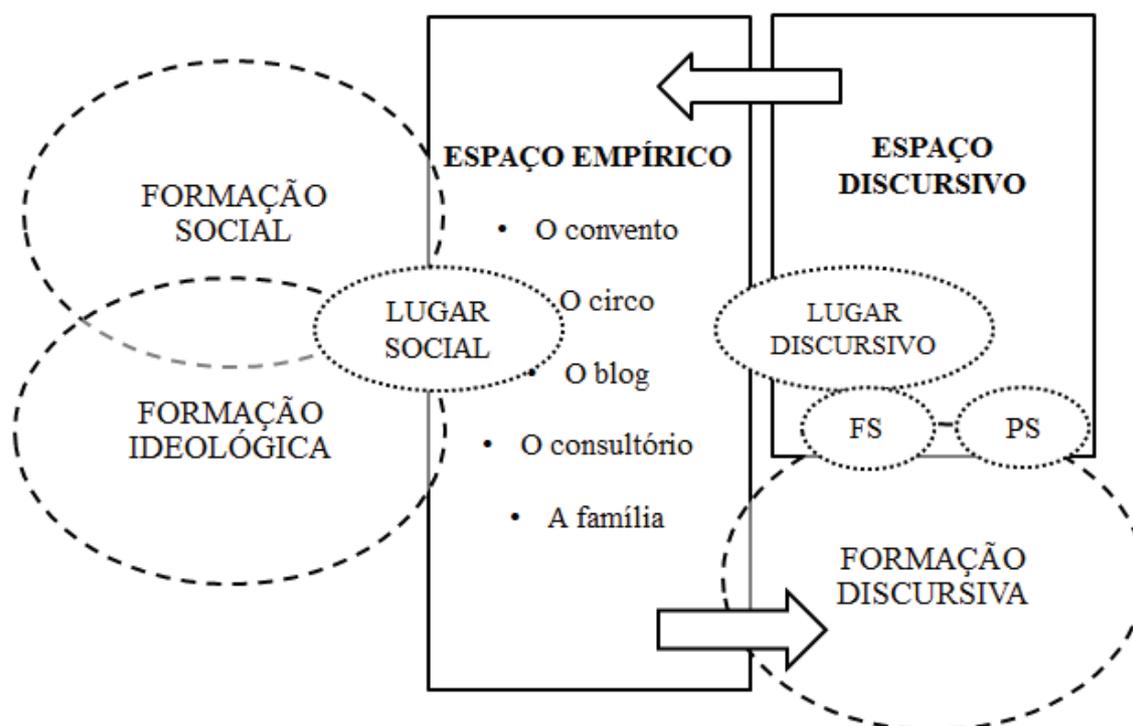
De acordo com Grigoletto (ibidem, p. 54), o espaço do empírico é aquele em que o sujeito do discurso se inscreve quando de sua interpelação ideológica no interior de uma formação social. Na passagem para o espaço discursivo, o lugar que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica é afetado pelas relações de poder, que determinam o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica.

Nessa reflexão, observa-se que o lugar discursivo é determinado pelo lugar social, da mesma forma que este é também construído pela prática discursiva. Trata-se de uma constituição mútua, sendo possível pensar o lugar discursivo como uma categoria de análise que, segundo Grigoletto (ibidem, p. 56),

[...] é materializada na passagem do espaço empírico, onde se encontram os lugares sociais, para o espaço discursivo. Ou seja, o

lugar discursivo estaria no entremeio do lugar social, da forma e da posição-sujeito.

Observemos, pelo esquema:



Esquema 2: Lugar discursivo

FS – Forma-sujeito

PS – Posição-sujeito

É nesse sentido que o discurso da anoréxica, na atualidade, abriga uma rede de memória que diz respeito à própria historicidade da anorexia: os lugares ocupados pelas anoréxicas ao longo do tempo. A formação discursiva constitui-se pela porosidade, de modo que esses lugares sociais (o convento – sagrado; o circo – o profano), com certos deslocamentos, ressoam e são ressignificados, hoje em dia. O sagrado e o profano, discursivamente, coabitam um mesmo lugar discursivo, o da anoréxica, em diferentes lugares sociais, no blog, por exemplo.

O não-lugar, ou lugar de entremeio

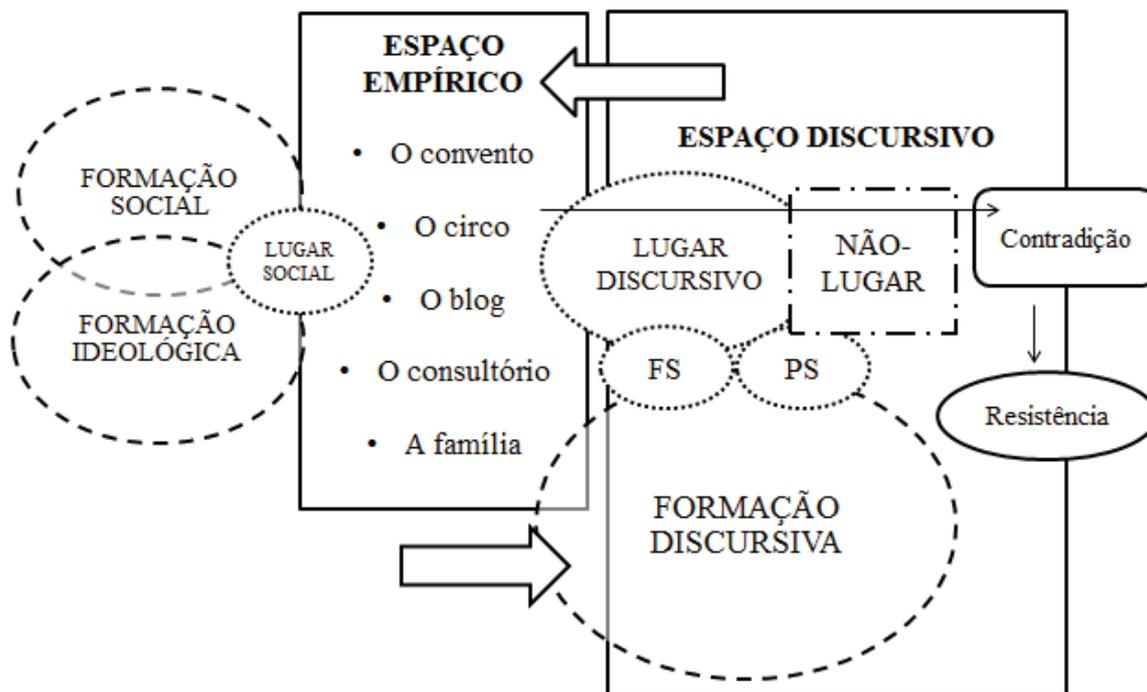
De “Ana, a santa” à profanação dos espetáculos circenses, a anoréxica, na atualidade, ocupa distintos lugares sociais – o blog, o

consultório, a família – que, no espaço discursivo, tornam-se lugares discursivos, pelos quais ficamos sabendo que pode ser tanto a “porca louca” quanto a “borboleta”.

Com base em Grigoletto (2008) e Indursky (2013), podemos diferenciar, teoricamente, as noções de lugar social e lugar discursivo e ver que os lugares sociais (espaço empírico), ao se transformarem em lugares discursivos (espaço discursivo), retomam uma memória que confere historicidade ao objeto discursivo; possibilitam distintas tomadas de posição do sujeito; dão visibilidade a formas de subjetivação que, de outro modo, permaneceriam invisíveis no interior da formação social da qual fazem parte.

Podemos observar que essas tomadas de posição são, por vezes, paradoxais, na medida em que, a partir delas, não sabemos se o sujeito, da forma como se subjetiva numa formação social capitalista, do consumo, em rede e do espetáculo, nela se aliena ou dela busca se separar. Outrossim, essas distintas tomadas de posição do sujeito materializam formas de resistência (embora, algumas vezes, às avessas), pelo estatuto da equivocidade, que abriga, em seu interior, a contradição. Necessariamente, a contradição não produz o efeito de sentido de resistência. No entanto, é o que permite, não sem tensão, fazer com que o profano conviva com o sagrado; que público e privado se imbriquem na direção de um endereçamento; que a fragmentação se sobreponha à unidade imaginária.

A contradição afeta e constitui a tomada de posição do sujeito. Por conta disso, mesmo que tenhamos falado em distintos, e por isso mesmo, em singulares lugares sociais, que se transformam em diferentes, e também singulares lugares discursivos, pelo sujeito anoréxico, podemos visualizar uma outra configuração do lugar, o não-lugar, que não tem a ver com a negação do lugar, mas com o que poderíamos chamar de o lugar de entremeio. É o que podemos visualizar no esquema:



Esquema 3: O não-lugar

FS – Forma-sujeito

PS – Posição-sujeito

Quando falamos em não-lugar⁵², tomamos por referência a conceituação de dois autores, Augé (2012) e De Certeau (2014). No entanto, buscamos contrapô-las com a teorização de Castells (1999) acerca do “espaço de fluxos”, constituído numa sociedade em rede. A partir das aproximações e distanciamentos entre as noções de não-lugar e de entremeio, esta elaborada pela AD, buscamos, ao nosso modo, pensar no processo de subjetivação do sujeito na posição de anoréxica. Vejamos.

Para De Certeau (2014), o “espaço é um lugar praticado”. Em outras palavras, o sujeito, pelo trabalho simbólico, transforma o lugar em espaço a partir de sua ocupação, apropriação e vivência. Sem fazer a distinção entre espaço e lugar proposta por De Certeau, mas, também, sem negar suas contribuições, Augé (2012) trabalha com as noções de lugar antropológico e “não lugar”. São noções que nos permitem pensar nas transformações que surgem de uma forma aparentemente natural, que ocorrem na vida cotidiana de cada um e que resultam do processo de globalização, refletindo-se no modo como nos relacionamos com o

⁵² Em Augé (ibidem), a expressão é grafada “não lugar”. Optamos pela grafia “não-lugar”, a fim de conceituar essa noção a partir da teoria do discurso.

espaço, com o tempo e com os outros. A transformação das cidades, sob o enfoque de Augé, é exemplo de como o lugar antropológico, definido como um espaço identitário, relacional e histórico, passou a ser constituído como um “não lugar” no que o autor chama de sobremodernidade.

O “não lugar” é designado como duas realidades complementares, porém distintas. São espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. A partir daí, o “não lugar” constitui-se como o que fabrica o “homem médio”, tendo em vista que esse espaço não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude. A história é transformada em elemento do espetáculo, de modo que “os consumidores do espaço acham-se, assim, presos nas ressonâncias e nas imagens de uma espécie de cosmologia objetivamente universal, simultaneamente familiar e prestigiosa” (AUGÉ, 2012, p. 97). Trata-se de uma cosmologia que produz efeitos de reconhecimento, uma vez que nesse mundo de consumo, o indivíduo pode fazer parte porque é nele incessantemente interpelado.

Com base nisso, é possível dizer que a inquietação de Augé recai sobre a súbita e rápida transformação dos lugares em “não lugares” – espaços de anonimato e solidão, nos quais o que prevalece é a liberdade do indivíduo em detrimento do sentido construído socialmente. Essa inquietação se aproxima e, ao mesmo tempo, se distancia da elaboração proposta por Castells (1999), uma vez que este, em seu percurso de investigação, defende que a organização do espaço é um elemento crucial para a compreensão da sociedade contemporânea. Contrapondo a maioria das teorias clássicas, que supõem o domínio do espaço pelo tempo, o autor propõe a hipótese de que é o espaço que organiza o tempo numa sociedade em rede.

Castells (1999) chama de “espaço de fluxos” essa nova lógica espacial que resulta da interação entre tecnologia, sociedade e espaço. Trata-se de um espaço constituído a partir de um conjunto de serviços avançados e que se materializa em uma organização em torno de centros de controle e comando. O “espaço de fluxos” (de capital, de informação, de tecnologia, de interação organizacional, de imagens, sons e símbolos) é exatamente o oposto do “espaço de lugares” (uma organização espacial historicamente enraizada). O lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física.

O “espaço de fluxos” é a lógica espacial que predomina numa sociedade em rede, visto que corresponde aos interesses de uma elite empresarial tecnocrática e financeira com exigências espaciais específicas. Essas exigências determinam a relação de apropriação e controle do espaço, constituindo comunidades simbólica e espacialmente segregadas. Dessa maneira, o “espaço de fluxos” não é apenas um espaço geográfico ligado às novas tecnologias de informação e à globalização; é também um espaço social de uma elite dirigente, ligado ao poder e à riqueza. Trata-se de um espaço de consumo, de circulação e de comunicação – um espaço global – marcado por um horizonte de espaço de fluxos a-histórico em rede, que acaba impondo a sua lógica nos lugares segmentados e espalhados, os quais se relacionam cada vez menos uns com os outros e tornam-se cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais comuns.

A partir daí, o “espaço de fluxos” torna-se um “não lugar”, no qual as interações são espetacularizadas, mediadas por imagens, regidas pela lógica do consumo e notadamente efêmeras. Por outro lado, nesse mesmo movimento, vemos o lugar tornar-se espaço, na medida em que o sujeito dele se apropria, nele se inscreve e nele se (re)inventa. É nesse sentido que propomos que a noção de “não-lugar”, por meio de um desdobramento, seja trabalhada não como a negação do lugar, mas como o lugar de entremeio. Mais do que isso, o lugar da contradição e da resistência.

Em AD, a noção de entremeio é trabalhada como forma de caracterizar a própria disciplina de interpretação fundada por Pêcheux, a partir da desterritorialização de três campos de saber – a linguística, a psicanálise e o marxismo. Enquanto disciplina de entremeio, a AD se constitui a partir das relações contraditórias entre as teorias, situando-se justamente nesse lugar em que é pensada a partir de espaços relacionais entre disciplinas. Com base em Robin, Ferreira (2003, p. 41) afirma que a AD não pode ser considerada “nem disciplina autônoma, nem disciplina auxiliar”. Trata-se, antes, de tematizar o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, “[...] que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica, simultaneamente” (ibidem).

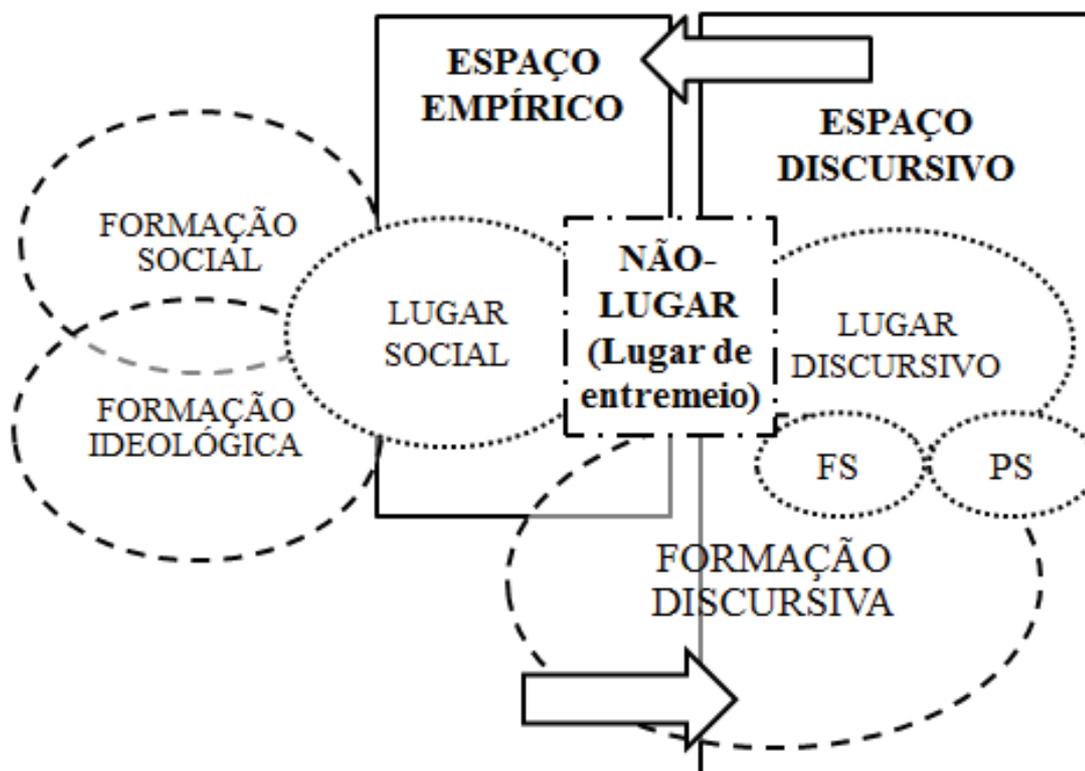
A noção de entremeio tem a ver, na perspectiva discursiva, com noções como território e fronteira. Entretanto, trata-se de um lugar constituído pela contradição, visto que as fronteiras são porosas e o território é movediço. Pelo gesto de desterritorializar, à AD é conferida

singularidade, da mesma forma que uma relação estranho-familiar é estabelecida com as teorias a partir das quais é forjada.

Isso posto, o não-lugar como lugar de entremeio poderia ser caracterizado como um lugar que se constitui pela contradição, pela porosidade de suas fronteiras e pela movência de seu território. Os limites que separam o dentro e o fora são opacos, assim como os efeitos de sentido nele e a partir dele produzidos não são transparentes. Um lugar em que esses limites (território e fronteira) se estabelecem a partir do jogo entre presença e ausência.

O não-lugar de que falamos, portanto, não pode ser confundido com as oposições entre espaço e lugar (DE CERTEAU, 2014), lugar antropológico e “não lugar” (AUGÉ, 2012) e espaço de lugares e espaço de fluxos (CASTELLS, 1999). Não se trata, aqui, de opor a noção de não-lugar à de lugar discursivo, ou de lugar social. A categoria de não-lugar, do modo como propomos, pode estar vinculada tanto ao lugar social (espaço empírico), quanto ao lugar discursivo (espaço discursivo). No entanto, trata-se de uma categoria que se situa no entremeio.

Para melhor visualizarmos a questão, vejamos o quadro abaixo:



Esquema 4: Não-lugar – categoria de entremeio

FS – Forma-sujeito

PS – Posição-sujeito

E voltemos ao nosso objeto, as anoréxicas e os lugares pelos quais circulam e se subjetivam (o blog, o consultório, a família, nos quais ressoam a memória do convento e do espetáculo circense). Nesses lugares sociais, que passam a ser discursivos pela relação que se estabelece entre a forma e a posição-sujeito no interior de uma determinada formação discursiva, o sujeito assume distintas posições, as quais dialogam, tensamente, com outras FDs. Nessas posições, os efeitos de sentidos são contraditórios, ambivalentes, paradoxais.

Não há processo de identificação plenamente bem sucedido, uma vez que as fronteiras que delimitam o território de uma FD são porosas. As fronteiras são presentes e ausentes ao mesmo tempo, da mesma forma que a inscrição do sujeito no interior dessa FD não é unívoca nem transparente. Os outros discursos estão presentes e ausentes, de forma que há tanto identificação quanto contra-identificação do sujeito a esses saberes. O sujeito não está nem plenamente dentro nem de todo fora. Situa-se no entremeio, no não-lugar.

Daí a relação ser da ordem do estranho-familiar. Nesses lugares discursivos, o sujeito, na posição de anoréxica, sente-se, ao mesmo tempo, estranho e familiar com relação ao outro que lhe constitui. O outro é para ele ora familiar, ora um estranho – até mesmo uma ameaça. Há uma busca por reconhecimento, pelo endereçamento, pela conformação de uma identidade imaginária e nesse processo o outro se torna familiar. No entanto, o outro também se torna uma ameaça: a banha, a gordura; por vezes, a família, por vezes o médico, o hospital; por vezes a própria anorexia. Esta, seja como doença, seja como estilo de vida, torna-se um outro, do qual é preciso se livrar. O sujeito, nessa posição, torna-se um estranho para si mesmo, uma vez que “Sou onde não penso”, “Quando como não penso em nada”⁵³.

A partir daí podemos dizer que o próprio corpo da anoréxica pode ser um lugar de entremeio, um não-lugar. Isso porque, no interior do discurso médico, a anoréxica é comumente chamada como “borderline”. Borderline é uma expressão utilizada para indicar os chamados “casos-limite”, nos quais as fronteiras que demarcam, no corpo, o dentro e o

⁵³ É possível, aqui, estabelecer uma relação com a Psicanálise, em especial a lacanianiana, tendo em vista a concepção de sujeito do inconsciente. Esta se distancia do “cogito ergo sum” de Descartes – teoria segundo a qual o sujeito seria dotado de racionalidade.

fora, estão ausentes. O interesse por essa novidade nosográfica, de acordo com Fernandes (2012, p. 173),

[...] reside justamente na noção de limite, mais precisamente na noção de fronteira, o que, aliás, essas patologias parecem evocar a todo momento. Fronteira entre dentro e fora, entre eu e outro, entre realidade e fantasia, entre a representação e o irrepresentável.

Na anorexia, há uma distorção da imagem corporal: o eu não se reconhece quando se olha no espelho. Há, portanto, uma perturbação na percepção do corpo, suas sensações, sua forma, suas dimensões, seu contorno que significa uma dificuldade de discriminação entre dentro e fora. Nas palavras de Fernandes (ibidem, p. 172), “tudo se passa como se o corpo próprio não exercesse aí uma de suas funções que é colocar os limites entre o dentro e o fora”.

Para além disso, a anorexia questiona as próprias definições que lhe são conferidas. Como doença, ela mesma possui limites opacos. É considerada, por vezes, como fronteira entre neurose, psicose, perversão, melancolia e hipocondria. De modo que, para Fernandes (ibidem, p. 173), as anorexias e bulimias contribuem “[...] para um questionamento das fronteiras das categorias nosográficas em si, assim como dos diversos campos teóricos e metodológicos que as investigam”.

Podemos dizer, a partir daí, que tanto a anorexia, como doença, quanto a anoréxica, na relação que estabelece com o próprio corpo e com os lugares pelos quais circula e se inscreve, são desterritorializadas. Não possuem lugar definido e suas fronteiras também não são plenamente demarcadas. O que não significa não ter lugar, não ter fronteira. Pelo contrário, a anorexia e a anoréxica imprimem um gesto de desterritorialização, que se desdobra em singularidade e resistência.

Lembremos que, para De Certeau (2014), o não-lugar tem a ver justamente com a utopia e com a resistência. Utopia é uma palavra inventada por Thomas More, no século XVI. Do grego, ela é formada por “OU”, que significa “não” e “TOPOS”, “lugar”. Literalmente seria “não lugar” ou “lugar nenhum” – a negação do lugar. Entretanto, os utopistas a usavam para representar um lugar onde tudo pudesse funcionar perfeitamente.

A utopia, portanto, não equivale à negação do lugar, nem ao lugar do plenamente perfeito. Ao abordar as culturas populares, De Certeau (2014) trabalha com dois níveis estratificados do espaço: o espaço utópico e sua relação tensa e contraditória com o espaço polemológico. Este é considerado como um espaço socioeconômico, organizado por uma luta imemorial entre poderosos e pobres, que se apresenta como um campo de perpétuas vitórias dos ricos e da polícia, mas também como o reinado da mentira, onde os fortes ganham e as palavras enganam. O espaço utópico, por outro lado, escondido sob o manto da língua falada, afirma um possível diante do espaço polemológico.

Para este autor (ibidem, p. 74), na luta entre poderosos e pobres, estes “oferecem ao possível um lugar inexpugnável, por ser um não lugar, uma utopia”. Dito de outro modo, a opacidade da cultura popular cria uma maneira de driblar as imposições do espaço polemológico mesmo no interior desse espaço. É uma maneira singular de criar uma outra lei, no interior da lei imposta, de dizer “[...] uma verdade não redutível às crenças particulares que lhe servem de metáforas ou de símbolos”. E essa maneira de utilizar sistemas impostos acaba constituindo-se como resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas.

O não-lugar, do modo como articulamos, é, também, uma forma de resistência, por permitir que as singularidades (e os equívocos) venham à tona mesmo no interior de um sistema homogeneizante, numa sociedade em rede, do espetáculo, em suma, capitalista. Ocupar o não-lugar significa, nesse sentido, resistir e resistir é transgredir a norma, criando uma outra norma.

O corpo da anoréxica estabelece com a noção de fronteira uma relação de presença-ausência. O próprio corpo materializa o não-lugar. Mais do que isso, o sujeito, na posição de anoréxica, ao dizer “Sou a vergonha em pessoa. Não consigo me imaginar magra o suficiente para me deixar feliz”, materializa sua posição de entremeio, no não-lugar. Um lugar do paradoxo, da contradição, no interior da formação social capitalista, da sociedade em rede, da sociedade do espetáculo. A anoréxica é uma transgressora em relação às normas; cria outras normas. Resiste. Nos expõe ao paradoxo, à contradição.

Para fechar, se possível

Se pensarmos no fechamento de um círculo, por exemplo, veremos que o ponto final encontra o ponto inicial. Assim se processa o

nosso efeito de fechamento. O que, de maneira nenhuma, significa dar voltas sobre um mesmo objeto sem sair do lugar.

Se é possível produzir um efeito de fechamento de nosso texto, precisamos voltar ao início, e lembrar nosso leitor que, ao visualizarmos o corpo das anoréxicas, considerado como doente pela medicina, sob a lente da AD, pode se transformar em lugar de entremeio, não-lugar, ou lugar de resistência. De doente, pelo modo como se subjetiva ao tomar lugar numa sociedade em rede e do espetáculo, o corpo da anoréxica passa a ser lugar da contradição, lugar em que o óbvio se estilhaça. Ou seja, numa sociedade em rede e do espetáculo, se o que vale é a imagem, a anoréxica nos dá a ver uma imagem que, talvez, para nós, é insuportável: a da própria morte. Numa sociedade em rede e do espetáculo, esta imagem pode ser uma, apenas uma das tantas formas possíveis de resistência. Uma forma contraditória e paradoxal de resistência – quando o sujeito “prefere” morrer de inanição a ser salvo. Mas, ainda assim, uma resistência: não se enquadrar no logicamente estabilizado. Habitar o não-lugar é justamente dar forma material à contradição. Em outras palavras, encontrar uma forma de resistir, no interior de uma formação social que se alegra com as formas logicamente estabilizadas.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Vol. I. Trad. Roneide Venancio Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. *Marxists*, 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedad e.pdf>> Acesso em: 02 set. 2016.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- FERNANDES, M. H. *Transtornos alimentares: anorexia e bulimia*. São Paulo: casa do Psicólogo, 2012.
- FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: *Espaços da Linguagem*. PPGL – UFSM. Letras n. 27, jul/dez 2003.

- GRIGOLETTO, E. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (orgs). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- INDURSKY, F. O ideológico e o político no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. *O acontecimento do discurso no Brasil*. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.
- PÊCHEUX, M.(1969) A análise automática do discurso. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

Recebido em: 09/10/2018

Aceito em: 30/10/2018

PARTICULARIDADES NA TRADUÇÃO DAS CIÊNCIAS: UMA LEITURA DISCURSIVA

Michele Teixeira Passini⁵⁴

RESUMO: A expansão da produção científica para além das fronteiras nacionais está na ordem do dia de grande parte das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Se, no âmbito das Ciências Naturais o uso da língua inglesa parece estar consolidado como a *língua da ciência*, na área das Ciências Sociais há ainda ressalvas acerca de seu uso para disseminar resultados de pesquisas locais. Considerando o importante papel que a disseminação da produção científica possui, sobretudo na forma de publicações de artigos em periódicos, o presente trabalho tem por objetivo propor uma discussão sobre as particularidades na tradução de textos dessas duas áreas da ciência. Para tanto, valemo-nos das contribuições da perspectiva discursiva com base nas reflexões de Michel Pêcheux. Partindo de particularidades de cada uma das áreas foi possível delinear uma *Formação Discursiva da ciência (FDc)*, cuja forma-sujeito organiza saberes divergentes sendo, portanto, concebida como fragmentada em duas posições-sujeito (PS) distintas. A primeira (PS1), relativa aos saberes das Ciências Naturais, mais parafrástica, cujo funcionamento indica maior manutenção de sentidos, e outra (PS2) mais polissêmica e relativa aos saberes das Ciências Sociais. Assim, a tradução de artigos científicos é pensada em sua relação com a FDc, tanto no primeiro gesto, no qual o tradutor é leitor do texto fonte, quanto no segundo, ao produzir o texto alvo. Com esta reflexão esperamos contribuir para um olhar mais crítico para as questões que envolvem a tradução de textos de natureza científica, argumentando que não se trata de mera relação de equivalência entre termos ou transposição de um sistema linguístico para outro, mas, sim, de uma complexa relação entre diferentes discursividades.

Palavras-chave: Tradução; Ciências Naturais; Ciências Sociais; Discurso.

⁵⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), linha de pesquisa Análises textuais, discursivas e enunciativas.

ABSTRAC: The expansion of scientific production beyond national borders is on the agenda of the majority of Institution of Higher Education in the country. If in the field of Natural Sciences, the use of English seems to be consolidated as the *language of science*, in Social Sciences there are still some reservations regarding the use of English to disseminate local research results. Considering the important role played by the dissemination of scientific production, especially the publication of articles in journals, this study has the objective of presenting a discussion about the particularities in the translation of texts from the two scientific areas. For this purpose, we refer to the contributions of Michel Pêcheux as well as the discursive perspective of study. Based on distinctive and constitutive elements of each one of the areas, it was possible to come up with the *Science Discursive Formation (SDF)*, whose subject-form organizes divergent knowledge which indicates its fragmentation into two different subject-positions (SP). The first one (PS1) is related to the knowledge of Natural Sciences and it is more paraphrastic and its functioning indicates mostly the maintenance of meaning, while the other one (PS2) is more polysemic and it is related to the knowledge of Social Sciences. Thus, the translation of scientific texts is thought in its relation to the SDF, in both the first gesture, in which the translator is the reader of the source text, and, the second one, when the translator produces the target text. This reflection expects to contribute for a more critical view of the issues involving the translation of texts of scientific nature, arguing that it is not a mere relation of equivalence among terms or the transposition from one language system to another, but it is, mostly a complex relation between different discursivities.

Keywords: Translation; Natural Sciences; Social Sciences; Discourse.

Introdução

Ao discutir o fenômeno de unificação do mundo em sua obra *A era do capital*, o historiador Eric Hobsbawn faz menção aos efeitos da padronização internacional e interlinguística da cultura na atualidade, rapidamente disseminada pelos meios de comunicação:

O que quase não ocorria então era a padronização internacional e interlinguística da cultura, que hoje [1975] distribui num breve lapso de tempo os mesmos filmes,

estilos de música popular, programas de televisão e mesmo estilos de vida pelo mundo. Tal padronização afetou as classes médias numericamente modestas e alguns dos ricos até o ponto ou na medida em que não se chocava com as barreiras de linguagem.

Se, em meados da década de 1970, período no qual Hobsbawn escreve a obra em tela, os efeitos do que denomina *padronização* já mereciam atenção, nos dias atuais eles parecem ser ainda maiores. O que ficou conhecido como *processo de globalização* promove uma espécie de desterritorialização, buscando homogeneizar as diferenças por meio da eleição de certos padrões adotados por todos, independentemente de particularidades de ordem geográfica ou cultural. A definição de globalização proposta pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2006) ressalta o caráter assimétrico inerente ao processo:

[*Globalization is*] a set of unequal exchanges in which a certain artefact, condition, entity or local identity extends its influence beyond its local or national borders and, in so doing, develops an ability to designate as local another rival artefact, condition, entity or identity⁵⁵ (2006, p. 396).

Assim, desse ponto de vista, trata-se de um processo cuja base encontra-se na dominação de uma nação sobre as outras em relações de trocas de caráter desigual. Para o autor, uma das formas de funcionamento da globalização é por meio do que denomina localismos globalizados, fenômeno pelo qual um elemento local passa a ser tomado como representativo da esfera global. Tal é o caso da língua inglesa, apontada por Renato Ortiz (2004) como idioma autóctone da condição da modernidade-mundo. Assim, há uma espécie de desterritorialização da

⁵⁵ [Globalização é um] conjunto de trocas desiguais pelas quais certos artefatos, condições, entidades ou identidades locais estendem sua influência para além das fronteiras locais ou nacionais e, ao fazê-lo desenvolvem a habilidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade. (Tradução nossa)

língua inglesa, o que contribui para que seja tomada como um objeto neutro de comunicação pelos membros da comunidade global.

Se, por um lado, a ausência de fronteiras linguísticas poderia representar a concretização do ideal de universalidade perseguido pela ciência, por outro, pesquisadores oriundos de países não-anglófonos, em sua maioria considerados como países periféricos no cenário de produção de conhecimento, encontram-se diante do desafio de produzir conhecimento em uma língua estrangeira. Susam-Sarajeva (2002) defende que a padronização do inglês como língua da ciência impõe claras desvantagens aos pesquisadores não-anglófonos, pois envolve, além da questão linguística propriamente dita, que uma adaptação seja feita a um modo particular de fazer ciência que é próprio de uma língua/cultura. Da mesma forma, Orlandi (2003) entende que a instituição de uma única e mesma língua para a ciência possui importantes implicações para a autoria científica de pesquisadores falantes de outras línguas, o que leva a autora a caracterizar as medidas de padronização como formas de prática científica colonizadora.

Haveria, portanto, um problema de ordem linguística no ideal da unificação da comunidade científica, privilegiando os pesquisadores falantes de língua inglesa em detrimento dos demais que precisariam escrever em uma língua estrangeira ou submeter seus textos ao processo de tradução para o inglês. Assim, diante de políticas de globalização que fomentam a ampliação da circulação da produção de conhecimento, aumenta-se também o volume de traduções. No entanto, pouco se tem discutido sobre os efeitos da tradução na esfera da ciência. Essa ausência de reflexões pode ser compreendida pela concepção, bastante recorrente, de que traduzir seria uma transposição entre códigos linguísticos, uma prática neutra e transparente. Esperamos que este trabalho possa contribuir apresentando algumas reflexões sobre as particularidades do processo tradutório – tomado como um processo próprio de produção de sentidos (MITTMANN, 2003) – no domínio de saber da ciência.

A globalização e o ideal de monolinguismo da ciência

Por razões predominantemente de ordem econômica, a língua inglesa consolidou-se como a língua da ciência, deixando pesquisadores e cientistas de países não-anglófonos diante do desafio de se comunicar em uma língua estrangeira. Como efeito desse processo, a disseminação de artigos em inglês em âmbito nacional vem também crescendo e muitos periódicos domésticos de prestígio tem apresentado artigos de autores brasileiros também em língua inglesa. Tal fato se deve a busca por ampliar

a abrangência do público leitor dos artigos publicados nesses periódicos, pois o aumento do público leitor, elevaria também o potencial de citações dos trabalhos, e, desse modo, as possibilidades de melhores resultados em análises quantitativas de produtividade acadêmica. No Brasil, a prestigiosa biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (doravante SciELO), publicou, em setembro de 2014, a revisão de seus critérios para a admissão e permanência de periódicos em sua coleção. A análise do documento⁵⁶ permite observar a ênfase dada ao aspecto da internacionalização dos periódicos, seja pelo número de membros de outras nacionalidades em comitês editoriais das revistas, seja pelo uso da língua inglesa na escrita dos artigos, critério que interessa especialmente às questões que abordamos neste trabalho.

Divididas em oito, as subáreas temáticas foram apresentadas no documento com base em diferentes percentuais de artigos publicados em inglês por edição de periódico. Os índices variaram entre um *número mínimo* e um *recomendado* para cada área, como demonstra o quadro abaixo:

ÁREAS TEMÁTICAS	MÍNIMO	RECOMENDADO
Agrárias	50%	75%
Biológicas	85%	85%
Engenharia	70%	85%
Exatas e da Terra	70%	85%
Humanas	25%	30%
Linguística, Letras e Artes	20%	30%
Saúde	80%	80%
Sociais e Aplicadas	25%	30%

Fonte: Elaborado pela autora

Como pode ser observado no quadro apresentado, há uma diferença significativa entre os percentuais de artigos publicados em inglês para as chamadas Ciências Naturais (ou duras) – a área de Biológicas, por exemplo, possui ambos os índices em 85% do total - e para as Ciências Sociais e Aplicadas e Humanas, nas quais os índices são significativamente menores. Ainda que as particularidades de cada área

⁵⁶ Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf>
Acesso em: 27 set. 2017.

do conhecimento pareçam ser contempladas pela atribuição de diferentes percentuais, a exigência de se publicar um certo número de artigos em inglês em cada uma das edições dos periódicos coloca-se como uma injunção àqueles periódicos que pretendem integrar ou manter-se na biblioteca SciELO.

No que se refere à prática tradutória propriamente dita, caberia indagar sobre natureza das particularidades das distintas áreas do conhecimento e, sobre a maneira como essas diferenças entram em jogo na tradução desses artigos para outra língua. Nas seções que seguem, buscaremos refletir sobre essas indagações.

Especificidades das ciências: proximidades e distanciamentos

Ao longo da história da ciência, a chamada *Revolução Científica* do século XVI consagra o modelo de racionalidade como fundante da ciência moderna. Assim, a realidade, antes entendida por meio da religião e do misticismo, passa a ser explicada pelo raciocínio lógico do homem. Hobsbawn (2015) destaca a importância da *Filosofia Positiva* de Auguste Comte, apontando a noção de imutabilidade das leis naturais do conhecimento e o *Empirismo* inglês de John Stuart Mill como marcos sobre os quais se assentou a ciência moderna: “Ciência ‘positiva’ operando com fatos objetivos e precisos, ligados rigidamente por causa e efeito, e produzindo ‘leis’ uniformes e invariáveis além de qualquer modificação proposital, era a chave-mestra do universo, e o século XIX a possuía” (2015, p. 405).

Com o distanciamento da tradição teocêntrica, em meio ao processo de secularização, a ciência passa a representar um instrumento para alcançar o ideal de progresso tecnológico, que poderia contribuir para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e permitir seu avanço econômico. Desse modo, enquanto as Ciências Naturais, com seus modelos e experimentos, eram capazes de gerar aplicabilidade quase imediata, as Ciências Sociais⁵⁷ não contavam com a mesma sorte, o que acabava por aumentar ainda mais o fosso entre as duas áreas e a maneira como eram percebidas pela sociedade.

Ainda nos dias de hoje encontramos essa memória histórica como o ponto de sustentação da concepção sobre as diferentes áreas do saber. Enquanto as Ciências Naturais pautam-se no conhecimento lógico e matemático para explicar os fenômenos dos quais se ocupam, lançando

⁵⁷ Embora falemos aqui especificamente das Ciências Sociais, o campo das Ciências Humanas pode ser pensado de forma análoga.

mão de instrumentos e métodos aceitos pela comunidade científica, as Ciências Sociais percorrem um caminho distinto, dadas as particularidades de seu fazer, conforme explica Santos:

as ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire; os fenômenos sociais são de natureza subjectiva e como tal não se deixam captar pela objectividade do comportamento; as ciências sociais não são objectivas porque o cientista social não pode libertar-se, no acto de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista (SANTOS, 2010, p. 36).

Desse modo, como destaca o autor, a natureza do objeto de investigação na área das ciências sociais – os fenômenos da/na sociedade – não permite a aplicação de métodos e instrumentos que possam mensurá-los para assim chegar a leis universais, como acredita-se ocorrer no domínio das outras ciências. Vale mencionar, ainda, a condição subjectiva do próprio cientista, o qual, conforme aponta Santos, não pode distanciar-se dos valores para desempenhar uma prática objetiva⁵⁸. Trata-se, portanto, de diferenças substanciais entre as duas áreas, como sintetizado no quadro a seguir:

⁵⁸ Cabe ressaltar que Santos (2010) propõe um novo paradigma para as ciências, no qual essas oposições entre as áreas do conhecimento são diluídas.

CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Objetos empíricos; • Procedimentos experimentais; • Instrumentos e modelos matemáticos; • Universalidade • Resultados fechados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Objetos construídos discursivamente; • Objetos tomados a partir do ponto de vista do pesquisador; • Análises interpretativas; • Particularidades • Resultados (relativamente) abertos.

Fonte: Elaborado pela autora

Assim, embora ambas as áreas do conhecimento constituam uma espécie de unidade pelo seu pertencimento ao domínio de saber científico, suas diferenças em termos de funcionamento e pela maneira como recortam a memória histórica, promovem distinções significativas entre elas, cujos efeitos podem ser observados também no âmbito da tradução. Os índices de recomendação de artigos em inglês publicados pelo SciELO, já citados anteriormente, indiciam essa natureza díspar, ainda que o referido documento, não apresenta qualquer reflexão sobre o assunto, dado seu caráter eminentemente normativo.

A tradução de textos da área das ciências sociais foi abordada em um documento elaborado por dezesseis pesquisadores de quatro diferentes países – Estados Unidos, Rússia, França e China – membros da *American Council of Learned Society* (ACLS) e publicado no ano de 2006 com o título de *Guidelines for the Translation of Social Science Texts*. A proposta de discutir pontos essenciais em jogo na tradução de textos e de oferecer sugestões que auxiliem no trabalho dos envolvidos no processo – autores, tradutores e editores – fundamenta-se no apelo aos pesquisadores que permaneçam escrevendo em suas próprias línguas para posteriormente submeterem seus artigos ao processo de tradução para o inglês. A defesa do uso de língua materna na composição dos textos pelos autores é pautada em quatro pontos principais: (1) a capacidade ímpar que os autores possuem ao expressarem-se em suas próprias línguas, independentemente do nível de proficiência que tenham na língua estrangeira; (2) a escassez crescente de literatura específica da área em certas línguas não dominantes, o que limita o desenvolvimento de uma disciplina naquela língua e cultura; (3) a imposição da forma de argumentação específica da comunidade anglófona nas Ciências Sociais, e, finalmente, (4) o risco que a escrita exclusivamente em língua inglesa

representa para o empobrecimento da diversidade do discurso das Ciências Sociais. (HEIM; TYMOWSKI, 2006).

São questões como essas que levam os autores a entender a tradução como um caminho possível para as trocas realizadas no âmbito internacional da circulação da produção do conhecimento. Defendo a tradução como um meio de evitar uma padronização aos moldes anglófonos de pesquisa, os autores das diretrizes chamam a atenção para elementos em jogo na tradução de textos dessa natureza, tais como: (a) o uso de terminologia própria da área que, não sendo de natureza empírica, mas culturalmente determinada, pode não possuir correspondentes em outras línguas e culturas; (b) as peculiaridades culturais e históricas que constituem os objetos de análise; (c) os alcances culturais em termos de referências bibliográficas disponível; e, ainda, (d) o papel do sujeito que traduz, pois, no caso de se tratar de tradutor profissional, ele pode carecer de conhecimentos técnicos da área das Ciências Sociais e, ao contrário, no caso de um pesquisador da área, pode carecer de conhecimentos técnicos do ofício de tradutor.

Além da questão das diferenças culturais, que aparecem como um elemento crucial neste contexto, há, ainda, outro aspecto digno de menção, que diz respeito ao papel da construção composicional do texto. Enquanto nas Ciências Naturais os textos costumam ser escritos com base em uma espécie de *molde* que segue seções previamente estabelecidas – Introdução, Materiais de Métodos, Discussão e Conclusão – com o intuito de espelhar o percurso lógico do experimento, no domínio das Ciências Sociais o mesmo não ocorre. Enquanto no primeiro caso há um relato de experiências externas, que teoricamente, poderiam ser reproduzidas por outros pesquisadores nas mesmas condições, chegando a único e mesmo resultado – donde a concepção positivista de que os resultados dos experimentos representam leis universais –, a composição dos textos nas Ciências Sociais cria seu objeto ao longo da argumentação no texto e encerra sobre ele uma discussão, cujo fechamento é sempre provisório, como bem esclarece Ortiz:

A escrita é o suporte e a concretização do recorte conceitual. As mesmas informações, os mesmos dados, podem ser costurados de maneira distinta por autores diversos. Não há objeto fora do texto, seu conteúdo, para existir, deve ser formalizado. Uma grande parte da exposição argumentativa é uma

questão de composição. As informações primárias são previamente apreciadas, filtradas, antes de figurarem na página em branco ou na tela do computador. A composição é crucial para o trabalho intelectual. Nesse sentido, **a construção do objeto sociológico se faz por meio da língua, portanto, a utilização de um determinado idioma não é algo fortuito, mera sutileza de estilo, mas uma questão decisiva na formulação final** (ORTIZ, 2004, p. 16. Grifo nosso).

O relevo oferecido pelo autor ao papel da língua no modo de fazer ciência nas Ciências Sociais oferece mais um elemento que permite observar o impacto que a prática da tradução dos textos dessa natureza adquire. Essas características particulares estão implicadas no processo de tradução, sobretudo quando tomamos a língua como a base na qual ocorrem os processos discursivos (PÊCHEUX, 2009), isto é, a língua como elemento no qual a ideologia se corporifica, como concebe a perspectiva discursiva, a qual nos dedicamos a seguir.

Ciência e tradução por um viés discursivo

Tomar a questão da tradução de textos científicos por uma ótica discursiva exige certos redimensionamentos teóricos, especialmente no que se refere às noções de língua, sujeito e sentido em sua relação necessária com a ideologia. Com base no legado teórico de Michel Pêcheux (1938-1983), é possível afirmar que a semântica constitui um dos *terrenos tabus* ([1975] 2009) dentre as áreas dos Estudos da Linguagem, pois, conforme defende o autor, ela representa o ponto no qual a Linguística faz interface com a ciência das formações sociais, ou materialismo histórico.

Uma semântica discursiva, portanto, estará voltada para a descrição dos processos históricos dos sentidos a fim de entender como a história, cujo motor é a luta de classes, deixa marcas na língua(gem). Assim, um importante deslocamento é realizado no que se refere à noção de língua sobre a qual a ciência da linguagem foi edificada, tributária dos estudos de Ferdinand de Saussure (1916). O interesse de Pêcheux está, portanto, em compreender como uma mesma língua pode significar diferentemente de acordo com a posição social daquele que fala,

demonstrando que embora a língua seja a mesma para todos, o discurso não o é (PÊCHEUX, 2009). Dessa forma, é o funcionamento da ideologia que assegura o efeito de naturalidade segundo o qual uma palavra ou expressão significa o que parece significar.

A relação entre as materialidades linguística e ideológica é proposta por meio da noção de *Formação Discursiva* (doravante FD), noção originalmente cunhada por Michel Foucault em *A arqueologia do Saber* ([1969] 2008), mas ressignificada no seio da teoria pecheuxtiana segundo sua relação com a ideologia. Assim, é por meio dessa noção, tomada como um domínio de saber constituído, em última instância, por determinações históricas, que o analista observa o entrelaçamento de língua e história nos processos de significação dos quais se ocupa.

Assim, todo processo de produção de sentido se dá a partir da relação de um sujeito enunciador com uma forma-sujeito histórica, que regula os saberes de uma formação discursiva dada, controlando o que pertence e o que não pertence àquele domínio de saber. Cabe dizer que essa forma-sujeito não é estanque, mas, sim, dinâmica, permitindo novos arranjos no domínio de saber que regula. Considerando a dependência que todo sujeito possui com esses domínios de saberes, o sujeito não pode ser pensado como a fonte do sentido, mas como aquele que os coloca em movimento, embora tenha a ilusão de que esteja na fonte deles⁵⁹.

Para se pensar o processo de tradução nesta perspectiva teórica, é necessário aceitar que tanto aquele que produz o texto (autor) quanto aquele que o traduz (tradutor) são ambos indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia, ou seja, que suas *escolhas* são, antes de mais nada, *tomadas de posição* de ordem ideológica. Há, sim, escolha – o sujeito é livre para assujeitar-se a esta ou aquela ideologia – mas, todas elas dentro das formações ideológicas e discursivas da formação social na qual emerge como sujeito. Nas palavras de Mittmann (2008, p. 94): “No processo tradutório, o que o tradutor pode ou não pode, deve ou não deve interpretar e dizer, ou seja, as identificações desse sujeito com uma ou outra Formação Discursiva é que levará a um resultado ou a outro”.

Desse modo, o processo tradutório é concebido a partir da relação do sujeito com uma FD, ou seja, quando o sujeito enunciador se identifica com um domínio de saber e os retoma na linearidade intradiscursiva. Assim, para realizar a tradução de um texto, o sujeito-

⁵⁹ Trata-se da noção de esquecimento 2, na zona dos processos de enunciação e seu funcionamento é de ordem pré-consciente-consciente. Cf. Pêcheux ([1975] 2009).

tradutor primeiramente ocupa uma posição de leitor do texto de partida, interpretando a materialidade que tem diante de si e, posteriormente, uma posição autoral para produzir o texto de chegada: em ambos os momentos o sujeito está ideologicamente interpelado. O processo tradutório envolve, portanto, um movimento de *fechamento-abertura-fechamento*, pois, no momento que chega ao tradutor, o texto de partida encontra-se provisoriamente fechado, sendo por ele aberto por ocasião do gesto de interpretação, para depois, no momento de produzir o texto de chegada, fechar-se mais uma vez pelas tomadas de posição feitas pelo tradutor.

Nesse trajeto – partindo de sentidos relativamente estáveis no primeiro momento, voltando, então, pelo ato interpretativo ao espaço disperso do já-dito e, finalmente, retornando à estabilização momentânea dos sentidos pelo efeito de fechamento do texto da tradução – são formações discursivas que funcionam sustentado todo o processo. No caso específico da tradução de artigos científicos seria possível propor uma *Formação Discursiva da Ciência* (FDc), organizada por uma forma-sujeito que regula o que pode e deve (e não pode e não deve) ser aceito nesse domínio de saber (PÊCHEUX, 2009). Assim, conforme mencionado anteriormente, ainda que exista dissenso entre as diferentes áreas da ciência, é possível afirmar que há um efeito de unidade que assegura que algo seja considerado ou não como pertencendo ao domínio do científico.

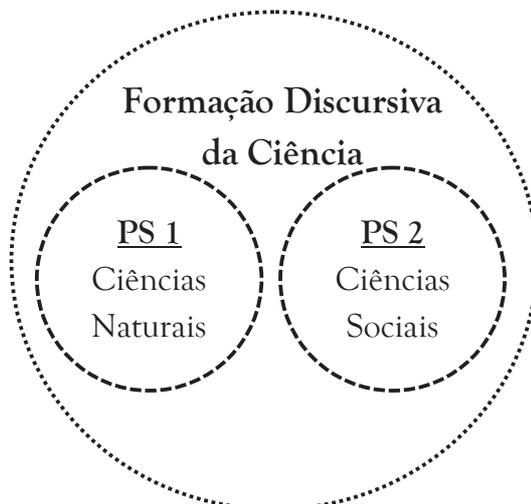
De um ponto de vista discursivo, a questão desse efeito de unidade em meio à diferença pode ser compreendida ao se considerar a natureza heterogênea da ideologia, isto é, o funcionamento da categoria da contradição, que permite que duas realidades opostas convivam sob a aparência de homogeneidade. Considerando a relação entre formação discursiva e ideologia, se aceitamos a natureza contraditória da última, devemos defender que as fronteiras que demarcam os limites da FD não podem ser concebidas como fixas, mas em constante movimento. Como consequência disso, a forma-sujeito, em seu papel de regular saberes, é também heterogênea, e pode fragmentar-se em distintas posições-sujeito, como propõe Indursky:

Uma forma-sujeito assim dividida remete à concepção de um sujeito fragmentado entre as diferentes posições que sua interpelação ideológica permite. Por outro lado, uma forma-sujeito fragmentada abre espaço não

só para saberes de natureza semelhante, equivalente, isto é, para o parafrástico e o homogêneo, mas também cede lugar para os sentidos diferentes, divergentes, contraditórios, ou seja, para o polissêmico e o heterogêneo (INDURSKY, 2000, p. 76)

Com efeito, no que se refere ao domínio das ciências, é possível propor que a FDc abriga em seu interior ao menos duas posições-sujeitos (PS) distintas: uma que pode ser referida à área das Ciências Naturais e outra à área das Ciências Sociais, mantendo, contudo, o efeito de unidade para que ambas sejam reconhecidas como pertencentes ao domínio científico. É a memória histórica que assegura as delimitações entre elas, pois, como já discutimos, a ciência moderna sustenta-se em ideais de racionalidade, universalidade, objetividade e verdade, coerentes com concepções positivistas e métodos experimentais, que estiveram a serviço do progresso da sociedade capitalista.

Desse modo, é possível observar, no interior da FDc, uma posição-sujeito relativa a tais saberes, que caracterizamos como mais *parafrástica* e, outra que deles parece estar mais distante, concebida, portanto, como mais *polissêmica*, já que questiona princípios como: a objetividade do cientista, a proposição de leis universais, a possibilidade de neutralidade, entre outros. Entretanto, vale lembrar, tanto a noção de paráfrase – que funciona na manutenção do mesmo – quanto a de polissemia – cujo funcionamento permite a abertura para a diferença – são concebidas de forma dialética, o que significa que em todo o processo de produção de sentidos há sempre, simultaneamente, reprodução e transformação de sentidos. Por esse motivo, preferimos dizer que a PS1 possui um funcionamento mais parafrástico (e, conseqüentemente, menos polissêmico), ao passo que a PS2 funciona de maneira inversa. De maneira gráfica, teríamos:



Fonte: Elaborado pela autora

Cabe, agora, observar como essa formação discursiva entra em jogo no fazer tradutório. Como já foi abordado, o processo tradutório, enquanto um processo discursivo particular, fundamenta-se nos gestos interpretativos do sujeito-tradutor, num primeiro momento enquanto leitor do texto de partida e, em seguida, como produtor do texto de chegada. Em ambos, sofre determinação da FDC, que regula *o que e como* pode-se traduzir no âmbito da ciência. Dito de outra forma, as *escolhas* feitas pelo tradutor são determinadas pela FDC e é tal fato que assegura que o texto traduzido cumpra certas condições de aceitabilidade necessárias ao reconhecimento de seu pertencimento ao domínio da ciência. Trata-se de cumprir certas formas de dizer para que o texto possa circular em espaços legitimados como é o caso dos periódicos e revistas científicos.

Retomando a indagação previamente proposta acerca da natureza das diferenças entre as áreas e seus efeitos no processo de tradução de artigos – sinalizadas nos percentuais propostos pelo SciELO e nas diretrizes da ACLS, por exemplo – é possível compreender que, embora ambas pertençam ao domínio científico, a polissemia presente na PS2 pode representar um desafio na tarefa de traduzir devido à menor rigidez da forma. Desse ponto de vista, traduzir textos da área das Ciências Sociais, diferentemente de traduzir textos de orientação mais positivista, pressupõe trabalhar com a possibilidade de brechas e lacunas – muitas vezes resultantes da distância entre as culturas –, que permitem ao tradutor observar o jogo da/na língua e navegar entre as diferentes discursividades, por vezes, deparando-se com o real da língua, com aquilo que não se deixa nomear. Cabe, ainda, ressaltar que, não estamos com isso dizendo que essas brechas não existam no caso das Ciências duras. Elas existem sempre porque todo dizer é da ordem da incompletude e está sempre sujeito ao equívoco. Mas na relação com o domínio de saber do científico, as PS1 por ser funcionamento predominantemente parafrástico, possui uma tendência a maior reprodução.

Considerações

A reflexão proposta neste trabalho teve como fio condutor a questão da tradução de textos científicos, pensada a partir das especificidades de duas áreas distintas do domínio da ciência e abordadas com base na memória constituída ao longo da história das ciências. Para empreender nossa leitura analítica, valemo-nos da teoria discursiva pecheuxtiana, em especial da relação entre língua e ideologia articuladas na noção de formação discursiva, cuja importância é fundamental para

compreender os gestos empreendidos no processo tradutório. A relevância da problematização de questões relativas à tradução na esfera da produção de conhecimento encontra-se no significativo aumento da comunicação entre pesquisadores de diferentes países como uma consequência do processo de globalização.

Considerando, por um lado, as particularidades que distinguem as duas áreas – Ciências Naturais e Sociais – e, por outro, os elementos que as aproximam e asseguram o efeito de unidade para que sejam aceitas como pertencendo ao domínio da ciência, duas posições-sujeito foram propostas, evidenciando diferentes formas de se relacionar com a ideologia. Devido à predominância de reprodução dos saberes relativos aos ideais positivistas, as ciências naturais foram consideradas mais parafrásticas e denominadas como PS1. Já as Ciências Sociais, denominadas PS2, por seu afastamento desses saberes foram concebidas como mais polissêmicas.

O funcionamento da FDc no processo tradutório é observado por meio de determinações que regulam o fazer do sujeito tradutor. Assim, ao traduzir um texto da área das Ciências Sociais, a relação intrínseca que o objeto mantém com uma cultura, além da composição textual e argumentativa específica da área, entram em jogo como elementos que fomentam deslizamentos de sentidos, e, desse modo, atestam o funcionamento polissêmico no interior da FDc. A partir da leitura empreendida no presente artigo, foi possível demonstrar que é a relação da língua com a ideologia que torna a tradução um processo complexo, o qual não consiste em mera transferência de sentidos, já que uma língua estrangeira implica uma discursividade também estrangeira, e, portanto, outros movimentos nas redes de memória.

Em tempos de globalização, em que a circulação da produção de conhecimento se quer universal, o processo tradutório representa um importante meio de observar a dependência que a língua mantém da história, pois, ele deixa à mostra, pela não equivalência plena – sobretudo na esfera científica que se quer sem falhas – que há sempre opacidade. Ainda que se busque ferramentas perfeitas para a comunicação, as brechas, as falhas e lacunas não deixam esquecer que a língua é aberta ao equívoco e que a racionalidade – ideal tão caro ao domínio da ciência – pode não ser suficiente para assegurar uma comunicação efetiva.

A prática da tradução precisa ser pensada não apenas em termos de (não) equivalência entre termos ou, ainda, transposição de sistemas linguísticos, mas, sobretudo, como um processo de produção de sentidos histórico e ideologicamente determinado. Seja na área das Ciências

Naturais ou na área das Ciências Sociais, a relação com a ideologia é constitutiva, ainda que possa ser manifestada de formas diversas.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- HEIM, Michael Henry & TYMOWSKI, Andrzej. *Guidelines for the translation of Social Science Texts*. New York: American Council of Learned Societies, 2006.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital. 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 23 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. (Orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.
- MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MITTMANN, Solange. Autoria e tradução: da dispersão às identificações. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- ORTIZ, Renato. As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vo. 19, n. 54, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulccinelli. Colonização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: Política, ciência e divulgação*. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp: 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Globalizations. *Theory, Culture & Society*, [s.l.], v. 23, n. 2-3, p.393-399, 2006. SAGE Publications.
- SCIELO. *Critérios, políticas e procedimentos para a admissão e permanência de periódicos científicos na coleção*. SciELO Brasil. São Paulo: 2014.

SUSAM-SARAJEVA. Sebnem (2002). A “Multilingual” and “International” Translation Studies? In: HERMANS, Theo (ed). *Cross Cultural Transgressions. Research Models in Translation Studies. Historical and Ideological Issues*. Vol. 2. Manchester. St. Jerome.

Recebido em: 06/10/2018

Aceito em: 28/10/18

UMA LEITURA POLÍTICA DO FUTEBOL

Naiara Souza da Silva⁶⁰

RESUMO: O presente texto refere-se às primeiras reflexões da tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas. O tema do estudo trata-se do futebol enquanto um anteparo ideológico, um potente dispositivo de interpelação. Dedicamos maior atenção à cidade de Pelotas, situada no interior sul do estado do Rio Grande do Sul (RS), especificamente aos dois clubes predominantes que compõem o clássico, nominados *Esporte Clube Pelotas* e *Grêmio Esportivo Brasil*. Esta dupla adversária reconhecida como Bra-Pel é considerada por muitos estudiosos como um dos maiores clássicos citadinos do RS devido à fidelidade e à paixão de ambas as torcidas. O arquivo da pesquisa abrange depoimentos de sujeitos tatuados torcedores, homens e mulheres, a respeito da sua relação com seu time, e também, de sua relação com o time adversário, somado a fotografias de tatuagens alusivas a um dos dois times em questão que tais sujeitos materializaram em seus corpos. Trabalhamos com a língua e com o corpo como formas materiais do discurso, ou seja, entendemos que se o sujeito se identifica com a língua para poder dizer, ele também se identifica com o seu corpo para significar no espaço em que vive. A problemática que fomenta esta investigação é a seguinte: como a (re)produção de determinados discursos acerca de dois clubes futebolísticos é capaz de instaurar efeitos de sentido de superioridade e de inferioridade, de inclusão e de exclusão, incitando a violência num espaço social comum? Entendendo pertinente tal problema, nosso objetivo é analisar os processos de subjetivação (pela língua, pelo corpo e pela tatuagem) desses sujeitos torcedores na busca de compreendermos o funcionamento da ideologia e do inconsciente no contexto futebolístico.

Palavras-chave: Futebol; Língua; Corpo; Tatuagem; Sentidos.

ABSTRACT: This text refers to the first reflections of the doctoral thesis developed in the Graduate Program in Letters of the Federal University of Pelotas. The theme of the study is soccer as an ideological support, a

⁶⁰ Doutoranda em Letras. Mestre em Letras: Linguística Aplicada pela Universidade Católica de Pelotas.

powerful interpellation device. We dedicate more attention to the city of Pelotas, located in the southern interior of the state of Rio Grande do Sul (RS), specifically the two predominant clubs that make up the classic, nominated Esporte Clube Pelotas and Grêmio Esportivo Brasil. This double rival is recognized as Bra-Pel and it is considered by many authors as one of the greatest classics of RS due to the loyalty and passion of both soccer fans. The research's archive includes interviews of male and female soccer fans, regarding their relationship with their team, and also their relationship with the opposing team, along with photographs of allusive tattoos to one of the two teams in question that such subjects materialized in their bodies. We work with the language and with the body as material forms of discourse, that is, we understand that if the subject identifies with the language to be able to say, he/she also identifies with his/her body to mean in the space in which he/her lives. The problem that foment this research is: how (re) production of certain discourses about two football clubs is able of install effects of superiority and inferiority, inclusion and exclusion, inciting the violence in a common social space? Understanding how pertinent this problem, our objective is to analyze the processes of subjectivation (by the language, by the body and by the tattoo) of these soccer fans in an attempt to understand the functioning of the ideology and the unconscious in the soccer context.

Keywords: Soccer; Language; Body; Tattoo; Senses.

Considerações iniciais

O presente texto refere-se às primeiras reflexões da tese de doutorado, em fase de amadurecimento do projeto de pesquisa, que fazem parte de um processo de escrita que teve orientação da Professora Doutora Ercília Ana Cazarin, no período entre fevereiro de 2015 a março de 2018, quando o Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguística Aplicada estava vinculado à Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). E na continuidade, após este período, a tese é orientada pela Professora Doutora Aracy Graça Ernst, com o Programa de Pós-Graduação já transferido para a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Em fase de transições e mudanças, o trabalho foi submetido a uma (re)avaliação e está em constante (re)construção no decorrer de seu desenvolvimento.

O interesse pela temática do estudo que se segue nesta etapa acadêmica diz respeito ao incômodo gerado pela representação do futebol no Brasil, em que questionamos de modo ainda incipiente seu

funcionamento em nossa sociedade, seus mecanismos ideológicos e seu papel na (re)produção de determinados sentidos e estereótipos, somado ao interesse de compreender o modo como ele interpela os sujeitos torcedores.

Sobre esse modo de interpelação, nesse início de trabalho, a leitura das crônicas de Veríssimo (2010) sobre o futebol, no livro *Time dos Sonhos: paixão, poesia e futebol*, já nos fez pensar nessa força ideológica que perpassa este esporte. Em uma delas, chamada *Infantilidades*, o cronista destaca o seguinte:

Só o futebol permite que você sinta aos 60 anos exatamente o que sentia aos 6. Todas as outras paixões infantis ou ficam sérias ou desaparecem, mas não há uma maneira adulta de ser apaixonado por futebol. Adulto seria largar a paixão e deixar para trás essas criancices: a devoção a um clube e às suas cores como se fosse a nossa outra nação, o desconsolo ou a fúria assassina quando o time perde, a exultação guerreira com a vitória. Você pode racionalizar a paixão, e fazer teses sobre a bola, e observações sociológicas sobre a massa ou poesia sobre o passe, mas é sempre fingimento. É só camuflagem. Dentro do mais teórico e distante analista e do mais engravatado cartola aproveitador existe um guri pulando na arquibancada (VERÍSSIMO, 2010, p. 25).

O futebol, nesse sentido, tem assumido um papel que excede a modalidade esportiva, simples e modesta, configurando-se de uma maneira que precisa ser analisada, pois acreditamos que ele nos fornece subsídios para o entendimento das relações sociais que permeiam a sociedade brasileira. Ainda em Veríssimo (2010), outra crônica, esta chamada *Para que serve o futebol*, nos provocou reflexão, na medida em que o autor dá voz a um alienígena que ao visitar a Terra, reconhece que o futebol existe em nosso país para representar o desperdício nacional em todas as esferas, econômica, política e cultural.

Na conclusão do alienígena, perplexo com o que viu, “a função do futebol, no Brasil, é ser metáfora” (VERÍSSIMO, 2010, p. 20), e se bem

entendemos a provocação do autor nesta crônica citada, consideramos importante a discussão e a reflexão que propomos quando assumimos o entendimento de que o futebol ultrapassa a prática esportiva e de entretenimento, funcionando como uma prática que pode forjar tensões entre instâncias distintas, capaz de instaurar discursos que fazem funcionar o motor da ideologia, de acordo com os pressupostos teóricos de nosso precursor Michel Pêcheux (2010 [1990]).

Neste ponto, trazemos um questionamento deste filósofo francês (2010 [1990]) quando constituía na década de 1960, na França, uma disciplina de interpretação denominada Análise do Discurso, também tratada como AD, que considera o seguinte: “Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção?” (PÊCHEUX, 2010 [1990], p. 314). Pensando em tal indagação, reconhecemos o alerta de alguns analistas de discurso quanto à prática de leitura, quando advertem que os gestos de interpretação precisam ser o menos subjetivos possíveis, porém, enfatizamos que qualquer leitura parte de uma posição, pois somos sujeitos de linguagem, constituídos pela ideologia e pelo inconsciente.

Dito isso, acrescentamos que a AD, conforme relata o próprio Pêcheux (2009 [1988] p. 22), “surgiu na forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar uma posição em um campo logicamente estabilizado (demonstrando/criticando/justificando este ou aquele discurso, inscrito nesta ou naquela posição)”. Então, estendemos a discussão concordando com a proposição pecheuxtiana de que é certo que nossas práticas de análise não acontecem sem uma interrogação política!

Assim, enquanto analista de discurso, com respaldo nas noções teóricas e nos procedimentos analíticos, encaramos o desafio de estudar o futebol empenhando-nos “em descobrir o que se esconde sem cessar no que se diz” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 23), com o cuidado na articulação das três regiões do conhecimento que configuram a própria AD, sejam elas, o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, considerando ainda o atravessamento da psicanálise ao tratar da subjetividade.

É conveniente alertarmos antes de dar continuidade às considerações aqui propostas, que o presente texto trata-se de uma proposta de pesquisa, como já escrito em nossas primeiras palavras, que será desenvolvida ao longo do processo de escritura da tese intitulada *Futebol e Ideologia: um gesto de análise dos discursos de sujeitos torcedores da dupla Bra-Pel com base na Análise de Discurso*, e, sendo assim, reconhecemos

a imaturidade teórica de alguns conceitos por nós mobilizados, mas justificamos que para dar um início à reflexão é preciso um ponto de partida e aqui está o nosso.

Precisamos falar sobre futebol!⁶¹

Precisamos, a nosso ver, observar, problematizar, refletir e buscar compreender que discursos fundam a credibilidade/legitimidade do futebol no Brasil, pois não há prática que seja desprovida de sentido como bem sabemos. E este ponto nos faz retomar a Análise de Discurso no que concerne a nossa prática política enquanto analistas, pois, segundo Paul Henry (2010[1990], p. 24), “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”.

Ora, se bem entendemos a proposta pecheuxtiana, é nesta base que podemos intervir e contribuir teoricamente nos estudos acerca do futebol na medida em que nos distanciamos de uma concepção tradicional de linguagem, numa abordagem que a reduz a um instrumento de comunicação de informações. Nas palavras de Henry (2010 [1990], p. 25), “se é sob a forma geral do discurso que estão apagadas as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção, sem dúvida isto não se produz de modo explícito”.

Nesse sentido, ancoradas na AD, chamamos a atenção às evidências dos sentidos que pressupõe a transparência da linguagem, na qual uma palavra designa uma coisa ou possui uma única significação; tratando-se do futebol, nosso objeto de estudo, procuramos empreender uma leitura que desfaça a evidência de certos sentidos que foram construídos ao longo do percurso de legitimação do futebol no país, uma leitura centralizada no dito e no não-dito, nas continuidades e nas descontinuidades, nos pontos de completude (mera ilusão) e naqueles de embaraço a respeito desse esporte.

Dedicamos maior atenção aos dois clubes predominantes que compõem o clássico da cidade de Pelotas, situada no interior sul do

⁶¹ Utilizamos-nos desta proposição parafraseando Vinhas (2017), quando intitula seu texto *Precisamos falar sobre Temer: o estranhamento na voz*. O gesto político empreendido pela autora nos fez pensar sobre o futebol, precisamente quando buscamos compreendê-lo a partir de um viés discursivo, observando o funcionamento da ideologia e do inconsciente tanto na construção histórica desse campo quanto na constituição dos sujeitos que dele fazem parte.

estado do Rio Grande do Sul (RS), nominados *Esporte Clube Pelotas* e *Grêmio Esportivo Brasil*. Essa dupla adversária reconhecida como Bra-Pel é considerada por muitos estudiosos como um dos maiores clássicos do interior sul do RS devido à fidelidade e à paixão de ambas as torcidas. De acordo com Osório e Amaral (2008, p. 50), autores que se dedicaram em reviver lembranças e (re)unir informações sobre a rivalidade Bra-Pel na obra *A história dos Bra-Péis*, “sem o Bra-Pel, não poderíamos nunca compreender o esporte das multidões. Ele é a alma e a própria vida do nosso futebol. Mais que isso, é uma das maiores manifestações culturais que a cidade já produziu”. Vejamos algumas informações básicas sobre os dois:



The infographic is set against a dark grey background. On the left, there is a white rectangular area containing text and a logo. The logo is a shield with a yellow and blue striped pattern and the letters 'E' and 'C' above 'P'. To the right of the text area are two photographs: the top one shows the exterior of a modern stadium with blue and yellow architectural elements and a sign that says 'LOBOMANIA'; the bottom one shows a football field at night with a large, vibrant display of blue and yellow smoke or pyrotechnics in the sky.

Esporte Clube Pelotas

- ▶ 11 de outubro de 1908
- ▶ Presidência: Dr. Pedro Luís Osório
- ▶ Azul e amarelo

Torcida áureo-cerúlea

(cf. OSÓRIO; AMARAL, 2008)

Figura 1 – *Esporte Clube Pelotas*



Figura 2 – Grêmio Esportivo Brasil

Nesse fio que nos conduz, encaramos este trabalho como desafio justamente por se tratar de um assunto que alimenta as subjetividades⁶² dos sujeitos torcedores pelotenses; um Bra-Pel de casa cheia, como bem lembram os autores recém citados, “mexe com o coração da cidade e com os sentimentos dos torcedores não somente desses dois clubes, mas de uma cidade inteira” (OSÓRIO; AMARAL, 2008, p. 16).

Quando da decisão sobre essa temática, por meses ficamos pensando em duas questões propostas por Leandro-Ferreira (2015) sobre a escolha do objeto de pesquisa. Na primeira, a autora indaga: “o que seduz os pesquisadores para trabalhar dessa forma quase sempre apaixonada por seus respectivos objetos de análise?” (LEANDRO-FERREIRA, 2015, p. 263). Apaixonada? Penso que não seria esse

⁶² Lembramos que o sujeito, nessa perspectiva teórica, não é nem dono nem fonte daquilo que diz, pois se encontra submetido à ordem do inconsciente e da ideologia, sendo a subjetividade mera ilusão. Numa teoria não subjetiva da subjetividade, como a AD, trabalha-se, então, com a noção de um sujeito dividido, uma vez que sua inscrição numa formação discursiva se faz imaginariamente através de uma posição. Recorrendo ao legado pecheuxtiano, compreendemos que “qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção” (HENRY, 2010 [1990], p. 31). Orlandi (2012b, p. 49), autora renomada na AD em nosso país, destaca que não há uma forma de subjetividade, “mas um lugar’ que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz: é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz” [grifo da autora].

sentimentalismo que move o nosso entusiasmo precedente. E na segunda, a interrogação continua: “afinal, o que nos convoca a essa urgência por analisar, compreender, olhar, escutar?” (LEANDRO-FERREIRA, 2015, p. 263).

Com essa última questão em mente, explicamos que o ponto que nos toca, principalmente, para a tese que será desenvolvida, refere-se ao estudo do futebol enquanto um anteparo ideológico, um potente dispositivo de interpelação, funcionando similarmente como um aparelho de estado conforme preceitos althusserianos. Tendo essa compreensão em mente, nosso propósito vem ao encontro de uma das orientações de nosso precursor teórico quanto à tarefa do analista em expor ao olhar do sujeito a opacidade de determinada materialidade. Trazendo suas palavras, torna-se impreterível “construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito” (PÊCHEUX, 2014, p. 291).

Nas palavras que nos conduzem, atentamos para a observação de Leandro-Ferreira (2015) sobre a determinação promovida pelo excesso de visualização. Segundo ela, “quanto mais a gente olha”, pode produzir o efeito inverso “menos a gente vê”. Nesse sentido, pensando no futebol, em seu potente efeito na sociedade pelotense, o objetivo que nos move neste trabalho é encontrar o ausente no evidente, que não está autorizado a ser referido no nosso social. Explicamos: acreditamos que são (re)produzidos sentidos positivos, de afetos, como amor, paixão e alento, por exemplo, em torno do futebol, para que sejam legitimados e estabilizados saberes com essa carga semântica e silenciados aqueles opostos, de desafetos, que significaria a exclusão, a divisão, o preconceito, a violência.

Afirma-se e reafirma-se o óbvio, e pela naturalização de determinados sentidos instaura-se o efeito de obviedade ideológica, “é assim porque é assim”, quem já não escutou que a rivalidade faz parte do futebol, que existe uma rivalidade sadia, que nos estádios, nos jogos, quando o árbitro apita para o início da partida vale tudo, ou ainda, quem já não escutou xingamentos às mães dos juízes, dos próprios jogadores ou do torcedor adversário? Sem falar da presença feminina que se encontra no estádio para arranjar casamento, as famosas “Marias chuteiras”, quem já não ouviu isso?

No funcionamento em questão, entendemos a partir das orientações pecheuxtianas, que há uma ideologia trabalhando como um mecanismo estruturante do processo de significação; é o funcionamento

ideológico que fornece as evidências de sentido. Pela leitura de Pêcheux (2009[1988]), podemos compreender que é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é x ou y, ou melhor, o que é o futebol. Trazemos suas palavras: “são as evidências que fazem com que um enunciado ‘queira dizer o que realmente diz’ e, que mascaram, sob a transparência da linguagem, ‘o caráter material do sentido’” [grifos do autor] (p. 146).

Podemos negligenciar, silenciar, apagar os efeitos da ideologia e da história, mas nem por isso eles estão menos presentes nos processos discursivos e nas práticas cotidianas. A ideologia está na nossa frente, naturalizada, precisamos olhar! Enfatizamos: precisamos colocar em causa este efeito de obviedade ideológica (re)produzido ao longo dos anos em torno do futebol, precisamos ser sensíveis às incoerências, às contradições, às resistências, e talvez, por isso, concordamos com o alienígena de Veríssimo (2010), quando afirma que o futebol, no Brasil, é um mau negócio.

Diante dessas considerações expostas, apresentamos a problemática que fomenta a presente investigação: como a (re)produção de determinados discursos acerca dos dois clubes futebolísticos – *Esporte Clube Pelotas* e *Grêmio Esportivo Brasil* – é capaz de instaurar efeitos de sentido de superioridade e de inferioridade, de inclusão e de exclusão, incitando a violência num espaço social comum, especialmente na cidade de Pelotas?

Entendendo pertinente tal problema, nosso objetivo específico é analisar os discursos – materializados na/pela língua e na/pela tatuagem – (re)produzidos por sujeitos torcedores da dupla Bra-Pel na tentativa de compreendermos o funcionamento da ideologia e do inconsciente no contexto futebolístico da cidade. Ou seja, na leitura das materialidades colocadas em jogo nos processos de subjetivação, buscaremos observar como os sujeitos movimentam através de seus discursos efeitos de sentido “x” e/ou “y”.

Para tanto, debruçamo-nos na leitura do arquivo do estudo que é composto por depoimentos de sujeitos tatuados torcedores⁶³, homens e mulheres, a respeito de sua relação com seu time de preferência, e

⁶³ Este trabalho respeita os termos de pesquisa da Plataforma Brasil, cuja aprovação para sua realização é de número CAAE: 56773316.9.0000.5339. De posse das entrevistas, os depoimentos foram transcritos com base na metodologia de transcrição de conversas proposta pelo professor Luiz Antônio Marcuschi (1998).

também, de sua relação com o outro, o time adversário. Os depoimentos abrangem ainda os efeitos da relação destes sujeitos com seu próprio corpo, a inspiração e a motivação para materializar determinada tatuagem, representativa de um dos dois clubes pelotenses de futebol, nesse espaço de significação. Tais considerações somam-se às fotografias das tatuagens relatadas em cada entrevista.

Acreditamos pertinente explicitarmos que a metodologia aplicada às entrevistas não se refere a um modelo de questionário, pois restringiríamos as possibilidades de significação dos sujeitos entrevistados. A partir da apresentação da pesquisa, foi dado um roteiro⁶⁴ com alguns pontos que julgamos específicos a serem comentados, mas isto apenas como um ponto de partida para o sujeito apoiar-se, pois em todas as entrevistas realizadas, os sujeitos puderam utilizar-se do tempo que entenderam necessário para se expressar e, também, outros assuntos pertinentes à cidade e à torcida surgiram, como a torcida feminina, por exemplo, que comentou sua relação com a sociedade e com seu time dada sua posição.

Especificamente, trabalhamos com a língua e com o corpo como formas materiais do discurso, ou seja, entendemos que se o sujeito se identifica com a língua para poder dizer, ele também se identifica com o seu corpo para significar no espaço em que vive. Nesse viés, reconhecemos que não é só a língua a especificidade do discurso, há outras formas de subjetivação que precisam ser estudadas, dentre elas, destacamos o corpo e as tatuagens. Aqui, consideramos que vamos trabalhar com duas materialidades distintas: a língua quando temos depoimentos de sujeitos tatuados torcedores sobre as suas tatuagens futebolísticas (que denominamos como *discurso sobre*), e a tatuagem entendida enquanto discurso (cf. SILVA, 2014) que ao ser textualizado no corpo não há possibilidade de separá-los (que denominamos como *discurso da*).

O corpo, nessa perspectiva, pode ser entendido num primeiro momento, como suporte de significação, seguindo o trabalho de Paveau (2010). Porém, propomos considerar que a tatuagem, ao incorporar-se no

⁶⁴ O modelo do roteiro segue as seguintes questões: Fale-me sobre os pontos abaixo: Tatuagem/desenho – o que é; lugar do corpo que a *tattoo* está localizada; inspiração para o desenho; motivação para tatuar; data em que se tatuou; significado da tatuagem para você; significado da tatuagem para a sociedade – alguma opinião já ouvida; e, qual sua opinião sobre o time rival.

corpo, torna-o uma materialidade específica, na medida em que não há como separá-los, pois mesmo que o sujeito se submeta a um procedimento de remoção através de um tratamento a laser (ausência da imagem), a *tattoo*, ou sua marca, cicatriz, continuará produzindo efeitos. Dessa forma de concebermos tatuagem e corpo, julgamos satisfatório nos unir à concepção de “corpodiscurso” elaborada por Orlandi (2012a, p. 85), que conceitua o seguinte: “enquanto corpo empírico, ele é apenas carne. Todavia, quando o corpo é produzido em um processo de significação, onde trabalha a ideologia, ele é corpo simbólico, chamado de *corpodiscurso*” [grifo da autora].

Analisaremos então, diante o que estamos pensando, o “corpodiscurso” do sujeito tatuado, sua materialidade significativa e os efeitos de sentido produzidos enquanto corpo de um sujeito interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, e que assume uma posição ao textualizar uma *tattoo* alusiva a um time de futebol. Dito em outras palavras, buscaremos compreender os efeitos da relação entre língua, corpo e tatuagem, materialidades estas que dão existência concreta (material) à ideologia e ao inconsciente, ao mesmo tempo que constituem o sujeito e o significam em determinado contexto social.

Podemos adiantar que estamos propondo a tatuagem futebolística como um traço que (re)significa o corpo, demarcando simbolicamente a posição do sujeito, e fazemos isso seguindo a tese de Azevedo (2013), quando tratava das tecnologias corporais – a dança, a medicalização do corpo e a tatuagem – no espaço da festa rave. Na sua formulação, “a tatuagem é um gesto que significa social e politicamente, visto ser uma marca da contradição: seu traço marca um dentro e um fora do grupo, sinaliza o pertencimento, através da identificação com uma P-S dentro de uma dada FD” (AZEVEDO, 2013, p. 136).

Aqui, podemos explicitar o motivo pelo qual escolhemos trabalhar com sujeitos torcedores ao invés de sujeitos jogadores de futebol. Os sujeitos jogadores dificilmente materializam uma tatuagem alusiva ao seu time de preferência em função de mercado, pois os contratos são provisórios devido à demanda no meio futebolístico. Consideramos, então, que este funcionamento mercadológico raramente acontecerá com os sujeitos torcedores, pois o torcedor não “se vende”.

Assim, reconhecida a identificação dos sujeitos torcedores com seu clube, acreditamos que ao nos dedicarmos ao estudo dos processos de subjetivação que os mesmos se utilizam para significar, temos um respaldo maior para compreender o funcionamento da própria sociedade, pois conforme DaMatta (1982, p. 21), “o futebol praticado, vivido, discutido e

teorizado no Brasil seria um modo específico, entre tantos outros, pelo qual a sociedade brasileira fala, apresenta-se, revela-se, deixando-se, portanto descobrir”.

A respeito, exemplificamos, na sequência, algumas tatuagens dos sujeitos torcedores do *Pelotas* e do *Brasil de Pelotas* respectivamente:



Figura 3 – Fotografias de tatuagens de sujeitos torcedores do *Pelotas*

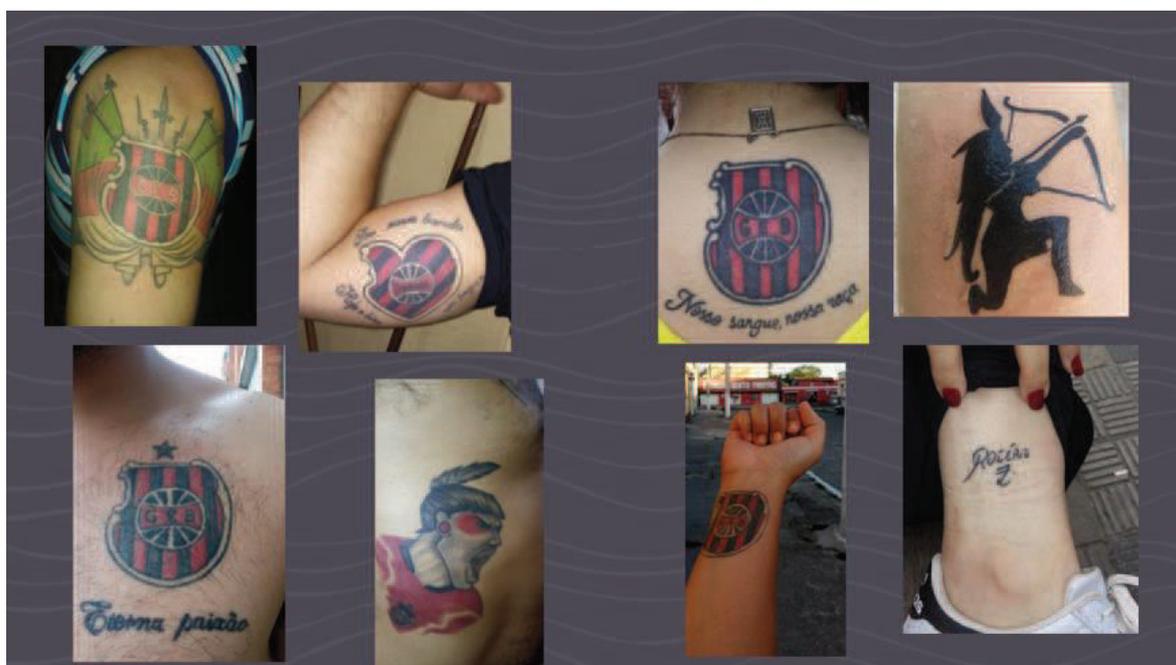


Figura 4 – Fotografias de tatuagens de sujeitos torcedores do *Brasil de Pelotas*

Levando em consideração o que precede, podemos continuar nosso percurso textual, retomando que todo processo de (re)produção de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria, e por se tratar de diferentes materialidades significantes exige-se de nós analistas procedimentos teóricos e analíticos especiais, visto que na Análise de Discurso a análise e a teoria intrinca-se, pois é na interpretação do objeto que a teoria vai se impondo e as noções teóricas vão sendo movimentadas. Assim sendo, sintetizamos algumas de nossas preocupações por meio das questões que seguem:

- De que maneira estudar o futebol num país que se intitula “o país do futebol”, agregando qualidade na investigação proposta?
- Como foi construída a história do futebol no Brasil, e quais as consequências simbólicas diante à administração de certos sentidos?
- Em Pelotas, tratando-se desse contexto local, como se deu a edificação dos clubes *Esporte Clube Pelotas* e *Grêmio Esportivo Brasil*, e como o imaginário construído acerca deles ainda circula e produz efeitos na cidade?
- Que relação podemos estabelecer entre futebol e ideologia?
- Considerando a língua e o corpo-tatuado como formas materiais de subjetivação e textualização discursiva, que procedimentos teóricos e analíticos são necessários para auxiliar nosso gesto de interpretação no que se refere aos efeitos de sentido (re)produzidos?
- Como contribuir teoricamente para a compreensão do futebol num viés discursivo e, também, de que maneira podemos cooperar com os estudos existentes quanto ao entendimento sobre os processos de significação na sociedade?

Dados os questionamentos relacionados às inquietações da pesquisa que será desenvolvida, salientamos que o trabalho seguirá sua construção. Antes, porém, de finalizarmos nosso texto, algumas anotações já podem ser feitas – vejamos no item que segue.

Algumas considerações

Tendo nossas preocupações em mente, relacionamos as mesmas ao próprio percurso que a pesquisa adotará, e nesse caminho que percorremos algumas considerações logo podem ser esboçadas.

A primeira trata-se da queixa de alguns autores quanto à receptividade negativa de seus estudos no meio científico e, de certo modo, estes apontamentos aliviaram nosso sentimento de angústia quanto ao nosso próprio trabalho, pois estudar o futebol parece, a olhares outros, como perda de tempo já que “não se precisa entendê-lo, basta senti-lo”, enunciado este naturalizado socialmente, que penetra as grades da universidade. Por isso, também, é que acreditamos em sua força ideológica que opacifica o olhar de muitos sujeitos.

No que compete ao futebol, não desejamos influenciar a não torcida, tampouco destruímos os torcedores e sua identificação ao clube preferido, desejamos, ao contrário, possibilitar a emergência de sentidos silenciados e até negligenciados acerca desse esporte. Ansiamos, igualmente, por torcedores menos ingênuos, pois o futebol não se limita às quatro linhas do campo, não se trata “só” de um jogo (cf. GUTERMAM, 2014), mas do próprio funcionamento da sociedade, em que história, ideologia, política, economia e cultura associam-se a ele mais do que imaginamos.

Nesse sentido, embora tenhamos nossa posição bastante clara com relação à nossa concepção sobre o futebol, respeitamos os enfoques que atribuem a ele outros sentidos, e para tanto, buscaremos explicar e defender nosso ponto de vista a partir das análises que serão construídas sem menosprezar os trabalhos existentes.

Rohden, Azevedo e Azambuja (2012) são exemplos de autores por nós estudados, que além de um julgamento negativo sobre a precariedade existente de estudos sobre o futebol, reconhecem que o esporte vem sendo foco de estudos brasileiros, na área, principalmente, das ciências humanas. O fato é que, seguindo a visão de outro autor chamado Jr-Freitas (2006, p. 04), não há estudos suficientes que forneçam “elementos metodológicos que possibilitem realizar uma análise mais rigorosa sobre a importância do futebol dentro de uma determinada sociedade”.

Dessa forma, se é a necessidade de estudos multidisciplinares o problema que se encontra para a compreensão do futebol, acreditamos que a Análise de Discurso pode contribuir nesse quadro teórico de pesquisas, enquanto uma ciência que se funda no entremeio de outras disciplinas e tem como premissa a questão interdisciplinar. Afirmamos isso de acordo com Orlandi (1994, p. 54), pois a “Análise de Discurso reconhece a dispersão das disciplinas como uma necessidade que se sustenta na própria relação do conhecimento com a linguagem”.

Todavia, gostaríamos de esclarecer que não estamos oferecendo a AD como um instrumento ideal para estudos futuros, na medida em que entendemos que “não se trata só de uma instrumentalização, no sentido utilitário [...]. Nem se trata de uma mera ‘aplicação’. É uma relação entre teoria, objeto e prática científica” [grifo da autora] (ORLANDI, 1994, p, 53-54). Porém, no que tange ao nosso trabalho – destacando nossa problemática e nossos objetivos, bem como nossa própria prática política –, situamos a AD como satisfatória ao exame do universo logicamente estabilizado ao qual o futebol faz parte.

A segunda consideração que gostaríamos de registrar diz respeito ao nosso entendimento sobre o futebol a partir de algumas leituras já realizadas. Utilizando-nos de Azevedo (2012), por exemplo, podemos chamar atenção ao fato de que o

‘Futebol’, portanto, é ainda de um lado apenas jogo; mas a mesma palavra designa uma prática social institucionalizada de contornos indefinidos, na qual se acham envolvidos uma variedade larga de atores sociais. A passagem de um jogo a um esporte organizado é, portanto, um fenômeno sociológico com conexões humanas bastante intrincadas [grifo do autor] (AZEVEDO, 2012, p. 169-170).

Aproveitando sua explicação, num *passé direto* a Ramos (1984), podemos compreender a relação do esporte com o sistema capitalista. Segundo ele, “é indiscutível a influência do meio sobre qualquer produto, muito mais, tratando-se do futebol” (RAMOS, 1984, p. 11).

O futebol é mais do que um esporte no Brasil. Ocupa espaços imensuráveis na vida de todos. Mesmo aqueles que não gostam dele não estão imunes. O futebol não se restringe aos estádios. A bola penetra nos locais mais diversos permanentemente. Nos meios de comunicação, na rua, no bar, em casa, na do vizinho, há uma partida de alguma forma. O bate-papo não prescinde

dos jogadores, dos clubes e dos campeonatos (RAMOS, 1984, p. 11).

Assim, a concentração futebolística traz reflexos sobre a realidade, tal como propõe o autor em seu estudo. Há um esvaziamento da percepção das condições materiais, históricas e sociais, sendo a participação política e a organização de classe abafadas – e, por isso, a possibilidade de pensá-lo funcionando como um aparelho de estado conforme Althusser (1970).

Tal preocupação com o funcionamento ideológico também é encontrada em Chade (2015), quando o jornalista entende o esporte como uma “arma política”. O seu texto tem como objetivo entender o que está por trás do que se enxerga em campo, por trás do que os torcedores sentem. Não se trata, como salienta o autor, “de criticar até o minuto de silêncio. Mas precisamos ser claros sobre quem está ganhando, quem está perdendo e quem está pagando a conta do futebol” (CHADE, 2015, p. 11).

Interessa-nos, nesse viés, a partir do exposto, construir a nossa leitura sobre a história do futebol brasileiro, pois, a nosso entender, é a historicidade que nos permitirá compreender como os discursos sobre esse esporte funcionam produzindo determinados sentidos. Depois dessa construção histórica, importa-nos discutir a relação do futebol com a política, pois essa relação faz parte das condições materiais de produção desse esporte em nosso país.

Todavia, em Pelotas, a relação do futebol não é com a política partidária assim como em nível nacional, mas com a questão histórica de raça e de classe social. Dito de outra maneira, o futebol em Pelotas estabelece as correlações de força próprias do “político” (cf. CAZARIN, 2005), ou seja, o futebol pelotense relaciona-se com o político.

Nesse caminho, nossa terceira e última consideração refere-se ao desenvolvimento do futebol pelotense que se consolidou diante práticas segregativas. Os minuciosos detalhes que estabeleciam os times que poderiam jogar e as dificuldades ao acesso de materiais para o exercício do esporte que, na sua maioria, ainda eram procedentes do exterior, tornavam o futebol uma prática de exclusão.

Entretanto, nesse meio, apareciam, aos poucos, sujeitos de outras raças e de outras classes sociais interessados, adaptando o local e os materiais utilizados para sua prática. Assim, o futebol perpassou por outros cantos da cidade, disseminando-se entre os sujeitos pelotenses,

isto, é claro, acontecendo com fortes embates sociais já que escorregava do controle do pequeno grupo seletivo que inicialmente o cultivou.

A dupla Bra-Pel, nosso foco, desde a edificação de seus clubes até as partidas de futebol disputadas no decorrer dos anos, foi construindo uma história de dualidade ímpar a partir de um imaginário acerca dos próprios clubes e de seus torcedores.

Para Rigo (2004), o processo de incorporação de sujeitos negros em seu quadro de jogadores fortaleceu o caráter popular do *Grêmio Esportivo Brasil*. Ao longo dos anos de 1930, a presença desses jogadores no clube fortaleceu-se o que resultou numa espécie de emblema. Num ritmo crescente o clube popularizou-se e o fato de ter sido o primeiro time da *Liga Pelotense de Foot-ball* a aceitar essa parcela da sociedade, criou uma imagem clubística de um time que já nasceu popular, imagem essa que se consolidou na memória da cidade.

Enquanto o *Brasil* traz essa memória de um clube popular com a postura de democratização racial no futebol da cidade, do outro lado, o *Esporte Clube Pelotas* pode ser lembrado como o clube representante da elite pelotense e que mais teve resistência ao movimento de miscigenação racial no esporte local, de acordo com o estudo do autor citado.

Ao longo dos anos, na história do futebol pelotense, a rivalidade ganhou proporções maiores, e o relacionamento entre os clubes e os torcedores foi transformando-se, recuperando, na maioria das vezes, a nosso entender, simbolicamente, as relações de classe social e de raça, estabelecendo um embate na cidade de Pelotas.

As duas torcidas não ficam imunes à violência, seja ela materializada de maneira verbal ou não-verbal. Ambos os clubes trazem consigo marcas de um passado que o constitui e que perpassa os dizeres dos sujeitos torcedores tatuados que entrevistamos. A historicidade, assim, produz sentidos, ou seja, a língua faz sentido porque a história nela intervém; e dessa forma, agitam-se as relações de produção da cidade e emergem efeitos de sentido que recuperam a raça e a classe social de cada clube, colocando em jogo o político tal como propomos.

Em nossa opinião, a questão racial e a questão econômica dos dois clubes, ligadas a um imaginário construído sobre os mesmos, não devem ser dissociadas nem da história do futebol nem da história da nossa cidade, pois é nessa base que nossa sociedade se consolida e se desenvolve. É claro que hoje a divisão entre os torcedores considerados ricos e brancos e negros e pobres, respectivamente relacionada aos clubes *Pelotas* e *Brasil*, não se dá de forma categórica e exata como nas primeiras

décadas do futebol em Pelotas, conforme estamos nos posicionando. Mas não podemos deixar de observar que sentidos dessa divisão inicial ainda são mobilizados nas relações e nas práticas de subjetivação dos sujeitos tatuados torcedores de ambas as torcidas.

Por fim, diante do que apresentamos até aqui e das relações teóricas articuladas, esperamos promover futuras discussões sobre a temática, sobre o funcionamento ideológico do futebol e seus possíveis efeitos políticos. O futebol, a nosso ver, precisa ser pensado discursivamente, pois ao estudá-lo a partir desse aporte teórico e metodológico, é possível inscrevê-lo no lugar da incompletude, da opacidade, da contradição. Sem dúvida, precisamos atentar em cada gesto de leitura empreendido, que o futebol nos constitui enquanto sujeitos, e nos afeta, e isso não é de agora.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1970.
- AZEVEDO, Aline. *Cartografias do corpo: metáforas contemporâneas da sutura e da cicatriz*. 2013. 191f. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.
- AZEVEDO, Marco. Levando o esporte a sério. In: *Filosofia e futebol: troca de passes*. Organização de Luiz Rohden, Marco Antônio Azevedo e Celso Cândido de Azambuja. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 149-173.
- CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- CHADE, Jamil. *Política, propina e futebol: Como o “Padrão Fifa” ameaça o esporte mais popular do planeta*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- DAMATTA, Roberto. *O Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: *Por uma análise automática*

- do discurso. 4. ed. Organização de Françoise Gadet e Tony Hak. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990/2010. p. 11-38.
- JR-FREITAS, Miguel Archanjo de. O futebol como objeto de estudo das ciências sociais: a urgência de novas abordagens. *Revista Digital*. Buenos Aires. Ano 10. n. 94. 2006. p. 01-05.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Pensando a arte como discurso. In: *Análise do Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos* (30 anos de Michel Pêcheux). Organização de Freda Indursky, Maria Cristina Leandro-Ferreira e Solange Mittmann. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. p. 263-274.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. 4. ed. Pelotas, RS: Editora Ática, Série Princípios, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: *Revista Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994, p. 53-59.
- _____. A Escrita na Análise de Discurso. In: *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a. p. 31-58.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.
- OSÓRIO, Sérgio Augusto; AMARAL, Mário Gayer. *A história dos Bra-Péis*. Pelotas: Editora Signus, 2008.
- PAVEAU, Marie-Anne. Uma enunciação sem comunicação: As tatuagens escriturais. *Revista Rua* [online]. Campinas, SP. v. 1, n. 16, jun., 2010. p. 05-41.
- PÊCHEUX, Michel. Sobre os Conceitos Epistemológicos da Análise de Discurso. In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1988].
- _____. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Organização de Françoise Gadet e Tony Hak. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1990].
- _____. O estranho espelho da Análise de Discurso. Prefácio à COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso*

- comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 21-26.
- RAMOS, Roberto. *Futebol: Ideologia do Poder*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1984.
- ROHDEN, Luiz; AZEVEDO, Marco; AZAMBUJA, Celso. Aquecimento: a Filosofia Aplicada ao Futebol. In: *Filosofia e futebol: troca de passes*. Organização de Luiz Rohden, Marco Antônio Azevedo e Celso Cândido de Azambuja. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 07-23.
- RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um futebol de fronteira*. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2004.
- SILVA, Naiara. *Tatuagens: sujeitos e sentidos*. 2014. 153f. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas - UCPEL. Pelotas, dez., 2014.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando. Infantilidades. In: *Time dos sonhos: paixão, poesia e futebol*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2010. p. 25-26.
- _____. Para que serve o futebol. In: *Time dos sonhos: paixão, poesia e futebol*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2010. p. 19-20.
- VINHAS, Luciana. Precisamos falar sobre Temer: o estranhamento na voz. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, número especial, nov. 2017. p. 2482-2491.

Recebido em: 24/05/2018

Aceito em: 27/06/2018

O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA NO DISCURSO
SEPARATISTA: UMA ANÁLISE DE UM TEXTO VINCULADO AO
MOVIMENTO *O SUL É O MEU PAÍS*

Stella Aparecida Leite Lima⁶⁵

Luciana Iost Vinhas⁶⁶

RESUMO: O presente artigo busca refletir, com base na Análise de Discurso com filiação a Michel Pêcheux, sobre os efeitos do discurso separatista colocados em circulação a partir do Movimento *O Sul é Meu País*. Tendo um texto vinculado ao Movimento como *corpus*, nos questionamos quais são os sentidos que podem ser colocados em circulação pelo Movimento. No texto analisado, encontramos expressões degradantes e designações que podem ser compreendidas através do funcionamento do excesso, conforme proposto por Ernst (2009). Nesse discurso, essas formulações promovem sentidos relacionados à violência, segundo nosso gesto interpretativo a partir do *corpus* estudado. Pensamos que os saberes desse discurso coexistem numa mesma região onde circulam saberes do Tradicionalismo gaúcho, portanto, junto a um imaginário que parece contribuir para a reprodução dos saberes separatistas.

Palavras-chave: O Sul é Meu País; Discurso separatista; Formação Discursiva; Análise do Discurso.

ABSTRACT: Based on the French Discourse Analysis proposed by Michel Pêcheux, this article aims to reflect on the effects of the separatist ideology put in circulation through the Movement *O Sul é Meu País*. Having one text as *corpus* of analysis, which was written by this Movement, we ask ourselves what the meanings that the Movement tries to put into circulation are. In the text we identified degrading expressions and designations that can be understood through the operation of the

⁶⁵ Professora de Língua Inglesa na Rede Particular no Estado de São Paulo. Mestre em Letras pela Universidade Católica de Pelotas.

⁶⁶ Professora de Língua Portuguesa e Linguística na UFPel. Membro dos grupos de pesquisa Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD-UFPel), Grupo de Estudos Pêcheutianos (GEP-Unipampa) e Oficinas em Análise do Discurso: Conceitos em movimento (UFRGS). Doutora em Letras pela UFRGS.

excess, as proposed by Ernst (2009). In that discourse, these formulations promote senses related to violence, according to our interpretive gesture based on the *corpus*. We believe that this discourse coexists in the same region of the gaucho traditionalism; therefore, it is next to an imaginary that seems to contribute to the reproduction of separatists discourses.

Keywords: O Sul é Meu País; Separatist Discourse; Discursive Formation; Discourse Analysis.

De acordo com a Análise de Discurso de base pêcheuxiana, a ideologia é compreendida como evidência que se materializa em discurso, sendo a língua como uma das formas materiais da existência da ideologia. Tendo esses pressupostos fundamentais como base, podemos trabalhar com esse dispositivo teórico-analítico para analisar os processos discursivos decorrentes do imaginário separatista que se instaura no Sul do Brasil. Tal é o tema do trabalho que se desenvolverá a seguir.

A ideologia, assim como o inconsciente, tem um papel fundamental na constituição do sujeito. Em função dessa dupla determinação, o sujeito é levado a crer que sua autonomia é plena, que tem consciência de seus atos, pensamentos e do que fala. Isso porque, desde que se depara com o simbólico, o ser humano é chamado a interpretar o mundo, sendo a maneira como se identifica (ou não) com as evidências ligada diretamente à sua filiação discursiva. A ideologia, seguindo as palavras de Orlandi (1996, p. 66), “produz o efeito de evidência, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como naturais”.

Nosso objetivo é compreender o funcionamento ideológico do discurso colocado em circulação pelo *Movimento O Sul é Meu País*, tomando como base o texto intitulado “Uma resposta ao historiador Tau Golin”⁶⁷, escrito por Celso Deucher, um dos representantes do Movimento. Entendemos a importância de se problematizar esse tema considerando as recentes transformações político-ideológicas ocorridas na formação social brasileira, atentando especialmente para possíveis traços de intolerância, derivados do fascismo, em determinadas práticas que estão se naturalizando em certos grupos organizados.

Para isso, é necessário apresentar brevemente o *Movimento O Sul é Meu País*, o qual teve seu primeiro registro oficial no ano de 1992,

⁶⁷ O texto completo encontra-se no Anexo I.

durante o segundo Congresso Separatista, ocorrido na cidade de Laguna, em Santa Catarina (SC). Seu fundador foi Adílzio Cadorin, político do referido Estado. Atualmente, o grupo tem sede em Passo Fundo (RS), e é presidido por Odilon Xavier Freitas (diretoria 2014-2017). Celso Deucher, autor do texto que será analisado, é membro do Conselho Consultivo e já ocupou diversos cargos dentro do *Movimento*, inclusive o de Presidente, razão provável por ser um dos membros mais engajados e, portanto, estar presente em programas de rádio, TV e veículos de comunicação que têm interesse em dar visibilidade ao grupo.

Os habitantes da região Sul do Brasil, composta pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, podem ser designados como *sulinos*, *sulistas* ou *sul-brasileiros*; seriam aqueles que, como escreve Ramil (2004, p. 07), “aparentam sentir-se os mais diferentes em um país feito de diferenças”. Em consequência, parece ser natural que esses brasileiros reconheçam sua diferença com os compatriotas de outras regiões devido a diferenças culturais, históricas e climáticas, elementos que os apartam das demais regiões do país. Essa relação de identificação pode ser concebida como um dos efeitos da imigração europeia, por uma proximidade maior com os países do extremo sul da América e considerável distanciamento geográfico do “centro” do País, além de possuírem costumes e tradições de séculos passados reproduzidas na contemporaneidade. Tal seria a explicação mais naturalizada para o fenômeno do imaginário de si como *os mais diferentes em um país feito de diferenças*. Essa visão, contudo, parte de uma posição tida como hegemônica, dominante, a qual desconsidera, por exemplo, o legado da população negra escravizada na região, tampouco das comunidades indígenas que nela habitavam. Podemos mencionar que as práticas e culturas oriundas da população africana e indígena instaladas nos três estados do sul do Brasil não se coadunam com o imaginário de *sulista* forjado sócio-historicamente. É importante referir, mesmo que de forma breve, que esse imaginário parte de uma posição dominante, posição da qual os representantes do Movimento *O Sul É o Meu País* enunciam.

No site do Movimento, é possível encontrar documentos em que são apresentados argumentos para subsidiar a proposta autodeterminista. Enunciados⁶⁸ como: “o perfil (...) peculiar do sulino”, “nossos ancestrais já

⁶⁸ Os enunciados foram retirados da Carta de Princípios do *Movimento O Sul é Meu País* e encontram-se disponíveis em: <<http://www.sullivre.org/carta-de-principios/>>. Acesso em datas diversas.

empunharam a bandeira da Independência e da Autonomia”, e, também, porque a região sul dispõe de “requisitos necessários para se tornar uma das nações mais prósperas do planeta” através do que eles chamam de “seu potencial humano” são exemplos da forma como o Movimento se autorrepresenta.

Ao mesmo tempo em que são considerados cidadãos brasileiros, aqueles que compõem o Movimento não se autorrepresentam como brasileiros, desejando a não identificação com essa imagem. Na esteira de Pêcheux (1997), mencionamos que é através da discursividade que os sujeitos põem em jogo suas relações imaginárias, ou seja, ao compreender a forma como os sujeitos se identificam com formações discursivas - através da maneira como a ideologia os interpela - podemos atingir o funcionamento das formações imaginárias. A representação de si depende, portanto, do funcionamento das formações discursivas.

O discurso da autodeterminação concebe a maneira pela qual os governantes poderão vir a decidir sobre todos os aspectos políticos e econômicos dos três estados, compondo, assim, um novo país a partir do descolamento da região sul do resto do Brasil. Dessa forma, observando o site www.sullivre.org⁶⁹ encontramos um artigo que nos causou interesse por se tratar de uma resposta a uma matéria de cunho informativo sobre o Movimento.

Com base no que precede, então, propomo-nos a compreender os discursos colocados em circulação a partir da resposta dada por Celso Deucher, ativista do Movimento, a uma matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo em 25 de julho de 2016⁷⁰. A resposta foi publicada no site do Movimento no mesmo dia da publicação da matéria no jornal supracitado. Nosso *corpus*, então, concerne a um texto-resposta⁷¹.

É importante analisar os efeitos de sentido colocados em circulação a partir desse Movimento, considerando que seu objetivo é

⁶⁹ Endereço eletrônico do site do Movimento *O Sul é Meu País*.

⁷⁰ A matéria foi escrita pela jornalista Paula Sperb, do jornal *A Folha de São Paulo*, e tratou sobre o plebiscito consultivo que ocorreu em outubro do ano de 2016. Quem contribuiu com a matéria foi Anidria Rocha, representante do Movimento *O Sul é Meu País* (OSMP) no Rio Grande do Sul. O texto traz, também, além das informações de Anidria, opiniões de Tau Golin (historiador gaúcho), Davi Brasil (compositor gaúcho) e de Nairo Callegaro (presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho).

⁷¹ Disponível em: <<http://www.sullivre.org/uma-resposta-ao-historiador-tau-golin/>> Acesso em datas diversas.

garantir a separação dos três estados do Sul do resto do país, constituindo uma nação diferente. Pretendemos compreender quais são as bases ideológicas do Movimento partindo da análise da carta-resposta escrita por Celso Deucher.

Justificamos a necessidade de realização do presente estudo em função da emergência crescente de movimentos separatistas, não só no Brasil como, também, em outros países. Nossa reflexão torna-se relevante pelo presente momento político, social e histórico pelo qual atravessamos. A crise na política, a corrupção, a economia e as dívidas dos Estados perante a União vêm garantindo um alarmante descontentamento à população brasileira. No caso dos sulistas, esse discurso se faz mais marcado, pois é sabido que o Estado do Rio Grande do Sul enfrenta uma grave crise interna, com parcelamento de salários dos servidores públicos, sucateamento da Educação pública estadual, tributos extras e altos índices de violência.

O estudo começa pela apresentação de algumas considerações referentes à Análise de Discurso (AD), a qual, segundo Orlandi (1994, p. 53) “se constitui na relação da Linguística com as Ciências Sociais”. Entretanto, isso não quer dizer que a proposta de Pêcheux seja a de uma união entre disciplinas, pois ela se apresenta como mecanismo que trabalha a contradição presente em tais domínios. Contradição que é possível quando, na Linguística formal, a fala, o sujeito e sua exterioridade não são considerados, apagando a exterioridade, segundo a autora; já nas Ciências Sociais, é deixada de fora a propriedade de sistema significativa que a linguagem apresenta, tratando-a como banco de sentidos.

Diante disso, a AD surge trazendo um objeto teórico singular, o discurso, através do qual observamos como se dá a relação entre linguagem e ideologia. Segundo Indursky (2010, p. 03),

Em seu primeiro texto, Pêcheux (1969), o fundador desse novo campo, afirma que discurso é efeito de sentido entre interlocutores. Ou seja, desde sua postulação inaugural, a exterioridade é convocada, sendo considerada como plenamente constitutiva do novo objeto.

Pêcheux escreveu que é necessário contemplar a linguagem em seu funcionamento, pensá-la em relação à composição dos sujeitos e à produção de sentidos, ou, pelas palavras de Orlandi (1994, p. 53), ele nos instrui que “o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que, sem história, não há sentido”. Isso posto, pretendemos compreender “o que, pelo viés de um enunciado, se produz entre os locutores” (INDURSKY, 2011, p. 328).

Para o filósofo, o objetivo é de “estabelecer uma reflexão sobre sujeito e sobre funcionamentos linguístico-históricos” (MARIANI, 2003, p. 57); portanto, não interessam os locutores enquanto indivíduos empíricos, e, sim, suas posições, pois “o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia” (op. cit., p. 57). O que a autora refere acerca do sujeito da AD é que “a categoria de sujeito da Análise de Discurso deve considerar a causa [do que falha], na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas” (p. 57). Isso significa que a discussão sobre subjetividade na teoria não passa longe da compreensão psicanalítica, compreendendo que a causa da falha suporta uma causa inconsciente. O sujeito que marca presença no quadro epistemológico da AD é concebido pelo viés da Psicanálise.

Dessa maneira, os sentidos são reproduzidos por sujeitos que, ao se inscreverem na língua, produzem história e, por serem constitutivamente incompletos e não-conscientes do processo de interpelação ideológica que os torna sujeitos, estão expostos a falhas, deslizos, equívocos. Em nosso trabalho, podemos mencionar que o fato de os sujeitos se posicionarem a favor ou contra a separação política da região sul do Brasil, por exemplo, revela a forma como eles se relacionam com a ideologia.

O processo de interpelação ideológica funciona através da injunção à identificação do sujeito com determinada formação discursiva. Desse modo, a maneira como o sujeito interpreta o mundo é efeito desse processo de identificação. A identificação possibilita a produção de sentidos a partir de determinada materialidade, sendo que nosso interesse se debruça sobre a materialidade linguística. Conforme Pêcheux (1988, p. 160),

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em

O funcionamento da ideologia no discurso separatista: uma análise de um texto vinculado ao movimento *O Sul é o meu país* | 177

referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

As formações discursivas são compreendidas como “regiões” do interdiscurso, com as quais o sujeito se relaciona no processo de interpelação ideológica. Os sentidos não existem, portanto, em uma relação literal com as palavras, pois, na verdade, o sentido é estabelecido a partir da inscrição de determinada palavra, expressão ou proposição em uma formação discursiva. Com base nisso, podemos dizer que diferentes efeitos de sentido podem ser colocados em circulação a partir do texto que será aqui analisado. Podemos explicar tal situação de uma forma superficial: caso exista uma identificação do sujeito que interpreta com a formação discursiva separatista, existirá, então, um processo de identificação do sujeito com os saberes colocados em circulação pelo texto; no entanto, se ocorrer o processo contrário, ou seja, se não existir identificação do sujeito com a formação discursiva separatista, é possível que os saberes colocados em circulação a partir do texto sejam negados, questionados, pelo sujeito interpretante.

Ainda pensando no texto analisado, como primeira reflexão, em seu título encontramos a designação “resposta” precedida pelo artigo indefinido “uma”, indicando a indeterminação do sintagma nominal, o que nos possibilita compreender que a resposta não será qualquer, e, também, que ela pode ser “uma” entre muitas possíveis. Todavia, o artigo traz, em seu título, o nome de Tau Golin, determinando a quem a resposta está direcionada.

Por meio de uma busca bibliográfica virtual⁷² verificamos que o historiador, professor e pesquisador Tau Golin tem um currículo bastante diversificado, e coordena projetos de estudos culturais e arqueológicos do

⁷² Lattes CNPQ <<http://lattes.cnpq.br>>, <<http://lattes.cnpq.br/3147241105057327>> Acesso em 20.01.2017.

Sul do Brasil. Ele também é escritor e tem, entre suas obras, “História Geral do Rio Grande do Sul”, “A Fronteira” e “O Povo do Pampa”. Ele atua no Sul, pesquisa sobre o Sul, escreve sobre o Sul, é gaúcho, e, portanto, Sulista. Por que, então, haveria uma “resposta”, por parte do OSMP, a ele e tal resposta seria em sentido de concordância ou discordância?

Importante mencionar que Golin também é autor do livro “A ideologia do Gauchismo”, obra de 1983 que discorre sobre a origem do Tradicionalismo do RS utilizando registros dos próprios representantes culturais do Estado, mídia impressa etc., e que reflete sobre como se deu a idealização do gaúcho. Contudo, os escritos de Golin vão de encontro à crença alimentada durante anos na cultura rio-grandense, que, segundo o autor, é “uma cultura “popular” – produzida hegemonicamente pela elite – voltada para o seu espaço geográfico e social” (GOLIN, 1983, p. 11), na qual “exploradores e explorados defendem os mesmos princípios na compreensão de mundo” (op. cit., p. 12).

Logo, uma vez que se compreenda como o historiador reproduz saberes sobre a história da região Sul, como ele se relaciona com aquilo que se naturalizou historicamente sobre o gaúcho, podemos compreender que há sentidos em disputa sobre o sulismo. Tau Golin mostra-se contrário ao ordinário proposto pelo “Partenon Literário” (GOLIN, 1983, p. 11), às “estórias” contadas popularmente, ou seja, às relações de causalidade a partir das quais derivaram os sentidos tradicionalistas atribuídos ao gaúcho/sulista. Petri (2004, p. 17), ao estudar a literatura gaúcha como materialidade discursiva, escreve que, “no caso desse discurso, a interlocução recupera elementos advindos do mundo social, representados pela história e recontados na ficção, onde se produzem efeitos de sentido capazes de contribuir para a instituição de um mito ou para a desmitificação de um herói”.

Ao mesmo tempo, com os jornais, a TV, o rádio e a internet, podemos intuir que sentidos tradicionalistas emergem do texto de Deucher e são, na atualidade, reproduzidos midiaticamente, podendo ser vistos em programas televisivos como Galpão Crioulo⁷³, em rádios como a Nativa FM⁷⁴ e nas festividades da Semana Farroupilha, não apenas com a cobertura da mídia, mas, também, nas instituições que atuam como um

⁷³ Programa da RBS TV – afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul – exibido todos os domingos.

⁷⁴ Rádio de Piratini-RS - <<http://www.nativafmpiratini.com.br/>>. Acesso em 14/02/2017.

meio para a reprodução desses saberes. Um exemplo pode ser visto no Instituto Estadual Professor Osmar Poppe, da cidade São Luiz Gonzaga, onde, durante a Semana Farroupilha,

os alunos deixa(ra)m de lado o tradicional uniforme ou a combinação de jeans e camiseta, para usar vestidos de prenda ou bombachas (...) de segunda à sexta-feira, em todos os turnos, os alunos realiza(r)am atividades especiais (...) palestras, apresentações de danças típicas gaúchas, concurso interno de prendas e peões, gincana cultural e futebol de bombacha. Cada turma montou seus piquetes no pátio interno e externo da escola⁷⁵.

Sendo assim, consideramos que os saberes marcados pelo texto analisado vão de encontro à posição discursiva de Tau Golin presente na matéria referida, que entende tal aparato cultural “como não distanciado da luta de classes” (GOLIN, 1983, p. 11). Esse entendimento se dá em razão de que, desde quando o Tradicionalismo foi pensado e reproduzido, até seu fortalecimento, “sua ideologia constituía-se fundamentalmente latifundiária” (op. cit., p. 11). Com isso, podemos pensar que, da “resposta” endereçada a Tau Golin pelo OSMP emergem efeitos de sentido referentes a saberes contrários ao que o historiador reproduz.

Antes de seguir, porém, é pertinente esclarecer que acreditamos que a materialidade sob análise proporciona vários elementos importantes para debate; no entanto, nesse estudo, nos concentraremos no excesso de emprego de pronomes, designações e expressões presentes no *corpus* e consideradas semanticamente negativas. Além disso, em nossa análise, não trataremos dos sujeitos Tau Golin e Celso Deucher como sujeitos empíricos, e, sim, das posições discursivas que reproduzem como sujeitos enunciadoreis.

Essas posições se dão em relação às formações discursivas, que, por sua vez, provêm de suas relações sociais, em funcionamento no

⁷⁵ Retirado do website

<<https://social.shorthand.com/Amandaafox/j260WmVwgf/escolas-mantem-viva-a-tradicao-gaucha>>. Acesso em 14/02/2017.

discurso reproduzido a partir desses textos. Daqui para frente, tais posições aparecerão como posição *pró OSMP* e posição *contra OSMP*. O ponto interessante que pode ser colocado em circulação a partir da Análise de Discurso é que essas posições não podem ser consideradas como excludentes, porque é nas suas contradições que acontecem as suas determinações. Isso significa que um determinado discurso se constitui pelo discurso-outro, mesmo sendo eles antagônicos.

Essas posições podem ser identificadas, em nosso entendimento, no uso da materialidade linguística dos pronomes “nós” e “nos”, do adjetivo possessivo “nosso” e dos verbos em primeira pessoa do plural empregados com elipse do sujeito. De acordo com o que propõe Ernst (2009, p. 04) sobre o excesso, entendemos que a presença desses significantes “constitue(m)-se em um “acréscimo necessário” ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem”. Vejamos os possíveis funcionamentos, nas SDs presentes no texto⁷⁶:

SD11. Como todo historiador, pena alugada de Brasília, Golin odeia negros e índios, por isso não aceita nossa anterioridade missioneira, muito menos que entre **nós estejam** lutando lado a lado cidadãos de origem africana que vencem na vida pelas suas capacidades e não pelas cotas discriminadoras impostas pelo poder central.

SD14. **Nós os separatistas, repudiamos** com veemência tais argumentos, ideias e ideologias. O Sr. Golin não tem o direito de tratar nossa gente desta forma.

SD21. **Nós os independentistas continuamos** a espera de argumentos que derrubem nossas teses. [grifos nossos]

Nessas formulações, compreendemos poder se tratar de um “elemento não apenas linguístico” (CAZARIN, 2004, p. 188), pois o “nós” tem, com frequência, o papel de um “locutor coletivo” (op. cit. p. 188). Segundo Benveniste (1995), a partir da perspectiva da Teoria da

⁷⁶ As sequências discursivas de referência (SDs) recortadas do texto analisado encontram-se no Anexo I.

Enunciação, o “nós” se configura como uma pessoa ampliada, o eu (subjeto) acrescido de alguém que toma a palavra, mas estende essa voz a outros, fazendo com que o referente seja composto por outros sujeitos definidos por esse “eu” ampliado.

Nesse sentido, entendemos que o “nós” não instaura uma indeterminação referencial como escreveu Geffroy (1985 apud CAZARIN, 2004) ao tratar de seu uso. Para a autora, “essa é uma forma pronominal rica em potencialidades dialógicas e a análise de seu funcionamento discursivo coloca duas questões centrais: Quais pessoas o “nós” convoca para si e por quê?” (op. cit., p. 188).

Assim, ao usar o “nós” nas SD14 e SD21, o texto determina seu referente discursivo, ou seja, quem seria esse “nós”: como ele pode ser significado a partir da formação discursiva com a qual se identifica o sujeito-enunciador que coloca os seus saberes em circulação. Nos estudos em AD, o funcionamento discursivo do “nós” pode ser concebido como político, conforme Indursky (2000, p. 23): “enunciar em “nós” de forma inclusiva é a melhor maneira de representação do sujeito político, na medida em que elege a si e a seus representados (...) como aqueles que constituem a referência desse “nós””.

Ainda segundo a autora, esse funcionamento abrange um “nós” ampliado que representa diferentes segmentos sociais inscritos na posição discursiva a partir da qual o sujeito enuncia. Os substantivos utilizados pelo sujeito enunciador (eu), ao concordarem em número (ampliado) com o sujeito (nós) a que se referem, através do morfema de flexão (-mos) dos verbos “repudiamos/continuamos” que foram destacados, sugerem o “eu mais alguém” também identificado com a posição separatista; bem como o artigo definido “os”, que, por sua vez, antecedendo “separatistas/independentistas”, qualifica o “nós” nas formulações.

Nessa linha de pensamento, os substantivos “*separatistas*” e “*independentistas*” atuam na mesma rede parafrástica para designar os sujeitos que se filiam aos saberes separatistas, indicando uma formulação diferente “do mesmo dizer sedimentado” que representa o “retorno ao mesmo espaço de dizer” (ORLANDI, 2009, p. 36), remetendo-os ao mesmo referente.

Segundo Geffroy (1985 apud CAZARIN, 2004, p. 188), “a riqueza das potencialidades enunciativas do “nós” só pode ser definida por sua exterioridade”, ou seja, “para que se possa designar a referência ou autorreferência do “nós”, é necessário levar em conta os laços sociais, a constituição do sujeito falante em sujeito do discurso, enfim, a ideologia”.

Portanto, é possível compreendermos que o sujeito do discurso separatista (sul-brasileiro) é interpelado ideologicamente de modo a reproduzir saberes de região do interdiscurso que fazem emergir sentidos já estabelecidos, colocando em circulação saberes de ordem separatista.

Ao mesmo tempo em que funciona de maneira inclusiva, o significante pronominal funciona de modo a promover as relações de força, ou seja, ao “excluir” aqueles que são Sulistas, mas não separatistas, o “nós” se torna exclusivo aos sujeitos que reproduzem tal discurso e se filiam aos saberes que estão em circulação no texto analisado. Isso nos possibilita entender que nem todos os sujeitos identificados com os saberes tradicionalistas da região Sul se identificam com os saberes separatistas, mesmo que esses saberes lhes estejam disponíveis de forma hegemônica.

Percebemos outra particularidade do funcionamento discursivo do “nós”: a indeterminação. Se, nas sequências SD14 e SD21, o sujeito *pró OSMP* separa os sulistas entre separatistas e não-separatistas, nas formulações a seguir observamos outro funcionamento através de pronomes adjetivos.

SD01. Como todo historiador, pena alugada de Brasília, Golin odeia negros e índios, por isso não aceita **nossa anterioridade missioneira (...)**.

SD15. **Somos** Povo e Nação cuja unidade vem sendo forjada pela **nossa diversidade** e ninguém vai **nos** destituir do **nosso** irrenunciável direito de **sermos** sujeitos do direito de autodeterminação.

SD14. (...) O Sr. Golin não tem o direito de tratar **nossa gente** desta forma.

SD19. Pelos motivos apontados acima, Tau Golin, cego pela sua ideologia, não conseguiu argumentos honestos para combater o independentismo Sulista, que nada mais quer que refazer o papel do estado em **nossa região**.

SD21. (...) argumentos que derrubem **nossas teses**.

SD09. voltaram para **nossas cidades e estados**, depois de quase **implorarmos**, a

Podemos inferir que o texto inclui os sujeitos não identificados com os saberes separatistas ao empregar os adjuntos adnominais em “**nossa anterioridade** missioneira” (SD11), “**nossa diversidade**” (SD15), “**nossa gente**” (SD14), “**nossa região**” (SD19) e “**nossas cidades e estados**” (SD9), pois remetem a saberes não-exclusivos aos separatistas, ou seja, os saberes tradicionalistas disponíveis no interdiscurso subsidiam sentidos da formação discursiva separatista, na qual figura uma posição-sujeito separatista-sul-brasileira; com tais formulações, falar-se-ia do lugar de todos sujeitos sulistas, sejam eles identificados ou não aos saberes separatistas.

Isso nos faz refletir que o funcionamento do emprego dos pronomes “visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem” (ERNST, 2009, p. 04), ou seja, quando o sujeito põe em curso os saberes que permeiam um “imaginário coletivo”, não faz distinção entre os sujeitos que podem se identificar com os saberes separatistas ou não. O excesso identificado no eixo do intradiscurso atua no sentido de manter a estabilidade do discurso.

Em vista disso, “a interpelação ideológica fornece a cada sujeito sua “realidade” enquanto sistema de evidências e de significações percebidas” (ORLANDI, 2010, p. 18), quando, a partir de sua inclusão na ordem significante, os sujeitos vão se identificando com saberes colocados em circulação, sentidos vinculados a formações discursivas, que podem, por consequência, ser de formações antagônicas.

No caso do texto de Celso Deucher reportando à intervenção de Tau Golin presente na matéria da Folha de S. Paulo, percebemos que circulam saberes sulistas, tradicionalistas e, também, que o separatismo, em cada um deles, aparece representado por saberes derivados de regiões diferentes. Isso porque, em cada materialidade, o separatismo recebe definições opostas, sejam elas, “um movimento antibrasileiro” (Tau Golin) ou “um fenômeno social” (Celso Deucher), sendo possível, portanto, pensar se tratar de posições discursivas materializadas a partir de formações discursivas antagônicas.

Observamos os efeitos de sentido que emergem em dadas posições através, por um lado, do sintagma “anterioridade missioneira” recortado da SD1 do texto de Deucher, e, por outro lado, da sequência “dificuldade

(...) de se integrar à nação⁷⁷” presente na fala de Tau Golin. Em nossa leitura, essas formulações seriam decorrentes da forma como o separatismo é representado a partir das diferentes formações discursivas.

Dessa maneira, quando, no texto analisado, temos “esquece criminosamente Golin das origens do separatismo Sulista”, entendemos que a posição discursiva *pró* OSMP, ou o lugar imaginário separatista, tem uma densa ligação com o passado e o Tradicionalismo (gaúcho), de modo a manter ativa a memória “de um povo (...) que se sentia explorado pelo colonizador estrangeiro” (PETRI, 2004, p. 101), projetando as “imagens de sujeito que construíram a história do sul do Brasil e que mais tarde são idealizadas pela classe artística que eleva um sujeito imaginário ao estatuto de herói regional” (op. cit. p. 23), reforçando o senso comum do ser “reconhecido dentro e fora das fronteiras do Rio Grande do Sul (aqui, região Sul), por sua bravura e destemor” (op. cit., p. 24).

Em Análise de Discurso, o imaginário se institui como um efeito do atravessamento da ideologia. O sujeito se constitui, então, afetado pelo simbólico (inconsciente) e pela ideologia. Como consequência dos saberes oriundos do interdiscurso e organizados por “regiões” (FDs), os textos reproduzem sentidos que determinam suas filiações, como podemos observar no texto de Celso Deucher, quando são evocados sentidos a partir da história, que constituem o imaginário sobre o separatismo Sulista:

SD10. Como “historiador”, esquece criminosamente Golin das origens do separatismo Sulista, que teve seu primeiro embate nas Missões do Guairá, seguiu o curso da história nos Sete Povos das Missões, mais tarde na Revolução Farroupilha, na Revolução Federalista, na Guerra do Contestado e em tantas outras revoluções gestadas no Sul. Em sua esmagadora maioria, revoluções que nasceram para lutar contra a falta de auto-governo dos Sulistas.

⁷⁷ O excerto foi recortado a partir da fala de Tau Golin na matéria da Folha de São Paulo: “É um movimento antibrasileiro que mostra a **dificuldade que certos grupos têm de se integrar à nação**”.

Logo, no caso do referido texto, consideramos que saberes do interdiscurso estão organizados em uma formação discursiva a favor do separatismo, ou seja, uma FD Separatista, fluida, porosa, sem limites. Na referida FD estão abrigados saberes de ordem separatista, sendo que, no presente trabalho, estamos analisando especificamente o separatismo da região sul do Brasil, com base no Movimento que quer formar um país à parte.

Com isso, podemos compreender que a forma como o Movimento O Sul é Meu País se relaciona com a ideologia é determinada por uma formação discursiva que envolve sentidos motivados pelo Tradicionalismo e pelo separatismo (pela intolerância ao diferente), o que, por sua vez, pode materializar sequências como a SD15 “(...) irrenunciável direito de sermos sujeitos do direito de autodeterminação”, ou a SD10 “(...) a falta de auto-governo dos Sulistas”, já que a reprodução de aspectos favoráveis à autodeterminação remete a sentidos produzidos e reproduzidos discursivamente durante séculos na região. O desejo separatista está recalcado há muito tempo na região sul do Brasil, conforme observamos na SD10.

Por outro lado, a partir da FD Separatista destacada, são estabelecidas relações de antagonismo a partir do lugar no qual se inscreve a oposição ao Movimento. Ao invés de serem considerados como elementos de caráter positivo para a região sul do país, podemos dizer que os saberes que trabalham antagonicamente aos saberes separatistas consideram o separatismo como “um elemento na Superestrutura (...) correlacionado com todos os outros organismos de sustentação da classe dominante” (GOLIN, 1983, p.13), pois é fruto de estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu domínio. Pode-se dizer, então, que o separatismo ganha um caráter semanticamente negativo, pois estaria operando no processo de reprodução das relações de dominação e exploração promovidas pela classe dominante.

Segundo o autor, a ideologia Tradicionalista tem o papel importante de “fazer persistir ideias correspondentes a um tempo histórico pretérito, claramente delimitado e falseado historicamente, numa outra estrutura social” (op. cit., p. 12) e que, em nosso entendimento, atuam como elementos que alimentam a reprodução dos saberes inscritos na FD separatista, materializada a partir do texto de Celso Deucher em resposta à manifestação de Tau Golin.

Assim, Tau Golin coloca em circulação sentidos contrários aos da FD Separatista, como podemos perceber através da formulação “os

separatistas (...) não admitem a ideia de pluralidade”. Uma FD antagônica na qual os mitos são compreendidos enquanto processo de dominação ideológica, contrária a “uma visão positivista que defende a exaltação (...) ocultando suas fraquezas e aspectos negativos” (GOLIN, 1983, p. 14).

Durante o exercício analítico, causou-nos estranhamento⁷⁸ a presença das sequências a seguir no texto analisado: “as afirmações xenofóbicas do Professor” (SD16) e “coloca-se ao lado do malfadado Mussolini” (SD17). Podemos, então, tecer elementos para constituir uma rede de sentidos sobre xenofobia, conforme segue.

No dicionário *Michaelis online*, xenofobia é definida como “aversão ou rejeição a pessoas ou coisas estrangeiras” ou como “temor ou antipatia pelo que é incomum ou estranho ao seu ambiente”⁷⁹. A xenofobia seria atribuída a alguém que sente uma ameaça de um estranho externo que vem descaracterizar uma unidade constituída. Deucher estaria atribuindo essa característica a Golin, pois, segundo o primeiro, “Somos Povo e Nação cuja unidade vem sendo forjada pela nossa diversidade” (SD15). Portanto, a representação da posição de Deucher revela a existência uma unidade sulista baseada na diversidade. Supostamente, segundo Deucher, Golin se afastaria dessa concepção, pois considera que suas afirmações são xenofóbicas. Estranho nos parece esse comentário, já que é Deucher quem está defendendo o separatismo sulista.

Sendo assim, apesar de Deucher trazer o significante “diversidade” em seu texto, a diversidade é considerada como produtora de unidade. Ou seja, no interior da FD Separatista circulam saberes que suscitam o sentido de um “Povo e Nação cuja unidade vem sendo forjada pela (nossa) diversidade”, em função de os Sulistas serem diferentes dos demais brasileiros e não por disporem de qualidades e características variadas assim como o restante da população.

Outro vestígio linguístico que corrobora com tal compreensão está na formulação “a cultura rio-grandense (...) deveria ser simplesmente deletada para dar lugar certamente a cultura Cubana”, a partir da qual podemos entender uma crítica à forma como Tau Golin se posiciona ideologicamente, promovendo o entendimento de que a cultura cubana não seria digna de respeito e cortesia. Surgem, novamente, elementos que

⁷⁸ Nossa compreensão de *estranhamento* vem de Ernst (2009).

⁷⁹Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=xenofobia>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2017.

apontam para a unidade em relação de intolerância com aquilo que está fora dessa unidade.

Tau Golin, por sua vez, diz que “os separatistas não admitem a ideia de pluralidade e consideram descendentes de italianos e alemães, comuns no Sul, como especiais ou raça superior”. Nesse sentido, a “diversidade” a que faz referência Deucher não daria conta da diversidade étnico-racial que constitui os três estados da região sul do país, pois a representação que o Movimento possui de *sulista* está fortemente vinculada à imagem do povo europeu que passou a colonizar a região e, gradativamente, a dominar os meios de produção. Negros e índios, por exemplo, não fazem parte da representação de diversidade a partir da qual o discurso é colocado em circulação.

Nossa reflexão caminha na direção de se compreender o discurso Separatista como representante da intolerância: a identidade Sulista não permite que essa identidade seja afetada pela identidade Brasileira, na qual estariam incluídos outros tipos de determinação via ideologia e cultura. A unidade sulista deve, então, ser mantida através do rompimento político com o resto da Federação. Para seguir nessa direção, trazemos, primeiramente, uma citação de Arendt (1989, p. 26-27),

uma ideologia que tem de persuadir e mobilizar as massas não pode escolher sua vítima arbitrariamente. Em outras palavras, se o número de pessoas que acreditam na veracidade de uma fraude tão evidente (...) é bastante elevado para dar a essa fraude o foro do dogma de todo um movimento político, a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância de se tratar de uma fraude.

Podemos relacionar a ideologia de dominação das massas da qual trata Arendt (1989) e a “combinação de valores conservadores, técnicas de democracia de massa e a inovadora ideologia (...) irracionalista centrada em essência no nacionalismo” (HOBBSAWM, 1995, p. 122) aos saberes colocados em circulação a partir do texto analisado, por tentar “manter um efeito imaginário produzido pela ideologia” (PETRI, 2004, p. 53) quando diz que “o bom historiador busca na anterioridade histórica os

motivos que levam milhões de pessoas a acreditar que a independência de um determinado território é melhor que ficar a mercê de um estado central capenga, patrimonialista e pior que isso, neocolonista” (SD07).

A formulação também nos remete aos “movimentos de unificação” que tinham o objetivo de destruir o Estado (ARENDDT, 1989); portanto, parece-nos contraditório que tanto o texto de Deucher quanto o texto de Golin façam referência à xenofobia, um exercício discriminatório que abrange uma carga semântica remanescente do fascismo, como podemos ler em Arendt (1989) e em Hobsbawm (1995).

Quando Hobsbawm (1995) discorre sobre a ascensão fascista no século XIX, escreve que, durante aquele período histórico, “homens e mulheres migravam não apenas para o outro lado de oceanos e fronteiras internacionais, mas do campo para a cidade; de uma região do mesmo país para outra” (HOBSBAW, 1995, p. 122). Segundo o autor, essa imigração foi o que “introduziu a xenofobia de massa” na qual a intolerância ao diferente “tornou-se a expressão comum” (op. cit., p. 122).

Tau Golin afirma, na reportagem já mencionada, que alguns grupos possuem dificuldade de se integrar à nação. Compreendemos que o imaginário sulista tradicionalista e, por consequência, separatista, reproduz sentidos de intolerância. Isso provavelmente se dá em razão da incapacidade de respeitar, de praticar a alteridade através do diálogo (CASARA, 2015).

O autor ainda escreve como se dão as relações quando imersas na ideologia autoritarista do fascismo e, com isso, podemos observar que, entre a memória e as definições que compõem a historicidade do significativo fascismo, encontra-se o que há de marcante no regime utilizado por Mussolini e outros. Ele destaca que “no fascismo, há uma tentativa de edificação de um Estado total, isto é, um Estado que se sobreponha ao indivíduo a ponto de anulá-lo. Não por acaso, a intolerância torna-se uma constante, o que leva à repressão da diferença” (CASARA, 2015, p. 13).

Nossa compreensão de fascismo no presente texto vem de Orlandi e Vinhas (2017, p. 09). As autoras mencionam que

O fascismo é aqui pensado a partir de duas perspectivas: a primeira referente a regimes totalitários vinculados a uma classe colonizadora, dominante e ressentida (tais como o nazismo alemão e as ditaduras latino-americanas) e a segunda, atrelada a exercícios

O funcionamento da ideologia no discurso separatista: uma análise de um texto vinculado ao movimento *O Sul é o meu país* | 189 cotidianos e assimétricos de poder, marcados pela imposição de modos de vida, saberes e fazeres fascistas (KOHAN, 2009). O fascismo pauta-se na diferenciação hierárquica e excludente do(a) outro(a), o(a) qual é categorizado(a) em termos de utilidade ou inadequação, sendo intoleráveis todo(a)s aquele(a)s distinto(a)s da normatividade. Tal processo colonizador fundamenta-se na legitimação de um “povo” idealizado e apegado a seus privilégios. Aos privilegiados não parece estranho naturalizar, aceitar, acostumar e compactuar com todo tipo de desigualdade, seja a pobreza, a misoginia, o racismo, a GLBTIfobia ou toda e qualquer forma de rejeição de alteridade.

Sendo assim, manifestações de intolerância àquilo que se afasta da normatividade podem se caracterizar como fascismo. Encontramos, no texto analisado, uma formulação que parece reproduzir essa inscrição ideológica: “(...) o independentismo Sulista, (...) nada mais quer que refazer o papel do estado em nossa região” (SD19). Voltamos a Arendt (1989, p. 290), pois parece significar “que naturalmente governaria em proveito de sua própria classe (aqui, região) e em detrimento de todas as outras”.

Por isso, compreendemos que as sequências “as afirmações xenofóbicas do Professor” e “coloca-se ao lado do malfadado Mussolini”, já anteriormente referidas, podem remeter ao discurso autoritário/fascista, ou seja, à sobreposição do Estado ao sujeito, garantida pela aparente unidade imaginária da região sul.

Já tendo dito isso, é pertinente colocar que o texto analisado apresenta designações e expressões que corroboram com o entendimento de efeitos hostis entre a posição *pró OSMP* e a posição *contra OSMP*, atribuindo a ela uma importância antipática e reproduzindo sentidos de ultraje. A presença das diversas designações nos faz pensar se tratar de um efeito de repetição, que, por sua vez, se torna um excesso, indo ao encontro de Ernst (2009, p. 04) quando escreve que esse se apoia “na repetição de palavras ou expressões e orações”, bem como a combinação

aos significantes ultrajantes que acabam funcionando como intensificadores do seu discurso⁸⁰.

Dessa maneira, elencamos recortes nos quais consideramos a presença do excesso: “entre tantas **asneiras** que fala dentro da universidade onde leciona” (SD02); “em um dos livros que derrama sua **gonorreia** ideológica socialista” (SD03); “considerando inclusive hábitos da sua gente uma **aberração**” (SD04); “acreditamos que o professor Tau Golin não tem **gabarito** para tal análise” (SD08); e as designações, **historiador, velho inimigo, aquele que quer extinguir os CTG, sem escrúpulo, inveterado defensor** (da cultura Cubana), **crítico sem profundidade, sem caráter, intolerante, cego pela sua ideologia, pseudo-historiador, pena alugada**.

Compreendemos que, ao designar, o sujeito “ao mesmo tempo, nomeia, refere e qualifica o objeto de sua referência” (GUADANINI, 2010, p. 118), isto é, a posição *contra* OSMP. Usando uma “designação por identificação genérica exemplar” (op. cit. p. 118), desqualifica o outro e, da mesma forma, “sua maneira de falar não só capta e prende a atenção de quem ouve como também apela para a memória” (ORLANDI, 2016, s/p) do leitor sobre os significantes utilizados (*asneiras, gonorreia, velho inimigo, sem escrúpulo, sem caráter, intolerante*). Ao mesmo tempo, os significantes evidenciam “uma relação de designação sendo estabelecida pelo uso de nomes comuns” (GUADANINI, 2010, p. 118), e nos deixam a compreensão de que, com sua carga semântica negativa, foram empregados para depreciar a posição *contra* OSMP.

Segundo Guadanini (2010, p. 118), “o nome comum individualiza o ser em referência no discurso, mas insere-o numa classe”. Isso nos possibilita compreender que o texto analisado, ao colocar em funcionamento as designações, individualiza a posição *contra*, “nega (...) a alteridade e acentua (...) a criação e a preocupação com os “inimigos”” (CASARA, 2015, p. 14).

Com efeito, o texto analisado reproduz sentidos de odiosidade e “não por acaso, a intolerância torna-se uma constante, conduzindo à repressão da diferença” (CASARA, 2015, p. 13), o que, em nossa compreensão, acaba por “estabelecer provavelmente a relevância de

⁸⁰ Eni Orlandi analisa o discurso de Donald Trump nessa mesma direção.

Disponível em

<<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/pedimos-uma-linguista-para-analisar-o-discurso-de-donald-trump.html>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

O funcionamento da ideologia no discurso separatista: uma análise de um texto vinculado ao movimento *O Sul é o meu país* | 191
saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição” (ERNST; MUTTI, 2011). Em outras palavras, saberes provenientes da FD separatista reproduzem os sentidos “em detrimento da identificação que particulariza” (GUADANINI, 2010, p. 118).

Assim, com base na reprodução dos saberes da FD Separatista, pode ocorrer, através do processo de designação “uma espécie de (re)categorização das relações entre as palavras e o mundo vivido, com um determinado propósito do sujeito designador” (GUADANINI, 2010, p. 114), seja de descaracterizar a posição *contra* de modo a minimizar sua credibilidade e os sentidos que dali possam emergir.

Por conseguinte, é possível identificar que o excesso nas designações dadas pela *posição pró OSMP*, ao referir-se ao sujeito *contra OSMP*, concomitante ao uso de significantes com carga semântica negativa no texto, oscilam entre a depreciação e o desprezo, conforme pode ser observado nas designações **pseudo-historiador** e **historiador (se de fato o é)**.

Essas materialidades podem constituir o que Orlandi (2016) apreendeu do discurso do presidente americano eleito no final do ano de 2016. Em entrevista à Revista Galileu, a autora refere que o discurso do candidato eleito emprega formulações “curtas e certeiras, pequenos blocos de informação de fácil apreensão que costumam terminar com uma palavra impactante⁸¹”. Assim, as palavras “impactantes” do texto analisado se misturam com as designações e pronomes de tratamento, produzindo possíveis sentidos de desmerecimento, ou desconfiança.

Já tendo relacionado os saberes da FD separatista aos saberes xenofóbicos/fascistas, podemos entender que as designações mencionadas, junto à sequência “não conseguiu argumentos honestos”, favorecem o que escreve Casara (2015, p. 13), ou seja, que “o fascis(ta)mo desconfia do conhecimento, tem ódio de quem demonstra saber algo que afronte ou se revele capaz de abalar suas crenças”.

Diante das reflexões acima propostas, observamos a reprodução de saberes de uma ordem que suporta sentidos de cunho discriminatório, validando efeitos, conseqüentemente, violentos. Isso nos faz refletir sobre a violência e sobre o ódio presentes no discurso em questão, uma vez se aproxima do que Žižek (2014) escreve sobre a violência ideológica, aquela

⁸¹Disponível em:

<<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/pedimos-uma-linguista-para-analisar-o-discurso-de-donald-trump.html>>. Acesso em datas diversas.

que “associa as manifestações e o excesso de ódio à não tolerância do diferente, ou seja, quando o discurso do outro não vai ao encontro aos valores preconizados pelos demais” (ŽIŽEK, 2014, apud REBS, 2017).

Observamos, mesmo que brevemente, nas reflexões propostas, como a posição *pró* OSMP materializa no intradiscurso (através dos significantes evidenciados) os saberes que estão disponíveis no Interdiscurso e que adquirem sentidos que “ultrapassam a mera ofensa” (REBS, 2017, p. 2520). Isso devido ao fato de a FD Separatista abranger saberes que corroboram para que sentidos de ordem fascista sejam colocados em circulação.

Encaminhamo-nos, assim, para as considerações que formulam um efeito de fechamento à presente reflexão. É importante lembrar, aqui ou em qualquer estudo em AD, que o fim nunca é propriamente o esgotar de possibilidades. O estudo apenas fomenta as inquietações que envolvem o discurso separatista presente no Movimento O Sul é Meu País e poderá ser desenvolvido mais profundamente em pesquisas e análises posteriores. A possibilidade teórico-analítica da Análise de Discurso possibilita que outros caminhos pudessem ter sido e possam ainda ser percorridos; consideramos necessário refletir acerca dos sentidos discriminatórios que permeiam nossa formação social atual.

Podemos compreender como o discurso separatista do grupo tem estreita relação com os saberes tradicionalistas do Sul do país; também entendemos que os saberes do separatismo, mesmo escapando ao controle imaginário do sujeito, implicam e resgatam sentidos próprios da xenofobia e fascismo.

O texto analisado, ao pôr em questão uma posição ideológica contrária à sua, chamado, portanto, o discurso-outro de forma explícita, coloca em circulação saberes próprios da não-aceitação de pressupostos contrários à sua posição. São colocados em circulação saberes fascistas diante do que possa vir a reproduzir saberes diferentes aos seus.

Assim, a estratégia discursiva empregada no texto em questão, ressalta aquilo que os separatistas tendem a negligenciar, que seus ideais corroboram para a não-aceitação do outro, desrespeitando a alteridade própria a cada sujeito, se apresentando como “meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente” (ARENDR, 1989, p. 375).

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 4.ed. Campinas: Pontes, 1995.
- CASARA, R. Apresentação. In: TIBURI, M. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- CAZARIN, E. A. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva*. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2004.
- ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do *corpus* discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre, RS. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>>. Acesso em 5 de abril de 2016.
- ERNST, A. G.; MUTTI, R. M. V. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18486/14344>>. Acesso em 25 abril de 2016.
- GOLIN, T. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.
- GUADANINI, Sandra Magna. *Designação: das categorias da língua às categorias do discurso*. 216 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-86YHYW/1230d.pdf?sequence=1>. Acesso em 6 de março de 2017.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INDURSKY, F. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. *Revista Alea*, vol. 2, n. 2. Rio de Janeiro, PPG em Letras Neolatinas, UFRJ, 2000.
- _____. Estudos da linguagem: Língua e ensino. *Revista Organon*. Porto Alegre, v. 24, n. 48. 2010. Disponível em:

- <http://seer.ufrgs.br/organon/issue/view/1661/showToc>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.
- _____. Discurso, língua e ensino: especificidades e interfaces. In: TFOUNI, L.; MONTE-SERRAT, D. M.; CHIARETTI, P. (Orgs.) *Análise de Discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro João Editores, 2011.
- MARIANI, B. S. C. Subjetividade e imaginário linguístico. *Linguagem em (Disc)curso*, v. 03, Tubarão, Unisul, 2003.
- ORLANDI, E. P. Discurso, Imaginário Social E Conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- _____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- _____. *Análise de Discurso*. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) *Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2010.
- ORLANDI, R.; VINHAS, L. I. In: FAZENDO GÊNERO 11, 11., 2017, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. *Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PETRI, V. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. 2004. 332 p. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5534>>.
- RAMIL, Vitor. *A estética do frio*. Conferência de Genebra. Editora Satolep livros, 2004.
- REBS, R. R. O excesso no discurso de ódio dos haters. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, vol. 14, número especial, p. 2512-2523, no. 2017.

Anexo I

www.sullivre.org/uma-resposta-ao-historiador-tau-golin/

UMA RESPOSTA AO HISTORIADOR TAU GOLIN

25 DE JULHO DE 2016

| EM ARTIGOS, NOTÍCIAS, PLEBISCITO2016

| POR CELSO DEUCHER



Professor Tau Golin em seu majestoso barco, fruto da venda no mercado capitalista dos ideais socialistas que defende.

Por Celso Deucher*

O Jornal Folha de São Paulo, trouxe no dia de hoje (25/07/2016 – Página A7) uma reportagem sobre o Plebiscito Consultivo que estará acontecendo em toda região Sul do Brasil no dia 2 de outubro, realizado pelo Movimento O Sul é o Meu País. Na entrevista a compatriota superintendente para o Rio Grande do Sul, Anidria Rocha, prestou esclarecimentos da consulta em abril deste ano, durante uma reunião de uma Comissão Municipal no Rio Grande do Sul e a jornalista usou estas informações para fazer a matéria. (SD01) A fala foi usada de acordo com a boa ética pela jornalista Paula Sperb, porém, ao final da reportagem, como não poderia deixar de ser (pois é costume conhecido da mídia nacional) a matéria trás uma declaração do historiador Tau Golin, velho inimigo do Povo Sulista, que não pode ficar sem resposta.

(SD02) Entre tantas asneiras que fala dentro da universidade onde leciona, Tau Golin é mais conhecido no Rio Grande do Sul como aquele que quer extinguir os CTG (Centros de Tradição Gaúcha), pois segundo ele, “trata-se de uma invenção capitalista”. (SD03) Em um dos livros que derrama sua gonorreia ideológica socialista (“A ideologia do Gauchismo”)

prega sem o menor escrúpulo que a cultura riograndense é inventada e que por isso, encontra-se eivada do vício capitalista e portanto, deveria ser simplesmente deletada para dar lugar certamente a cultura Cubana, da qual é inveterado defensor. (SD04) Desdenha em praticamente todos os seus escritos dos usos, costumes e tradições do Rio Grande, considerando inclusive os hábitos da sua gente uma aberração.

(SD05) Em relação ao independentismo Sulista sempre foi um crítico sem profundidade, sem caráter e sem argumentos, limitando-se a acusações de xenofobia e racismo aos que defendem esta proposta. (SD06) [Como historiador (se de fato o é) deveria saber que quando se analisa um fenômeno social como o separatismo, há que se buscar antes de mais nada as suas causas geradoras. (SD07) O bom historiador não se limita a acusações, mas prova suas teses. O bom historiador busca na anterioridade histórica os motivos que levam milhões de pessoas a acreditar que a independência de um determinado território é melhor que ficar a mercê de um estado central capenga, patrimonialista e pior que isso, neocolonista. O bom historiador não acusa, mas desnuda a realidade para que a sociedade a leia com profundidade e possa chegar as suas conclusões].

(SD08) É por estas e por outras que, com todo respeito à Cátedra de História da UPF (Universidade de Passo Fundo), acreditamos que o professor Tau Golin não tem gabarito para tal análise. (SD09) Intolerante e ligado a grupos fascistas no poder em Brasília até poucos dias atrás, transformou-se num dos principais críticos do direito de autodeterminação dos Sulistas, com base no medo de perder seus privilégios. (SD10) Como “historiador”, esquece criminosamente Golin *das origens do separatismo Sulista*, que teve seu primeiro embate nas Missões do Guairá, *seguiu o curso da história* nos Sete Povos das Missões, mais tarde na Revolução Farroupilha, na Revolução Federalista, na Guerra do Contestado e em tantas outras revoluções gestadas no Sul. Em sua *esmagadora maioria*, revoluções que nasceram para lutar contra a falta de auto-governo dos Sulistas.

(SD11) Como todo historiador, pena alugada de Brasília, Golin odeia negros e índios, por isso não aceita nossa anterioridade missioneira, muito menos que entre nós estejam lutando lado a lado cidadãos de origem africana que vencem na vida pelas suas capacidades e não pelas cotas discriminadoras impostas pelo poder central. (SD12) Afinal, para Golin, “negro bom”, tem que ter a marca na testa do seu partido e da sua ideologia. (SD13) Na sua análise Tau Golin destituiu negros e índios do

O funcionamento da ideologia no discurso separatista: uma análise de um texto vinculado ao movimento *O Sul é o meu país* | 197 seu direito de serem sujeitos da história, relegando a eles o que o Brasil sempre fez, o papel de “coisa”.

(SD14) Nós os separatistas, repudiamos com veemência tais argumentos, ideias e ideologias. O Sr. Golin não tem o direito de tratar nossa gente desta forma. (SD15) Somos Povo e Nação cuja unidade vem sendo forjada pela nossa diversidade e ninguém vai nos destituir do nosso irrenunciável direito de sermos sujeitos do direito de autodeterminação.



Parte da Reportagem da Folha de São Paulo, edição de 25/07/2016.

(SD16) Resta-nos ainda repudiar com todas as nossas forças as afirmações xenofóbicas do Professor Golin, quando deixou claro a reportagem da Folha seu ódio aos imigrantes europeus que chegaram ao Sul do Brasil.

(SD17) Ao fazer tais afirmações o pseudo historiador coloca-se ao lado do malfadado Mussolini, quando afirmava que apenas o Estado tudo pode e que a Nação tem que estar subjugada a ele. (SD18) Portanto, sua posição ideológica está exatamente onde deveria estar, ou seja, junto com os bandidos que assaltaram o Estado Brasileiro e que aos poucos estão sendo presos pela Operação Lava Jato.

(SD19) Pelos motivos apontados acima, Tau Golin, cego pela sua ideologia, não conseguiu argumentos honestos para combater o independentismo Sulista, que nada mais quer que refazer o papel do

estado em nossa região. (SD20) Uma pena, pois mais uma vez perdeu a oportunidade de apresentar argumentos reais a favor do Brasil unido.

(SD21) Nós os independentistas continuamos a espera de argumentos que derrubem nossas teses. (SD22) Queremos que o Sr. Golin nos explique por que nos últimos cinco anos (2011-2015), Brasília arrecadou no Sul, segundo o Portal da Transparência, R\$ 668.808.587.185,00 (quase 700 Bilhões) em impostos e voltaram para nossas cidades e estados, depois de quase implorarmos, a miséria de R\$ 153.320.315.743,00.

(SD23) A união simplesmente roubou dos Sulistas R\$ 515.488.271.441,00. Em outras palavras, Brasília deixou o Sul mais pobre em mais de R\$ 515 bilhões em apenas cinco anos.

(SD24) Qual a resposta para este verdadeiro neocolonialismo interno? Por que o Sr. Golin vem com este covarde pseudo-argumento de xenofobia, em vez de ir a fundo e buscar as origens de tal descontentamento? (SD25) A resposta é clara, límpida e transparente, o Sr. Golin defende as oligarquias políticas, donas do Poder Central (incluindo-se algumas do Sul) e os seus privilégios de pena alugada de Brasília.

*Celso Deucher é um dos fundadores do Movimento O Sul é o Meu País e seu ex-presidente, atual Secretário geral do Grupo de Estudos Sul Livre (Gesul).

Recebido em: 17/11/2018

Aceito em: 26/11/2018

OS SENTIDOS DOS "NÓS" E DOS "ELES" NOS DISCURSOS DE MIGRANTES BRASILEIROS NO EXTERIOR

Thaís Valim Ramos⁸²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar os diferentes sentidos atribuídos aos pronomes "nós" e "eles" nos discursos de brasileiros que estão morando no exterior. Estes sentidos não se dirigem ao mesmo referente dependendo da posição que os sujeitos ocupam em uma formação discursiva. Assim, um sujeito pode ocupar um lugar em um momento e ser excluído ou se excluir em outro. A justificativa deste trabalho está no fato de que por meio do uso destes pronomes e seus efeitos de sentido podemos observar as relações de poder que se estabelecem entre os "nacionais" e os "estrangeiros" num momento em que estamos vivendo um grande movimento migratório de sujeitos a nível mundial. Nestas relações, ora o sujeito em seu lugar de brasileiro ocupa uma posição inferior, quando em países considerados desenvolvidos; ora ocupa uma posição superior, quando em países periféricos. Nos apoiaremos nos pressupostos teóricos da análise do discurso pecheutiana para fazer as análises dos discursos que compõem o arquivo deste trabalho.

Palavras Chave: nós; eles; efeito de sentido; imigrante; estrangeiro.

ABSTRACT: This study aims to present the different meanings attributed to the pronouns "we" and "they" in the discourses of Brazilians who are living abroad. These meanings do not address the same referent depending on the position that subjects occupy in a discursive formation, so a subject can occupy one place at a time and be excluded or exclude himself in another. The justification for this work lies in the fact that through the use of these pronouns and their effects of meaning we can observe the relation of power that are established between the "nationals" and the "foreigners" in a time when we are experiencing a great migratory movement of subjects worldwide. In these relations the subject in his place of Brazilian occupies a lower position, when in countries considered developed; but occupies a higher position when in peripheral countries. We will rely on the theoretical support of the analysis of discourse

⁸² Doutora em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

pecheutiana to make the analyzes of the discourses that are part of the archive of this work.

Key words: we; they; meaning effect; immigrant; foreigner.

Introdução

Este artigo faz parte de um estudo maior, cujo objetivo é analisar pistas nos discursos de brasileiros que vivem no exterior que indiquem modos de subjetivação, permitindo-nos lançar um gesto de interpretação sobre este sujeito que se insere em outra língua e outra cultura, uma vez que o sujeito se constitui pela ordem do simbólico, e é pelo significante que ele se define. Para constituição do arquivo desta pesquisa, coletei nomes e e-mails de brasileiros que estavam residindo no exterior há mais de um ano através de uma rede de amigos e conhecidos, que buscavam informações com outras pessoas a fim de contribuir com a pesquisa. Os entrevistados também indicavam outros brasileiros que, da mesma forma, poderiam contribuir com este estudo. Após o convite e explicações sobre o trabalho, assim como o aceite dos participantes, as entrevistas foram marcadas e realizadas por meio do Skype⁸³.

Neste artigo buscamos os sentidos atribuídos aos pronomes "nós" e "eles" nos discursos de brasileiros que estão residindo no exterior. Os sentidos atribuídos ao "nós" e ao "eles" se dão pela necessidade de marcar a diferença, a qual está ligada às relações de poder. Essas marcas de poder estão presentes nas fronteiras estabelecidas entre "nós" e "eles", no poder de incluir e excluir, de dizer quem pertence e quem não pertence, quem é bom e quem é mau, quem é desenvolvido e quem é primitivo. A definição do aceitável e do desejável depende do que é considerado normal ou anormal, do rejeitável para existir e criar laços imaginários que funcionam como identidades nacionais e que Anderson (2008) chama de "comunidades imaginadas". Dessa forma, a divisão social entre "nós" e "eles" sugere classificar, hierarquizar para, então, incluir ou excluir, levando os sujeitos a assumirem suas posições-sujeito.

Em um contexto sócio-político e histórico, cada formação social constrói um conjunto de classificações que permite que seus membros se identifiquem entre si e identifiquem os outros. Os sentidos que fazem uma nação constituem-se sócio-historicamente sob uma forma estabilizada que produz o sujeito, dando-lhe o que ver, fazer, temer, esperar. E, através

⁸³ Skype é um software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo

dessa via, o sujeito reconhece a si mesmo e ao outro, determinando quem faz e quem não faz parte de um país, delimitado por fronteiras. É este limite territorial que define quem está "dentro" e quem está "fora". Bauman (2012) afirma que "ter uma identidade" parece ser uma das necessidades mais universais, embora não considere como uma necessidade universal, mas historicamente associada à fragilidade do sujeito.

A identidade social, o "nós", inclui o "eu", precário e inseguro, abrigando-o e dando-lhe segurança sobre o "eles", os estranhos, adversários. O autor diz que parecemos participar da busca do que Michel Morineau chamou de "la douceur d`etre inclu"⁸⁴ e cita Morineau dizendo que:

Por si mesma, em certo sentido, essa expressão diz tudo: corresponde a um desejo básico – o de pertencer, fazer parte de um grupo, ser recebido por outro ou por outros, ser aceito, ser preservado, saber que tem apoio, aliados. [...] Ainda mais importante que todas essas satisfações específicas, obtidas uma a uma, em separado, é aquele sentimento subjacente e profundo, sobretudo o de ter a identidade pessoal endossada, confirmada, aceita por muitos – o sentimento de que se obteve uma segunda identidade, agora uma identidade social (BAUMAN, 2012, p. 46).

O "nós" precisa ser poderoso e, para tanto, requer a ordem social, que cria a sede de identidade e a busca pelo doce néctar do pertencimento, bem como o medo da crueldade da exclusão. Dessa forma, o sujeito constituído como brasileiro, inserido em um processo histórico-social que fala dele como inferior, desqualificado e malandro, supondo controlar suas vontades, diz o que quer e o que não quer. No entanto, este (não) querer se dá a partir da determinação ideológica e inconsciente. Os sentidos que interpelam esse sujeito deixam marcas no seu inconsciente, as quais se manifestam em seu desejo de pertencer, de fazer parte de outro lugar, outra nacionalidade.

⁸⁴ A doçura de estar incluído

Entretanto, a formação do "nós", a identificação com uma comunidade se dá por oposição aos outros. Assim, criam-se características nacionais e estereótipos sobre os outros países. Rinaldi (1996, p. 88), citando Dumont (1983), expõe que "se não existissem inimigos seria preciso inventá-los". Assim, a ideia de um inimigo, invasor é integrante para que um grupo permaneça unido, sob a ilusão da homogeneidade. É esse sentido do diferente que mantém a ilusão da indivisão interna em oposição à externa e que considera tudo que é externo estrangeiro. Nota-se o caráter paradoxal desta posição. Ao mesmo tempo em que o medo do estrangeiro é necessário para manter a união da nação, o estrangeiro, quando integrado, misturado ao grupo, ameaça, dada a fragilidade com que são atados estes laços. Abre-se a possibilidade de reconhecimento do estrangeiro que constitui cada sujeito hospedado em sua morada.

A ficção do “nós” e do “eles”

Então, quem são os "nós"? Quem são os "eles"? Pensando estes termos a partir da exclusão, o "nós" corresponde ao padrão, àqueles que pertencem ao grupo, reconhecem seus semelhantes, bem como sua superioridade, que é projetada sobre "eles". "Eles" são considerados inferiores, os "não-nacionais", aqueles que estão fora do padrão determinado. O "nós" detém o poder do qual o "eles" é excluído, pois representam uma ameaça. Contra esta ameaça cabe qualquer medida: desde o tratamento desumano até a morte. "Eles" são considerados "coisas", negam-lhes o diálogo. Bauman (2013, p. 78) diz que "indivíduos e grupos ou categorias de pessoas têm negada sua subjetividade humana e são reclassificados pura e simplesmente como objetos". O autor diz também que estes indivíduos

tornam-se entidades cuja única relevância (o único aspecto levado em consideração quando se planeja o tratamento que irão receber) para os responsáveis pelas "medidas de segurança" em favor daqueles cuja própria segurança é considerada ou declarada ameaça é a ameaça que eles já constituem, podem constituir ou ser acusado (com plausibilidade) de construir. A negação da subjetividade desqualifica os alvos selecionados como parceiros potenciais ao diálogo; qualquer coisa que possam dizer,

assim como o que teriam dito se lhe dessem voz, é a priori declarado imaterial, se é que se chega a ouvi-los. (BAUMAN, 2013, p. 78).

O "eles" inferiorizado é colocado em um lugar distante e oculto, desconhecido pelo "nós". O "eles" é necessário para a existência do "nós", no entanto o encontro entre "nós" e "eles" é indesejado, já que obriga o primeiro a entender que o outro existe e não como objeto de sua satisfação, mas como sujeito de desejo "Eles" faz com que o "nós" olhe para o lado, para o lado "feio" da vida, e quer torná-lo culpado por esta desgraça, quer deixá-lo envergonhado de seu sucesso. O "eles" faz lembrar, na sua animalidade, de suas necessidades básicas, faz surgir o não-dito, o inominável e ataca o laço-social como está constituído, põe por terra as ilusões que funcionavam muito bem até então, "sempre há um número demasiado deles. 'Eles' são os sujeitos dos quais deveria haver menos - ou melhor ainda, nenhum". (BAUMAN, 2005, p.47). Rejeitando-se o "eles", ou seja, o estrangeiro, o "nós" assegura-se de não ser contaminado, recusa-se a questionar suas certezas.

Entretanto, o "nós" é problemático, é impossível identificá-lo, um sujeito pode pertencer ao "nós" em um momento e em outro ser excluído. Mesmo quando se referindo diretamente à estrutura da língua, não identificamos o "nós". Em Benveniste (2006 [1976]), o "nós" não é visto como uma multiplicação do "eu", não se trata de um plural, mas da junção de um "eu" a um "não-eu", amplificado e difuso. O autor (ibidem, diz que

a unicidade e a subjetividade inerentes contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários "eu" concebidos pelo próprio "eu" que fala, é porque "nós" não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma *junção* entre o "eu" e o "não-eu" [...] Essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, os componentes não se equivalem: em "nós" é sempre "eu" que predomina, uma vez que só há a partir de "eu" e esse "eu" sujeita o elemento "não-eu" pela sua qualidade transcendente. A

presença do "eu" é constitutiva de "nós". (p. 256).

Neste entendimento, no "nós" o "eu" está sempre incluso e, somado a este, estão outros enunciadores. Essa possibilidade de associar o enunciador a variados referentes sem a obrigação de especificá-los linguisticamente dá ao "nós" uma amplitude referencial muito grande, possibilitando a produção de diferentes tipos de "nós". Em seu estudo sobre os discursos presidenciais, Indursky (2013, p. 82) aponta o "nós" como uma "não pessoa discursiva" pelo fato de designar um conjunto lexical não nomeado. A autora (ibidem, p. 83) diz que "a interlocução discursiva, a *não pessoa discursiva* corresponde ao referente lexicalmente não especificado ao qual *eu* se associa para constituir nós". Dada a forma de apresentar referentes tão diversos, ocorre a instauração da indeterminação e da ambiguidade do dizer, possibilitando diferentes efeitos de sentido. Seguem alguns recortes, nos quais podemos observar os efeitos de sentido produzidos pelo "nós".

SD 1 - A única coisa que a gente fica decepcionada, não sei agora morando no México, é quando a gente volta pro Brasil e a gente anda no trânsito e vê que o cara não é educado no trânsito, vê uma mulher jogando lixo no chão, meu filho já diz, olha mãe, a moça jogou lixo no chão... mãe olha, ela passou e viu você falando com o moço e nem pediu licença, são essas coisas que a gente nota, mas que é nosso, é cultural entendeu, e a violência né. (Lúcia - México).

SD 2 - O que eu achei é que nós estamos atrasados décadas, ao menos são décadas (muitas batidas gravação não se escuta nada). Da própria universidade, da infraestrutura, do que ela oferece... o transporte foi logo que eu cheguei que eu tive aquele choque... (Marcos - Portugal).

SD 3 - eles ficam muito mais desconfiados porque a Espanha é um país muito mais correto que o nosso... o povo daqui é muito mais correto... claro tem de tudo... mas é um

povo muito mais correto... o brasileiro tá acostumado com o jeitinho brasileiro e acho que por isso a gente tem tanta corrupção... (Lucas - Espanha).

Na SD 1, Lúcia ao estranhar algumas atitudes dos brasileiros se coloca numa posição externa ao grupo, ao mesmo tempo em que entende essas características como parte da cultura do brasileiro. Ao usar o pronome "nosso", Lúcia se ampara na coletividade (eu + eles) para tratar dessas práticas como parte da cultura. No entanto, ela se exclui desse "nós" ao não se reconhecer nessas práticas, criando, dessa forma, um efeito de indeterminação; Lúcia identifica-se com o outro espaço no qual se insere. Na sequência seguinte, SD 2, o "nós" refere-se aos órgãos públicos, ao governo que não proporciona o desenvolvimento do país nos moldes daqueles considerados civilizados e modernos. Na SD 3, Lucas usa o pronome "nosso" para se referir ao Brasil, no entanto, produz um distanciamento, "o povo daqui", isto é, "próximo de mim", "com os quais eu convivo", em oposição ao povo de "lá". Dito de outro modo, ele estando entre o povo espanhol, se comporta como um deles. O efeito de sentido de distanciamento em relação aos brasileiros pode ser observado ao dizer "o brasileiro", ou seja, o uso da terceira pessoa.

Nos termos postos por Indursky (2013), quando ocorre o uso da terceira pessoa no lugar do "eu", temos o que ela denominou de a quarta pessoa discursiva, que versa sobre o efeito-sujeito, simulando o apagamento, a ausência deste na materialidade linguística. A autora (ibidem, p. 96) diz que "a substituição de *eu* ou *nós* por *ele* ou *se* simula o não preenchimento da *forma-sujeito*, sendo esta mais uma das formas com que o sujeito do discurso relaciona-se com a forma-sujeito que o constitui em sujeito de seu discurso". Simula-se a desvinculação do sujeito. A forma-sujeito aparentemente não preenchida é observada do exterior, o que pode ser verificado nas SDs abaixo:

SD 4 - O nível dos brasileiros que tem aqui é... é bem inferior por exemplo, pessoas formadas, pós graduadas não existe. Só eu e ele aqui. (Helena - USA).

SD 5 - Eu perdi um pouco aquele sistema do brasileiro, que é um sistema muito latino, principalmente do brasileiro de achar que amor é você ter de dar boa-noite, beijinho,

beijinho, boa-noite, né, tá ali junto colado.
(Paulo - Alemanha).

Como se houvesse a possibilidade de se ver de fora, essa forma de representar o sujeito cria um efeito de exterioridade, como se estivesse falando do outro, efeito que não se mantém, já que não ocorre a total dissimulação do sujeito, pois junto ao "ele" está presente o "eu".

Seja por meio do uso da primeira pessoa do plural ou da quarta pessoa, esses discursos comportam um distanciamento destes sujeitos com relação a suas posições de brasileiro. Estes não se identificam com sua cultura, assim como mostram sua admiração pela cultura outra, onde reside seu desejo de pertencimento. Dessa forma, o "eles" aos quais os brasileiros se referem compreende todo mundo: eles que erram, eles que são corruptos – estando este sujeito fora, é, assim, um estrangeiro; da mesma forma, diante da impossibilidade de pertencer a outra cultura, o brasileiro será sempre visto como um estrangeiro.

Resumidamente, os sentidos do "nós" e do "eles" não tem o mesmo referente, mas dada a indeterminação que estes pronomes encerram, ora o "eu" se inclui ora se exclui, conforme esquematizado no quadro seguinte:

Países Desenvolvidos		
Nós = eles - eu (referindo-se aos brasileiros)	<ul style="list-style-type: none"> • O "eu" está presente, mas não se identifica, se isenta da responsabilidade; • Efeito de distanciamento; • Olha de um lugar exterior. • Há um esvaziamento da forma-sujeito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ver SDs 1, 2, 3.
Eles = eles - eu (referindo-se aos brasileiros)	<ul style="list-style-type: none"> • O "eu" não está presente, se coloca como exterior ao grupo, não faz parte, não se responsabiliza; • Efeito de distanciamento; • Olha de um lugar exterior; • Não preenche a forma-sujeito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ver SDs 4 e 5.
Eles = eles + eu (referindo-se aos povos desenvolvidos)	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito de proximidade; • Desejo de pertencer. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ver SDs 1, 2, 3.

Os referentes a que estes pronomes aludem mudam conforme o desejo de pertencimento e a identificação dos sujeitos com o país hospedeiro e com seu país de origem, relação que difere quando tratamos dos países periféricos.

No entanto dada a necessidade de se reconhecer como unidade coerente, de não perder o sentido, ou seja, para dar consistência imaginária ao "eu", como diz Kehl (2001), os sujeitos se colocam como personagem principal num romance, a fim de colocar ordem na fragmentação e na dispersão das identificações. O sujeito migrante necessita de um fio narrativo com começo, meio e fim, do qual é personagem principal e também autor, pois, desgarrado de sua cultura, que lhe conferia a ilusão de um lugar estável, seguro como parte de um todo, sente-se separado dos seus semelhantes e sozinho para escrever sua história. Decorre daí uma angústia ao imaginar-se responsável pelo seu próprio destino.

Esse sentimento com relação ao que é e que aterroriza o sujeito diz respeito ao estranho, o qual compreende "a verdade assustadora do sujeito, que remonta ao que há muito lhe é conhecido e familiar: o desamparo". (FUKS, 2000, p. 109). É em torno deste desamparo que, para a psicanálise, se constitui a posição do sujeito no laço social. Para Freud (1996 [1930]), as possibilidades de sentir a infelicidade e o mal-estar são maiores do que aquelas que levam à felicidade. As fontes das quais provem o mal-estar são: o corpo, o mundo externo e os relacionamentos humanos, sendo este último o mais penoso.

Quando o sujeito se depara com sua condição de desamparo, impulsionada pelo confronto com a violência, a perda que implica ser estrangeiro faz com que este se volte para sua cultura, devido ao laço social que ela representa, em busca do conforto. O desamparo nas obras de Freud diz respeito às relações traumáticas; dessa forma, quando o sujeito se depara com sua vulnerabilidade, esta remete à angústia da impotência gerada pelo estado de desamparo infantil, decorrente do que Freud denominou "complexo do próximo" (FREUD, 1995 [1976]). O complexo do próximo compreende o laço social com o outro, ou seja, aquele laço que zela, que fornece os cuidados necessários para seu bem-estar e que é construído a partir da linguagem. O laço social submetido à linguagem está também submetido ao Outro⁸⁵.

⁸⁵ Nas formulações de Lacan, diferencia-se o "outro" (escrito com o minúsculo), que é do registro do imaginário, do "Outro" (escrito com O maiúsculo), que é do registro do simbólico. O outro é meu semelhante, aquele com o qual me

Dito isto, o estrangeiro depara-se com este desamparo, seja por sentir-se excluído da cultura e, com isso, não possuir laços, seja pela impossibilidade de dizer tudo, o que em outra língua serve para reforçar a diferença com relação ao estrangeiro, e não a incompletude própria da língua.

Voltando-se para o estrangeiro, este deseja estabelecer laço social na outra cultura, no entanto, a relação com o outro não é de proteção e amor, mas um laço social a partir de uma violência simbólica que o exclui e o torna alvo de hostilidade, intensificando o mal-estar. As diferenças estabelecidas diante do estrangeiro são predominantemente etnocêntricas. Nesse sentido, é imposto ao estrangeiro uma estigmatização, à qual o sujeito se submete na busca pelo aceite, pelo amor e proteção desse "ser" superior representado pela outra cultura.

Contudo, mesmo quando assimilado por essa cultura, o estrangeiro será sempre aquele que vem de outro lugar, mesmo renegando suas origens. Frente à sua vulnerabilidade, esses sujeitos se voltam para sua cultura, seu país de origem, a fim de tamponar o desamparo, e acabam não se reconhecendo em nenhum lugar, dado que as relações e os elementos que fazem o laço social se reestruturaram e o que era estranho torna-se familiar, bem como o que era familiar agora soa estranho.

Com relação à migração para países periféricos, observemos o relato de Ana abaixo.

SD 6 - Eles mesmos tem preconceito com eles mesmos. Então, por exemplo, assim, você vai ao supermercado, toda vez que você sai do supermercado você tem que mostrar sua nota fiscal e mostrar a sua compra porque apesar de você ter passado pelo caixa, você tem que conferir sua compra. Quando eles veem que você é branco, sabe que você tá vindo aqui no país deles e tá trabalhando, você deve estar trabalhando e tudo, eles já fazem vista grossa. Pegam sua notinha e só

identifico, admiro ou odeio. O eu se constitui a partir da imagem do outro, que traz em si a imagem esculpida pelos significantes do Outro. Este compreende o lugar dos significantes que marcam o sujeito, sendo acessível somente pelas formações inconscientes. O primeiro a ocupar esse lugar do Outro para a criança é a mãe.

rasgam ou só assim atrás e nem olham as coisas. (Ana - Nigéria).

Está presente nesta SD a distinção entre os brancos, aqueles que trabalham, têm dinheiro, e os negros como seu oposto. Nesta SD, um sentido possível é que ser da cor branca representa riqueza, permite que Ana não siga as mesmas regras aplicadas aos locais. Riqueza que é fruto do trabalho, como faz questão de dizer ao repetir duas vezes que os brancos estão ali, nesse país, a trabalho. Como um não-dito podemos inferir que não há outra razão para estarem ali, o que justifica certas regalias, já que estão trabalhando e contribuindo com o país.

A questão do preconceito interno, levantada por Ana nessa SD, nos revela sua forma de interpretar o fato de não ter suas sacolas revistadas como os locais. Para ela, essa conduta se traduz em desconfiança dos nigerianos para com os seus iguais. Enríquez (2006) diz que "o mundo atual tende a tornar-se o do crescimento do desprezo, da generalização da desconsideração, do desrespeito, da recusa da diferença a que tem direito todo ser humano". Aquele que não atende aos padrões, assume a culpa para si e reproduz as condições de produção existentes, contribuindo para a manutenção do sistema vigente. O que dá aos estrangeiros, neste lugar, um estatuto de superioridade que impõe uma barreira, uma divisão que busca acentuar a diferença, o que neste caso não é usado para segregar o estrangeiro, mas para manter sua posição de superioridade, o que pode ser considerado nas SDs abaixo:

SD 7 - A gente tem motorista, mas não é luxo. Assim, todos os expatriados, todos os estrangeiros tem motorista. Porque, primeiro porque é uma maneira da empresa cuidar da segurança da família, tendo um local dirigindo, se acontece um acidente, na hora de discutir ali, eles resolvem, a gente não precisa se envolver. (Ana - Nigéria).

SD 8 - Ana: estrangeiro, tem muito estrangeiro, muito branco aqui, principalmente na região que a gente mora. [...] Que é um...um bairro assim, vamos dizer, privilegiado. É um condomínio dentro de um condomínio [...]. Então pra você entrar aqui dentro do nosso bairro tem segurança

também, mas nesse bairro tem vários condomínios.

Entrevistador: Uhum. E por que, assim, o fato de você ser branca ajuda?

Ana: Porque eles sabem que os brancos têm dinheiro. (Ana - Nigéria).

Na sequência 7, Ana traz o fato de que os estrangeiros têm motorista. Está presente aqui o não-dito de que os locais não têm acesso a esse benefício, trata-se de uma diferenciação entre os locais e os estrangeiros. O uso da conjunção adversativa "mas" leva a interpretação para outro conjunto de saberes, pois normalmente ter um motorista é artigo de luxo, o que, na situação de Ana, corresponde a cuidar da segurança dos estrangeiros, servindo também como mediador entre os locais e os estrangeiros em caso de necessidade. Chama a atenção o fato de Ana dizer que tendo um motorista "não precisa se envolver". Esse dizer nos leva a confirmar que ela está confortável nesta posição de estrangeira e que não é de seu interesse participar tão de perto desta outra cultura. Para se envolver e resolver alguma situação nesse outro lugar, é preciso invocar regras e sentidos que não fazem parte do seu conjunto de saberes, assim, para Ana, é mais fácil permanecer na posição em que se encontra.

Quanto ao uso do pronome "eles", ainda na SD 7, tem-se a distinção, a separação entre os locais "eles" e os estrangeiros "nós". A cultura pode ser usada como uma ferramenta na construção do outro, afirmando diferenças e legitimando a hierarquização. Cria-se uma espécie de bolha que os protege do apavorante "lá fora" que habita essa cultura. Estabelece-se aí uma relação de poder entre o estrangeiro, aquele que tem dinheiro, e os nigerianos, aqueles que não têm. O termo "expatriado" de que Ana lança mão também marca uma valorização do estrangeiro.

Na SD 8, constata-se novamente a relação de poder entre os estrangeiros e os locais. Ana ressalta o fato de ter muito estrangeiro na Nigéria pelo uso do advérbio de intensidade "muito", além da repetição da palavra estrangeiro. Esta palavra, nesse recorte, desliza e, além de significar aquele que vem de outro lugar, de outra cultura, se refere também à cor branca da pele. Ser estrangeiro na Nigéria é também ser branco. Essa fronteira estabelecida entre os locais e os estrangeiros pode ser observada também quando Ana nos diz que na região onde mora há muitos estrangeiros, trata-se de um bairro privilegiado, com seguranças que estão ali para manter essa fronteira. Fronteiras imaginadas a partir das diferenças estabelecidas e de onde emana o poder, bem como a

desigualdade social característica do sistema capitalista, o que dá poder àqueles que detêm o capital financeiro e define aqueles que não o têm como preguiçosos, incompetentes e responsáveis pela sua pobreza. Essa pobreza é, então, legitimada pelo mercado e pela divisão do trabalho.

É válido observar, ainda, a modalização empregada por Ana ao falar do bairro onde mora. Ela diz que é um lugar "vamos dizer" privilegiado. Chama-nos a atenção esse mecanismo de atenuar o sentido de privilegiado, pois podemos entender como "privilegiado" naquele lugar, diante daquela configuração social, mas talvez não em outros. Ana usa duas terceiras pessoas do plural, uma nominada e a outra não. "Eles" x "os brancos". "Eles" corresponde aos negros, e "os brancos" aos estrangeiros. Ela não se inclui, não usa "nós" para se referir aos brancos, apesar de a entrevistadora usar "você" na pergunta. Há uma marca de estrangeiridade em relação a si mesmo, é vergonhoso ter dinheiro em um país tão pobre. Inconscientemente ela não parece admitir dizer "nós temos dinheiro", bem como evita dizer "os negros", referindo-se a estes como "eles". Dessa forma, retomando o dizer de Ana, ser branco ajuda, pois ser branco significa ser estrangeiro, significa ter dinheiro, o que facilita a convivência nesta outra cultura, lhe dá um estatuto de superioridade e até a exime de certas regras.

Os sentidos do "nós" e do "eles" observados nos recortes de uma brasileira que está residindo em um país periférico está resumido no quadro abaixo:

Países Periféricos		
Nós = eu + eles (referindo-se aos estrangeiros)	<ul style="list-style-type: none"> • Cria um efeito de unidade entre os estrangeiros • Não se identificam com a cultura local e não desejam fazer parte; • O "eu" se inclui, quer ser estrangeiro para se diferenciar dos locais. 	• Ver SD 7
Eles = eles + eu (referindo-se aos estrangeiros)	<ul style="list-style-type: none"> • O "eu" está presente, ao mesmo tempo em que dá um efeito de distanciamento, dada as facilidades e diferença econômica entre os estrangeiros e os locais; • Dá um olhar exterior, mas não deseja ficar de fora. 	• Ver SDs 7 e 8

Eles = eles - eu (referindo-se aos povos periféricos)	<ul style="list-style-type: none"> • O "eu" não deseja fazer parte; • Efeito de distanciamento e de isenção da culpa pela pobreza dos locais; • Ressalta as diferenças; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ver SD 6
--	--	--

O desejo de fazer parte da outra cultura e ser confundido com o outro, de fazer parte do "eles", conforme observado nas SDs 1 a 5, as quais compreendem recortes de participantes que residiam em países desenvolvidos toma outra forma quando em países periféricos. Neste caso, o "nós" cria a ilusão de uma identidade fechada para os estrangeiros que lá estão, ao passo que observa-se um "eles" distante do qual os sujeitos não desejam fazer parte.

Efeito de fechamento

Lembrando que o significante tomado por Lacan representa a parcela material do signo linguístico, sendo que o significado não tem uma relação fixa com o significante, assim, os significados podem deslizar pela cadeia de significantes do Outro. Esta não relação entre o significante e o significado é observada nesta relação entre os pronomes "nós" e "eles", os quais são ilusoriamente tomados como óbvios e transparentes. No entanto, é no lugar do Outro que se desenrola a cadeia de significantes que determina o significado e o sujeito. Assim, o sujeito constituído em sua língua materna é atravessado por discursos vindos do campo do Outro, os quais atribuem os sentidos sob a ilusão de que sempre estiveram ali - o sujeito os toma como transparentes. Entretanto, ao deparar-se com os significantes vindos de outro lugar, no caso, uma outra língua, o sujeito já não é mais o que acreditava ser, o sujeito, seus desejos e sentidos neste outro lugar dependem do Outro da língua estrangeira. Dessa forma, o sujeito é o resultado da articulação dos significantes da sua língua e da língua outra. Isto vem mexer e desorganizar o que estava inscrito no sujeito em sua primeira língua.

Com base nas nossas análises, vimos que os sentidos dos pronomes "nós" e "eles" mudam de referente de acordo com o lugar que estes sujeitos ocupam no discurso, bem como pela imagem que fazem do lugar outro a partir dos discursos vindos do Outro que o interpelaram/interpelam. Dessa forma, temos que os sujeitos estrangeiros em países desenvolvidos passam a se ver e a se dizer a partir de um lugar inferiorizado - seus desejos assumem a forma desse Outro do qual querem fazer parte, exaltam o que vem do outro estrangeiro e desdenham,

inferiorizam o que é dito de sua cultura, se excluindo do "nós" enquanto brasileiros e se incluindo no "eles", os locais.

No entanto, quando os sujeitos participantes desta pesquisa se deparam com o Outro representante dos países periféricos, como Angola e Nigéria, assumem o lugar do colonizador, sentindo-se superiores e muitas vezes negando a participação nesta cultura, preferindo ser reconhecidos como estrangeiros, como aqueles que não fazem parte, não pertencem. O "nós" agora é inclusivo e significa um grupo que não faz parte do local, enquanto se coloca também como "eles", mas trata-se de um eles inclusivo quando não quer marcar seu lugar neste grupo estrangeiro dado o fato da diferença social existente. Há também, neste caso, o "eles" de onde o "eu" se exclui totalmente, o "eles" referindo-se aos locais, grupo que estes sujeitos não desejam pertencer.

Podemos destacar que para falar em sentidos precisamos considerar as condições de produção, que, como exposto por Pêcheux (1979), são formações imaginárias, nas quais contam a relação de forças e os discursos que interpelam os sujeitos. Dessa forma, conforme Orlandi (2005), "o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON B. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAUMAN, Z. *Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2012.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.
- BENVENISTE, E. (1976). *Problemas em linguística geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- ENRIQUEZ, E. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. In: *RAE - eletrônica*, v. 5, n, 1, Art. 10. jan./jun. 2006.
- FREUD, S. (1930). Mal-estar na civilização. In: FREUD. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 65-174. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).
- _____. (1976). *Projeto de uma Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

- FUKS, B. *Freud e a Judeidade: a vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- KEHL, M. R. Minha vida daria um romance. In: BARTUCCI, G. *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- ORLANDI, E. *Princípios e procedimentos*. Campinas: Ed. Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, M. (1983). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. (1969). Por uma análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- RINALDI, D. *Ética da diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Jorge Zahar ed, 1996.

Recebido em: 20/07/2018

Aceito em: 13/08/2018